

**UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO**  
**DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

**Ahmad Sad Alzoubi**

**PALESTINOS NA AMÉRICA LATINA:** da cobertura da  
mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura,  
da história e da luta do povo palestino

São Bernardo do Campo

2024

**UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO**  
**DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

**Ahmad Sad Alzoubi**

**PALESTINOS NA AMÉRICA LATINA:** da cobertura da  
mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura,  
da história e da luta do povo palestino

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Comunicação Social da Universidade  
Metodista de São Paulo (UMESP), em  
cumprimento parcial para obtenção do título de  
Doutorado.

Orientadora: Profa. Dra. Cilene Victor  
Co-orientador: Prof. Dr. Abdallah Marouf Omar

São Bernardo do Campo

2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

AL99p

Alzoubi, Ahmad Sad

Palestinos na América Latina: da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta do povo palestino / Ahmad Sad Alzoubi. 2024.

234 p.

Tese (Doutorado em Comunicação Social) --Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2024.

Orientação de: Cilene Victor.

Coorientação de: Abdallah Marouf Omar.

1. Diáspora palestina 2. Jornalismo internacional 3. Islamofobia  
4. Palestinos - América Latina I. Título.

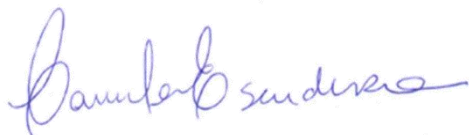
**CDD 302.23**

Tese de Doutorado intitulada: PALESTINOS NA AMÉRICA LATINA: da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta do povo palestino , foi apresentada e aprovada em 15 de abril de 2024, perante banca examinadora composta por Prof. Dr. Cilene Victor (Presidente/UMESP), Prof. Dr. Camila Escudero (Pós-Doutorado/UMESP), Prof. Dr. Francirosy Campos Barbosa (Titular/USP), Prof. Dr. Luiz Alberto de Faria (Titular/UMESP), Prof. Dr. Malvina Rodríguez (Pós-Doutorado/UNVM) e Prof. Dr. Abdallah Marouf (Co.orientador /Università 29 maggio).



---

Prof. Dr. Cilene Victor  
Orientadora e presidente da banca examinadora



---

Profa. Dra. Camila Escudero  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Programa: Pós-Graduação em Comunicação Social

Área de Concentração: Processos Comunicacionais

Linha de Pesquisa: Comunicação midiática, processos e práticas culturais

## DEDICATÓRIA

A meus avós, Mohammad Abo Said e Ali Abo Khaled, que me falaram sobre a Palestina, a cidade de Bisan e a aldeia de Sirin, plantando para sempre o amor pela Palestina em meu coração. Às suas almas, dedico esta conquista.

Aos revolucionários e combatentes da resistência em toda a minha terra, à Palestina, a Jerusalém e a Gaza, e ao seu povo firme. E aos pesquisadores, acadêmicos, jornalistas, fotógrafos e artistas que foram assassinados pela máquina da injustiça, dedico a vocês este simples trabalho, diante do seu heroísmo e seus sacrifícios corajosos e justos.

Ao meu pai Sad, à minha mãe Amal e à minha família, que me motivaram e apoiaram. Sem a paciência deles, eu não teria conseguido continuar.

À primeira apoiadora, motivadora constante, paciente nos momentos difíceis, que suportou a dureza de estar sozinha enquanto precisei permanecer no Brasil para concluir minha tese de doutorado, que ficou acordada dia e noite até eu chegar aqui e tornou tudo cada vez mais fácil, minha respeitada esposa, a engenheira Khawla Elaian (Um Ammar), dedico esta conquista para expressar minha gratidão infinita e para sempre.

À minha fonte de força, meus filhos Bisan, Ammar e Saad, que suportaram minha distância por muito tempo, apresento a vocês os frutos de sua paciência.

Aos leitores, aos interessados, aos que estudam nossa história de luta e aos que buscam a verdade.

## AGRADECIMENTOS

A Deus Todo-Poderoso, pois foi Ele quem me honrou para chegar onde estou agora. Louvado seja Deus.

À minha orientadora, professora Cilene Victor, que me apoiou e encorajou a chegar a este momento histórico, e com quem aprendi os princípios da sólida pesquisa científica e da integração do jornalismo humanitário com a justa causa palestina. Ela acreditou na minha capacidade de superar todas as dificuldades e me encorajou e à minha família a resistir ao impossível. Sorte minha tê-la como orientadora!

Ao professor Abdullah Omar Marouf, que muito contribuiu, desde o desenvolvimento dos primeiros semestres sobre a história da questão palestina, passado e presente, de forma científica e acadêmica, e esteve comigo passo a passo para chegar ao fim.

Ao professor Luiz Alberto de Farias, que abriu espaço para diálogo e discussão durante o semestre, por seu profundo conhecimento das ciências da mídia e da comunicação e pela sua grande humildade.

Na lista de professores fundamentais para as minhas referências acadêmicas e aos quais agradeço estão Camila Escudero, Clarissa de Franco, Dimas Kunsch, Fabio Josgrilberg, Marcelo Carneiro, Marcelo Furlin Adriana Barroso de Azevedo e Roberto Chiachiri, sempre dispostos a contribuir com conhecimento e doses essenciais de coragem.

Ao professor Daud Abdullah, que me inspirou por meio da escrita e da documentação, e me apoiou com suas ideias e visão adquiridas em décadas de experiência neste campo.

Ao Sheikh Jihad Hammadeh, que me ajudou e planejou algumas de minhas visitas a lugares e fontes na América do Sul, e pelas suas ideias que iluminaram minha permanência de mais de uma década e até hoje no Brasil.

À jornalista Rita Freire, que contribuiu desde o primeiro momento com apoio, informação e edição, a quem fico eternamente grato por sua paciência e dedicação.

À jornalista, pesquisadora e ativista Soraya Misleh, que defende incansavelmente a causa palestina, com toda consciência e força, um enorme obrigado a ela e ao seu esforço.

À minha universidade, a Universidade Metodista de São Paulo, pelo apoio e acolhida durante a realização deste doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PósCom).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa, essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos companheiros do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom) e às colegas do PósCom da Universidade Metodista de São Paulo, Amanda Ganzarolli, Mayara Alcantara Antunes e Renata Juliotti.

A meus amigos queridos, Amer Sabihat, Hosam Ali, Mahmoud Hussein Abu Raafat, Feras Qawasmeh e Omar Abdouni, que me apoiaram e seguraram a barra em momentos de dificuldade nessa trajetória tão importante da minha vida.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mala de um imigrante palestino que chegou à Argentina em 1948 e que foi exibida na Embaixada do Estado da Palestina em Buenos Aires. (Acervo de família).....	64
Imagem 2 – Escola industrial para meninos, Haifa, 1946, de onde a maioria deixou a Palestina ocupada em direção à Argentina após 1948 [Arquivo de família de entrevistado] .....	68
Imagem 3 – Passaporte do estudante palestino Mohd Ezz ed Din, de 1947, que imigrou para a Argentina, indica que ele nasceu em Bassa, subdistrito de Acre da Palestina Mandatária. (Arquivo de família).....	68
Imagem 4 – Família palestino-brasileira em sua loja de tecidos em Catanduva, na cidade de São Paulo, Brasil, em 1970. A foto foi tirada para envio aos parentes na Palestina ocupada, mostrando a mãe e seus três filhos e o tipo de comércio ao qual a família estava dedicada, um negócio que indicava interação com as pessoas e o mercado e, portanto, integração. A loja tinha o nome de “Casa Palestina”.....	74
Imagem 5 – Documento registra a decisão de envio do jornalista Ribhi Halloum, adido da missão da Liga Árabe no Rio de Janeiro em 1970 e primeiro diplomata da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil. A resolução leva a assinatura de Yasser Arafat.....	76
Imagem 6 – Jornal árabe revela a obstrução às funções do conselheiro Ribhi Halloum no início da década de 1970, representante diplomático da Organização para a Libertação da Palestina. ....	77
Imagem 7 – Reportagem “Periodista de Al Jazeera muere por disparos en operativo israelí” .....	95
Imagem 8 – Reportagem “Repórter da Al Jazeera é morta durante operação de Israel na Cisjordânia”.....	95
Imagem 9 – Reportagem “Periodista palestina de Al Jazeera murió por un disparo de las fuerzas israelíes, según la ONU” .....	96
Imagem 10 – Reportagem “Una periodista de Al Jazeera murió de un tiro durante un operativo israelí en Cisjordania”.....	96
Imagem 11 – Artigo “73 años en la senda de la paz” .....	97
Imagem 12 – Artigo “El nuevo Oriente Medio de Donald Trump y sus sueños de perpetuación” .....	98
Imagem 13 – Reportagem “Exteriores respalda el plan de paz de Trump favorable a Israel”.....	99
Imagem 14 – Noventa e nove jornalistas mortos em Israel e nos territórios palestinos ocupados entre 2000 e 2024. Causas confirmadas .....	130

Imagem 15 – Dezoito jornalistas mortos em Israel e nos territórios palestinos ocupados em 2024. Causas confirmadas ou não.....	131
Imagem 16 – Noventa e dois jornalistas e demais profissionais de imprensa mortos em Israel e nos territórios palestinos ocupados entre 2023 e 2024. Causas confirmadas ou não.....	131
Imagem 17 – Cento e vinte e quatro jornalistas mortos no conflito israelo-palestino desde 7 de outubro.....	132
Imagem 18 – Fotógrafos exibem cartazes com foto de seu colega de profissão, o italiano Raffaele Cirillo, morto por tiros israelenses em 2002, enquanto fazia cobertura jornalística na Cisjordânia .....	134
Imagem 19 – Jornalista Shatha Hanaysha no momento em que sua colega de profissão Shireen Abu Akleh é morta pelas forças de ocupação de Israel .....	136
Imagem 20 – Corpo do jornalista palestino Yasser Murtaja, morto por balas disparadas pelas forças israelenses, sendo levado para o hospital em meio a protestos no posto de de fronteira no sul da Faixa de Gaza, em 6 de abril de 2018 .....	137
Imagem 21 – Mapa mostra onde jornalistas palestinos foram alvo e mortos.....	138
Imagem 22 – O Departamento de Estado dos EUA informa que o jornalista Yasser Murtaja recebeu financiamento de sua Agência para o Desenvolvimento Internacional e que foi submetido a um procedimento de segurança antes.....	139
Imagem 23 – Da esquerda para a direita, Sami, Razan e Sameh, filhos de Nazih Darwaza, cinegrafista que trabalhava para a Associated Press, segurando fotos do pai e a câmera que ele usava, durante uma manifestação silenciosa, no local onde foi assassinado, em 19 de abril de 2003, na cidade de Nablus, na Cisjordânia.....	140
Imagem 24 – Foto de carro da equipe da <i>BBC</i> parada pela polícia israelense em Tel Aviv .....	141
Imagem 25 – Montagem de fotos de jornalistas mortos nas mãos do exército israelense nas últimas duas décadas que constam de um relatório divulgado pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas, o qual constata a falta de responsabilização pelos assassinatos .....	142
Imagem 26 – Tipo de colagem contemporânea na parede, composta com a imagem de Leila Khaled e de uma figura palestina entre recortes de frases de jornais, mostra que as formas de expressão de resistência da juventude brasileira reverenciam figuras da resistência palestina. (Arquivo de família).....	148
Imagem 27 – Capa da revista da Liga Andaluza, com o título “Contra o sionismo”, de 1930. ....	165
Imagem 28 – Família Bichara em San Miguel, El Salvador, 1954 (Arquivo de família).....	187

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Predominância das agências de notícias - fórmula conflito Israel-Palestina e islamofobia .....	100
Gráfico 2 – Matérias publicadas no jornal <i>Clarín</i> sobre o conflito palestino-israelense.....	108
Gráfico 3 – Fontes de matérias sobre o conflito palestino-israelense no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .....	110
Gráfico 4 – Análise de matérias do jornal chileno <i>El Mercurio</i> .....	112
Gráfico 5 – Análise de matérias do jornal salvadorenho <i>La Prensa Gráfica</i> .....	113
Gráfico 6 – Análise de matérias do jornal hondurenho <i>El Heraldo</i> .....	114
Gráfico 7 – Número total de matérias (América Latina) .....	117
Gráfico 8 – O jornal que mais publica matérias (América Latina).....	118
Gráfico 9 – Número de matérias publicadas (América Latina) .....	119
Gráfico 10 – Os países com menos matérias (América latina).....	119
Gráfico 11 – Número de referências em todas as matérias (América Latina) .....	121
Gráfico 12 – Número total de matérias por países.....	122
Gráfico 13 – Contagem de artigos por país .....	123

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A diáspora palestina nos países do continente latino-americano .....	101
Tabela 2 – Categorias e perfis dos entrevistados da Argentina .....	158
Tabela 3 – Categorias e perfis dos entrevistados do Brasil .....	159
Tabela 4 – Categorias e perfis dos entrevistados do Chile .....	160
Tabela 5 – Categorias e perfis dos entrevistados de El Salvador .....	161
Tabela 6 – Categorias e perfis dos entrevistados de Honduras.....	162

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2. PALESTINA OCUPADA - UMA BREVE INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
2.1 O início da ideia do projeto sionista .....	24
2.2 A ideia da imigração judaica.....	25
2.3 As primeiras colônias de assentamentos na Palestina .....	26
2.4 O Livro do Estado judeu .....	28
2.5 Primeiro Congresso Sionista - Programa da Basileia .....	30
2.6 Compra de terras e remoção do sultão Abdul Hamid.....	33
2.7 Primeira Guerra Mundial e seu impacto na Palestina .....	34
<b>2.8 A resistência palestina durante o Mandato Britânico (1917-1948) .....</b>	<b>38</b>
2.8.1 Revolta de al-Buraq.....	38
2.8.2 A Grande Revolução Palestina.....	40
2.8.3 A Nakba e a expulsão à força (1948) .....	41
2.9 Plano Dalet - D.....	43
2.10 Massacres sionistas e seu papel no deslocamento.....	44
2.11 A ocupação da Faixa de Gaza (1956-1957).....	46
2.12 Naksa (1967) .....	48
2.13 A situação palestina .....	50
2.14 O problema dos refugiados e o direito de retorno.....	50
2.15 Palestinos dentro da Linha Verde.....	51
2.16 Jerusalém, judaização e conflito de identidade .....	51
2.17 Cisjordânia e o bloqueio na Faixa de Gaza.....	51
<b>3. A DIÁSPORA PALESTINA NA AMÉRICA LATINA – ESTATÍSTICAS</b>	
<b>E HISTÓRIA.....</b>	<b>53</b>
3.1 O estudo problemático da Argentina como país de imigração .....	54
3.2 O conceito de diáspora e migração .....	55
3.3 Diáspora como resistência .....	58
3.4 A diáspora palestina na América Latina – Estatísticas e História .....	59

<b>3.5 A diáspora palestina na Argentina</b> .....	67
3.5.1 A relação entre árabes e judeus na Argentina .....	69
3.5.2 O atentado de Buenos Aires e o agravamento da relação .....	71
<b>3.6 A diáspora palestina no Brasil</b> .....	72
<b>3.7 Os judeus no Brasil e a fuga do antissemitismo</b> .....	78
<b>3.8 A diáspora palestina no Chile</b> .....	79
<b>3.9 Diáspora palestina em Honduras</b> .....	85
<b>3.10 A diáspora palestina em El Salvador</b> .....	87
<b>4. A PALESTINA NA MÍDIA LATINO-AMERICANA – CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO HUMANITÁRIO E DE PAZ</b> .....	89
<b>4.1 A Palestina na mídia latino-americana</b> .....	90
<b>4.2 A fórmula “conflito Israel-Palestina” e o Relatório MacBride</b> .....	100
4.2.1 O Relatório MacBride e a causa palestina .....	103
<b>4.3 Análise de conteúdo – a Palestina nos jornais latino-americanos</b> .....	105
4.3.1 Análise do <i>Clarín</i> – Argentina .....	107
4.3.2 Análise da <i>Folha de S. Paulo</i> – Brasil .....	108
4.3.3 Análise do <i>El Mercurio</i> – Chile .....	110
4.3.4 Análise do <i>La Prensa Gráfica</i> – El Salvador .....	112
4.3.5 Análise do <i>El Heraldo</i> – Honduras .....	113
4.3.6 Análise dos resultados .....	114
<b>4.4 Perspectivas do jornalismo humanitário e de paz e a sub-representação     midiática</b> .....	123
<b>4.5 Jornalistas em campo – Riscos e desafios da cobertura</b> .....	128
<b>4.6: Alguns exemplos de assassinato de jornalistas e de alvejados     diretamente</b> .....	132
<b>4.7 Análises dos resultados – Cobertura e acontecimentos</b> .....	142
<b>5. COMUNICAÇÃO E LUTA POR RECONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA DIÁSPORA PALESTINA NA AMÉRICA LATINA</b> .....	144
<b>5.1 Luta por reconhecimento</b> .....	144
<b>5.2 Direito internacional e pertencimento</b> .....	149
<b>5.3 A diáspora palestina na América Latina – Principais instituições</b> .....	151
<b>5.4 Vozes da diáspora palestina na América Latina</b> .....	152
<b>5.5 Entrevista em profundidade – Metodologia e amostra</b> .....	155
<b>5.6 Meios de comunicação e trocas culturais</b> .....	163

5.7 Presença da Palestina na mídia.....	170
5.8 Presença de palestinos na política.....	174
5.9 Crítica ao olhar da mídia.....	177
5.10 Presença de palestinos na cultura e no esporte .....	181
5.11 A presença de palestinos na economia .....	185
5.12 Resistência e resposta pacífica à islamofobia.....	189
5.13 Resistência, reconhecimento e pertencimento.....	193
5.14 A construção da paz na perspectiva da diáspora .....	196
5.15 Análise dos resultados .....	198
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>201</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>210</b>
<b>JORNAIS.....</b>	<b>223</b>
<b>SITES .....</b>	<b>224</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>225</b>
1. O convite para a entrevista – Português .....	225
2. O convite para a entrevista – Espanhol .....	226
3. O convite para a entrevista – Árabe.....	227
4. Carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa .....	228
5. TCLE – Português.....	229
6. TCLE – Espanhol.....	232
7. TCLE – Árabe .....	235

ALZOUBI, Ahmad. PALESTINOS NA AMÉRICA LATINA: da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta do povo palestino. 2024. 234 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

**Resumo:** Esta pesquisa de doutorado examina as práticas comunicacionais da diáspora palestina na América Latina e sua interação com a cobertura midiática convencional que tem recorrido à fórmula “conflito Israel-Palestina”, conforme disseminado por agências de notícias internacionais e replicado pelos jornais da região foco do estudo. O referencial teórico contempla a história e as teorias da migração palestina, da diáspora e do jornalismo humanitário e de paz, bem como da cobertura especial em zonas de conflito. Investigando estratégias comunicativas para preservar a identidade cultural e o direito de retorno à Palestina, a tese emprega uma metodologia qualitativa descritiva, ancorada em três procedimentos centrais: revisão bibliográfica, análise de conteúdo de cinco jornais destacados dos países estudados (Argentina, Brasil, Chile, El Salvador e Honduras) e entrevista em profundidade. Por meio das entrevistas em profundidade com membros influentes da diáspora palestina nos cinco países foco, a tese explora a manutenção das tradições culturais e da língua árabe e examina a representação midiática, destacando a discrepância entre a narrativa ocidental predominante e as perspectivas latino-americanas sobre a Palestina. Como resultado direto da pesquisa, é possível identificar a contínua resistência cultural e histórica à ocupação violenta da Palestina e a influência do Direito Internacional no sentimento de pertença que desafia o tempo. A pesquisa contribui para o entendimento de como a prática jornalística pode ampliar a conscientização crítica e a responsabilidade social na cobertura da questão palestina.

**Palavras-chave:** Diáspora palestina. Jornalismo internacional. Islamofobia. Jornalismo humanitário e de paz. América Latina.

ALZOUBI, Ahmad. PALESTINOS EN AMÉRICA LATINA: De la cobertura mediática a los procesos de comunicación para la preservación de la cultura, la historia y la lucha del pueblo palestino. 2024. 234 f. Tesis (Doctorado en Comunicación Social) – Universidad Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

**Resumen:** Esta investigación doctoral examina las prácticas comunicacionales de la diáspora palestina en América Latina y su interacción con la cobertura mediática convencional que ha recurrido a la fórmula “conflicto Israel-Palestina”, según es difundida por agencias de noticias internacionales y replicada en los periódicos de la región objeto de estudio. El marco teórico contempla la historia y las teorías de la migración palestina, la diáspora y el periodismo humanitario y de paz, así como la cobertura especial en zonas de conflicto. Investigando estrategias comunicativas para preservar la identidad cultural y el derecho de retorno a Palestina, la tesis emplea una metodología cualitativa descriptiva, anclada en tres procedimientos centrales: revisión bibliográfica, análisis de contenido de cinco periódicos destacados de los países estudiados (Argentina, Brasil, Chile, El Salvador y Honduras) y entrevista en profundidad. A través de entrevistas en profundidad con miembros influyentes de la diáspora palestina en los cinco países foco, la tesis explora la preservación de las tradiciones culturales y el idioma árabe y examina la representación mediática, resaltando la discrepancia entre la narrativa occidental predominante y las perspectivas latinoamericanas sobre Palestina. Como resultado directo de la investigación, es posible identificar la continua resistencia cultural e histórica a la ocupación violenta de Palestina y la influencia del Derecho Internacional en el sentimiento de pertenencia que desafía el tiempo. La investigación contribuye a la comprensión de cómo la práctica periodística puede ampliar la conciencia crítica y la responsabilidad social en la cobertura del asunto palestino.

**Palabras-clave:** Diáspora palestina. Periodismo internacional. Islamofobia. Periodismo humanitario y de paz. América Latina.

ALZOUBI, Ahmad. PALESTINIANS IN LATIN AMERICA: From the Media Coverage to the Communication Processes to Preserve Culture, History, and the People's Struggle. 2024. 234 p. Thesis (PhD in Communication Science) – Methodist University of São Paulo, São Bernardo do Campo.

**Abstract:** This doctoral research examines the communicational practices of the Palestinian diaspora in Latin America and their interaction with conventional media coverage that relies on the "Israel-Palestine conflict" formula, as disseminated by international news agencies and replicated in newspapers within the focus region of the study. The theoretical framework encompasses the history and theories of Palestinian migration, diaspora, and humanitarian and peace journalism, as well as special coverage in conflict zones. Investigating communicative strategies to preserve cultural identity and the right of return to Palestine, the thesis employs a qualitative descriptive methodology, anchored in three central procedures: literature review, content analysis of five prominent newspapers from the studied countries (Argentina, Brazil, Chile, El Salvador, and Honduras), and in-depth interviews. Through in-depth interviews with influential members of the Palestinian diaspora in the five focus countries, the thesis explores the maintenance of cultural traditions and the Arabic language and examines media representation, highlighting the discrepancy between the predominant Western narrative and Latin American perspectives on Palestine. As a direct result of the research, it is possible to identify the ongoing cultural and historical resistance to the violent occupation of Palestine and the influence of international law on the sense of belonging that defies time. The research contributes to understanding how journalistic practice can broaden critical awareness and social responsibility in the coverage of the Palestinian issue.

**Keywords:** Palestinian Diaspora. International journalism. Islamophobia. Humanitarian and peace journalism. Latin America.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, intitulada “Palestinos na América Latina: da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento”, tem como objeto de estudo as práticas comunicacionais da diáspora palestina na América Latina, em contraste com a fórmula jornalística “conflito Israel-Palestina”, amplamente divulgada pelas agências internacionais de notícias e reproduzida pelos jornais da região.

O objetivo é identificar as estratégias comunicacionais dos palestinos na diáspora latino-americana para manter sua cultura e a conexão com as origens de sua terra, à qual têm o direito de retornar, conforme previsto no Direito Internacional, mas que segue obstaculizado em 76 anos de história. A pesquisa visa ainda observar como essas práticas comunicacionais podem compensar uma cobertura amparada numa fórmula única e desgastada acerca da Palestina, recorrendo para isso aos preceitos do jornalismo humanitário e de paz.

Para alcançar esse objetivo, a tese procurou investigar como a diáspora palestina na América Latina pode preservar a cultura, o árabe falado nas aldeias e os costumes camponeses e tradicionais palestinos. Do mesmo modo, procurou-se observar como a questão palestina, que é uma parte importante das preocupações da diáspora, tem sido retratada pelos meios de comunicação locais. Isso levou a tese a abordar os meios com que os membros da comunidade palestina nos países anfitriões procuram se informar e transmitir suas ideias, valores e impressões da realidade palestina.

Ao falar sobre a diáspora numa perspectiva puramente cultural e comunicacional, olhamos, estudamos e investigamos como ela pode preservar a cultura, a identidade, o comportamento e os costumes. Isso nos remete às teorias, conceitos e ideias sobre a preservação da identidade nos países da diáspora e que acolhem essa imigração e descendência, incorporando-as a sua cidadania.

O jornalismo, historicamente chamado de quarto poder, por sua natureza, demanda sempre ser investigado, em decorrência dos padrões de noticiabilidade que adota em suas coberturas sobre acontecimentos de interesse público. Isso porque o jornalismo, a partir não apenas dos fatos, mas do perfil dessa cobertura, tende a atrair o observador e telespectador para uma fidelização midiática a sua abordagem.

Considerando a importância do trabalho midiático, mas também o fato de que este é permeado pela posição política e ideológica das instituições de mídia, o lema de

objetividade, transparência e integridade profissional é o que pode conduzir a uma cobertura abrangente e mais próxima da realidade. A contradição entre uma narrativa superficial e massificada por poucas agências e a realidade vivida por protagonistas invisibilizados pode ser rapidamente observada sob a luz do jornalismo humanitário e pela cobertura especial em zonas de guerra e de conflito. Por isso, esse tema requer muitos estudos para identificar as falhas na cobertura internacional e as razões por trás da repetição da forma de transmitir os fatos que, como a pesquisa desta tese observou, parece tentar sensibilizar a sociedade para a visão preferencial adotada pela mídia.

Foi a partir dessa perspectiva que esta tese foi concebida, visando assim compreender de maneira aprofundada como a diáspora palestina, com suas formas de comunicação, não apenas tem conseguido ir muito além da abordagem e do discurso da mídia, como tem buscado meios de fortalecer o seu laço cultural e histórico com a Palestina. Nessa linha, a hipótese da pesquisa é de que a falta de solução para a Palestina, sob crescente e violenta ocupação desde a Nakba de 1948, exerce forte influência aos que migraram e carregam a esperança de um dia voltar a sua terra, por meio do respaldo do Direito Internacional, e reforça o sentimento de pertencimento que perdura no tempo. Assim, esse pertencimento deve se expressar nas relações comunitárias e suas formas naturais ou mediadas de comunicação relacionadas à resistência palestina atual na terra ocupada, objeto desta investigação.

A metodologia empregada combinou o levantamento e a revisão da literatura sobre migrações palestinas, mídia e América Latina, análise de conteúdo de reportagens e entrevistas em profundidade.

A abordagem qualitativa descritiva norteou o desenvolvimento deste estudo. Essa abordagem metodológica, segundo Minayo (2001), inclui no trabalho científico o mundo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e tendências, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, processos e fenômenos, o que não pode ser reduzido a variáveis operacionais.

A pesquisa bibliográfica apoia um levantamento teórico das três principais frentes temáticas que compõem o trabalho, tendo como referência a imprensa internacional sobre mídia e diáspora. A utilização desse mecanismo tem promovido ampla consulta ao material disponível na literatura sobre temas de interesse, assim como o incentivo à verificação e interpretação adequada das informações (Lakatos, Marconi; 2001).

A tese baseou-se na abordagem quantitativa para analisar os cinco jornais dos países de estudo, que estão entre os mais difundidos e destacados, e como eles cobriram a questão palestina e transmitiram o sofrimento humano com base nos conceitos do

jornalismo humanitário, que foca no ser humano e faz dele o centro das atenções da cobertura. A abordagem descritiva das comunidades palestinas residentes nos países de estudo somou-se à realização de entrevistas aprofundadas para mostrar a extensão da adesão da diáspora à identidade, cultura, língua árabe e visão da mídia.

Por se tratar de um estudo acadêmico, foi escolhida uma amostra de cinco países: Argentina, Brasil, Chile, El Salvador e Honduras. A justificativa para tal escolha é que, segundo dados do Bureau Central de Estatísticas Palestino, Chile, Honduras e El Salvador representavam a maior presença da diáspora palestina no continente sul-americano. Já a Argentina foi considerada por ter sido no passado um local proposto por Theodor Herzl para a criação de um lar nacional para os judeus. O Brasil, por sua vez, pelo peso internacional e na região, foi escolhido como uma espécie de liderança política do continente.

O referencial teórico inicia-se com os estudos no campo das Relações Internacionais, com foco na relação entre a América Latina e a Palestina, fundamentados em Prado, Pellegrino, Barbosa, Galeano e Behell, Cescato, e na compreensão da diáspora e identidade palestinas, em Hall, Hammer, Suleiman, Müller, Katz, Salhi, Netton e Moss.

Na segunda parte, o referencial teórico contempla os estudos no campo do jornalismo humanitário e de paz, no contexto da pauta da comunidade palestina, com fundamentação em Kempf, Galtung, Youngblood, Lynch, Scott, Bunce, Wright e Victor. A esses dois campos, somam-se os estudos de jornalismo internacional, em Natali, Lins Da Silva, Agnez, Schelp e Liohn.

O primeiro capítulo traz um panorama do enraizamento histórico da questão palestina sob a perspectiva da abordagem descritiva e cognitiva, a partir do deslocamento forçado intencional ocorrido há 80 anos, e que ainda segue. Baseia-se em referências históricas como Manna, Masalha, Marouf, Khalidi, Abdullah, Sayigh.

O segundo capítulo apresenta a comunidade palestina na América Latina, com foco nos países abordados pelo estudo. Inicialmente, discutimos os conceitos de imigração e diáspora, destacando como a diáspora pode representar uma forma de resistência, conforme discutido por Hall (2003). Exploramos as diferentes formas pelas quais os palestinos chegaram aos países latino-americanos e as origens de suas famílias, muitas ligadas a aldeias e cidades da Palestina destruídas durante a Nakba – a catástrofe com a criação violenta do Estado de Israel em 1948. Entre os países pesquisados, observamos particularidades, como no caso da Argentina, que conta com uma pequena comunidade palestina e apresenta um desafio como país de estudo sobre a imigração, devido ao fato de ter sido considerada por Theodor Herzl como um possível lugar para

instalação do Estado judeu e onde ocorrências de atentados tornaram estremecidas as relações entre judeus e árabes, por suspeita em relação à autoria dos ataques. Outro caso particular é o do Chile, onde a comunidade ampliada e a força de suas instituições criaram uma imagem simpática à causa palestina. Essa representação positiva também é reforçada em certos momentos cruciais na história das relações entre a América Latina e a Palestina, em que governos se posicionam em declarações, atitudes ou posições na comunidade internacional.

No terceiro capítulo, exploramos a conexão entre os conceitos e práticas do jornalismo humanitário e de paz, utilizando as obras de especialistas como Johan Galtung, Cilene Victor, Steven Youngblood, Wilhelm Kempf, Dov Shinar, Martin Scott, Mel Bunce e Kate Wright, em contraposição às teorias jornalísticas tradicionais. Analisamos como esses conceitos fundamentam a análise de conteúdo da cobertura da Palestina pelos jornais latino-americanos, buscando identificar abordagens que transcendem a perspectiva convencional imposta pela predominância das agências de notícias do norte global.

A tese explora também a relação entre o Relatório MacBride sobre a predominância da visão dos países ricos do Norte nas agências ocidentais globalizadas e como a amostra do estudo, composta por *Clarín* (Argentina), *Folha de S. Paulo* (Brasil), *El Mercurio* (Chile), *La Prensa Gráfica* (El Salvador) e *El Heraldo* (Honduras), abordou a questão palestina. Demonstramos como esses jornais abordam o papel da diáspora palestina nesses países, com espaço para as contribuições de palestinos latino-americanos em diversos aspectos econômicos, políticos e sociais, o que é diferente de dar voz à narrativa da Palestina ocupada. Além disso, mencionamos exemplos de jornalistas palestinos que enfrentaram adversidades para fazer uma cobertura diferente da narrativa global ocidental, incluindo o assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh, conforme relatado pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas.

O quarto capítulo foi concluído com a realização de entrevistas em profundidade com 40 personalidades da comunidade palestina dos países de acolhimento, com termo de responsabilidade do pesquisador e termos de consentimento que seguiram as instruções do Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo (CEP-UMESP). A amostra selecionada foi dividida em quatro categorias: Comunicação, Religião, Academia e Política.

Procuramos identificar como essas pessoas buscaram preservar a cultura e a resistência palestina ao contribuir para a construção de sociedades fortes, capazes de interagir com a causa palestina, como nos casos do Chile e do Brasil. Procuramos entender em que medida os efeitos dos preconceitos enfrentados pelos primeiros

palestinos são sentidos ainda hoje, obrigando a diferenciar as formas de discriminação que podem ser chamadas de turcofobia ou palestino-fobia, e os preconceitos racistas e de intolerância religiosa que caracterizam a islamofobia das primeiras décadas do presente milênio e, mais recentemente, depois de outubro de 2023, as expressões de ódio ou de medo de parte daqueles que aderem às narrativas de Israel e criminalizam palestinos. Investigamos também quais os meios de informação que a comunidade adotou para conhecer notícias e acontecimentos sobre a Palestina na diáspora distante, e quão presente ela esteve em suas preocupações.

Entre as dificuldades enfrentadas na comunicação da diáspora com as fontes da resistência palestina, o capítulo aborda a falta de representação das vozes palestinas no jornalismo latino-americano e o número crescente de jornalistas palestinos mortos nos últimos 20 anos.

Investigar o impacto da representação midiática sobre a percepção coletiva da importância dos acontecimentos proporciona uma melhor compreensão de como a prática jornalística é conduzida, especialmente quando a mídia representa vozes hegemônicas incorporadas ao discurso oficialista e as reproduz, adaptando-se a uma dinâmica de sociedade em rede. A tese destaca a forma como a construção midiática em torno dos acontecimentos culmina no desenvolvimento de uma percepção social desproporcionalmente distante da realidade dos fatos e na propagação do pânico moral (Fish, 1980, Bauman, 2016).

Apesar de sua presença e influência no cotidiano e na prática jornalística, o tema abordado na tese possui poucas referências bibliográficas e acadêmicas, se comparado a outros temas de estudo na área da comunicação. Nesse contexto, esta pesquisa também visa contribuir para que jornalistas pesquisadores e entusiastas de temas de interesse possam, a partir das análises e resultados representativos, considerar as consequências trazidas pelo modelo metodológico de cobertura jornalística da questão palestina na América Latina, levando em conta a complexidade imposta pela sociedade em rede. O jornalismo sobre a questão palestina ainda carece de maior contribuição acadêmica, por meio da adoção de programas específicos nas faculdades de comunicação social. Carece também da contribuição das instituições de mídia da região, por exemplo, com envio de repórteres e fotógrafos à Palestina ocupada para transmitir notícias diretamente, ou de acesso e valorização de fontes diversificadas sem subordinação a uma narrativa que justifica *a priori* o lado ocupante, e sem depender da informação massificada pelo norte global, especificamente pelas agências dos Estados Unidos da América e do Reino Unido.

É oportuno que a academia busque produzir dados e fundamentos que possam contribuir para mudar positivamente o cenário existente, estimulando práticas mais assertivas para ampliar a atenção ao papel do jornalismo crítico e a sua responsabilidade social. Ao focar em aspectos da comunicação sobre a Palestina na América Latina, considerando a percepção de comunidades que historicamente conectam os dois universos, esta tese busca contribuir nessa direção.

## 2. PALESTINA OCUPADA - UMA BREVE INTRODUÇÃO

As ideias do Estado judeu foram escritas de 1882 a 1906 e consistiam em livros e conferências. O planejamento do projeto durou de 1906 a 1936 e, desde 1948, quando a criação do Estado de Israel foi declarada, até agora, o projeto de limpeza étnica por meio de deslocamento forçado, expulsão e bloqueio econômico, político e social do povo palestino.

Contribuíram para isso a atitude da Europa em relação aos judeus, em grande medida não aceitos (Masalha, 1995) e a visão da Grã-Bretanha de que era possível estabelecer uma entidade dentro da região árabe. Neste capítulo, serão explicados os interesses no estabelecimento de um lar judeu, que se transformou em Estado de Israel, à custa da expulsão da população árabe-palestina, destruição de suas propriedades e supressão de seus direitos políticos e econômicos.

A Palestina passou por vicissitudes no final do século XIX e início do século XX, que levaram à constituição do Estado de Israel. Neste capítulo, será feita uma breve leitura histórica sobre os antecedentes históricos da Palestina, o que aconteceu após a emissão da Declaração Balfour pela Grã-Bretanha, como os palestinos resistiram a essa decisão e suas consequências, e sobre qual é a ideia do projeto sionista em geral, passando pela declaração do estabelecimento do Estado de Israel – a Nakba, catástrofe palestina –, e o que a acompanhou, ao abordar a situação da Palestina moderna.

Com a escassez de estudos acadêmicos em português sobre a história da Palestina e o estudo do comportamento da diáspora das sociedades palestinas na América Latina, esta pesquisa de doutorado tem, entre seus objetivos, o de contribuir com a produção de conhecimento nesse campo.

Este capítulo trata da história palestina e como se chegou à formação do Estado de Israel, passando pelos fatos históricos de 1880 a 1967.

Neste capítulo, é apresentada uma sequência cronológica para entender o surgimento da ideia do projeto sionista e o estabelecimento da pátria judaica que se transformou no Estado exclusivamente judeu de Israel. Os sionistas rejeitam direitos iguais a outros povos, com base na Lei Básica do Estado-nação do povo judeu de 2018.

### 2.1 O início da ideia do projeto sionista

O deslocamento e a expulsão de palestinos faziam parte das ideias sionistas e, até hoje, avançam as políticas para desenraizar palestinos de suas terras. Sua

apropriação passou a ser tratada como um direito de estabelecer o Estado de Israel, diante do qual os árabes deveriam aceitar a soberania israelense sobre o país ou sair da Palestina (Masalha, 1997). Conforme as representações sobre esse projeto colonial, Abd al-Wahab al-Messiri (1999) definiu a palavra sionismo como a herança religiosa judaica que se refere ao Monte Sião e a Jerusalém, englobando toda a Terra Santa.

A história registra que o ano de 1882 constitui o início da colonização sionista na Palestina, após a chegada dos membros da Sociedade Russa Bilu, e já se revela o propósito da expulsão e deslocamento forçados pelo grupo de fundadores do sionismo (Masalha, 1992).

O argumento para ocupar a Palestina no início do século XIX aparece nas palavras de Israel Zangwill, que a descreve como “uma terra sem povo para um povo sem terra” (Masalha, 1992). Instrumentos de pressão foram usados para expulsar à força a população palestina, não só para a Síria e Jordânia. Eles também consideram a Jordânia e a Síria no âmbito do Estado de Israel, e a expulsão para a Mesopotâmia (Masalha, 1992). Ao longo desta tese, o termo sionismo será abordado, sobretudo com ênfase na atualidade, que constitui parte do objeto de estudo, ou seja, a diáspora palestina como decorrência direta da política sionista.

## 2.2 A ideia da imigração judaica

A ideia desenvolveu-se com o envio de trabalhadores qualificados, tendo esta tarefa sido confiada ao Escritório Central do Trabalho pertencente à Sociedade Judaica, para que as suas solicitações fossem de mão de obra habilitada, como carpinteiros especialistas em design de móveis, instaladores de vidro e outros artesãos. O Escritório Central do Trabalho os enviaria com suas famílias para a nova terra, sem que eles se sentissem alienados, e lhes proporcionaria uma vida digna e segura. Assim começou a imigração judaica para a Palestina.

Essa imigração custou aproximadamente 50 milhões de libras esterlinas (Nedava 1934), ou seja, aproximadamente 200 milhões de dólares americanos na época, e a ideia de uma subscrição pública em ações foi apresentada para pagar os pobres e os ricos, cada um de acordo com a renda compatível com a posição e as funções para construir o “Estado moderno”.

A ideia de imigração foi dividida em três grupos: trabalhadores para as terras, mão de obra qualificada para a construção de casas e os ricos. (Masalha, 1992) Os rabinos cooperariam com seus discursos e sermões, sobre uma transição da miséria para a felicidade, da pobreza para a riqueza e da dispersão para uma pátria.

Em geral, o foco era a imigração das classes médias, por serem as que dirigem instituições, empresas e associações, para que construíssem seus sonhos e aspirações trabalhando na nova terra e na pátria judaica, sem perseguições, discriminação ou racismo.

O plano era que a Sociedade Judaica trabalhasse no plano externo para obter o reconhecimento diplomático e como força constituinte do Estado, e, no plano interno, o relacionamento com o povo judeu para estabelecer as instituições básicas indispensáveis, e essas instituições seriam o início do surgimento do Estado judeu (Herzl, 2007).

### 2.3 As primeiras colônias de assentamentos na Palestina

Os judeus na Palestina não ultrapassavam 2% da população total, ou seja, aproximadamente 5 mil pessoas antes de 1870. Metade deles vivia em Jerusalém e o restante em Hebron, Safed e Tiberíades (Teveth, 1985). No entanto, após a imigração organizada de 1881 a 1904, passaram a aproximadamente 5% da população da Palestina (Parfitt, 1987).

Na história das relações árabe-judaicas, o assentamento era um assunto novo. Uma minoria judaica viveu por centenas de anos na Palestina, falando a língua árabe e tendo costumes, cultura e caráter árabes, integrada completamente.

Não se pode dizer que os árabes ou os muçulmanos do século XIX fossem hostis ao sionismo, pois desconheciam que se tratava de um projeto colonial. Somente depois dessa percepção, evidenciada com a Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917 – em que a Inglaterra se declarava favorável à constituição de um lar nacional judeu na Palestina – e a implementação do Mandato Britânico pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a resistência ao sionismo emerge, por camponeses, intelectuais, trabalhadores e burguesia nacional de um povo que viveu na Palestina durante séculos, contra a colonização de suas terras. O estabelecimento de um Estado judeu num país onde vivia uma maioria árabe não judaica tinha apenas um significado: expulsá-los da sua terra. Antes da colonização sionista, não há registros de problemas entre judeus, muçulmanos ou cristãos (permitir viver perto dos túmulos dos pais e avós, de acordo com pessoas religiosas, é abençoado). Muitos bairros judeus em Jerusalém, Hebron, Tiberíades e Safed à época provam isso. Os povos árabes daquele período não conheciam o antissemitismo. O Sultanato Otomano e os países árabes testemunharam, de tempos em tempos, ondas de incitamento contra minorias e práticas contra elas, especialmente durante períodos de crise. Esta foi a exceção e não a regra. Mas não

houve fenômenos de hostilidade especificamente contra os judeus, ou o que poderia ser chamado de antissemitismo. Vale a pena notar que entre a comunidade judaica ortodoxa em Jerusalém foi uma das primeiras a condenar o projeto sionista secular na Palestina, ao opor-se ideologicamente em manifestação dirigida ao sultão otomano.

Os colonizadores que trouxeram ideias ocidentais da Rússia, Alemanha e Europa, de cultura estranha aos povos originários, enfrentaram muitos confrontos e resistência dos camponeses e indígenas.

Em 1906, “havia 700 mil pessoas em toda a Palestina, das quais apenas 55 mil eram judeus, e destes somente 550 eram os chamados ‘pioneiros’, isto é, sionistas (Teveh, 1985, pp. 9-10).

Comparando esses “pioneiros” com os judeus originários da Palestina, descobrimos que estes últimos eram, em sua maioria, judeus ortodoxos. Eles viviam em Jerusalém e em algumas cidades menores e se opunham ferozmente aos objetivos políticos do sionismo.

A colônia Rishon LeZion foi fundada pela Sociedade Bilu, uma organização juvenil russa criada em 1882, que imigrou para a Palestina no mesmo ano. O cônsul britânico assistente, à época na Palestina, ajudou a facilitar a imigração e a obter 3 mil dunums na aldeia de Ayun Kara, perto da cidade de Jaffa. Como a nova colônia enfrentou uma grande crise financeira, Edmond James de Rothschild enviou-lhes 25 mil francos franceses em ajuda. Essa colônia se desenvolveu e se tornou um conselho local em 1921, um município em 1950, e sua população aumentou de dezenas para 10 mil habitantes em 1948. É considerada um grande centro econômico para o Estado de Israel, sendo que uma das empresas mais importantes pertence à família judia alemã Rothschild e é um dos alicerces da economia, da indústria israelense do vinho na Palestina ocupada até os dias atuais. É digno de nota que Rothschild dispendeu, de 1884 a 1897, 40 milhões de francos franceses para apoiar a colonização sionista. Existem muitas fábricas e marcas internacionais nessa colônia, que possui também um reator atômico e um centro de monitoramento de radiação nuclear. Rishon LeZion é considerada a primeira colônia a ensinar a língua hebraica (Anis, 1968).

Os palestinos resistiram à ideia do projeto colonial, rejeitando a presença de judeus vindos da Europa e levando Petah Tikva ao fracasso em seu início. Os notáveis de Jerusalém enviaram uma petição ao grão-vizir ministro – na *Sublime Porte* dos Estados otomanos em 1893, exigindo que a imigração de judeus russos para a Palestina fosse barrada (Manna, 2003) –, e o assunto evoluiu para violentos confrontos entre camponeses palestinos e colonos sionistas, que resultaram em mortes, ferimentos e

perdas materiais em propriedades, colheitas e casas, o que contribuiu para dissuadir os colonos de se apoderarem de terras agrícolas.

A posição dos camponeses palestinos em geral, e a do Império Otomano desde 1881, era de limitar a imigração. O Império Otomano declarou que permitiria que os judeus emigrassem para todo o Império Otomano, exceto a Palestina, desde que os imigrantes se tornassem também cidadãos otomanos, que respeitassem e se submetessem às leis do Estado. Essa posição constituiu um grande obstáculo ao projeto de colonização por assentamento até o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 (Manna, 2003).

## 2.4 O Livro do Estado judeu

O autor do livro "O Estado judeu", que traz o subtítulo "Proposta de uma solução moderna para a questão judaica", é Theodor Herzl, nascido em 1860 e falecido em 1904. Herzl era jornalista e correspondente em Paris de um jornal austríaco quando estourou um caso de espionagem para a Alemanha, no qual o oficial judeu francês Alfred Dreyfus foi acusado, entre 1894 e 1895, e cujo julgamento causou uma onda de antissemitismo na França (Al-Khalidi, 1998). Herzl escreveu o livro argumentando, então, que isso não teria fim até que houvesse uma pátria judaica.

Ele tentava reviver a ideia de expansão europeia de Napoleão Bonaparte, iniciada em 1798 no Egito, quando quis tomar Acre (cidade palestina) das mãos dos otomanos no ano seguinte. Assim, Herzl reivindicava a ocupação de Jerusalém e da Palestina, no caso para estabelecer uma pátria judaica (Weider, 1997). Não obstante, após a Revolução Francesa (1789-1799), Napoleão garantiu emancipação e direitos iguais aos judeus.

Judeus antissionistas questionam explicações bíblicas para a existência de um Estado judeu na terra e profecias relacionadas à necessidade desse Estado para a volta do Messias. A posição dos judeus ortodoxos é bem conhecida, incluindo a formação do partido antissionista Agudat Israel em 1912. Não é objeto deste trabalho aprofundar o tema da forte oposição dos judeus ortodoxos ao sionismo e mesmo do chamado judaísmo reformista. As posições antissionistas surgiram mesmo antes do Primeiro Congresso Sionista Mundial em 1897, por exemplo, na Conferência conservadora de Frankfurt (1845) e na Conferência Rabínica de Filadélfia (1869), ou na Plataforma de Pittsburgh (1885), e numa resolução emitida na primeira Conferência Central do Rabinato Reformista (1890) (Bishara, 2019, 3).

Herzl teorizou que os judeus não se mudariam de seus locais, exceto para lugares melhores, que não deixariam suas antigas casas, exceto para novas casas equipadas antes de sua imigração, e que só iriam os que estivessem convictos quanto à ideia de Estado judeu e de melhorar seu nível econômico e social.

Herzl explicou que os judeus não seriam expulsos de seus lugares no mundo, onde eram expostos ao racismo e a uma visão de inferioridade, para a nova terra, sem o apoio de outros governos para trabalhar, promover e adotar a ideia, e gerar benefícios decorrentes disso.

Herzl falou do estabelecimento da entidade corporativa (a comunidade judaica) e da empresa judaica que operaria a atividade econômica (Herzl, 2007).

Para ele, o sofrimento dos judeus era contínuo e recorrente, sendo que todas as classes eram submetidas a perseguição. Ele resumiu a situação com duas frases: “Não compre dos judeus” e “Juden Raus” – título de um jogo nazista que significa “Fora Judeus” (Herzl, 2007, 61).

O antissemitismo a que os judeus foram submetidos na Alemanha e na Rússia foi de onde Herzl partiu no final do século XIX, considerando que a solução não poderia ser a integração nas sociedades europeias; mas “dando-nos uma parte do grande mundo que satisfaça nossos justos requisitos para a nação dos judeus, e nós podemos lidar com o resto” (Herzl, 2007, 38). Herzl encorajou os judeus, que lhe disseram que talvez ele não visse um Estado judeu em seu tempo, mas que o trabalho deveria ser feito nessa direção, lembrando quantas nações e sociedades menores em número e capacidade foram capazes de estabelecer seu Estado, garantindo-lhes assim a soberania.

Herzl indicou que existiam duas opções para a imigração de judeus: Argentina e Palestina, onde teriam havido experiências “dignas de colonização”. Descreveu a Argentina como um dos países férteis com uma área de baixa densidade populacional e um clima temperado. Ele estabelecia os termos da nova pátria quanto a como dividir as terras, o quão fértil era a terra e com uma administração estritamente centralizada. O plano era que os argentinos obtivessem enormes lucros com a compra ou entrega das terras. Mas Herzl também dizia que a Palestina era “a nossa inolvidável pátria histórica” E que esse “nome, por si só, seria um toque de reunir poderosamente empolgante para o nosso povo” (Herzl, 2007).

Chamado de "pai espiritual do Estado judeu", Herzl afirmou que a implementação seria realizada por meio de dois órgãos: a Agência Judaica e a Companhia Judaica. A ideia da Sociedade Judaica era preparar a comunidade judaica por meio de treinamento nos campos da ciência e da política. A ideia da empresa

judaica se concentrou em como seria a implementação prática após o estabelecimento do Estado, interessada em liquidar os benefícios representados pelos negócios comerciais dos judeus ao partirem, para organizar seus negócios na nova terra (Herzl, 2007).

Herzl propunha o deslocamento gradual, onde os pobres e agricultores iriam cultivar e recuperar as terras, o que requereria o estabelecimento de mercados para atender as demandas agrícolas e estímulo a circulação de mercadorias. Nesse caso, eram necessárias ferrovias, estradas, pontes, retificação de rios, equipamentos de comunicação e construção de casas em estilo moderno. Atraídos por essa atividade, comerciantes imigrariam por conta própria e às suas próprias custas para abrir novos horizontes econômicos. E, nesse caso, os judeus do mundo perceberiam o novo Estado dos judeus como oportunidade. O tom era esse: quem não vier conosco ficará para trás (Herzl, 2007).

Ele considerou que a Sociedade Judaica estaria cumprindo o papel para o qual foi criada, negociando com os atuais proprietários das terras e comprando terras deles sob a proteção das potências europeias, caso apoiassem o plano de deslocamento. Múltiplas somas e benefícios seriam pagos em troca da compra de terras. O Estado judeu arcaria com grandes dívidas, mas em troca teria estilo de Estado moderno, e isso beneficiaria os países vizinhos, pelo cultivo e investimento, valorizando as terras e seus arredores.

Herzl se apoiava em representações orientalistas, ao afirmar que para “a Europa, constituiríamos aí um pedaço de fortaleza contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie” (Herzl, 1896, p. 19).

## 2.5 Primeiro Congresso Sionista – Programa da Basileia

O Primeiro Congresso Sionista foi realizado em agosto de 1897 na cidade suíça da Basileia. O plano era realizá-lo na cidade alemã de Munique, mas a oposição religiosa judaica o impediu, do que se depreende até hoje que o estabelecimento de Israel não encontra amparo na religião, mas trata-se de um projeto político<sup>1</sup> (Centro de Pesquisa PEW, 2016). Como presidente do Congresso, Herzl informou que seu objetivo era discutir o estabelecimento de um lar nacional para os judeus. É digno de nota que a língua da conferência era o alemão e o ídiche, não o hebraico, e nesse

---

<sup>1</sup> Centro de Pesquisa PEW. Relatório da Sociedade Religiosamente Dividida de Israel, 2016. Disponível em: [pewresearch.org/religion/2016/03/08/israels-religiously-divided-society/](https://www.pewresearch.org/religion/2016/03/08/israels-religiously-divided-society/), Acesso em: 2 dez. 2022.

congresso definiu-se por reviver a língua hebraica e divulgá-la entre os judeus e os colonos (Al-Messiri, 1999).

O número de judeus no mundo antes do Primeiro Congresso Sionista e o início da imigração com fins de colonização para a Palestina no começo dos anos 1880 era de aproximadamente 7,750 milhões (Khalidi, 1998). A maior parte encontrava-se na Europa Oriental. A Rússia concentrava mais de 75% destes. O czar russo empurrou os judeus para guetos, forçando-os a residirem em certas províncias, como a Polônia ocidental e outras regiões. Suas políticas desencadearam perseguições aos judeus, que sofreram repetidos ataques conhecidos como “pogroms”. Isso os levou, como Walid Khalidi explica em seu livro “Cem anos de sionismo”, a emigrar da Rússia em direção aos Estados Unidos. A partir de 1881 até 1914, entraram nos Estados Unidos mais de 2 milhões de judeus russos (Khalidi, 1998).

O Primeiro Congresso Sionista, liderado por Herzl, delineou o programa da administração sionista. Antes o movimento sionista não era algo organizado ou atuante na política internacional, sendo esta a conferência a considerar a constituição do Estado de Israel na Palestina e as etapas práticas para isso, no que ficou conhecido como Programa da Basileia, em referência à cidade suíça de mesmo nome, na qual foi realizado e implementado, até ser dissolvido em 1951. Em seu lugar foi criado o “Programa de Jerusalém”, definido na primeira reunião após o estabelecimento do Estado de Israel (Khalidi, 1998).

Herzl buscou aliviar os temores dos participantes em relação à recepção da proposta pelo Império Otomano, que alertava sobre a imigração organizada de judeus para a Palestina para estabelecer seu lar nacional. Assim, instou os judeus desanimados e religiosos e os ricos a imigrarem para a Palestina e estabelecer sua pátria. A primeira conferência sionista identificou os passos práticos para tanto (Manna, 2003).

O "Programa da Basileia" tinha quatro pontos, conforme mencionado pela Enciclopédia Palestina (1984, pp. 345-346):

- Promoção de assentamentos agrícolas e não agrícolas na Palestina.
- Organizar todo o povo judeu.
- Promover um senso de identidade judaica e consciência nacional.
- Acordos com governos para apoio ao estabelecimento da pátria judaica.

Herzl se esforçou muito para legitimar o projeto colonial e obter credibilidade internacional, mas os judeus alemães não acreditavam no estabelecimento do Estado de Israel, pela crença religiosa de que isso dependia da vontade divina e da vinda do

Messias. Portanto, consideravam a política sionista uma heresia, incompatível com a religião (Centro de Pesquisa PEW<sup>2</sup>, 2016). Herzl recorreu duas vezes ao Império Otomano sob a liderança do sultão Abdul Hamid, tentando persuadi-lo a aceitar a ideia de que os judeus migrassem para a Palestina, que estava sob seu domínio e administração. No entanto, o sultão recusou categoricamente.

Herzl preferia usar a palavra “pátria”, evitando mencionar “Estado”, por vários motivos. O mais importante era tentar tranquilizar os otomanos em particular e ganhar a opinião pública internacional, e não se indispor com os aristocratas judeus que viviam na Europa e consideravam-se cidadãos europeus, os quais rejeitavam os movimentos de Herzl, temendo que suas ideias alimentassem o antissemitismo (Manna, 2003).

Alguns dos partidários da proposta sionista de estabelecer um lar nacional para os judeus se opuseram à palavra “pátria”, mas conforme declarado no Programa da Basileia de 1897, mencionado pela Enciclopédia Palestina, Herzl argumentou: “Não é preciso se preocupar com a redação dessa palavra, porque as pessoas vão entender, em qualquer caso, que significa um Estado.” (1984, (1) pp. 345-346). Vinte anos depois, a mesma estratégia se revelou na Declaração Balfour de 1917, que prometia um lar nacional para os judeus, sendo que, na verdade, era um projeto colonial para um Estado que evitava incluir os árabes e seus direitos, ignorando desde o início sua existência. (Enciclopédia Palestina, 1984).

Herzl viajou para Constantinopla em 1902, onde conheceu o secretário colonial britânico, Joseph Chamberlain (Al-Khalidi, 2018). Desde esse período, a Grã-Bretanha se aliou ao projeto sionista e começou a trabalhar em prol da colonização da Palestina.

Um dos resultados mais importantes do Primeiro Congresso Sionista foi o estabelecimento de duas instituições que contribuíram para o estabelecimento do Estado de Israel: o Fundo Nacional Judaico, em 1901, e o Fundo de Investimento Judaico, em 1889, que correspondiam a uma aplicação prática das ideias que Herzl mencionou em “O Estado judeu”. Herzl sucedeu alguns pensadores judeus do mundo na cristalização e formulação de ideias sionistas, como Zvi Hirsch Kalischer (1795-1874), Moses Hess (1812-1875), Mohelfer (1824-1898), Nepsker (1891) e Asher Zvi Hirsch Ginsberg (1856-1927).

Kalischer defendeu que o assentamento na Palestina devia preceder o esperado Messias, e a opinião de Moses Hess era de que seria impossível promover os judeus na

---

<sup>2</sup> Centro de Pesquisa PEW. Relatório da Sociedade Religiosamente Dividida de Israel, 2016. Disponível em: [pewresearch.org/religion/2016/03/08/israels-religiously-divided-society/](http://pewresearch.org/religion/2016/03/08/israels-religiously-divided-society/), Acesso em: dec, 2022.

diáspora, particularmente na Europa cristã, e que um Estado judeu deveria ser estabelecido na Palestina. Todos concordavam que o antissemitismo era um argumento que poderia ser usado para convencer países cristãos como a França (Khalidi, 1998).

O pensamento judeu sionista, mesmo antes da convocação do Congresso Sionista, era de que a assimilação na Europa era impossível, e que os líderes e dirigentes deveriam alimentar sentimento nacional, herança e identidade judaicas, o que só poderia ser alcançado por meio da imigração e estabelecimento de assentamentos na Palestina (Masalha, 1992).

Para Herzl, a futura pátria judaica era a solução para o problema dos judeus na Europa, considerando que outras sociedades como a Sérvia, os Bálcãs e a Romênia realizaram seus sonhos de uma pátria, e os judeus não seriam menos capazes de realizá-lo. Este seria um grande incentivo ao qual o medo do antissemitismo seria adicionado.

Herzl não descreveu, contudo, especificamente a situação judaica e a injustiça a que os judeus do mundo e da Europa estavam expostos no Primeiro Congresso Sionista. Em vez disso, defendeu que os judeus eram capazes de estabelecer a pátria e administrá-la longe do conflito europeu, e que o lugar seria a Palestina ou a Argentina, dependendo do que escolhessem. A decisão seria por escolha dos judeus em geral, mas o importante era o estabelecimento da pátria. Ao final, a Palestina foi escolhida, formando-se um roteiro e um claro sistema político para o estabelecimento dessa pátria ali.

Na convocação do Segundo Congresso Sionista, no ano seguinte, o Banco de Liquidação Judaica foi estabelecido para auxiliar o Programa da Basileia na implementação de suas decisões (Khalidi, 1998).

Herzl resumiu assim o resultado do Primeiro Congresso Sionista: “Se eu tivesse que resumir o Programa da Basileia em uma frase, embora não possa dizê-lo, diria que Basileia criou o Estado judeu.” (Herzl, 1960).

## 2.6 Compra de terras e remoção do sultão Abdul Hamid

No entanto, a posição do sultão Abdul Hamid II era clara em relação ao assentamento e à compra de terras. Ele enviou seus embaixadores para rastrear os efeitos da compra de terras e emitir instruções aos chefes das missões diplomáticas para impedir o assentamento judaico na Palestina (Manna, 2003).

O sultão Abdul Hamid foi deposto em 1909 (Manna, 2003), e o governo seguinte (União e Progresso) enfrentou pressões de países europeus e organizações judaicas internacionais com o objetivo de permitir que os judeus migrassem para a

Palestina e comprassem terras. As vozes dos árabes alertando para o perigo dessa imigração diminuíram devido à situação política da época e ao grande tumulto na região. Uma das pessoas mais proeminentes que percebeu o perigo da imigração judaica foi Muhammad Rasheed Rida, um nacionalista islâmico (Lamb, 2000).

Em 20 de agosto de 1909, uma nova Constituição foi aprovada pelos otomanos, no mesmo ano em que o sultão Abdul Hamid foi deposto, após recusar o estabelecimento do lar nacional para os judeus pelo pagamento das dívidas dos otomanos à Europa, proposto por Herzl (Manna, 2003).

A nova Constituição otomana aboliu a censura de publicações e permitiu mais liberdade de imprensa e expressão, sendo esse ano considerado o nascimento da imprensa palestina, porque desempenhou um papel importante na educação da sociedade sobre o perigo da imigração sionista, alertando e incitando contra a política de judaização (Khoury, 1967). O primeiro jornal palestino foi o *Al-Karmel* (1908-1914), de Nagib Nassar, que desde o primeiro dia adotou a luta contra o projeto sionista. Outro foi o jornal palestino da Irmandade Issa em 1911 (Manna, 2003). A maior parte foi dedicada aos perigos da imigração, venda de terras e assentamento sionista. Os jornais *Al-Muqtabas* (1908-1913) e *Al-Mufid* (1908-1912) tiveram o papel mais destacado em educar e despertar a opinião pública sobre o perigo iminente.

## 2.7 Primeira Guerra Mundial e seu impacto na Palestina

O Império Otomano entrou na Primeira Guerra Mundial ao lado da Alemanha, contra a aliança franco-britânica-russa. em 5 de novembro de 1914 (Manna, 2003), e o resultado foi a vitória da aliança dos britânicos e a desintegração do Império Otomano e suas províncias, das quais a Palestina fazia parte.

Esse foi um período de epidemias, com a disseminação de cólera, tifo, febre tifoide e propagação de gafanhotos que destruíram plantações e ceifaram muitas vidas na Palestina. O exército otomano passava por um período de fraqueza e debilidade geral. Os palestinos tinham uma visão de que os britânicos e seu exército controlariam a Palestina e a ocupariam devido à situação sanitária (Al-Aref, 1943) e econômica (Schilcher, 1992, p. 229-258) e ao pobre status militar da Palestina em particular e dos otomanos em geral (Manna, 2003).

O exército britânico tomou e ocupou o Egito. Em fevereiro de 1917, chegou a Rafah e depois invadiu Khan Yunis, onde entrou sem encontrar muita resistência. Os otomanos conseguiram repelir o ataque ocorrido no final de março de 1917 em Gaza, conforme declarado por Adel Manna (2003, p. 262). Os britânicos atacaram Gaza por

ar e terra, mas não conseguiram invadi-la, sofrendo pesadas perdas. As forças britânicas repetiram o ataque, mas não conseguiram vencer e, pela segunda vez, sofreram pesadas perdas humanas.

Isso levou à troca do comandante britânico da batalha, com Edmund Allenby passando a liderar a campanha com grandes poderes e capacidades. A Grã-Bretanha fortaleceu seu exército no Egito para invadir Gaza e a Palestina e o apoiou com aviões de guerra avançados e armas mortais. O exército otomano não estava preparado no mesmo nível para o enfrentamento, depois de perder a Primeira Guerra Mundial. Allenby decidiu atacar as forças otomanas em outubro de 1917. Ocupou Beersheba primeiro, sem muita resistência (Al-Aref, 1934). Então dirigiu-se com as forças britânicas, com equipamentos modernos e novos, para Gaza. O exército otomano não resistiu por muito tempo e os britânicos ocuparam Gaza em 7 de novembro de 1917. Grande devastação se abateu sobre Gaza, como resultado do bombardeio terrestre e marítimo que durou quase oito meses. Allenby disse em um discurso: “Gaza tem sido desde o início da história até os dias atuais o portão dos conquistadores.” (Al-Aref, 1934). A invasão britânica avançou ao norte da Palestina, ocupando Jaffa em novembro e Jerusalém dois meses depois, devido à resistência que ali havia.

Jerusalém caiu em 9 de dezembro de 1917, e “a queda do prestígio de Jerusalém teve um grande impacto sobre os árabes, palestinos e otomanos” (Manna, 2003), devido à sua dimensão histórica, religiosa e moral, depois de governada pelos otomanos durante quatro séculos.

A ocupação de Jerusalém foi o início da invasão britânica da Palestina. A Declaração Balfour foi emitida em 2 de novembro de 1917, antes da ocupação de Jerusalém e depois da ocupação da cidade de Gaza. Com a fraqueza dos otomanos, o fim do seu controle sobre a Palestina era apenas uma questão de dias durante o Mandato Britânico (Manna, 2003).

O sionismo procurou expulsar todos os palestinos de sua terra, e Winston Churchill escreveu: “Há judeus que nos comprometemos a trazer para a Palestina e que assumem que a população local será expulsa para protegê-los.” (Masalha, 1992, p. 35).

A atitude de líderes sionistas como David Ben-Gurion, Heckler German e David Rubin era ignorar a presença árabe na Palestina (Masalha, 1992) e, embora não admitissem abertamente, tinham certo que era preciso trabalhar para expulsá-la por todos os meios e métodos, inclusive à força. Já Ze'ev Jabotinsky, ideólogo sionista, criador da União dos Sionistas Revisionistas, que previa um Estado de maioria judaica em todo território do Mandato Britânico, dos dois lados do Rio Jordão, em sua obra “Muralha de Ferro [Nós e os árabes]”, reconhecia que os palestinos não aceitariam o

empreendimento sionista e que, como todo povo nativo, resistiriam a alienígenas estrangeiros. A solução, portanto, era erguer uma muralha de ferro de força militar judaica. Conforme Masalha, Jabotinsky entendeu claramente a psiquê dos despossuídos e colonizados; que não havia nenhuma probabilidade de a maioria árabe concordar em se tornar uma minoria em suas terras. Com efeito, eles continuariam a resistir ao projeto sionista e, portanto, a muralha de ferro não era um fim em si, mas um meio para quebrar a resistência.

Por sua vez, Chaim Weizmann, primeiro presidente do Estado de Israel em 1949, afirmou que “poderiam se livrar deles com dinheiro e que eles também poderiam ser suprimidos com um pouco de firmeza” (Ibid, 1972). Acreditava que os palestinos não representavam nada organizado ou forte. Mas, após sua chegada à Palestina como chefe da missão sionista, ele escreveu uma carta para sua filha descrevendo os palestinos como “as rochas da região da Judeia” (Ibid, 1972, pp. 31-32), como obstáculos que precisariam ser removidos nesse difícil caminho. Sua visão de que os árabes são pedras que a serem removidas fez escola no trato do sionismo da população palestina.

Descrições sionistas sobre os árabe-palestinos os colocavam apenas como grupos desorganizados e incoerentes, sem nenhum partido nacional proeminente, e que poderiam ser seduzidos com dinheiro, expulsos e recebidos por outros povos da Península Arábica, pela identidade árabe comum.

O movimento sionista foi surpreendido, contudo, pelo tamanho da resistência palestina organizada e com o fato de que não conseguia fazer com que os árabe-palestinos se rendessem da maneira que esperava. Ben-Gurion, que era o chefe do Partido Mapai (Mifleget Poalei Eretz Yisrael) em 1929, declarou:

O debate sobre a existência ou não de um movimento nacional árabe é um debate verbal estéril. O mais importante para nós é que esse movimento atraia as massas. Não o vemos como um movimento de ressurreição nacional. No entanto, do lado político, é um movimento nacional. Um árabe não deve se tornar, e não pode se tornar, um sionista. Ele nunca pode esperar que os judeus se tornem a maioria no país. Esta é a verdadeira hostilidade entre nós e os árabes. Nós dois gostaríamos de estar na maioria (Shefer, 1979, 23).

Um plano de expulsão da Palestina começou a ser delineado nos anos 1930 e 1940, e havia uma opinião de que o nacionalismo árabe deveria absorver esses palestinos. Então, começaram as comunicações com os líderes árabes da região para

persuadi-los sobre a possibilidade de transferência dos palestinos para seus países, especificamente na Arábia Saudita e no Iraque (Masalha, 1992).

O discurso racista e extremista buscou preparar a opinião pública sionista de que a repressão e deslocamento forçado da população palestina era a melhor solução (Shahak, 1989).

Essas visões ideológicas estimularam a violenta campanha terrorista lançada pelo Irgun no final dos anos 1930, com a aprovação de Jabotinsky, de modo que esse grupo explodiu uma carroça de vegetais carregada de explosivos em um mercado árabe lotado de gente em Jerusalém. Também atirou bombas em mercados de Haifa e Jerusalém, e disparou indiscriminadamente contra as casas dos árabes (Katz, 1968).

As gangues sionistas competiam no objetivo de subjugar os árabes para forçá-los a sair, e o Yishuv (comunidade judaica local antes do Estado de Israel) sempre apoiou e incentivou um confronto abrangente para expulsar os palestinos. Isso ganhou maiores proporções com o apoio do Mandato Britânico e de seu exército, fortalecendo a confiança sionista em dar início a uma expulsão mais rápida e violenta e a projetos de construção colonial para o Estado judeu sionista (Masalha, 1992).

O Estado judeu desde o início significou impor a vontade sionista pela força excessiva sobre os árabes da Palestina. Em uma reunião do partido israelense Mapai, Ben-Gurion disse: “Não há chance de chegar a um entendimento com os árabes a menos que primeiro cheguemos a um entendimento com os ingleses para que nos tornemos a superpotência na Palestina.” (Teveth, 1985, p. 155).

O Mapai (acrônimo para “Mifleget Po’alei Eretz Yisrael), partido sionista socialista de Israel, criado em 1930, pela fusão do Ahdut Ha’avodah e Hapo’el Hatza’ir, com uma “agenda socialista pragmática”. Mais tarde, transformou-se no Partido Trabalhista de Israel. Relembrando a implementação da doutrina do trabalhismo judaico, anos depois, o líder do Mapai, David Hacoheh, explicou:

"Eu me lembro de ser um dos primeiros camaradas [do Ahdut Ha'avodah] a ir a Londres depois da Primeira Guerra Mundial... Ali eu me tornei um socialista... [Na Palestina] eu tive que brigar com meus amigos sobre o socialismo judeu, porque eu não aceitaria árabes no meu sindicato, Histadrut: defendendo que pregássemos às donas de casa a não comprarem em lojas árabes para impedi-los de conseguir empregos ali... jogando querosene nas plantações de tomates árabes; atacando donas de casa judias nos mercados árabes e destruindo os ovos que elas compraram dos árabes; agradecendo ao Kereen Kayemet [Fundo Nacional Judeu] que enviou Hankin a Beirute para comprar terras de effendis [proprietários] ausentes e tirar os fellahin [camponeses] das terras – comprar dúzias de dunams de um árabe é permitido, mas

vender, Deus proíbe vender um dunam de um judeu para um árabe". (Masalha, 2022)

Isso foi precedido por reuniões com líderes árabes na década de 1930, como o Rei Faisal bin Abdulaziz, Awni Abd al-Hadi, Shakib Arslan, Musa Alami e George Antonius, para negociar a saída dos árabes da Palestina em troca de dinheiro e compra de outras terras em países árabes, como o Iraque e a Península Arábica, mas essa proposta não foi aceita (Shachtman, 1959, (2), p. 152).

## 2.8 A resistência palestina durante o Mandato Britânico (1917-1948)

### 2.8.1 Revolta de al-Buraq

O projeto de assentamento para estabelecer o lar nacional judeu após notável atividade declinou entre 1925 e 1928, devido à falta de apoio material suficiente para a imigração judaica (Khalidi, 1987) e à contínua resistência dos árabes, mas o ano de 1929 registrou a maior recuperação dessa imigração. O número de imigrantes entre 1927 e 1928 dobrou (Charif, 2019).

No mês de agosto de 1929, a situação dos árabes na cidade de Jerusalém se deteriorou. Os judeus marcavam o aniversário da “destruição do Templo” e realizaram grandes manifestações, bradando “o muro é nosso muro”, sobre a Muralha de al-Buraq. Em 15 de agosto de 1929, um grupo do movimento “reviscionista”, liderado por Jabotinsky, encabeçou e gritou nas ruas de Jerusalém: “O muro é nosso muro”, acusando “aqueles que profanam nossos lugares sagrados”. Ao chegarem à Muralha de al-Buraq, eles hastearam a bandeira sionista, cantaram o hino nacional judaico e lançaram expressões racistas e provocativas contra árabes e muçulmanos (Charif, 2019).

Em 16 de agosto de 1929, e após a oração da sexta-feira, os muçulmanos queimaram o “Istarhamat”, um buraco no Muro de al-Buraq (Muro Ocidental), onde os judeus colocam suas cartas e esperanças (Charif, 2019).

Em 24 de agosto de 1929, grandes manifestações eclodiram em toda a Palestina e a agitação se espalhou por todas as suas cidades. As mais violentas ocorreram nas cidades de Hebron, Jaffa, Bisan e Nablus, nas quais os árabes queimaram quartéis-generais da polícia britânica e atacaram os assentamentos sionistas (Charif, 2019). Como resultado, estourou um confronto entre jovens árabes e judeus. As forças do

Mandato Britânico distribuíram armas de fogo e munições para vários judeus. A divulgação da notícia aumentou a revolta dos árabes, que atacaram os assentamentos em Jerusalém e os bairros judeus. Os grupos judeus atacaram uma mesquita, matando o imã e seis membros de sua família. Os árabes responderam atacando reuniões judaicas em Jaffa e Safed, que levaram à morte de 45 judeus e um número ilimitado de árabes. Um maior número de árabes caiu como resultado dos confrontos que se deram também entre as unidades do exército e a polícia britânica mandatária que defendia os judeus e lhes fornecia munição (Charif, 2019).

As autoridades do Mandato Britânico responsabilizaram os árabes e, como resultado, o Alto Comissário decidiu executar três árabes, a saber, Fu'ad Hijazi de Safed, Mahmoud Jamjoum e Atta Ahmad Al-Zeer, de Hebron, em 27 de junho de 1930, em troca de não executar nenhum dos judeus, e 900 árabes foram presos em comparação com 92 judeus (Enciclopédia Palestina, 1984).

Como resultado, as autoridades do Mandato Britânico formaram um comitê de investigação chefiado pelo juiz Walter Shaw, que incluía três representantes do Parlamento britânico, representando seus partidos. Este concluiu que a hostilidade dos árabes aos judeus decorria do medo de seu futuro, resultante da compra de terras para os judeus, não envolvendo-os em qualquer grau de autonomia política e econômica. Uma das recomendações do comitê foi a de que “a Palestina não tem como receber mais imigrantes judeus, exceto substituindo a população local por eles”, encaminhando a questão do Muro de al-Buraq a um comitê especializado em história do Conselho das Nações Unidas (Charif, 2019).

Em 1930, as Nações Unidas concordaram em formar um comitê especializado para investigar o Muro de al-Buraq. Para esse propósito, foi formado um comitê que foi a Jerusalém em junho de 1930, e seu relatório, publicado em dezembro daquele ano, concluiu: “O Muro de al-Buraq é ‘islâmico’ e é um *waqf* para os muçulmanos.” Conforme mencionado no livro “O direito árabe ao Muro das Lamentações em Jerusalém” (*Alhak Alarabe fe haet almabka fe alqds: tqrer allagna aldawlia almuqadam ela usbat alumam am 1930*), publicado em 1973 pelo Institute for Palestine Studies, o al-Buraq pertence exclusivamente aos muçulmanos, não sendo permitido trazer quaisquer frases, bancos, cadeiras, cortinas ou tendas junto à sua parede (Nações Unidas, 1930).

Em outubro de 1930, a Grã-Bretanha formou um comitê técnico para investigar as causas da tensão entre árabes e judeus, liderado por John Hope Simpson. Depois de examinar o curso dos eventos, o comitê concluiu, conforme mencionado no relatório do comitê internacional submetido à Liga das Nações em 1930 (Nações Unidas, 1930),

pela “existência de uma crise real nas terras dos judeus em detrimento dos árabes, o que contribuiu muito para criar o problema do desemprego entre os palestinos. E a imigração clandestina judaica é um perigo constante e uma preocupação constante”.

### 2.8.2 A Grande Revolução Palestina

A revolução ocorreu quando os camponeses palestinos sentiram que suas terras estavam sendo roubadas, ao tomarem conhecimento do esquema do Mandato Britânico. O evento começou em maio de 1936, com uma revolução massiva. Sob a liderança de Amin al-Husseini, a revolução teve três etapas, a primeira das quais de maio de 1936 a julho de 1937, com uma greve geral considerada a mais longa do século XX contra o colonialismo ocidental pelos movimentos de libertação nacional (Al- Khalidi, 1987). Como resultado, a atividade comercial e econômica parou, e a agitação se espalhou para o campo e as aldeias; a população rural e os camponeses pegaram em armas contra o Mandato Britânico e os grupos de colonos. A Grã-Bretanha então formou um comitê de investigação para apoiar as demandas dos revolucionários e encerrar a greve. A Comissão Real de Inquérito (Comissão Peel) britânica foi presidida por Lord William Peel. Os chefes de Estado árabes pediram o fim da greve e o Alto Comitê Árabe, que liderava a revolução, concordou. No entanto, a explosão popular palestina logo se renovou, devido à política das gangues sionistas.

A segunda fase concentrou-se no período de julho de 1937 ao outono de 1938, como consequência da publicação do relatório da Comissão Peel em julho de 1937, o qual apresentava “duas razões por trás dos distúrbios”: o desejo de independência dos palestinos e seu ódio pelo estabelecimento de um lar nacional para os judeus. A comissão recomendou a divisão da Palestina em um estado judeu e um estado palestino que se fundiria com a Transjordânia. A Grã-Bretanha respondeu à escalada da resistência recusando-se a dividir a Palestina, afirmando que os judeus perseguidos deveriam ser ajudados a encontrar um lar. Então o Mandato Britânico emitiu uma ordem para dissolver o Alto Comitê Árabe que estava administrando a revolução e prendeu todos os seus membros, exilando cinco dos líderes nas Ilhas Seychelles, no Oceano Pacífico. As forças do Mandato Britânico bombardearam os quartéis-generais dos revolucionários com tanques e aviões, destruíram suas casas, vilas e moradias, executaram todas as pessoas que possuíam armas e prenderam milhares de pessoas, camponeses, escritores, intelectuais, clérigos, empregados e ricos (Masalha, 1997). A revolução de 1936 envolveu todas as classes da sociedade palestina, que sentiram que suas terras estavam sendo roubadas diante de seus olhos (Masalha, 1997). O Mandato

Britânico procurou a ajuda da Haganah, que estabeleceu uma unidade chamada “Força Especial” para realizar assassinatos noturnos de personalidades e influenciadores da sociedade, criou a organização “Irgun Zvai Leumi”, milícia sionista que funcionou com métodos brutais, como lançamento de granadas, implantação de bombas relógio em mercados e becos lotados de mulheres e crianças, recorrendo a métodos de intimidação e terror contra a sociedade palestina rebelde. O número de vítimas palestinas em 1938 foi estimado em mil pessoas, das quais 54 palestinos foram executados por enforcamento e 2.463 foram presos, enquanto o número de palestinos em geral na época não ultrapassava um milhão (Masalha, 1997). No entanto, a resistência e a revolução continuaram sem interrupção, e a maioria das cidades ficou sob o controle dos revolucionários, incluindo a Cidade Velha de Jerusalém. A revolução recebeu grande aprovação, apoio e solidariedade árabes.

Na terceira fase, que decorreu do final de 1938 até o verão de 1939 (Al-Khalidi, 1987), a Grã-Bretanha enviou reforços maciços ao seu exército na Palestina, depois de ter aberto as portas ao recrutamento e mobilização para enfrentar a Grande Revolução Palestina, que havia assumido o controle das vilas e cidades centrais. A administração da Palestina foi entregue aos militares britânicos, e os confrontos foram violentos, com perda de vidas. Eles executaram 55 palestinos em 1939 (Khalidi, 1987). As vítimas de 1939 foram estimadas em mais de 1.200 palestinos, com o dobro de prisões de palestinos, comparado ao total de 1938. A Grã-Bretanha e seu exército mandatário apreenderam cinco vezes mais armas, rifles e munições, em comparação com o ano anterior.

A Grã-Bretanha convocou uma conferência em Londres, em 7 de fevereiro de 1937, que durou até 27 de março, mas não chegou a um acordo com os árabes para estabelecer um lar nacional para os judeus (Al-Khalidi, 1987). A Grã-Bretanha publicou o ‘Livro Branco’ em maio de 1939, no qual se comprometeu a estabelecer um lar nacional para os judeus e permitir que 75 mil deles imigrassem para a Palestina. O livro foi o fim da Entente Anglo-Sionista que começou com a Declaração Balfour em 1917 (Khalidi, 1987). Entre as figuras históricas mais proeminentes da revolução palestina estavam Fawzi al-Qawuqji, Amin al-Husseini, Raghib al-Nashashibi, Abu Ibrahim al-Kabir.

### 2.8.3 A Nakba e a expulsão à força (1948)

Nos eventos conhecidos como “Nakba” (catástrofe), as gangues sionistas expulsaram três quartos de milhão de palestinos (Masalha, 1992), ocupando suas terras, seja por meio de intimidação ou pela força das armas.

A Nakba, segundo Pappé, foi o extermínio deliberado de uma parte da população por um grupo que desejava a homogeneização de uma área etnicamente miscigenada, para melhor controlá-la (Pappé, 2006). Masalha descreve-a como “a destruição da Palestina histórica e a limpeza étnica dos seus habitantes” (Masalha, 2011, p. 5). Os sionistas começaram a colonizar as terras palestinas ainda antes dos anos de 1948. Depois que completaram o estabelecimento de assentamentos sionistas nas terras da Palestina, esses postos avançados se expandiram de uma pessoa para uma cidade inteira.

O Yishuv, como Abdel Wahab Al-Messiri definiu em sua enciclopédia, “é a presença judaica na Palestina (antes do Estado de Israel). É uma palavra hebraica que significa assentamento ou residência, e se refere aos grupos judeus que se estabeleceram na Palestina para fins religiosos” (Al-Messiri, 1999, p. 89). Eles gozavam de superioridade militar e administrativa sobre as comunidades locais árabes que resistiam ao deslocamento, e essa superioridade desempenhou um papel na eclosão da guerra em 1948. Em dezembro de 1947, a liderança da Haganah pressionava pela adoção de uma estratégia ofensiva e ataques organizados contra a população civil árabe, chegando a matar, deslocar, queimar e atirar.

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou por maioria de votos a divisão da Palestina em dois estados, um palestino árabe e outro israelense, em 29 de novembro de 1947 (Al-Messiri, 1999). Esse momento coincidiu com a preparação completa do Yishuv. E a Haganah formou suas gangues armadas para entrar em guerra civil com os árabes, esvaziar a terra da população árabe-palestina e criar um fato consumado. A Haganah começou a atacar, como havia planejado e aprovado em maio de 1946, para destruir o transporte árabe na Palestina, explodir casas e expulsar seus habitantes (Toldot, 1939).

Citando Ilan Pappé (2006) e Masalha (1992), havia planos concretos para implementar o projeto étnico sionista a partir da década de 1930. A ideia de transferir a população árabe local e abrir espaço para a colonização judaica já havia sido sugerida pelo “fundador” do sionismo político moderno, Theodor Herzl, e foi constantemente mencionada por outros líderes até a guerra de 1948, quando as circunstâncias a tornaram possível (Sahd, 2012). Depois de lançar muitos ataques militares entre 1948 e 1950, as forças sionistas, que mais tarde se transformaram no exército israelense, estabeleceram muitos assentamentos judaicos nas ruínas de cidades e aldeias palestinas

que compõem 78% do território da Palestina historicamente capturada. Ben-Gurion emitiu a ordem: “Durante a ofensiva, devemos agir de forma decisiva e dura sem levar nada em conta.” (Ben-Gurion, 1982, p. 101).

Essas greves e incursões causaram choque e destruição do equilíbrio social da extensa família palestina, e foram causa de migração e expulsão forçada, devido ao horror das agressões e à propagação do pânico. O objetivo das invasões repentinas era tornar os árabes “totalmente indefesos” (Jenkins, 1947). No final de 1947 e nos primeiros meses de 1948, foram realizados vários ataques e incursões noturnas surpresa. Casas foram destruídas, algumas aldeias foram bombardeadas e jovens e crianças foram mortos. Esses são alguns dos ataques ocorridos durante aquele período brutal (John, 1947): Faga e os árabes as-Sawarka, e o incidente da morte de toda a família Abu al-Laban (11 pessoas), árabes al-Shobaki, al-Tira, Cinema Rex em Jerusalém, al-Abbasiyya, Bab al-Amud em Jerusalém, Jaffa e bairro de Abu Kabir, além de centenas de aldeias que foram destruídas; e contra seus habitantes, especificamente na Galileia, Marj Ibn Amir e Safed (Atiyah, 1948).

No processo de judaização das terras ocupadas, conforme relatado por Masalha, os sionistas passaram a usar o nome Palestina associado ao termo Eretz Yisrael, e isso durou do fim do século XIX até 1948. Nomes árabes foram apropriados através de uma hibridização de nomes de assentamentos judaicos, forçando a ideia de indigenização ou naturalização dos colonos. As mito-narrativas da Bíblia e da arqueologia foram instrumentalizadas, com hebraicização e biblicização dos topônimos árabe-palestinos e utilização de listas toponímicas do Fundo de Exploração da Palestina e de obras de arqueólogos ocidentais bíblicos (Masalha, 2022).

## 2.9 Plano Dalet – D

É importante mencionar esse plano de consolidação do projeto colonial sionista, que teve um certo tempo para executar o que foi traçado em 1947: controlar o maior número de aldeias completamente despovoadas de habitantes árabe-palestinos (Ibid, 1947, p 127) e expandir o Estado judeu para além da Resolução das Nações Unidas sobre a partilha de novembro de 1947, para ocupar o maior número de terras e aldeias, de todas as formas possíveis. O plano incluiu levar à evacuação por meio de encorajamento e sedução, em que poucos aceitaram partir; o uso do argumento de que o Estado judeu inevitavelmente viria; conversas com os prefeitos e dignitários da vila e notáveis do país; intimidação via propaganda sobre os massacres realizados em cidades e aldeias vizinhas, como Deir Yassin; e expulsão pela força das armas.

O Plano D visava sitiar as três principais cidades: Jaffa, Haifa e Jerusalém. Este as sufocou severamente, cortou as comunicações, fechou lojas à força, atingiu a economia e cortou seus meios de subsistência. Como os habitantes não estavam preparados para um ataque, a melhor opção seria se render e partir (Masalha, 1992).

Poucas aldeias se renderam e partiram sem resistência, mas o Yishuv decidiu expulsar os árabes pela força das armas e tortura. Em 19 de maio, as ordens chegaram a um dos líderes da gangue: “Atacar em nome da vitória, matar homens, destruir e queimar as aldeias de Al-Kabri, Umm al-Faraj e al-Nahr.” (Eshel, 1973, p. 172). Ben-Gurion costumava dizer claramente: “É melhor que apenas o menor número possível de árabes permaneça na terra do Estado (israelense).” (Bar-Zohar, 1937, p. 703).

Com base nas informações emitidas pela Divisão de Inteligência do Exército Israelense, em 1º de junho de 1948, o Plano Dalet conseguiu implementar seus objetivos. Então, 370 mil palestinos deixaram o país e suas terras foram ocupadas pelas forças sionistas, sendo a Haganah (as denominadas Forças de Defesa de Israel) responsável por 55% dessas ações. Os ataques das gangues Lehi e Irgun aumentaram as expulsões em 15%. As campanhas de pânico, pressão moral e psicológica e medidas tomadas pelo exército israelense, em 14%. Como resultado, 84% dos palestinos saíram por causa dos ataques e ações sionistas (Morris, 1948, pp. 5-19 e Masalha, 1992).

## 2.10 Massacres sionistas e seu papel no deslocamento

O foco mais importante dos massacres cometidos pelos grupos sionistas e pelo exército israelense foi o deslocamento da maior parte da população por ataque súbito e repentino em todas as partes da Palestina, no sudoeste, oeste, leste e norte da Galileia, em Lod, na Palestina central e no oeste de Jerusalém (Masalha, 2021), até a evacuação abrangente e completa da população árabe da terra.

O massacre de Deir Yassin, ocorrido em 9 de abril de 1948, teve grande repercussão para a limpeza étnica nas aldeias vizinhas, tendo em vista o que escreveu o jornalista israelense Amos Ben-Verd, baseado nos depoimentos dos que participaram do ataque:

Os soldados da Haganah, que entraram na aldeia alguns dias depois do massacre, encontraram dezenas de cadáveres que não haviam sido enterrados, incluindo corpos de crianças, mulheres e idosos. Havia cadáveres sem cabeça e outros com a barriga mutilada. Muitos corpos de mulheres foram encontrados dentro de suas casas, corpos perfurados por balas. Os cadáveres insepultos exalavam um mau cheiro. Alguns dos recrutas do exército israelense (a Haganah) desmaiaram quando viram essas cenas (Haaretz, 1989, 32).

Em dezembro de 1948, preocupados com a visita de Bem-Gurion, o líder do Partido da Liberdade dos Estados Unidos, o cientista Albert Einstein e outros intelectuais publicaram uma carta no *New York Times* para denunciar o genocídio que o visitante havia comandado na Palestina, à frente de “um partido político muito parecido em sua organização, métodos, filosofia política e apelo social aos partidos nazistas e fascistas. Foi formado a partir da adesão e seguimento do antigo Irgun Zvai Leumi, uma organização terrorista, de direita e chauvinista na Palestina”.

Em um trecho perturbador, os signatários relatam como foi a tomada da aldeia de Deir Yassin:

bandos terroristas atacaram esta vila pacífica, que não era um objetivo militar nos combates, mataram a maioria de seus habitantes, 240 homens, mulheres e crianças, e mantiveram alguns deles vivos para desfilar como cativos pelas ruas de Jerusalém. A maioria da comunidade judaica ficou horrorizada com o ato, e a Agência Judaica enviou um telegrama de desculpas ao Rei Abdullah da Transjordânia. Mas os terroristas, longe de se envergonhar de seu ato, orgulharam-se desse massacre, divulgaram-no amplamente e convidaram todos os correspondentes estrangeiros presentes no país a ver os cadáveres amontoados e o caos geral em Deir Yassin (Einstein et al, 1948).

Na aldeia de Al-Dawayima, localizada a leste de Hebron, no final de outubro de 1948, o massacre foi perpetrado pelo 89º Batalhão do exército israelense. Um soldado que testemunhou o massacre descreveu o episódio da seguinte forma: “A primeira onda de conquistadores matou cerca de 80-100 árabes (homens). Crianças foram mortas quebrando suas cabeças com paus.” (Israel Imperial News, Londres, março 1968).

A primeira onda de conquistadores matou cerca de 80-100 árabes (homens), e crianças foram mortas brutalmente, e não havia casa sem pessoas mortas. Um oficial ordenou a um dos soldados que colocasse duas mulheres em uma certa casa e explodisse a casa sobre suas cabeças, mas o soldado recusou. O oficial ordenou aos homens que trouxessem as mulheres para dentro da casa e cometessem o ato hediondo. Um dos soldados gabou-se de ter estuprado uma mulher e depois atirado nela. Uma das mulheres, com um bebê nos braços, trabalhava na limpeza do pátio onde os soldados comiam, e trabalhou um ou dois dias. No final, eles atiraram nela e em seu bebê. Esses oficiais educados se transformaram em assassinos bastardos, e isso não aconteceu no calor das batalhas, mas sim como resultado do regime de expulsão e destruição. Quanto menor o número de árabes remanescentes, melhor, e esse princípio foi o motor político das expulsões e massacres (Benny, 1988, pp. 222-223).

Muitos outros massacres e crimes foram cometidos naquele período até nossos dias e se tornaram uma conduta do exército israelense para expandir os assentamentos

e desalojar os moradores de suas cidades e vilas, incluindo os massacres de Balad al-Shaykh, de Deir Yassin, de Tantura, da aldeia de Abu Shusha, do Hotel King David, de Qibya, de Al-Dawayima, de Kfar Qasim (Masalha, 1992).

Embora as condições diplomáticas internacionais e árabes em particular, e a queda do Império Otomano, tenham aberto caminho à expulsão completa dos árabes da Palestina, isso não aconteceu pela razão essencial de que há uma diferença de entendimento sionista entre trabalhadores e extremistas do exército israelense e a liderança do Yishuv; entre os que apoiam a expulsão parcial e os que apoiam a transferência completa, como Yosef Weitz. Essa discrepância levou à contradição e à dispersão das ideias de expulsão completa dos árabes pela liderança de Israel (Masalha, 2021).

### 2.11 A ocupação da Faixa de Gaza (1956-1957)

Gaza está localizada no sul da planície costeira palestina e, de acordo com o plano de partição de 1947, deveria fazer parte do Estado árabe palestino. Com a guerra de 1948, grandes áreas foram apreendidas e anexadas a Israel e os egípcios mantiveram a cidade de Gaza e algumas outras cidades vizinhas, uma área que mais tarde passou a ser chamada de Faixa de Gaza, com um comprimento de 25 milhas e uma largura de cerca de 4 milhas ao sul, ou seja, aproximadamente 365km (Masalha, 1997). Gaza foi e ainda é um desafio estratégico para Israel devido à sua demografia. Sua população, que em 1947 era de 180 mil, passou na época da Nakba em 1948 a mais de 240 mil pessoas (Masalha, 1997), deslocadas internamente de suas aldeias e cidades, por meio da violência, pelo Estado de Israel, resultando no problema da densa concentração populacional em uma área geográfica limitada. Por essa razão e pela extrema necessidade dos deslocados do norte da Palestina (Jericó), foi criada a Agência das Nações Unidas de Assistência e Trabalho para Refugiados (UNRWA), em dezembro de 1949 (Masalha, 1997).

Os palestinos foram expulsos das aldeias do centro e norte da Palestina para Gaza, e depois disso tentaram voltar às suas aldeias e cidades exercendo o direito de retorno, apoiado pela Resolução das Nações Unidas nº 194, parágrafo 3, emitida em 11 de dezembro de 1948 (Masalha, 1997). Os refugiados tentaram voltar para suas casas, mas não conseguiram, e Israel começou a atacar qualquer um que pensasse em retornar. Aos olhos dos israelenses, eles se tornaram uma ameaça ao Estado de Israel (Morris, 1997). Para desencorajá-los a retornar, os israelenses lançaram ataques

indiscriminados para intimidar, incutir medo e fazê-los deixar Gaza e fugir da Palestina (Rokach, 1980).

Acobertando um processo contínuo de massacres, a comunicação diplomática nos anos seguintes exercia um papel fundamental para uma narrativa de criminalização dos palestinos distribuída via embaixadas. As informações israelenses eram fornecidas aos funcionários de outros países que as reproduziam sem questionamento, conforme relata um diplomata auxiliar da Embaixada cubana nos anos 1960:

Tínhamos um mecanismo para enviar notícias e telegramas via telex. Costumávamos noticiar que os palestinos haviam roubado as casas dos povos indígenas, que eram os judeus. E que os terroristas palestinos mataram crianças e queimaram igrejas, e que eram bárbaros. Estávamos fornecendo essa informação através do embaixador britânico, e às vezes íamos inspecionar e víamos que alguns palestinos realmente tinham feito isso, e o mecanismo era de enviarmos a mensagem oficial por telex, e a sede da missão cubana em Londres enviava esses relatórios para Havana. Depois de 50 anos de trabalho em nossa Embaixada em Tel Aviv e como embaixador no Oriente Médio e em vários países dos estados do Golfo, a verdade tornou-se clara para mim. Oh, como éramos tolos e mentirosos. Acontece que o que vimos na Palestina ocupada foi que os israelenses haviam matado os palestinos, e não o contrário (Diplomata cubano).

Os israelenses tentaram pressionar o Egito a enfrentar os refugiados e tiveram a ideia de expulsar os palestinos de Gaza para o Sinai, persuadindo o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser (Masalha, 1997). Este tomou medidas para não interferir no despovoamento, mas os israelenses estavam determinados. A notícia vazou para os palestinos em Gaza, que então fizeram manifestações contra o plano de expulsão e tomaram medidas contra Abdel Nasser e seu governo. Eles cercaram a sede do governo egípcio em Gaza e queimaram seus veículos também. Abdel Nasser recuou e foi forçado a abandonar o projeto Sinai (Palumbo, 1986).

Os israelenses decidiram invadir a Faixa de Gaza em 21 de outubro de 1956 (Masalha 1997, p. 66), ocupando-a e ao Sinai por quatro meses. Sitiaram cidades, cometeram massacres hediondos e mataram centenas de civis indefesos, sem motivo. As estatísticas remontam ao que o historiador israelense Benny Morris mencionou (Masalha, 1997): 2.700 refugiados árabes (deslocados de Madjal) e outras mais de 5 mil pessoas foram mortas pela polícia e exército israelenses. A maioria dos mortos eram camponeses refugiados oriundos de outras aldeias e cidades palestinas e civis desarmados (Eli, 1982). Os deslocados eram antigos moradores da cidade de Madjal que os sionistas expulsaram para a Faixa de Gaza, para que imigrantes judeus se instalassem nas residências árabes vazias; a cidade foi renomeada como Ashkelon."

Ainda assim, Ben-Gurion não ficou satisfeito com o resultado. Em 1956, a população da Faixa de Gaza chegou a quase 900 mil refugiados árabes da Palestina. Os refugiados palestinos não partiram como esperado por Israel, que se retirou da Faixa de Gaza. Daneen, chefe do comitê oficial estabelecido para estudar o reassentamento e expulsão de refugiados de Gaza, objetou. Em carta a David Shaltiel, embaixador de Israel no Brasil, ele pontuou: “Poderíamos ter mudado muito em Gaza, mas não recebemos permissão e dinheiro para isso.” A ocupação de Gaza durou apenas um ano, de 1956 a 1957. No entanto, os israelenses não abandonaram a ideia de expulsar seus habitantes (Danin, 1957, p. 251), alimentando-a nos anos seguintes, porque a Faixa de Gaza congrega mais de três quartos dos refugiados palestinos, o que é percebido como uma ameaça permanente ao Estado de Israel.

## 2.12 Naksa (1967)

O sionismo, em sua fase inicial, era visto por seus defensores de vanguarda como um movimento totalmente dependente de fatores mecânicos: “Há um país que passa a se chamar Palestina, um país sem povo, e do outro lado está o povo judeu, e não tem país. O que mais se pretende, então, senão introduzir o dedo no anel para unir este povo e este país?” (Litvinoff, 1938).

Outros líderes do movimento sionista, como Lord Shaftesbury, expressaram que isso não significa necessariamente uma terra despovoada, mas sim que não há civilização, e no caso de haver uma população, será no máximo um acampamento árabe (Zangwill, 1920).

Em 5 de junho de 1967, em apenas seis dias desde o início dos combates até o cessar-fogo, Israel ocupou três quartos da área que controlava (Bishara, 2017). Entre as outras razões para a eclosão da guerra, estava a declaração do estabelecimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) em 1964 e a exigência do Egito de que as forças das Nações Unidas retirassem seu exército do Sinai, fechando em 22 de maio o Estreito de Tiran, no Mar Vermelho, contra a navegação israelense – isto equivalia a uma declaração de guerra, na visão de Israel.

Os árabes não reconheceram o Estado de Israel, que deslocou o povo palestino em 1948 durante a Nakba. As elites dominantes competiam entre si sobre quem era mais hostil a Israel. David Ben-Gurion (1886-1973) achava que a guerra de 1948 não havia sido suficiente e que era preciso infligir outra derrota aos árabes e forçá-los a aceitar o Estado de Israel (Bishara, 2017).

O recurso do despovoamento foi renovado após a guerra de 1967 (Naksa) e o método de expulsão dos árabe-palestinos foi novamente ativado, especificamente na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Após a guerra de 1967, Israel assumiu o controle de toda a Palestina, e esse período constituiu ponto de virada sobre a vida dos palestinos da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Mas, apesar do controle e da expulsão de 300 mil palestinos, Israel continuou enfrentando o problema demográfico (Masalha, 1992) que foi discutido em projetos governamentais, gabinetes e entre jornais e escritores. Isso seguiu com o governo da extrema direita do partido Likud, como no caso de Ariel Sharon, que trabalhou para expulsar os palestinos das terras, assim como Ben-Gurion havia feito em Lod e Ramla em junho de 1948. Ele culpava o Partido Trabalhista, afirmando que se tivesse seguido com o método de expulsão e despovoamento de Ben-Gurion, Israel não estaria enfrentando então o “problema demográfico” árabe.

No início dos anos 1970, e após a Naksa, os israelenses de vários grupos decidiram ampliar o despovoamento, com a justificativa de que os 10 milhões de quilômetros quadrados de países árabes poderiam absorver os palestinos e fornecer-lhes moradia e trabalho. O Coronel Aharon Davidi, professor titular do Departamento de Geografia da Universidade de Tel Aviv, costumava promover a solução de transferência dos palestinos para os países árabes, argumentando que, como eles possuem grandes riquezas, não haveria problema se se ajudassem uns aos outros (Masalha, 1997).

Foi também a opinião de Haim Hazaz (1973):

Há uma questão judaica (a Cisjordânia), que tem um grande número de residentes árabes que devem ser evacuados para os países árabes vizinhos. Este não é um banimento como o banimento de judeus entre os não judeus. Eles estão se mudando para seus irmãos, para um país grande, vasto e pouco povoado com uma cultura, um idioma e uma religião. Isso é (transferência) como o que aconteceu entre a Turquia e a Grécia e entre a Índia e o Paquistão, corrigindo a situação do mundo em um lugar por meio de (trocar a população árabe) e colocá-los em seu local especificado. Assumiremos a responsabilidade por esta tarefa e ajudaremos no planejamento e financiamento (Ben-Ami, 1977, pp. 20-21).

Dov Yosefi, um israelense sênior nascido no Chile e que serviu no corpo diplomático na América Latina por anos, escreveu um artigo intitulado “Uma solução humanitária para o problema demográfico”, concluindo, entre outros pontos: “Se quisermos impedir o derramamento de sangue mútuo e contínuo, não há uma solução – (senão) transferir a população árabe da Terra de Israel para os países árabes... De fato, isso é um tanto doloroso (quem entende isso como nós, judeus), mas é inevitável e

preferível ao envenenamento cumulativo que destrói todo o corpo. Não há dúvida de que esta solução virá mais cedo ou mais tarde. Permanece a questão de saber se virá por meios pacíficos através do planejamento regional e ajuda internacional, ou Deus me livre, como resultado de eventos sangrentos.” (Ben-Ami, 2013, pp. 349-350).

O elo de “transferência” israelense era fazê-la em troca de dinheiro, e até muito dinheiro. Mas o deslocamento forçado após 1967 assumiu formas violentas. O plano de Israel era desarraigar aldeias inteiras, demolir suas casas, mudar suas dependências e nomes e construir novos assentamentos, como aconteceu com as aldeias de Nuba, Emaús e Yalo, adjacentes à Linha Verde a noroeste de Jerusalém. Mais tarde, Amos Kenan, um jornalista israelense, revelou a história de Beit Nuba em detalhes vívidos:

Demos ordens para bloquear as entradas da aldeia e impedir que os residentes voltassem de seus esconderijos para a aldeia depois que as estações de rádio israelenses anunciaram e os instaram a voltar para suas casas. Mas a ordem exige atirar sobre suas cabeças e dizer-lhes para não entrar na aldeia. As casas de Beit Nuba são construídas com belas pedras; algumas são luxuosas. Cada casa era rodeada por um pequeno jardim com oliveiras e damasqueiros, vinhas e lagares. Estavam todas em boas condições. Entre as árvores estão terraços cuidadosamente plantados com legumes... Ao meio-dia, a primeira escavadeira chegou e demoliu a primeira casa na periferia da aldeia. Em dez minutos, a casa se transformou em escombros, incluindo todo o seu conteúdo. As oliveiras e os ciprestes foram todos arrancados. Depois de três casas, a primeira coluna chegou da direção de Ramallah... Alguns soldados que falavam árabe subiram para avisá-los. Havia velhos que mal podiam andar, velhas órfãs, mães segurando seus bebês e crianças pequenas. As crianças choravam e pediam água. Eles estavam todos carregando bandeiras brancas (Israel Imperial News, 1968).

### 2.13 A situação palestina

Apesar da passagem de mais de 76 anos desde a Nakba e das decisões internacionais para preservar o direito do povo palestino e estabelecer seu Estado independente, o sofrimento ainda continua. Por isso, é importante mencionar os problemas mais graves enfrentados pelos palestinos desde o início do século XXI.

### 2.14 O problema dos refugiados e o direito de retorno

Conforme a Carta Universal dos Direitos Humanos de 1948 (Ramadan, 2022), toda pessoa que deixou seu país tem o direito de retornar. Em 11 de dezembro de 1948, o Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 194, que dispõe sobre o direito dos refugiados palestinos de retornar ao seu país (Mohsen, 2020) e conclama

a comunidade internacional, desde 1948, em todas as suas reuniões até os dias atuais, a confirmar a implementação do direito imprescritível dos palestinos da diáspora de voltar para suas casas, mas o problema dos refugiados persiste até hoje.

### 2.15 Palestinos dentro da Linha Verde

Os habitantes árabe-palestinos remanescentes no Estado de Israel, que vivem dentro da linha do armistício de 1949, enfrentam a Lei Básico do Estado-nação aprovada em 2018 (Bisharat, 2019) que estipula que a Terra de Israel é o lar nacional dos judeus. A lei ratifica um estado de discriminação racial contra os cidadãos palestinos, e estipula que a língua oficial do Estado é o hebraico, sem lugar para a língua árabe, considerando ainda Jerusalém como a capital do Estado de Israel. A lei incentiva os judeus a imigrarem para lá, e a ideia de uma superioridade étnica e religiosa é a base sobre a qual esta lei foi construída.

### 2.16 Jerusalém, judaização e conflito de identidade

A centralidade de Jerusalém para a questão palestina é incontestável, e há uma imposição israelense aos árabes de aceitarem sua ocupação e completa judaização (Omar, 2011), conforme crença profundamente enraizada na ideologia sobre a qual o Estado de Israel foi erigido. O método de judaização e o tamanho dos assentamentos por parte de Israel mudaram radical e rapidamente, começando com a primeira ocupação da parte oeste da cidade em 1948 e depois a ocupação do restante em 1967.

### 2.17 Cisjordânia e o bloqueio na Faixa de Gaza

O sofrimento dos palestinos na Cisjordânia gira em torno do corte dos laços entre as zonas administrativas A, B e C, com barreiras entre as cidades, o confisco de terras, o bloqueio econômico pela construção e expansão de assentamentos que se apoderam de cada vez mais terras, e a crise da água que não permite aos palestinos sequer cavar poços artesianos.

A não aceitação da vitória do Movimento de Resistência Islâmica Hamas nas eleições legislativas de 29 de janeiro de 2006 motivou o bloqueio da Faixa de Gaza por Israel que, desde 2008 (Muhareb, 2020, P. 198), lança ataques ao território na tentativa de frustrar seu governo e deslegitimar a resistência armada representada pela ala militar especial do Hamas, as Brigadas Izz ad-Din al-Qassam, que se ocupam da defesa armada da Palestina. O genocídio perpetrado pelo Estado de Israel do início de outubro de 2023

até meados de maio de 2024 já havia matado mais de 35 mil palestinos, a maioria mulheres e crianças. Israel tem usado armas proibidas internacionalmente, como o fósforo branco americano, segundo a Human Rights Watch (Abdullah, 2020), organização que também acusou Israel de “violar as leis da guerra”, no que “parece constituir crimes de guerra” (Abdullah, 2020) e de manter um estado de *apartheid*.

Com essa apresentação breve dos principais momentos da história a Palestina e o deslocamento ocorrido após o estabelecimento do Estado de Israel, o capítulo buscou trazer uma visão geral da Palestina ocupada e as passagens importantes desde então, ficando claro que a questão palestina passou por desdobramentos a partir do advento da imigração judaica e do estabelecimento do lar nacional judeu. Que este se transformou no Estado de Israel, apoderando-se de mais de 89% das terras dos árabe-palestinos nestes mais de 76 anos. Que jamais cumpriu quaisquer resoluções das Nações Unidas desde que sua Assembleia Geral recomendou a partição do território palestino em 1947. Que esses fatos levaram a divisões na sociedade palestina que continuam a ser enfrentadas até os dias de hoje. Vimos também como a queda do Império Otomano e a Primeira Guerra Mundial ajudaram na emissão da Declaração de Balfour. O deslocamento de mais de um milhão de árabes palestinos em 1948 contribuiu para a tomada de terras palestinas e sua conversão em colônias. Vimos que a política de deslocamento forçado levou a população árabe a migrar para fora da Palestina, perseguida pelas gangues Haganah e o exército do Estado de Israel, que aterrorizavam e matavam a população árabe, cometendo crimes e massacres, como aconteceu em Deir Yassin, Al-Dawayima, na contínua Nakba.

A pesquisa abordou o papel da resistência palestina no enfrentamento à colonização sionista de terras árabes e à política de deslocamentos forçados, como durante a Grande Revolução Palestina.

No próximos capítulos, buscaremos estudar o comportamento dos árabe-palestinos na América Latina, o impacto de sua migração devido à política do Estado de Israel após a Nakba e a Naksa, levando à formação de comunidades fortes na distante diáspora, na Argentina, Brasil, Chile, El Salvador e Honduras, e como eles conseguiram transferir a luta contra o sofrimento de seu povo para o novo lar e preservar a comunicação social, a língua e a cultura palestinas, representada na gastronomia, no vestuário e na música.

### 3. A DIÁSPORA PALESTINA NA AMÉRICA LATINA – ESTATÍSTICAS E HISTÓRIA

A questão migratória, seja pelas estatísticas vultosas ou pelos desafios enfrentados pelos grupos que migram, tem sido uma das questões mais complexas ao longo das últimas décadas, em todo o mundo. Neste capítulo, serão discutidos os contextos do deslocamento forçado palestino, os números dessa migração, os desafios de adaptação. A diáspora palestina tem início ainda no século XIX, mas ganha impulso no seguinte, principalmente em função da limpeza étnica e ocupação de suas terras. Quase um milhão e meio foram deslocados em meados do século passado (Masalha, 1992). Os imigrantes construíram seu futuro e presente nos países da diáspora, que se distribuíram para os países árabes vizinhos da Palestina, como Jordânia, Síria, Kuwait e Líbano, e para o continente europeu, América do Norte e do Sul, Ásia e Austrália.

Este capítulo aborda a diáspora palestina na América Latina e como imigrantes e refugiados conseguiram, ao longo de cento e poucos anos desde a chegada dos primeiros à região, construir instituições, associações e riquezas e foram capazes de manter conexões com sua pátria, costumes e tradições. Ao mesmo tempo, o capítulo aborda como chegaram e se integraram a essas novas sociedades e contribuíram para construir famílias extensas e fortes que estão ligadas ainda hoje à pátria da Palestina. Os esforços dessas comunidades, por meio de suas atividades diplomáticas, políticas, midiáticas e populares, contribuíram para o reconhecimento do Estado da Palestina nas fronteiras de 4 de junho de 1967 por todos os países sul-americanos (Alzoubi, 2023). As chamadas fronteiras de 1967 equivalem aos limites provisórios, conforme o armistício de 1949, contemplando apenas os territórios ocupados militarmente por Israel na Naksa.

Este capítulo busca fazer um levantamento abrangente sobre a imigração palestina em geral para a América Latina, com foco em cinco países: Chile, que reúne o maior número de imigrantes palestinos na região, de acordo com levantamento do Bureau Central de Estatísticas da Palestina e das comunidades palestinas no mundo, publicado em 2019; El Salvador e Honduras, que contêm a maior concentração de palestinos depois do Chile; Brasil, por ser o maior país da América do Sul em população e território, tendo também uma posição de liderança na região e, portanto, influência em relação à defesa da causa palestina; e Argentina, por abrigar uma ativa comunidade judaica pró-Israel, tendo sido considerada uma das opções de Theodor Herzl para estabelecer uma pátria para os judeus.

Como todo fenômeno de migração, houve motivos reais para que ocorressem os chamados “fatores de expulsão e atração” (Masalha, 2006), que estiveram por trás

do movimento de milhares de jovens palestinos para os países da América Latina. A miséria, a carência, a pobreza e as más condições econômicas após o declínio do Império Otomano na década de 1870 e a necessidade urgente de melhorar as condições de vida contribuíram para a imigração de jovens para a América Latina. Isso fez com que algumas empresas enviassem corretores para incentivar essa imigração para seus países, prometendo prosperidade. De olho nessa mão de obra, o imperador Dom Pedro II visitou, em 1899, a Palestina e região, buscando estimular os jovens a imigrarem para o Brasil para trabalhar nas lavouras de café e agricultura. A declaração do estabelecimento do Estado de Israel, a prática de expulsão forçada, a perpetração de massacres a partir de 1947 e os eventos que se seguiram provocaram a segunda onda de imigração (Akmir, 2006).

### 3.1 O estudo problemático da Argentina como país de imigração

Etienne Balibar (1991) indicou que toda nação tende desde seu início a criar uma sociedade de classes, mas esta regra não é fixa. A produção de um povo ou de uma sociedade na América Latina é uma questão controversa. As migrações abrangem desde as europeias às africanas e às árabes desde o início do século XIX. Entre as migrações está a dos palestinos, como resultado do colonialismo e consequente estabelecimento do Estado de Israel.

Em geral, os árabes e os palestinos se fundiram e aprenderam as línguas locais como o espanhol e o português, começaram a beber mate, os descendentes da segunda geração aprenderam jurisprudência e passaram por experiências políticas, e tudo isso ajudou a capacitá-los na sociedade de acolhimento e alcançar integração, o que os levou a contribuir para uma sociedade culturalmente heterogênea (Gimenex, 2000).

Além disso, os documentos aprovados para o registro de palestinos na maioria dos países latino-americanos continham erros graves quanto à religião e nacionalidade dos imigrantes. Encontramos, por exemplo, registros específicos de religião que colocam os imigrantes como muçulmanos, outros como maometanos e outros como de religião turca ou otomana, havendo por vezes confusão entre nacionalidade e religião (Jozami, 1994). Com isso, há uma discrepância contínua no número de muçulmanos e seu peso na comunidade árabe, que existe até o momento, o que às vezes dificulta o alcance dos números reais (Akmir, 2006).

A integração alcançada pelos palestinos latino-americanos não significa dissolução e fracasso em obter as proporções e números corretos da sociedade palestina, seu tamanho ou seu desaparecimento. Pelo contrário, para os árabes, como

diz Jozami (1994) em seu estudo “La inmigración sirio-libanesa en América Latina – Identidad religiosa e integración cultural en cristianos sirios y libaneses en Argentina, 1890-1990”, os árabes se apegavam à sua origem independentemente de sua filiação religiosa, e isso ficou evidente nos conflitos internacionais dos quais os árabes faziam parte e como se mantiveram ligados às suas pátrias por meio de muitas instituições que foram estabelecidas e cujo nome era indicativo de seu arabismo.

### 3.2 O conceito de diáspora e migração

As migrações são geralmente consideradas como movimentos humanos coletivos resultantes de mudanças nas condições em que vivem e perspectivas melhores em outros lugares. Essas pessoas são emigrantes de seu local de origem, migrantes para outros lugares fora de suas fronteiras geográficas e se tornam imigrantes nos países em que passam a viver (Vallin, 1994). A história conheceu muitos conflitos políticos, étnicos e religiosos, que obrigaram muitos a abandonar a sua pátria por medo da morte inevitável, buscando uma migração que respondesse aos objetivos pessoais e quotidianos de quem se desloca. (Akmir, 2006).

A imigração resulta em uma presença, e a emigração encontra expressão em uma ausência. Uma presença se faz sentir; uma ausência é notada, e isso é tudo. Uma presença pode ser ajustada, regulada, controlada e gerenciada. A ausência é mascarada, compensada e negada. Essas diferenças de *status* determinam as diferenças nos discursos que podem ser aplicados tanto à presença (imigração), que é passível de discurso, quanto à ausência (emigração), da qual não há nada a ser dito, exceto que precisa ser complementada. (Sayad, 2004: 120).

Os deslocamentos do Oriente Médio para a América Latina cobraram seu preço no início do século XIX, mas não se diferenciam em geral dos motivos mencionados para a migração, sendo o principal deles a expulsão de palestinos de seu país de origem e a busca de outros espaços onde pudessem viver melhor. A imigração de palestinos para a América Latina pode ser dividida em duas fases: a primeira antes de 1948, dando início à diáspora palestina, que decorreu da instabilidade do Império Otomano, especialmente após a deterioração da situação econômica entre as tentativas de reforma e todos os projetos de modernização, não deixando alternativa para muitos habitantes, exceto partir em busca de melhores perspectivas em terras distantes (Lorenzo, 1997).

A segunda etapa é dividida entre o período após a criação do Estado de Israel em 1948 e a expulsão à força dos povos originários da Palestina, que os obrigou a fugir da violência das gangues sionistas como Haganah, e a Naksa, na qual mais palestinos

foram deslocados em 1967 (Masalha, 2002). A migração palestina foi intensa após os eventos da Nakba, a palavra árabe que significa “catástrofe” e que passou a ser usada para referir-se ao êxodo palestino de 1948, em que cerca de 800 mil palestinos foram expulsos de suas casas e aldeias sob ataque de milícias sionistas.

A Nakba teve profundo impacto na migração da Palestina. Com o trauma do deslocamento, perda e pobreza resultantes da expulsão dos palestinos de suas casas e terra, a maioria das famílias palestinas migrou internamente ou para países vizinhos, como Jordânia, Síria e Líbano. Mas uma parcela migrou para fora do mundo árabe e precisou se adaptar a lugares, culturas e valores diferentes dos que conhecia e vivia, e nesses lugares constituiu família e educou novas gerações (Al Ghabra, 2019).

Os palestinos são o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais, em que precisaram aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade, produzidos na era da modernidade tardia. Há muitos outros exemplos a serem descobertos (Hall, 2003).

Cancline (2006) observa a hibridização nas misturas que vão ocorrendo na sociedade que incorpora a imigração. A ideia de hibridismo, o tema central de sua principal obra (García Canclini, 2006), delineia uma nova maneira de tentar lidar com o que antes era considerado uma situação transitória de “assincronia”. A perspectiva proposta por García Canclini também está ligada ao importante campo latino-americano de “estudos culturais”, vizinho da sociologia e frequentemente entrelaçado com esse assunto, no qual se destacam Jesús Martín Barbero e as influências da Escola de Frankfurt e de Gramsci.

[...] mestiçagem, sincretismo, transculturação, crioulização, ainda são usados em grande parte da literatura antropológica e etno-histórica para especificar formas particulares de hibridização mais ou menos tradicionais. Mas como designar as fusões entre culturas de bairro e de mídia, entre estilos de consumo de diferentes gerações, entre músicas locais e transnacionais, que ocorrem nas fronteiras e nas grandes cidades ([e] não apenas nelas)? A palavra hibridização parece mais dúctil para nomear essas misturas nas quais não apenas elementos étnicos ou religiosos são combinados, mas também entrelaçados com os produtos de tecnologias avançadas e com processos sociais modernos ou pós-modernos (García Canclini, 2006: XXXIX).

O exílio involuntário, o deslocamento forçado, instalam na memória de quem parte uma origem, o contexto, lembranças e imagens encerradas abruptamente com a partida. Uma memória afetiva passa a conviver e a contrastar com a realidade dilacerada, como recorda Ghassan Kanafani sobre a experiência de voltar.

Uma noite me disseram: vamos retornar à Palestina. Caminhamos no escuro por muitos quilômetros em caminhos árduos e sinuosos nas montanhas – eu, meu tio e um guia que tirava seu sustento do conhecimento que tinha da região. De manhã, deparei-me com um muro de aço de esperança esvaída. Finalmente eu estava na Palestina prometida. Mas onde ela estava? Não. Não, esta não é a Palestina, aquela terra mágica, o fim de minhas trevas e do tormento! E ela não me abraça como eu havia imaginado (Farah, 2012, 29).

Duas décadas atrás, com a escalada da Segunda Intifada, dezenas de latino-americanos de origem palestina visitaram a Palestina para conhecer a realidade da situação nos Territórios Palestinos Ocupados. A visita representou a tentativa de preencher uma lacuna entre eles e sua pátria, para não tornar os palestinos na América Latina, como um poeta palestino os descreveu, “crianças que perderam a mãe” (Aljamal e Amour, 2020).

A busca de pertencer a algum lugar, seja o da partida, seja o da chegada, remete à questão da comunidade, que não tem a mesma formação nos lugares ou no tempo, e torna sempre mais difícil a sua reconstrução, a integração a um tipo novo de relações comunitárias. Além disso, existe uma fragmentação maior da comunidade como porto seguro no ocidente. Zygmunt Bauman defende que a comunidade é um instituto em crise, submetido ao enfraquecimento de seus laços duradouros, em nome da libertação do indivíduo. Para ele, há uma redução dos poderes da comunidade em atribuir papéis generalizantes aos indivíduos pertencentes a agrupamentos (Bauman, 2003).

A permanência do trauma aparece na questão colocada por Johnson e Shehadeh:

Mas o que eu aprendi é que o exílio de dentro é tão brutal quanto o exílio exterior. Suponho que seria útil pensar novamente nessa antinomia. Para não ser vítima do cinismo, você ama para sempre, mesmo quando você sabe que o ‘para sempre’ é um conceito inalcançável. Você tem que amar com todos os pedaços quebrados de seu coração, coexistir com as contradições, não sucumbir a elas. Você vive para a permanência, mesmo quando você sabe que nada é permanente. A psicologia tradicional diz que seis meses é o limite de tempo para o luto sobre o trauma, mais do que isso é excessivo e requer medicação. Eu me pergunto o que mais de seis décadas exigiria? (Johnson, Shehadeh, 2013, p. 143)

A maneira de entender a identidade cultural, para Hall, pertence tanto ao futuro quanto ao passado. Não é algo que existe, transcendendo lugar, tempo, história e cultura. As identidades culturais vêm de algum lugar, elas têm história. Mas como tudo que é histórico, as identidades estão sujeitas a constantes transformações.

Longe de estarem eternamente fixados em um passado essencial, estão sujeitos ao jogo contínuo de história, cultura e poder. Longe de se basear na mera "recuperação" do passado que espera ser encontrado, e que quando

encontrado, assegurará nosso senso de identidade na eternidade, as identidades são os nomes que damos às diferentes maneiras pelas quais estamos posicionados e dentro das quais nós mesmos nos posicionamos, através das narrativas do passado. Não é um espírito universal e transcendente dentro de nós, no qual a história não deixou marcas fundamentais. De uma vez por todas, não é. Não é uma origem fixa à qual podemos fazer um Retorno final e absoluto. Claro, também não é apenas um fantasma. É "algo", não apenas um truque da imaginação. Têm suas histórias, e as histórias têm seus efeitos, sejam eles reais, materiais e simbólicos. O passado continua a falar conosco, mas não sabemos se ele nos trata como um simples e real "passado" porque nosso relacionamento com ele, como a relação de uma criança com sua mãe, sempre existiu "independente da separação". É sempre construído através da memória, fantasia, narrativa e mito. As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, que são feitos nos discursos da história e da cultura. Eles não são uma essência, mas um posicionamento. Assim, há sempre políticas de identidade, políticas de posição, que não são totalmente garantidas em uma "lei de origem" transcendental e não problemática. (Hall, 2003, 109)

Em geral, a imigração palestina e a diáspora na América Latina também podem ser divididas pelo fato de que os primeiros imigrantes palestinos antes da Nakba de 1948 eram cristãos, o que os ajudou e encorajou a se integrarem posteriormente nas novas sociedades latinas e os tornou mais prontos para a imigração do que outros, em contraste com a imigração que começou após a Nakba em 1948, que era uma mistura de cristãos e muçulmanos (Lorenzo, 1983).

### 3.3 Diáspora como resistência

A abordagem da imigração, para Saidah, não pode ser despolitizada, enquanto se resista a tratá-la como mero objeto de dominação.

O imigrante é um exemplo paradigmático de um tipo de objeto com o qual gostaríamos de lidar em termos puramente éticos. A maneira mais perniciosa de subverter a imigração, garantindo que ela seja objeto da mais total dominação possível, é despolitizá-la. E a melhor maneira de despolitizar um problema social é tecnicizá-lo ou absorvê-lo completamente no campo da ética (Sayad, 2004, p. 224).

[...] É preciso estabelecer um modo de perceber e apreender a emigração, em si e para si, como uma realidade autônoma [...]; é preciso instituir um discurso autônomo sobre a emigração e, antes disso, as razões constitutivas desse discurso (Sayad, 2010a, p. 181).

A busca dos primeiros imigrantes (palestinos e árabes em geral) por preservar a herança cultural e árabe era muito forte, o que se percebe na produção literária

conhecida mais tarde como literatura imigrante, o que levou Elia Abu Madi a visitar o Brasil em 1948 e encontrar o jornalista Habib Masoud, editor-chefe da revista “Al-Usba”, que se interessava pelos imigrantes e os celebrava. A publicação transmitia suas novidades à pátria. Conhecida como a “imprensa da diáspora”, organizava um simpósio sobre os imigrantes e sua ética. (Montenegro, 2006).

George Saydah menciona em seu livro “Imigração e literatura imigrante na América imigrante” os nomes de 35 escritores no Brasil, 18 na Argentina, três na Venezuela, dois no Equador e no Uruguai, e um escritor em cada um dos países México, Chile e Bolívia (Saydah, 1999).

Até então a maioria migrava por motivos econômicos, para melhorar o padrão de vida de suas famílias, com poucos migrando na segunda metade do século XIX, como os pioneiros da imigração palestina para a América Latina, Hanna Khalil e Elias Morcos (1870) no México, os Irmãos Salama (1870) no Equador, Bassil Hajjar (1874) no Brasil, Gebran Da'it (1880) no Chile, Isaac e George Lubia (1880) na Venezuela, Fadl Shaker e Farid Shaker (1880) na Venezuela, Saeed Sahouria (1884) no Peru e Yacoub Al-Maqdisi (1890) na República Dominicana (Hamidullah, 1885).

O século XX marca uma migração multifacetada, a maioria determinada pela resistência às perdas impostas, pela guerra, violência ou privação econômica, mas que carrega uma bagagem cultural, identitária, e com elos importantes com a vida deixada para trás que vão determinar sua experiência no novo mundo, sua relação com as novas imposições das sociedades e sua integração.

Ao discutir o hibridismo em que ele vê as relações de poder e dominação entrelaçadas umas com as outras, e cada uma delas alcançando uma eficácia que nunca poderia alcançar sozinha, Canclini questiona: como podemos discernir onde termina o poder étnico e começa o poder familiar, ou os limites entre o poder político e o econômico? Às vezes é possível, mas o que mais conta é a astúcia com que os fios são misturados, as ordens secretas são passadas e respondidas afirmativamente (García Canclini, 2006, p. 346).

### 3.4 A diáspora palestina na América Latina – Estatísticas e História

A trajetória migratória, iniciada no final do século XIX e princípio do século XX, quando palestinos partiram para a América Latina, é um capítulo significativo da

mobilidade humana que merece reconhecimento. Após atravessarem o Atlântico e chegarem à cidade de Barranquilla, na Colômbia, situada nas margens do Rio Magdalena, muitos imigrantes palestinos se dispersaram pelo continente, fixando residência e fundando comunidades em países como Chile, Honduras, El Salvador, Peru e Colômbia (Akmir, 2006).

Dentro desses grupos, emergiram famílias influentes, como a família Abu Shaybah, de Beit Jala, que ascendeu a posições de destaque industrial e político na Colômbia. Em particular, o Chile se destacou como um destino para a imigração palestina, onde indivíduos começaram como comerciantes ambulantes e progrediram para tornarem-se empresários proeminentes, detentores de instituições bancárias e linhas comerciais transnacionais.

Contudo, a alteração do status político da Palestina, de uma região sob administração otomana para um mandato britânico, complicou substancialmente a mobilidade e a conexão dos imigrantes com sua terra natal. As mudanças de passaportes e a exigência de vistos impuseram barreiras significativas, restringindo o retorno à Palestina. Apesar desses obstáculos burocráticos, os palestinos na América Latina começaram a se organizar, especialmente nas segundas e terceiras gerações, ainda que muitos dos descendentes tenham gradualmente perdido o domínio da língua árabe. Essas comunidades mantiveram um olhar atento aos desenvolvimentos em sua terra de origem, manifestando seu engajamento por meio da publicação de periódicos como o “Islah” e fundando associações e clubes esportivos que refletiam o vigor e a resiliência de sua identidade cultural (Teles, 2023).

Notavelmente, em 1962, a “Voz da Palestina” começou suas transmissões em espanhol de Santiago, evidenciando a permanência de laços com a Palestina, ainda que moldados pela distância e pelo afeto emocional. A diáspora palestina, ao se estabelecer em novos territórios, não só adotou esses países como lar, mas também estabeleceu conexões cidadãs robustas, mantendo, contudo, um vínculo emocional persistente com sua pátria de origem. Esta relação complexa entre o local de residência e a terra ancestral evidencia uma dinâmica dual de integração e manutenção da identidade cultural na diáspora palestina (Cumsille, 2017).

A migração palestina para a América Latina, ocorrida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, constitui um fenômeno migratório relevante no estudo das diásporas. Os imigrantes palestinos se estabeleceram em diversos países latino-americanos que, na época, vivenciavam um período de renovação econômica e industrial significativo e demandavam um influxo de mão de obra. Brasil, Honduras e

Chile são exemplos notórios que experimentaram um vigoroso crescimento econômico, absorvendo os palestinos principalmente como força de trabalho (Akmir, 2006).

A presença palestina no continente latino-americano, de um modo geral, é significativa, em especial quando são consideradas as instituições, incluindo as originárias dessa imigração, como é o caso do Clube Palestino no Chile, cuja fundação remonta há mais de 100 anos para preservar a identidade cultural árabe e a palestina, em particular (Abdel Hai, 2021).

Mas a trajetória não foi fácil para uma população exilada de sua própria terra. Os palestinos se deslocaram de meados do século XIX a meados do século XX aos países do continente latino-americano em geral, e os motivos foram a situação econômica desses países. A Revolução Mexicana em 1910, que durou dez anos, foi um dos principais motivos pelos quais os palestinos não entraram no México e procuraram outros países, como a Venezuela, após a descoberta de poços de petróleo em 1917, ou os países da América Central que fazem fronteira com o México. Problemas econômicos negativos dos países da América Latina foram igualmente a razão do declínio da imigração palestina em dados momentos. Por exemplo, a imigração árabe para a Argentina diminuiu, segundo os registros do Departamento de Imigração, de 4.704 pessoas em 1930 para 306 em 1932. A imigração palestina e a construção de comunidades reais, fortes e extensas, ocorrem após a ocupação da Palestina em 1948, a Naksa em 1967 e a eclosão da Guerra Civil Libanesa em 1975. A migração entre a Palestina e os países latino-americanos foi repleta de perigos, dada a distância geográfica e a permanência dos primeiros imigrantes por dezenas de dias no mar para chegar ao destino. Também foi difícil se mover entre esses países (Akmir, 2006).

É importante contar uma historinha antes para poder talvez enriquecer essa informação. O meu pai contava pra gente que quando ele veio com aqueles cerca de 20 amigos de lá pra cá, eles vieram com um objetivo, o objetivo deles não era o Brasil, era a Argentina. Na época eles ouviam, no Oriente Médio, eles ouviam na Palestina que a Argentina era um local que se apresentava com perspectiva de prosperidade e aí eles saíram com o objetivo de ir à Argentina. No porto de Constantinopla, compraram um dicionáriozinho de idiomas para poder traduzir do árabe para o espanhol, para eles poderem vir no navio conversando em espanhol, para poder treinar minimamente o espanhol. E aí a primeira parada deles no Brasil foi no Rio de Janeiro, e a segunda parada foi em Santos. Segundo eles, talvez por entendimento errado da linguagem, do idioma por qualquer que seja a razão, eles foram deixados no Porto de Santos, achando que estavam chegando no porto da Argentina, que tinham chegado na Argentina, e foi quando eles perceberam que não estavam na Argentina. Na verdade, eles saíram de lá jovens para tentar uma vida em outro mundo, com a perspectiva de ir a outro mundo, se prepararam emocionalmente e treinaram o idioma minimamente e tal e

quando eles viram, eles estavam em outro mundo que sequer sabiam o que representava naquele momento (Oliveira, 2017, p. 17).

Observa-se que é difícil determinar o número real da comunidade palestina na América Latina, pois desde os primórdios da imigração, os registros oficiais daqueles governos continham muitas falhas, como a inclusão de palestinos na caixa de diferentes nacionalidades, Ou pelo fato de que o lugar da cidadania registrado era a Turquia, devido à sua chegada com passaportes turcos, ou Oriente Médio, ou por serem incluídos entre os nacionais de países europeus que transportaram os palestinos em seus navios. Há ainda outra parte dos palestinos que entrou ilegalmente e, portanto, não é possível encontrar seu registro nos departamentos oficiais de imigração, e parte que também mudou seu nome para facilitar o processo de integração (Akmir, 2006).

Embora o número oficial da comunidade palestina nos países latino-americanos, de acordo com o Bureau Central de Estatísticas da Palestina, seja de 821.800 pessoas, Chile com 500 mil, Brasil com 60 mil, México com 13 mil, Colômbia com 12 mil, Argentina com 1.100, Venezuela com 80 mil, Honduras com 54 mil, Guatemala com 1.700 e El Salvador com 100 mil – o número é muito maior do que o verificado, porque os de origem palestina possuem as nacionalidades dos países de onde vieram ou que foram anotados nos registros, não sendo possível saber seu número por meio de estatísticas organizadas por associações, embaixadas ou países em que passaram a viver. Uma grande parte deles mudou seus nome e religião e sua afiliação tornou-se mais do local do que palestina. Porque essas estatísticas não levam em conta a origem não registrada.<sup>3</sup>

Os palestinos estavam familiarizados com o fenômeno da “cadeia de vocação”, que controlava a distribuição geográfica das sociedades palestinas aos países do continente latino-americano em geral, considerando sua relação com a sociedade palestina. A ideia era que o imigrante tomasse a decisão de migrar com o incentivo de um parente ou amigo que migrou de sua cidade ou vila. Ele era convidado a se juntar a eles (Hassan, 1941), onde os palestinos eram parentes e conhecidos, e isso possibilitou que se mudassem gradualmente para um novo país de exílio. A cadeia de vocações permitiu aliviar grande parte do sofrimento da migração e da diáspora, considerada do ponto de vista psicológico um assunto significativo, para aqueles que perderam a pátria, tradições e costumes, longe da ligação espiritual à pátria (Daher, 2005).

A família palestina alargada, que mantém a sua unidade, cultura, coesão e compromisso em termos de casamento entre si, participação em ocasiões e forte

---

<sup>3</sup> Bureau Central de Estatísticas da Palestina, Disponível em: <http://bit.ly/3IWW9Ak>, Acesso em: 5 fev. 2023.

conexão, se evidencia em vários aspectos, dos quais os mais destacados são: a obrigação moral e material para com os familiares, e é o que cabia ao filho mais velho de cada família, visto que se encontravam no país de emigração próximos uns dos outros, e a família não se resumia só aos filhos e à esposa, mas estendia-se e incluía parentes, o que facilitava enfrentar as dificuldades no país anfitrião (Chain, 2001).

A “cadeia de vocação” em que as comunidades palestinas são divididas na diáspora é evidente, especificamente na América Latina, de acordo com aldeias e famílias que representam elos de ligação. Por exemplo, é possível constatar que a comunidade palestina no Chile vem principalmente de duas aldeias, Belém e Beit Jala, e que a maioria dos palestinos no Brasil vem das aldeias da cidade de Ramallah. E na Argentina alguns vêm das pequenas aldeias de Ramallah ou das aldeias de Beit Sahour, Beit Jala e Belém, ou das comunidades palestinas no Chile, por terem fugido novamente durante o período do regime militar em 1973. Isso confirma, como diz o professor Shafiq Al-Ghabra, em seu livro “Al-Nakba e o surgimento da diáspora palestina no Kuwait”, a força da família palestina e a extensão de sua abundante interdependência entre si e a família estendida, que inclui parentes e aqueles ao seu redor. O palestino não está acostumado a migrar sozinho, mas sua família e parentes devem estar por perto.

Viajar para a América Latina foi para a maioria uma longa aventura que começou com a decisão de emigrar, tomada na pátria, e muitas vezes parte do ouro da mãe ou algum gado foram vendidos para arcar com as despesas da viagem (Al Ghabra, 2006). Em troca do que é melhor para o indivíduo, a família agricultora entrega o que de mais precioso ela possui. Então essa família constrói e deposita grandes sonhos naquele imigrante, o que inclui um futuro melhor para ela também. O jovem palestino emigra para uma vida e uma sociedade que ele não conhece muito, e alguns estudos falam sobre uma das coisas que preocuparam o imigrante antes da viagem: a aquisição de roupas ocidentais para não se sentir diferente entre o povo, já que a maioria dos imigrantes são camponeses das aldeias da Palestina, e os agricultores têm uniforme e roupas próprias.

Imagem 1 – Mala de um imigrante palestino que chegou à Argentina em 1948 e que foi exibida na Embaixada do Estado da Palestina em Buenos Aires. (Acervo de família)



Antes da Nakba, a imigração era geralmente do porto de Haifa ou Jaffa e, depois da Nakba, do porto de Beirute ou Trípoli. O imigrante palestino ficava cerca de 30 a 50 dias em uma viagem marítima. Devido às más condições econômicas, o imigrante palestino ocupava a classe econômica mais baixa do navio, o que era um viveiro de insetos e ratos, além de ter comida e serviços precários (Tenorio e González, 1990).

Os navios paravam nas capitais europeias, onde os imigrantes palestinos embarcavam em navios maiores para continuar a viagem rumo a um novo e estranho mundo através do Oceano Atlântico. Ao chegarem aos portos da América Latina, estavam no Brasil (Rio de Janeiro ou Santos) e em Buenos Aires, na Argentina, seus

parentes e amigos que os esperavam e os hospedavam em suas casas por vários dias para planejar uma vida nova (Flores, 1996).

O processo de integração, como diz a pesquisadora Maria Teresa Zahir (apud Daher, 1983), obriga as sociedades a se adaptarem à nova cultura, de modo que o novo imigrante deve adaptar-se a novos modelos culturais diferentes de seus modelos originais. Essa adaptação lhe foi imposta pela necessidade de integração profissional, e aqui nos encontramos diante do que se chama de “caso de fit in”, que significa “que uma determinada pessoa ou grupo de pessoas pertencentes a outra cultura pode coexistir com membros da comunidade de acolhimento, mas a relação entre os dois grupos é governada por leis e regras sociais, não por relacionamentos íntimos” (Daher 1983, pp. 28-29).

Apesar das adversidades, era necessário que o palestino expatriado em todas as partes do continente latino-americano trabalhasse incansavelmente para economizar seus lucros e assim realizar o sonho de abrir sua própria loja comercial (Tenorio e González, 1990). E trazer a família no processo da “cadeia de vocação”, em que cada um convida o pai, a mãe e os irmãos para morar na mesma casa e ajudar no seu negócio, que vem crescendo e crescendo aos poucos. Essa cadeia teve grande impacto para minimizar o sofrimento do exílio, pois começa com a pequena família e termina com a maioria dos moradores da aldeia palestina, como Beit Jala, Beit Sahour, Beit Ur al-Tahta, al-Mazra'a al-Sharqiya e Yalu, São todas cidades onde a maioria de suas famílias migraram ao mesmo local de chegada do primeiro imigrante.

A fixação em cidades e estados dos países latino-americanos estava condicionada ao tamanho do parentesco e linhagem entre os imigrantes, ou a sua filiação religiosa ou familiar, e eles dividiam o trabalho e se ajudavam. Havia, e ainda há, um sentimento de patriotismo, lealdade e compromisso com os membros da tribo, aldeia ou pátria no sentido do arabismo. Além disso, morar nos mesmos bairros e se concentrar neles ajuda a entender as especificidades da sociedade anfitriã, e constitui um bloco forte num meio desconhecido para que os novos imigrantes adquiram a força e os conhecimentos necessários para enfrentar os desafios e adquiram poder econômico. Sobretudo contribui para o reforço do sentimento de origem e de uma pátria comum na distribuição dos palestinos nos países do continente, assim como para os fatores de estabilidade (Dahar, 1983).

A primeira geração de homens imigrantes não pensou em casar com mulheres estrangeiras, havendo um verdadeiro desafio para quem tentou quebrar a regra estabelecida e buscar o casamento fora da família (Hernández). Os descendentes de hoje estão mais integrados na sociedade por razões objetivas. O estudo de Ximena

Tapia (1982) mostra que o casamento de culturas diferentes aprofunda a integração e a convivência das duas partes, embora algumas famílias e descendentes preferiram até hoje a esposa palestina, cujo casamento indica sua adesão ao seu arabismo, costumes e tradições (Lorenzo, 2006).

Outro desafio foi o idioma, já que a língua árabe e o sotaque camponês rural ao qual cada geração, família e cidade pertence são considerados uma forte evidência de sua adesão à identidade árabe e palestina em particular. A primeira geração considerava a dimensão da adesão dos filhos e netos à sua língua materna como prova da sua sobrevivência e apego à sua terra, razão pela qual escolas e institutos foram abertos para o ensino do idioma. A primeira escola a ensinar a língua árabe foi aberta em São Paulo, Brasil, em 1962 e continua até hoje na Vila Carrão. Um departamento foi aberto para ensinar língua e literatura árabe e estudos do Oriente Médio na Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo no início dos anos 1960 para ensinar a língua árabe. No entanto, os descendentes perderam o sotaque da aldeia, e a presença da língua árabe se enfraqueceu pela falta de uso, sendo que a língua local, espanhol ou português, tornou-se a mais forte para os imigrantes e descendentes. Mas eles ainda ouvem canções e música árabe, e o Dabkeh, dança folclórica, segue presente em seus casamentos e reuniões familiares (Jubran, 2019).

Alguns palestinos, devido à facilitação na sociedade anfitriã, tentaram mudar de nome para ter um grau de integração mais flexível, ou para esconder sua religião. Por exemplo, em alguns casos, Ahmad virou Armando e Abdullah virou Abdo. Outros traduziram seu nome árabe direto para o espanhol ou um nome próximo do significado ou pronúncia, como Hanna, um nome cristão árabe, alterado para Juan, e Khalil para Júlio, e Issa para Salvador. Outros carregaram nomes das famílias do núcleo da comunidade de acolhimento como Flores, Campos e Garcia e Diaz (Lorenzo, 2006).

A maioria dos imigrantes palestinos nesse período era de jovens sem suas famílias, sem domínio da língua, costumes ou cultura do país. Até instalar-se aqui, muitos migraram duas ou mais vezes por diferentes países durante esse exílio. Apesar da diferença muito grande em relação à cultura, aos costumes e à nova língua, os imigrantes palestinos buscaram preservar sua identidade. Marca mais forte na primeira geração de jovens, mas ainda presente até hoje, muitos procuram na Palestina ou diáspora a futura cônjuge, mantendo como denominador comum a língua, costumes e religião, e a própria origem.

Na preservação de costumes, imigrantes estabeleceram instituições preocupadas com os assuntos da comunidade e cuidados com ela, construindo-as e

espaços para casamentos, lutos e reuniões anuais, feriados religiosos ou convivência social com parentes e famílias amigas (Schiocchet, 2015).

A diáspora palestina em geral trabalhava com os chamados *muscati* (mascates). Tenório explica que muitos imigrantes palestinos e árabes em geral eram vendedores ambulantes que “circulavam nas ruas, com suas cestas que se acumulavam com coisas inconsistentes, como lenços, meias, espelhos, alfinetes, carretéis de linha, sabonetes e botões. A voz alta em espanhol quebrado sinalizava sua presença, repetindo as palavras ‘produtos da loja’. Desta forma, os imigrantes palestinos percorriam as aldeias e cidades, exibindo as suas mercadorias, percorrendo longas distâncias que chegavam a dezenas de quilômetros” (Tenório e González, 1990).

A diáspora palestina na América Latina tem sido bem-sucedida. Para não perder ainda mais a identidade na medida da adaptação de seus descendentes aos países de exílio, eles se reconhecem como palestino-chilenos ou chileno-palestinos. Também se distinguiram e influenciaram as sociedades com as quais se misturaram pelo casamento e afinidade, pela disciplina e seriedade no trabalho, preservação e sentido de responsabilidade para com a família pequena, a grande e alargada, e com a terra palestina desde o início.

No entanto, apesar das contribuições substanciais ao seu novo país, a representação e o reconhecimento da diáspora palestina permanecem insuficientes no que tange ao apoio efetivo aos direitos dos palestinos e seus descendentes a um estado independente e ao retorno às suas terras ancestrais, de acordo com os princípios de justiça internacional.

### 3.5 A diáspora palestina na Argentina

Boa parte da comunidade palestina existente hoje na Argentina é descendente de uma grande onda de imigração árabe do final do século XIX ao primeiro quarto do século XX, ou seja, ainda durante o período em que o Oriente Médio estava sob o domínio otomano. Eles se consideravam de nacionalidade árabe, já que Líbano, Síria, Palestina etc. não eram estados independentes.

Esses árabes fundaram instituições sociais, culturais e educacionais em várias áreas do país, reunindo árabes de qualquer origem geográfica, étnica e religiosa, sem distinção. Eles também fundaram jornais e revistas, alguns dos quais eram bilíngues (árabe-espanhol). Muitas dessas associações desapareceram.

Do lado das famílias árabes, pesquisadores consideram provável que muitos ainda hoje nem saibam de sua origem nacional, se eram ou não da Palestina, pois seus avós ou bisavós foram registrados na Argentina como “sírios”.

Os palestinos que chegaram ao país antes de 1917 eram muito poucos, a maioria camponeses, muito jovens e não se reconheciam como “palestinos”, mas sim como de nacionalidade “árabe”.

Outra parte foi obrigada a migrar depois que as Nações Unidas recomendaram em 1947 a partilha da Palestina, dando sinal verde à Nakba, deixando para trás a vida familiar, comunitária, de trabalho e de educação em sua terra, como foi o caso de muitos jovens de Haifa que hoje têm seus descendentes na Argentina.

Imagem 2 – Escola industrial para meninos, Haifa, 1946, de onde a maioria deixou a Palestina ocupada em direção à Argentina após 1948 [Arquivo de família de entrevistado]



Antes, ao final do século XIX e início do XX, os documentos dos que partiam do Oriente Médio foram emitidos pelo Império Otomano, que dominava a região. Por isso, tanto na Argentina como no Brasil, eles eram chamados de “turcos”. Alguns documentos são mais precisos quanto à residência original e constituem evidência de que os portadores são provenientes da Palestina. Até hoje, muitos argentinos não diferenciam turcos de árabes ou muçulmanos.

Imagem 3 – Passaporte do estudante palestino Mohd Ezz ed Din, de 1947, que imigrou para a Argentina, indica que ele nasceu em Bassa, subdistrito de Acre da Palestina Mandatária. (Arquivo de família)

No. 17017

IDENTITY CARD

Name of holder *Mohd 1988*

Place of residence *Bassa*

Place of business *Bassa*

Occupation *Student*

Race *Arab*

Height *5* feet *4* inches

Colour of eyes *Brown*

Colour of hair *Black*

Build *Full*

Special peculiarities *nil*

Signature of issuing officer *M. D. H.*

Appointment *DISTRICT OFFICER*

Place *Acre* Date *16.9.1988*

Signature of holder *محمد العبد*

GOVERNMENT OF PALESTINE  
CALCUTTA AND AROUND  
DISTRICT

Office stamp partly over photograph

RESIDENCE IN PALESTINE  
CONSTITUTES EVIDENCE OF LOCAL  
ASSIGNMENT OF THIS CARD IN NO WAY



Descendentes desses imigrantes fundaram algumas associações “palestinas”. A partir da década de 1980, parte dos membros da comunidade palestina na Argentina veio do Chile com passaportes não palestinos, após o golpe de Estado que depôs o presidente Salvador Allende.

Em 1984, um grupo de exilados chilenos de origem palestina, que fugiu do Chile após o golpe do general Pinochet, formou uma companhia de teatro que gerou um espaço de intercâmbio para argentinos de origem palestina e foi o ponto de partida para reunir a comunidade e divulgar a situação do povo palestino no país (Montenegro e Setton, 2009, p.6).

Os árabes não foram autorizados a se instalar em hotéis de imigrantes na capital, Buenos Aires, em total contraste com os imigrantes de países europeus, foram marginalizados e chamados de turcos com escárnio e desprezo. No entanto, após sua intensa presença e distinção por comércio, as áreas em que habitavam passaram a ser chamadas de “bairro turco”, que se estende até a cidade de Buenos Aires por uma área de quatro importantes ruas, a saber: Reconquista, Charcas, Córdoba e Paraguai (Montenegro, 2006).

### 3.5.1 A relação entre árabes e judeus na Argentina

As relações em geral entre árabes e judeus antes do estabelecimento do Estado de Israel eram caracterizadas, em certa medida, pela coexistência, segundo a descrição do estudo de Klich em 1998, na medida em que algumas associações árabes incluíam imigrantes árabes sem distinção, inclusive judeus. O que o autor chama de “dissonância imposta” ocorreu posteriormente.

Essa coexistência não durou muito, tendo sido fortemente afetada com a Nakba de 1948 (Klich, 1998).

Os árabes em geral, os sírios e os libaneses, assim como os palestinos na Argentina, muçulmanos e cristãos, e também alguns judeus proeminentes, manifestaram seu repúdio à instauração do Estado de Israel, e um caso foi registrado do diretor do jornal sírio-libanês, Jawad Nader, que realizou uma grande campanha entre 1946 e 1947, convocando os membros da comunidade, independentemente de sua afiliação religiosa e geográfica, bem como seus amigos judeus, a apoiarem a causa palestina e doar em seu favor. Por outro lado, o jornal também registra o que alguns sionistas fizeram através da Universidade Judaica para persuadir os sírios e libaneses, assim como os judeus de origem sefardita, a apoiar o Estado de Israel. Os árabes geralmente conseguiram formar um forte movimento de apoio à Palestina na Argentina, e os sionistas falharam, porque os judeus sefarditas da Argentina na época consideravam o sionismo uma ideologia secular.

Foram os interesses econômicos entre comerciantes árabes e judeus que os mantiveram em um nível mínimo de contato e amenizaram a intensidade da disputa. No entanto, a cisão ocorrida na Argentina como resultado do conflito árabe-israelense levou à retirada dos judeus das associações árabes que os incluíam antes de 1948 (Maria, 2002).

O confronto diplomático e popular em favor da Palestina ou de Israel se desenvolveu na Argentina. Uma delegação da Liga dos Estados Árabes chefiada por Akram Zuaiter visitou a Argentina e alguns países da região em 1947, como Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru e Venezuela. Em seu livro “Uma missão no Continente”, ele descreve a viagem da delegação árabe à América Latina em prol da Palestina e para convencer esses importantes países da necessidade de não votar a favor do estabelecimento do Estado de Israel e, assim, apoiar os direitos palestinos (Zuaiter, 1950).

Algumas correntes sionistas tentaram estabelecer um assentamento para refugiados palestinos na Argentina. Essa história gerou grande polêmica nas décadas de 1930 e 1940. Essa abordagem foi apoiada pelos britânicos, ao transferirem um grupo palestino para a Argentina e dar-lhes terras nesse país em troca de abrirem mão das

suas (na Palestina) em favor dos judeus argentinos. Klich (1995) lista as razões que levaram a isso, a saber: uma consciência de que a Argentina era uma das cidades favoritas dos árabes durante os anos 1940; a amizade que ligava o governo do general Perón aos países árabes e ao Estado de Israel após a sua criação; e a nomeação de uma pessoa imbuída de tratar da cultura árabe à frente do Departamento de Imigração.

Klich conta que vários políticos israelenses planejaram estabelecer um assentamento para palestinos na Argentina, e Yitzhak Navon, que mais tarde se tornou presidente do Estado de Israel (de 1978 a 1983), pediu o estabelecimento desse assentamento, mas o projeto falhou. A razão é que Israel queria estabelecer um assentamento para os muçulmanos palestinos, numa época em que a imigração cristã era preferida na Argentina.

### 3.5.2 O atentado de Buenos Aires e o agravamento da relação

Em 17 de março de 1992, um artefato explodiu na Embaixada de Israel na Argentina, matando vários membros da missão diplomática israelense. Em 18 de julho de 1994, outra explosão ocorreu na sede da Mutual Society de Israel, deixando muitos mortos.

As investigações e vazamentos falavam sobre a interação entre os perpetradores e alguns funcionários da Embaixada do Irã em Buenos Aires, especificamente o adido cultural, Mohsen Rabbani, que era também sheik da Mesquita Tawheed da seita xiita na mesma cidade, e que mais tarde foi alvo de um mandado internacional para detê-lo.

A opinião pública argentina estabeleceu uma relação entre os dois atentados e os imigrantes árabes, principalmente os muçulmanos. Embora a comunidade e seus símbolos tenham criticado os dois atentados e afirmado que fora um ato hediondo, há vários tópicos, livros e artigos veiculados na imprensa que vinculam o atentado à comunidade árabe, e os líderes religiosos da comunidade islâmica receberam diversos telefonemas ameaçando-os. Em 2001, um dispositivo explosivo foi detonado na Mesquita Tawheed, em Boysen Iris (Maria, 2006).

A Argentina é um país que tem muitos atritos com as questões árabes, especificamente com a questão palestina, sendo que Herzl falava em estabelecer o lar nacional judeu na Argentina como uma segunda opção. A posição oficial da Argentina em geral é caracterizada pela neutralidade ou voto a favor de Israel nos fóruns internacionais, e a razão para isso é a força da comunidade judaica e seu controle sobre articulações sensíveis.

Quase um século e meio se passou desde a presença do primeiro palestino na América Latina, e desde o início da imigração até os dias atuais. Podemos dizer que o palestino em geral, independentemente de sua religião e filiação política e cultural, foi capaz de tornar a causa palestina presente em fóruns populares e oficiais nos países do continente latino-americano em geral. Além disso, os palestinos alcançaram riqueza econômica, financeira, política e social, e sua grande integração nas sociedades teve impacto na conquista dessa estabilidade econômica.

Descendentes de origem palestina tornaram-se parte integrante das sociedades anfitriãs, na Argentina, no Brasil, no Chile, em Honduras e em El Salvador. Esses países contribuíram para a atitude geralmente positiva em relação à causa palestina, e pelo menos sua posição foi neutra em alguns momentos, o que colaborou para que a comunidade tivesse liberdade para trabalhar por sua causa e sua pátria, começando pela geração fundadora (a primeira migração) e prosseguindo com os descendentes entre a segunda ou terceira geração, ou como no Chile, o país da diáspora palestina mais antiga no continente, na quarta e quinta gerações.

No terceiro capítulo, falaremos sobre até que ponto a imprensa latino-americana contribuiu para o processo de integração das comunidades palestinas, como se deram as abordagens sobre a Palestina, as coberturas aos ataques e confrontos recentes, passando pelas preocupações apontadas pelo relatório MacBride sobre a mídia globalizada. O capítulo também abordará as razões da falta de representação das vozes palestinas na mídia na América Latina.

### 3.6 A diáspora palestina no Brasil

As elites brasileiras estavam plenamente convencidas de receber imigrantes árabes em geral depois de 1850, porque o sistema escravista que vigorava não duraria muito e o Brasil enxergava à época a necessidade de substituir essa mão de obra. Era preciso garantir trabalhadores para alcançar o sucesso industrial e o desenvolvimento econômico. Como narra o pesquisador antropológico brasileiro Gilberto Freyre, a cultura árabe contribuiu para a formação da cultura brasileira e sobremaneira para a diversidade cultural, ao transcender o tradicional dualismo étnico de cunho racista, que acredita que a raça branca é superior à raça negra, marca da colonização portuguesa (Montenegro, 2006).

Apesar do menor número da comunidade palestina no Brasil, estimada em cerca de 60 mil pessoas, segundo o Bureau Central de Estatísticas da Palestina e as comunidades palestinas no mundo, sua presença é ampla em vários campos: político,

econômico, de comunicação e social. É importante lembrar que o diplomata brasileiro Oswaldo Aranha contribuiu para pressionar os países a votarem pela partilha da Palestina, atrasando a votação na sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, que presidia, por três dias para garantir que a partição fosse aprovada.

A chegada de imigrantes palestinos ocorreu em circunstâncias difíceis, e talvez algumas quase impossíveis. No entanto, a concentração e a vivência na mesma cidade contribuíram muito para superar o sofrimento dos primórdios e a dificuldade da distância, incluindo a assistência aos jovens e aos pobres, e a acolhida pela comunidade dos recém-chegados ao Brasil.

A maioria dos membros da comunidade palestina no Brasil provinha da região de Ramallah. Por exemplo, segundo Jardim, os originários da aldeia de Al-Mazra'a Al-Sharqiya residiam, na maioria, em Chuí; os da aldeia de Jaljilia, em Porto Alegre; e os das aldeias de Yalo, Silwad, Beit Ur Al-Tahta, Beit Ur Al-Fawqa, Deir Jarir, Al-Safa, Kafr Malik, Kafr Nima e Kober viviam em Florianópolis (Jardim, 2003). Eles ainda têm forte presença no sul do Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, neste último sobretudo na cidade de Foz do Iguaçu.

Os primeiros imigrantes consideravam sua estada no Brasil como temporária e que o retorno à pátria viria depois de um certo tempo no exílio para arrecadar dinheiro à subsistência. Mas as promessas dos países árabes de derrotar a ocupação em 15 de maio de 1948 e a Naksa em 5 de junho de 1967 frustraram a ideia de retorno. Para a residência permanente na nova pátria (Safady, 1972), foi necessário que eles superassem a expectativa do retorno próximo para alcançar formas de integração e acolhimento na sociedade.

Pode-se citar que a imigração palestina para o Brasil se divide em três etapas, a primeira entre 1870 e 1890, e se deu em pequeno número, que é a migração de algumas aldeias de Beit Sahour e Beit Jala para o nordeste do Brasil. A segunda, de 1895 a 1941, foi elevada em relação à primeira etapa; e a terceira, em termos de importância numérica, ocorreu entre 1948 e 2001. Essa migração concentrou-se principalmente nos estados do sul do Brasil (Truzzi, 2001).

Os estrangeiros que entraram no Brasil entre os anos 1900-1939 eram portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses e também árabes. Os provenientes do Oriente Médio (Lesser, 1999) eram “sírios”, “marroquinos”, “armênios”, “iraquianos” e “palestinos”, e entre os anos 1920-1929 somaram 40.595 pessoas. Quanto à identificação precisa dos palestinos, voltamos ao fato de que entraram no Brasil com passaporte turco à época, contando 611 pessoas em 1933 e 66, em 1939 (Lesser, 1999).

Os palestinos, em geral, estabeleceram clubes culturais e instituições da sociedade civil em que os membros da comunidade se reuniam para casamentos e lazer, e escolas para ensinar a língua árabe. No entanto, parte deles não deu sequência a essas atividades nas gerações seguintes.

Os palestinos da diáspora brasileira procuraram manter sua identidade por diferentes meios, e os da primeira geração trabalhavam como mascates nas cidades e vilas do Brasil. Verificamos que no ano de 1901 havia cinco jornais publicados em língua árabe no Brasil, uma parte diária e outra semanal. O conteúdo ia além de veicular as novidades do país; também divulgava a cultura árabe e a literatura dos imigrantes, e a imprensa se desenvolveu até que o número de jornais em 1917 chegasse a 13, dos quais oito eram editados em São Paulo e cinco no Rio de Janeiro. No entanto, a decisão do governo de Getúlio Vargas em 1942 de proibir a publicação de jornais em línguas estrangeiras levou a imprensa árabe no Brasil ao fechamento e ao declínio. Alguns passaram a adotar a língua portuguesa e, após o fim da proibição de quatro anos, outros retomaram suas atividades, como o jornal *Al-Urubat*, mas a maioria foi extinta. A decisão do governo da época foi suficiente para eliminá-los (Montenegro, 2006).

A maior parte da imigração palestina para o Brasil foi de muçulmanos em geral, o que constituía uma barreira à integração, já que o Brasil é considerado um país cristão. A aproximação entre os imigrantes levou à divulgação da crença popular de que “um turco só se casa com uma mulher turca”. Eles queriam dizer que um árabe só se casaria com uma mulher árabe, assim como um palestino procurava se casar como uma mulher palestina, evidência do esforço de manter a tradição no processo de integração ao ambiente de acolhimento.

A força da convivência familiar também se expressou nos pequenos empreendimentos. Palestinos que se fixaram em São Paulo se destacaram em empreendimentos de comércio, em que geralmente toda a família trabalhava.

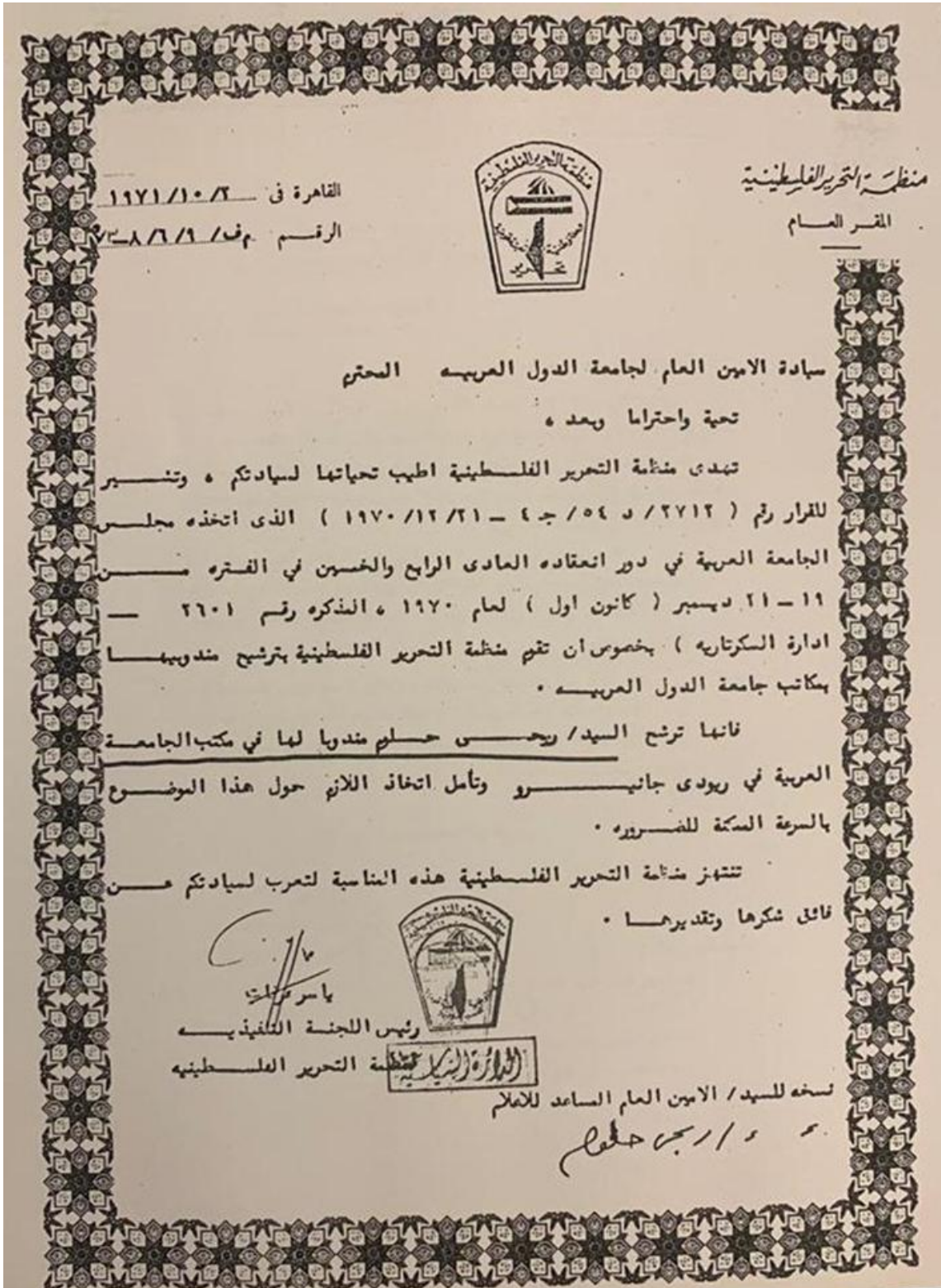
Imagem 4 – Família palestino-brasileira em sua loja de tecidos em Catanduva, na cidade de São Paulo, Brasil, em 1970. A foto foi tirada para envio aos parentes na Palestina ocupada, mostrando a mãe e seus três filhos e o tipo de comércio ao qual a família estava dedicada, um negócio que indicava interação com as pessoas e o mercado e, portanto, integração. A loja tinha o nome de “Casa Palestina”.



A imigração palestina moderna ao Brasil congrega um grupo que veio do Líbano, Jordânia e Palestina e se estabeleceu no sul do país, nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Neste último, na cidade de Chuí, localizada na fronteira com o Uruguai, que reúne população de 6.500 pessoas, os documentos indicam 134 jordanianos e 13 palestinos; na cidade de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, 162 jordanianos e três famílias palestinas; e na cidade de Santana do Livramento, 97 jordanianos e sete famílias palestinas. Constatou-se que, independentemente de sua filiação geográfica, todos se definem como palestinos por sua profunda ligação com a terra de origem, e isso é evidenciado por sua atividade política e popular que está sempre relacionada à causa palestina, lembrando-a, expondo os crimes da ocupação israelense e o direito de suas famílias que ainda vivem na Palestina, e revivendo o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino – 29 de novembro (Jardim, 2003).

O esforço de adaptação dos palestinos ocorreu em paralelo aos esforços palestinos de aproximação diplomática.

Imagem 5 – Documento registra a decisão de envio do jornalista Ribhi Halloum, adido da missão da Liga Árabe no Rio de Janeiro em 1970 e primeiro diplomata da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil. A resolução leva a assinatura de Yasser Arafat.



O período marcado por ditaduras na América Latina também afetou relações no campo diplomático, como se vê no caso do mesmo enviado Ribhi Halloum, barrado pelo Itamaraty durante o regime militar.

Naquela ocasião, o Itamaraty expressou reservas somente à pessoa de Ribhi Halloum, em tom de conselho da OLP que deveria compor a delegação ao Brasil e que estivera envolvido, em 1972, em território brasileiro, em atividades consideradas “lesivas à segurança nacional”.<sup>4</sup> (Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informação para o Senhor Presidente da República nº 75 de 6 mar. 1975).

Imagem 6 – Jornal árabe revela a obstrução às funções do conselheiro Ribhi Halloum no início da década de 1970, representante diplomático da Organização para a Libertação da Palestina.



A comunidade palestina sempre lutou para preservar sua identidade e por suas famílias nos territórios palestinos. Exemplos incluem campanhas de pressão sobre o governo brasileiro, especificamente o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), para libertar brasileiros de origem palestina presos por Israel, como Lamia Maarouf Hassan, libertada em 1997 após 11 anos nos cárceres da ocupação, e Islam Hamed, que ainda hoje está preso. Este último foi encarcerado pela primeira vez aos 17 anos de

4 Cadernos de Política Exterior / Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. -v. 2, n. 3 (jul. 2016). - [Brasília] : FUNAG, 2015-. Nota de rodapé. Pag. 80. Link - [http://funag.gov.br/loja/download/1161-CADERNOS-DO-IPRI-N-3\\_30\\_08.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1161-CADERNOS-DO-IPRI-N-3_30_08.pdf)

idade, chegou a passar por uma prisão da Autoridade Palestina e desde outubro de 2015 está novamente nos cárceres israelenses.

A comunidade, por meio de seus membros e da ação política palestina organizada por meio de associações, contribuiu para que a República brasileira, em 3 de dezembro de 2010, reconhecesse o Estado palestino nas fronteiras de 4 de junho de 1967, conforme Resolução nº 242 das Nações Unidas (Nações Unidas, 1967)<sup>5</sup>.

O exílio forçado sempre estabeleceu um tipo de laço que remete à perda comum da terra original, mas também ao direito comum à justiça, que se reflete na reivindicação e preservação da identidade e do direito de retorno, algo que também produz laços de solidariedade que se expressam em posicionamentos políticos.

Gostaríamos, nesta noite, de dizer aos senhores congressistas, que o Partido dos Trabalhadores não está apenas solidário com o povo palestino, porque é muito pouco. Na verdade, estamos irmanados à luta do povo palestino, liderada pela OLP, porque entendemos que a capacidade de resistência que esse povo tem demonstrado, a capacidade de luta que esse povo tem dado ao mundo inteiro, é a razão maior pela qual qualquer cidadão que ama a liberdade se coloque solidário nessa luta. Quando assistimos aqui no Brasil, através da televisão, as matanças de que os palestinos foram vítimas no Líbano, quando vimos crianças serem metralhadas, sem saber por que, nos lembramos que existem aqui no Brasil algumas crianças que morrem por falta de um pedaço de pão. Quando lemos alguma coisa sobre o sofrimento e ao mesmo tempo sobre a resistência do povo palestino, ficamos mais convictos, mais esperançosos, e começamos a entender por que os soldados de Israel, por que o governo de Israel tem tanto ódio do palestino. Começamos a compreender que existe uma justificativa, (para) que os palestinos não respeitem o direito de Israel (Asfora, 2010, 125).

Pode-se fazer uma distinção entre a imigração palestina recente e a anterior em termos de interesse político e midiático. A nova geração se concentra mais na política interna do Brasil, e menos na pátria dos pais e avós, mas dá atenção à causa palestina, apesar das tensões políticas internas entre as elites brasileiras em relação a Israel e à forte divisão que surgiu durante o governo de Jair Bolsonaro (2018 a 2022), que apoiou Israel explicitamente, por exemplo por meio de declarações sobre a intenção de mudar a Embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém e negar a presença palestina (Alzoubi, 2023).

### 3.7 Os judeus no Brasil e a fuga do antissemitismo

---

<sup>5</sup> Resolução nº 242 das Nações Unidas. Disponível em: <https://bit.ly/3EGd73E>. Acesso em: 26 fev. 2023.

Para o centro-sul brasileiro, a imigração judaica somente teria volume significativo após a imposição de leis restritivas à imigração judaica nos EUA e Argentina na década de 1920 (Lesser, 1995). Assim, um contingente substancial de judeus vindos principalmente do Império Russo, dos Balcãs e da Europa Centro-Oriental chegou ao Brasil. A maioria dos judeus imigrantes a partir do final do século XIX deixou a Europa fugindo de perseguições (desde *pogroms* no leste europeu até o Holocausto). O antissemitismo marcou profundamente a identidade judaica e as relações com as sociedades não judaicas, não somente na geração migrante, mas também nas posteriores. Outro fator identitário trazido da Europa foi o sionismo. Organizado como movimento político na Europa no final do século XIX, via a imigração para a região da Palestina e a “(re)construção” lá de um Estado judeu como solução para as perseguições antissemitas e a “normalização” do povo judeu (Snyder, 1984).

... os imigrantes judeus que chegavam ao Brasil raramente provinham de áreas rurais e, não sendo lavradores, não contavam com o apoio dos grandes proprietários de terra. Os nativistas urbanos, em geral em desacordo com os fazendeiros acerca da política de imigração, também encaravam os judeus de forma negativa, considerando-os uma pérfida raça não-branca cujas diferenças raciais eram perigosamente indistinguíveis. A rejeição aos judeus tornou-se uma das poucas áreas de consenso entre os políticos urbanos e rurais (Lesser, 1995, p. 99).

Lesser (1995) também destaca outros fatores que contribuíram para um sentimento antissemita em meio à elite brasileira ainda na década de 1920, entre os quais: a culpabilização de imigrantes urbanos de modo geral por conflitos sociais e a associação dos judeus do leste europeu ao comunismo após a Revolução Russa de 1917.

### 3.8 A diáspora palestina no Chile

Em geral, antes das ondas de imigração, o Chile estava dividido em dois grupos: grandes proprietários de terras pertencentes à aristocracia dominante e pequenos camponeses. A economia dependia em grande parte da exportação de matérias-primas, sendo a mais importante o potássio (Lorenzo, 2006).

O Chile, segundo o historiador Sergio Villalbos, precisava de mão de obra estrangeira porque entrava em período de desenvolvimento da economia, com a introdução de novos mecanismos no setor empresarial e no mercado de trabalho. Esses estrangeiros trouxeram consigo novos conceitos, que encontraram solo fértil em meio

à sede de ciência moderna. Em outras palavras, não havia conflito entre a chegada dos imigrantes e o que o país aspirava (Corbinos, 1983).

No Chile, a comunidade palestina é a maior da América Latina, sendo também o lugar onde se concentra a segunda maior presença de palestinos fora do mundo árabe. Em 2020, o número de palestinos foi estimado em cerca de 500 mil (Al-Hayy, 2009), residindo no Chile há mais de 150 anos, mantendo raízes profundas e com influência e participação na política, vida econômica, cultural e esportiva do país.

Essa presença no Chile remonta ao final do Império Otomano e à fuga do recrutamento forçado. O povo palestino lutou também contra o Mandato Britânico e os planos dos movimentos sionistas que conspiravam contra seu direito à terra, em meados do século XIX. Durante a eclosão da Guerra da Crimeia, um pequeno número de palestinos se dirigiu ao Chile, pelos portos da Argentina, depois em mulas pelos Andes<sup>6</sup>, ou entrando no continente pelo Porto de Santos, no Brasil, enquanto parte seguia para um dos portos europeus, muitas vezes para Gênova, Itália ou Marselha, na França, passando pelo porto de Beirute, Haifa e Alexandria, com o objetivo de trabalhar na agricultura e no comércio e melhorar a situação econômica pessoal e de suas famílias (Akmir, 2006).

A presença majoritária de cristãos católicos entre os palestinos no Chile facilitou sua aceitação e integração na comunidade anfitriã. Isso transformou o Chile em epicentro da diáspora palestina na América Latina, formando a maior concentração de palestinos fora do mundo árabe, superada apenas pela Jordânia.

Instituições como o Desportivo Palestino, fundado em 1920, tornaram-se emblemáticas, não apenas como espaços de lazer, mas como centros de preservação cultural, onde a língua árabe, tradições camponesas e identidade palestina foram ativamente cultivadas (Akmir, 2006).

A integração dos palestinos no Chile e seu compromisso com o clube e suas atividades, juntamente com o investimento na educação de qualidade para a primeira geração, foram cruciais para o reconhecimento e o sucesso subsequente da comunidade palestina. A mídia desempenhou um papel fundamental em destacar a comunidade palestina como um caso exemplar de sucesso e integração. Nos domínios político, econômico e midiático, a comunidade palestina no Chile é frequentemente citada como um modelo de prosperidade e influência (Meruane, 2019).

---

6 A cadeia montanhosa mais alta e mais longa da América Latina estende-se por uma distância de 8 mil km e inclui os seguintes países: Colômbia, Venezuela, Equador, Chile, Peru, Bolívia e Argentina.

Ao contrário das séries de imigrações europeias apoiadas pelo Estado chileno, a exemplo dos alemães a partir de 1845, a imigração árabe em geral e palestina em particular se deu de forma espontânea, sem nenhuma política que a encorajasse ou facilitasse a estabilidade e a integração no Chile. Esse fato representava maior dificuldade de estabilidade aos que confiavam apenas em si e em suas próprias capacidades, sem alocação de terras para estabelecerem assentamentos agrícolas, como aconteceu com os imigrantes europeus (Lorenzo, 2006).

As estatísticas organizadas nos anos de 1854, 1865, 1875 e 1885 falam da presença de imigrantes turcos<sup>7</sup>, e da constatação da presença do primeiro imigrante palestino no Chile em 1881, cujo nome as fontes divergem. As estatísticas de 1895, que começaram distinguindo a origem geográfica dos imigrantes, e a partir de 1920, com o fim do Império Otomano, indicam novos registros definindo os imigrantes como sírios, palestinos, libaneses, árabes e turcos, estabelecendo que havia 5.514 imigrantes árabes, 1.164 dos quais eram palestinos (Tenorio e Gonzalez, 1990).

A imigração palestina no Chile entre o final do século XIX e a descoberta das minas de potássio no norte do país variou de acordo com os anos, e a porcentagem de palestinos alcançou 51% do total de árabes que imigraram para o Chile. Entre 1910 e 1913, os palestinos representaram 56% do total da imigração árabe. Das 2.994 famílias que foram registradas por origens geográficas, os palestinos constituíam 51%, e cerca de 70% deles vieram das aldeias de Belém e Beit Jala (Lorenzo, 2001).

Não se trata, porém, de uma comunidade homogênea em termos comportamentais, políticos ou de predominância de atividades e interesses. De certa forma, a comunidade expressa a própria sociedade chilena e a sua diversidade, mas tem em comum as origens palestinas de gerações anteriores, e também instituições decorrentes dessas origens, que acabam por ter papel relevante na preservação de laços culturais, hábitos e tradições, bem como na visibilidade das identidades culturais palestinas no território chileno.

Chegar ao Chile foi um grande risco para os primeiros imigrantes, depois de muitos dias de permanência. A viagem durou 50 dias. Eles tiveram que contar com a experiência das mulas, que cruzaram a Cordilheira dos Andes por quatro dias seguidos antes do final da viagem. Era costume os imigrantes encontrarem seus parentes ou amigos para recebê-los. No entanto, isso não se aplica àqueles que cruzaram a Cordilheira dos Andes. Por serem os primeiros imigrantes a chegar, não tinham ninguém esperando por eles. Os imigrantes palestinos, no início, eram

---

<sup>7</sup> Os primeiros imigrantes árabes que se estabeleceram na América Latina foram chamados de "Turkos", porque entraram nos países do continente com passaportes otomanos.

majoritariamente homens solteiros sem profissão ou formação específica, e suas idades variavam de dez a 30 anos. Estavam unidos por valores comuns, pela coragem e pelo apoio das famílias, principalmente do pai e da mãe. Para eles, a alienação exigiu, no início, seriedade e senso de responsabilidade. Isso significa que deixar a terra natal não significou romper os laços de parentesco com a pátria (Tenorio e Gonzalez, 1990).

Para além da compreensão sobre como os palestinos no Chile aderem à identidade, comunicação e cultura palestinas, e até que ponto se relacionam e se comunicam com seu país de origem, nos dedicamos também a buscar na identidade cultural da diáspora palestina o que pode ser atribuído ao passado que resiste à desfiguração colonial. E também como as “histórias ocultas”, mencionadas por Hall, são responsáveis pela ascensão de muitos movimentos anticoloniais e antirracistas de nosso tempo, que têm desempenhado um papel crítico na formação de uma sociedade chileno-palestina capaz de ressignificar seu legado cultural, experiências e traumas históricos em novos elementos criativos de identidade de adaptação cultural.

Um sofrimento dos palestinos foi perceber que sua nova vida no Chile era completamente diferente e os desafios eram muitos, sendo que no início foram excluídos e marginalizados e, segundo Lahsen, se estabeleceram nos mesmos bairros e não recuaram diante das posições que os rejeitavam quando matriculavam seus filhos em escolas chilenas. A historiadora chilena Antonia Rebolledo Hernández (1994) acredita que os árabes foram considerados uma raça inferior, alvo de críticas, difamações e calúnias.

O estereótipo dos árabes no Chile, que aparecia em jornais como *El Mercurio*, era que eles praticavam negócios modestos e se instalaram em bairros pobres e marginais, mas a verdadeira razão por trás da rejeição é que eles pertenciam a uma etnia diferente e com grande ânsia de economizar e satisfazer suas necessidades mínimas, trabalhando e abrindo lojas sem parar, ao que contavam com todos os membros da família.

Segundo a pesquisadora chilena Maria Teresa Zahir, aparentemente a maneira de se vestir, falar e viver dos árabes em geral era motivo de zombaria. Eram chamados de turcos como forma de desdém. Isso é ilustrado pelo que foi publicado pelo jornal *El Mercurio*, que combinava a atitude negativa em relação aos árabes, sua má situação econômica, seu trabalho ininterrupto e a zombaria de seus costumes (Hernández, 1991). Algumas elites educadas também tiveram um papel nessa rejeição aos árabes, incluindo a maioria dos palestinos. Elas se ressentiam (Joaquín Edwards Bello) da presença dos árabes, cuja chegada a Santiago “superou a tez escura de seus habitantes” (Hernández, 1991, 107).

Segundo Akmir (2006), o desprezo dos europeus pelos outros povos e a marginalização de qualquer pessoa que não pertencesse à raça branca europeia se esvaiu no Chile no início do século XXI com a ascensão de palestinos de ascendência chilena, inclusive políticos, empresários, economistas e celebridades.

Entre figuras destacadas do início do século passado, pode ser citado Juan Abu Jarur, que estabeleceu uma notável fábrica de algodão em 1936, transformando-a na mais proeminente do Chile. Ademais, a comunidade palestina estabeleceu várias instituições financeiras, incluindo o Banco do Chile, Corbanca e o Banco da Palestina, exemplificando uma integração relativamente fluida nas sociedades locais (Akmir, 2006).

Houve, com o tempo, uma integração real e quase completa entre os povos de origem palestina e chilena após o casamento de jovens palestinos com mulheres chilenas, o que indica que a rejeição a essa marginalização se iniciava.

Apesar da grande diferença entre Chile e Palestina em termos de cultura, idioma, clima e época, há pontos que ajudaram a integrar e convergir, sendo o mais destacado o fator religioso. A maioria dos imigrantes palestinos ao Chile era cristã e, embora fossem ortodoxos e não católicos, como a população chilena, muitos palestinos e seus descendentes se converteram ao catolicismo, o que facilitou o processo de integração.

Além disso, conforme explicado por Shafiq Al-Ghabra, em seu livro “A Nakba e o surgimento da diáspora palestina no Kuwait” (2019), verifica-se a concentração dos primeiros imigrantes em determinadas áreas. O bairro Mapuche, especificamente a Rua do Patronato, é considerada uma lembrança dos árabes, especificamente dos palestinos, que são a maior porcentagem de árabes no Chile, onde buscaram seu desenvolvimento. Os palestinos viveram historicamente em três áreas principais: Recoleta, Bairro San Pablo e centro da cidade. No entanto, alguns descendentes agora residem em vários lugares, como Bairro Ñuñoa (Lorenzo, 1983).

Os palestinos estabeleceram muitas instituições para preservar sua identidade e cultural no Chile, mais notavelmente: o Desportivo Palestino, fundado pelos primeiros imigrantes da Palestina e um dos clubes ilustres do Chile e do continente latino em geral; a Federação Palestina; o Comitê de Direito de Retorno; o Comitê Democrático Palestino; a União das Mulheres Palestinas; a União Geral dos Estudantes Palestinos; a Escola Árabe e Fundação Belém 2000; o Clube Palestino Valparaíso e Viña del Mar; a Associação Juvenil para a Palestina (AJPP); o Lar de Crianças Sírio-Palestinas (Lorenzo, 1983).

No Chile, existem três escolas árabes, primárias, secundárias e completas, com diretores de origem palestina, em três cidades: Concepción, Viña del Mar e Santiago, cujos alunos recebem informações sobre história e folclore palestinos e árabes. Há também dez igrejas cristãs árabes e uma mesquita islâmica.

Os movimentos chilenos de solidariedade com a Palestina convocaram em 2017 uma conferência para as comunidades palestinas de vários países da América Latina na capital Santiago, com o objetivo de criar um *lobby* unificado em apoio aos direitos palestinos (Luna, 2017).

Numa perspectiva das mediações culturais e identidades na formação de comunidade diaspórica, convém ressaltar que a migração de palestinos para o Chile data de 1850-1900, a maioria procedente das aldeias de Belém, Beit Jala, Beit Sahour e algumas outras áreas. A próxima leva se deu entre 1900 à Nakba de 1948 e, posteriormente, com a Naksa de 1967, bem como com despertar da Guerra Civil e a invasão israelense do Líbano em 1982. Da mesma forma, outras ondas vieram após a primeira e a segunda Intifadas palestinas (levantes populares) e a deportação de palestinos do Kuwait e do Iraque, após a primeira e a segunda Guerras do Golfo.

O clube palestino remonta a 100 anos atrás pelo interesse dos primeiros imigrantes pela vida social, esportes e futebol em particular e continua até hoje, sendo um dos melhores clubes sociais de Santiago e que oferece facilidades como natação, tênis, refeições para seus membros, reuniões em eventos públicos e festas. O objetivo de sua construção foi unir as comunidades árabes e palestinas residentes no país que abriga em seu território a terceira ou quarta maior comunidade palestina do mundo.

Sendo a comunidade palestina no Chile tão expressiva numérica e socialmente, vários mecanismos de construção identitária (Jardim, 2003) são encontrados na vivência e sociabilidade dos jovens que permitem a manutenção da identidade palestina no exílio.

O “Clube Palestino” foi formado em seus primórdios como um clube de futebol, e logo se transformou em um ponto de encontro para os primeiros imigrantes chilenos do século XIX e início do século XX, no subúrbio norte da capital Santiago. Podemos refletir sobre as considerações trazidas por Hall quando ele afirma haver uma construção que cada um faz por meio das relações que estabelece com o mundo e com os outros, a partir do grupo social a que pertence, do contexto familiar, das experiências individuais e “de acordo com os valores, ideias e normas que organizam sua visão de mundo”. Ou seja, o autor assume uma perspectiva não essencialista que tem a ver não com aquilo que nós somos, mas com aquilo que nos tornamos, a partir do uso dos recursos da história, da linguagem e da cultura. São criadas conexões, ainda, com as

questões sobre “quem podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós mesmos” (Hall, 2003, 109).

Os palestinos vivem no Chile há um século e meio, e seu processo migratório foi completo, pois conheceram os detalhes da vida e todas as manifestações sociais chilenas: miséria e riqueza, marginalização e aceitação, e pode-se dizer que sua passagem por essas dicotomias acabou tornando-os parte integrante da classe média esclarecida do Chile, assim como os levou à percepção de pertencimento a esse país e a se enraizarem nele.

### 3.9 Diáspora palestina em Honduras

Considerada uma das mais antigas diásporas palestinas do mundo, a diáspora em Honduras conta, conforme estatísticas, entre 50 e 60 mil pessoas, mas exprime um país da diáspora distante mais preocupado em preservar a identidade palestina. Consta que o primeiro caso registrado de migração de palestinos para Honduras ocorreu em 1899.

Os palestinos mobilizaram uma identidade “árabe”, que surgiu em oposição à ideologia mestiça, na primeira metade do século XX. Nas décadas de 1920 e 1930, os palestinos hondurenhos criaram várias associações, como a Asociación Femenina Hondureña Árabe (Associação das Mulheres Árabes Hondurenhas), a Sociedad Juventud Union Árabe (Associação da Juventude Árabe) e o Hondureño Árabe (Centro Social das Mulheres Árabes Hondurenhas), que criaram redes transnacionais que proporcionaram várias formas de apoio às famílias de imigrantes palestinos.

Os negócios e as empresas são geralmente vistos como patrimônio familiar, e as relações de parentesco são ainda evidentes nas atividades comerciais e de comércio dos imigrantes palestinos. As relações de parentesco começaram a desempenhar um papel significativo nas atividades comerciais dos palestinos quando estes abriram lojas em várias cidades da Costa Norte, contribuindo para o estabelecimento de redes com outros comerciantes palestinos em toda a Costa Norte no início do século XX, bem como no estrangeiro, devido à sua atividade de importação de produtos para as suas lojas. Membros da família, como esposas, irmãos ou primos, que trabalhavam nas lojas como mão de obra remunerada e não remunerada, ajudavam a sustentar a empresa familiar. Além disso, as empresas de imigrantes palestinos recorreram a estratégias de gestão patrimonial – isto é, empresas em que a propriedade, os principais cargos de

decisão política e outros cargos importantes na hierarquia são ocupados por membros da família alargada – a fim de expandir a atividade familiar.

Autocarros, panelas, gordura, televisão por cabo, costeletas de porco, vidas, o Papai Noel... água engarrafada, sardinhas, hospitais, transmissões diretas, tráfego aéreo, terra para cultivar palmeiras africanas para óleo, a alfândega de Amatillo... altos funcionários, a polícia, sabão, as batatas que comemos, camponeses de El Aguán... Michelletti e Pepe Lobo... tudo, tudo, tudo é propriedade de Miguel Facussé, Tudo.<sup>4</sup> (Excerto de “Todo, todo es de Miguel Facussé”, *Artistas en Resistencia*, 28 de abril de 2010 Vos del Soberano.com)

A influência e as atividades dos empresários na política tornaram-se mais fortes na década de 1980, à medida que financiavam campanhas presidenciais e modernizavam a máquina política do país. Várias famílias ricas de empreendedores palestinos (por exemplo, Facussés, Canahuatis, Larachs) estiveram ativamente envolvidas na política, promoveram políticas neoliberais e foram eleitas para cargos públicos. A eleição de um dos principais empresários do país em 1990, bem como de outros dois em 1998 e 2002 – um deles de origem palestina – e a sua participação ativa na definição de uma nova agenda liberal para o país, da qual se beneficiariam, indica não há apenas a emergência de empresários como uma elite econômica e política, mas também a integração bem-sucedida de empresários palestinos em estruturas econômicas e políticas de elite, devido à acumulação de diferentes formas de capital, o que não exigiu que se mobilizassem para se estabelecerem como uma identidade étnica.

Tal como o discurso mestiço da elite excluiu os negros como sujeitos históricos centrais na história da indústria da bananicultura, também excluiu os imigrantes do Oriente Médio, em particular os comerciantes e empresários palestinos, como sujeitos históricos na história econômica de Honduras ao longo do século XX. Uma das razões para tal foi a percepção que a elite da sociedade de acolhimento tinha os palestinos como imigrantes temporários e como um grupo isolado que não se “misturava racialmente” com os habitantes locais. De fato, os palestinos estavam relativamente isolados na primeira metade do século XX devido ao seu clã, particularmente devido à prática de casamentos endogâmicos (González 1992; Amaya 1997). Para muitos deles, Honduras destinava-se verdadeiramente a ser um local de residência temporário, com o objetivo de poupar capital suficiente para regressar à sociedade de origem, e alguns regressaram efetivamente. Além disso, muitos viam Honduras como um país pobre e subdesenvolvido. As representações raciais/étnicas de Honduras (e da América Latina em geral) nas mentes dos palestinos (e de outros habitantes do Oriente Médio) como sendo pobres, pré-modernas e incivilizadas, parecem estar embutidas em construções raciais/étnicas hierárquicas anteriores das Américas que derivam de “ideologias nacionalistas e imperialistas do Oriente Médio, [particularmente] representações otomanas do Novo Mundo” (Pastor 2012, 3).

### 3.10 A diáspora palestina em El Salvador

Talvez se possa dizer que El Salvador e Honduras são os que tiveram maior presença palestina na América Central, considerando a distribuição da diáspora vinda do Levante, com sírios residindo, por exemplo, na Argentina, palestinos no Chile e libaneses no Brasil.

A presença de palestinos em El Salvador é claramente notada, e fontes demonstram que antes de 1933 foram registrados 1.051 deles. Sua presença é notável em vários campos e setores, começando pelo comércio e terminando na Presidência, com os palestinos Antonio Saca e Nayib Bukele governando o país de forma intermitente.

El Salvador gozou de uma notável presença palestina depois de encontrar no país as características da cultura e das tradições árabes deixadas pela Espanha, que por sua vez teve uma longa presença árabe entre os séculos XVIII e XV.

Talvez o que contribuiu grandemente para o sucesso da diáspora palestina em El Salvador foi o fato de terem a mesma ideia sobre o futuro da Palestina.

Proeminentes em todas as profissões e presentes em todos os níveis da política, os líderes cristãos árabes não se consideravam parte de uma comunidade ameaçada e privada de direitos; consideravam-se atores centrais na emergência da Palestina como nação árabe moderna (Robson 2011, 6).

Os palestinos salvadorenhos criaram muitas instituições, associações e centros para preservar o seu patrimônio em termos de língua, casamento e luto. É digno de nota que, apesar de sua migração ter ocorrido há quase 150 anos, ainda preservam a língua árabe como fonte de pertencimento e interação diária com a Palestina e as condições atuais lá.

A comunidade palestina em El Salvador é considerada uma extensão da resistência palestina na luta e no reconhecimento. As fontes mencionam, por exemplo, sem se limitar a isso, que alguns membros da diáspora palestina latino-americana, quando ocorreu a Nakba palestina em 1948, venderam tudo o que possuíam e foram lutar e defender a Palestina, gastando tudo o que possuíam para comprar armas. Também contribuíram para processos de resistência na América Latina e, em El Salvador, não devemos esquecer que Schafik Hándal, liderou a Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional. A presença palestina também é representada pela estátua de Yasser Arafat, que foi erguida no centro da capital, San Salvador. Algumas ruas levam o nome da Palestina ou de cidades palestinas como Belém.

É preciso registrar que o Chile em 1933, a Argentina em 1932, El Salvador em 1936 e Honduras em 1939 emitiram leis proibindo a entrada de palestinos. Essas leis permaneceram em vigor nesses países por muitos anos e foram então revogadas após os palestinos demonstrarem sucesso em vários aspectos. A exceção a isso é o Brasil, que nunca foi mencionado como tendo tais leis restritivas para entrada de palestinos no seu território.

#### 4. A PALESTINA NA MÍDIA LATINO-AMERICANA – CONTRIBUIÇÕES DO JORNALISMO HUMANITÁRIO E DE PAZ

Este capítulo estabelece a conexão entre os conceitos e práticas do jornalismo humanitário e de paz, apoiados nas obras de especialistas como Johan Galtung, Cilene Victor, Steven Youngblood, Wilhelm Kempf, Dov Shinar, Martin Scott, Mel Bunce e Kate Wright, com as teorias jornalísticas tradicionais, incluindo os critérios de noticiabilidade, fórmulas narrativas e objetividade jornalística. Essa discussão teórica se apresenta como o alicerce da análise de conteúdo da cobertura da Palestina por jornais latino-americanos, visando identificar abordagens no jornalismo humanitário e de paz que contribuam para a sobreposição da abordagem padrão imposta pela dominância das agências de notícias do norte global.

A análise de conteúdo tem como recorte um veículo de cada um dos cinco países da América Latina considerados centrais nesta pesquisa. Assim, compreende os jornais *Clarín* (Argentina), *Folha de S. Paulo* (Brasil), *El Mercurio* (Chile), *La Prensa Gráfica* (El Salvador) e *El Heraldo* (Honduras), com ênfase nas questões relacionadas à Palestina, no período que abrange três anos e meio, de janeiro de 2020 a junho de 2023. Por meio da palavra-chave “Palestina”, foi realizada pesquisa no acervo digital desses jornais, restringindo-se a notícias, artigos de opinião e entrevistas. A metodologia é a análise de conteúdo de base quantitativa.

Busca-se identificar e entender a representação do Oriente Médio na imprensa latino-americana, com particular atenção à perpetuação do Orientalismo, conforme definido por Edward Said (2008). Examina-se como essa representação influencia a cobertura da Palestina, frequentemente reduzida ao rótulo de “conflito Israel-Palestina” ou “guerra árabe-israelense”, ignorando a crise humanitária e os direitos humanos, especialmente as ofensivas que afetam crianças, mulheres e idosos naquela região.

A hipótese central que guia esse terceiro capítulo é a de que a narrativa convencional do “conflito Israel-Palestina” limita a reportagem a uma cobertura factual, negligenciando os princípios do jornalismo humanitário e de paz e, inadvertidamente, fomentando a islamofobia. Como mencionado ao longo desta tese, esta pesquisa foi desenvolvida no escopo do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom), da Universidade Metodista de São Paulo, buscando avaliar como o jornalismo humanitário e de paz pode se contrapor à narrativa de conflito e oferecer novas perspectivas que previnam a propagação de pânico moral e a “fadiga da compaixão” que, por sua vez, surgem de uma cobertura de guerra e conflitos amparada em recursos do sensacionalismo.

Assim, o referencial teórico se concentra nos estudos do jornalismo humanitário e de paz, visando inibir o surgimento da “fadiga da compaixão”, o distanciamento emocional e o pânico moral que podem ser desencadeados por uma cobertura desprovida de compromisso ético, na qual ideologias, religião e política dominam a narrativa. Importante salientar que a análise de conteúdo, de caráter quantitativo, foca na cobertura dos acontecimentos de violência perpetrados pelas forças de ocupação israelenses em Sheikh Jarrah e na Mesquita de Al-Aqsa, no período de interesse da pesquisa, janeiro de 2020 a junho de 2023, pelos cinco jornais objeto de estudo.

Iniciar pela análise de conteúdo para, assim, recorrer à base teórica foi uma decisão amparada na ideia de que não se pretende uma discussão teórico-conceitual no campo do jornalismo humanitário e de paz descontextualizada do objeto central da pesquisa, ao mesmo tempo que busca-se com isso a identificação de caminhos que possam reverter o perfil da cobertura que a análise contribuiu para descortinar.

#### 4.1 A Palestina na mídia latino-americana

Para compreender a cobertura dos acontecimentos relacionados à Palestina pela imprensa dos cinco países latino-americanos em questão, é fundamental entender os critérios de noticiabilidade e avaliar se valores como neutralidade, objetividade e transparência são observados. Estes podem explicar por que certos eventos ganham visibilidade na mídia, enquanto outros são negligenciados. A abordagem da mídia à questão palestina reflete a observação de Scott (2018), que aponta que a atenção da mídia não se correlaciona necessariamente com a gravidade das crises ou com o número de pessoas afetadas. Em vez disso, está mais relacionada à importância geopolítica e à proximidade cultural com o público dominante do Ocidente, ou norte global. Contrariando esses critérios de noticiabilidade parciais, o jornalismo humanitário procura por uma representação mais equânime e abrangente que reflita a realidade de maneira mais autêntica, buscando visibilidade para a questão palestina por meio de uma abordagem menos enviesada e mais inclusiva, como proposto por Scott.

Importante entender, nesse contexto, o ideal de luta por reconhecimento do povo palestino e, para isso, recorreremos às contribuições teóricas de Axel Honneth (2003), que resgata do jovem Hegel os elementos mais gerais da “luta por reconhecimento” para decifrar a “gramática moral dos conflitos sociais”. Dentro desse arcabouço, ao se considerar o modelo proposto por George Herbert Mead, que analisa as relações de reconhecimento e a luta fundamentada no amor e no direito à

valorização, torna-se evidente que os palestinos, em sua fase inicial de migração para a América Latina, enfrentaram a ausência desse reconhecimento.

Inúmeros fatores contribuíram para isso, incluindo a escassez de uma comunidade acolhedora, as condições de pobreza e uma necessidade urgente de trabalhar para suprir as necessidades básicas individuais ou familiares no país de origem e na diáspora. A migração era vista como um meio para a melhoria econômica coletiva, refletindo a visão de uma família extensa. Hobbes (1966), ao conceituar a convivência humana no novo contexto multipolar, assevera que os migrantes devem se comprometer a assegurar seu futuro bem-estar, demonstrando proatividade que resulte da adaptação ao novo ambiente ocidental e da convivência harmoniosa com o outro, uma figura estranha em costumes e tradições.

Além dos desafios inerentes, é essencial formar novas relações que contribuam para o reconhecimento e a existência dos indivíduos conforme discutido em "Leviathan" (1966). Hobbes enfatiza a batalha pela autoestima e preservação, uma questão ressaltada por Shafiq Al-Ghabra, ao discutir como os palestinos no Kuwait alcançaram uma integração substancial e avanços em todos os níveis após a Nakba de 1948, nas comunidades palestinas mais consolidadas na diáspora (Al-Ghabra, 2012).

Voltar à perspectiva filosófica de Honneth sobre a luta das pessoas pela manutenção de sua identidade física, cultural e espiritual é vital para compreender as interações sociais. Ele argumenta que as sociedades que aspiram integrar-se e batalhar pelo reconhecimento geralmente se distinguem pela moralidade de aceitação. O papel da família no complexo social da luta pelo reconhecimento é destacado por Honneth, com membros da família trabalhando lado a lado para estabelecer as raízes da continuidade. O reconhecimento oriundo da necessidade mútua entre as pessoas gradativamente origina um estado de integração, denominado reconhecimento de costumes, em contraponto às leis e instruções formais.

Ao contemplarmos a situação dos palestinos e de sua diáspora induzida pelas políticas de Israel, ou, em outra perspectiva dessa diáspora como exílio, verificamos que muitas famílias sofreram a perda da estabilidade familiar, distanciadas pelas condições do membro forçado a emigrar em busca de um futuro melhor para si e para os demais. Essa busca se estende para além dos filhos, alcançando a família alargada que inclui sogros e outros parentes, muitas vezes dependentes da assistência de vizinhos devido à magnitude da necessidade do grupo familiar.

Na luta para viver com dignidade e liberdade, a mulher frequentemente assume a tarefa solitária de criar e educar os filhos, o que tem sido recorrente desde 1948 e persiste até hoje na sociedade palestina. A integração demanda um ambiente familiar

seguro, que frequentemente é abandonado. Os palestinos têm experimentado isso ao longo dos anos em todas as áreas de imigração e diáspora, lidando com a ruptura da estabilidade emocional e familiar que a migração impõe. O que teoricamente seria uma condição anômala, paradoxalmente, se torna a norma para os palestinos forçados a migrar.

Hegel, conforme interpretado por Honneth (2003), esclarece que a luta pelo reconhecimento sempre requer um esforço organizado e, em certos momentos, a intervenção do Estado se faz necessária para ajudar a organizar e ultrapassar os desafios e as discrepâncias presentes no ambiente da sociedade acolhedora (Hegel, 1986, apud Honneth, 2003). As interações entre as diversas comunidades podem causar instabilidades, mas também podem servir de impulso para a união de forças, visando a construção de um modelo próprio que preserve o patrimônio cultural e moral, promovendo a sobrevivência, a continuidade e a construção social.

Os veículos de comunicação selecionados para este estudo refletem uma consideração cuidadosa das dinâmicas políticas, diplomáticas e culturais de seus contextos. O jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, foi escolhido como representante da mídia tradicional brasileira e foi preferido por sua relevância e amplo acesso digital. A Argentina, com a maior comunidade judaica da América Latina, e onde foi considerada a possibilidade de estabelecer um lar nacional para o povo judeu conforme proposto por Theodor Herzl em “O Estado judeu” (1900), tem no *Clarín* seu jornal mais antigo e significativo na cobertura da questão palestina.

Em Honduras, onde reside a quarta maior comunidade palestina da América do Sul, o jornal *El Heraldo* é notável pela frequência com que aborda a questão palestina, motivo pelo qual foi incluído na pesquisa. El Salvador, com a maior comunidade palestina da América Central e governado pelo presidente de origem palestina Nayib Bukele (2019-2024), tem no jornal *La Prensa Gráfica* um meio importante de disseminação de informações. No Chile, o país com o maior número de palestinos na América do Sul e um forte apoio à causa palestina, em que a comunidade expressa sua conexão com a herança cultural por meio de música, trajes e tradições, personalidades destacadas na mídia como Álvaro Saieh, Nicolás Massú e Francisco Chahuán justificaram a escolha do jornal *El Mercurio*.

O conjunto de materiais analisados nos cinco veículos inclui a produção de notícias e artigos acessíveis eletronicamente, por meio de assinaturas comerciais. O período de estudo englobou eventos notáveis, tais como o assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh, em maio de 2022, e a polêmica declaração do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, assim que eleito, em novembro de 2018, sobre a transferência

da Embaixada brasileira para Jerusalém, alinhando-se com a política adotada pelo então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, além de conflitos recorrentes na Faixa de Gaza. O objetivo de monitorar as repercussões desses eventos foi realizar um diagnóstico quantitativo do caso estudado, complementando a análise de conteúdo e aprofundando a discussão proposta por esta pesquisa. Ao longo do período estudado, os materiais foram selecionados eletronicamente e verificados manualmente pelo autor para minimizar os erros inerentes à automação.

Para a definição das categorias de análise, recorreremos ao método de Bardin (2011), que permite uma maior flexibilidade na análise de conteúdo, fundamentada na exclusão mútua. Cada elemento é categorizado de forma única, analisado com objetividade e imparcialidade, evitando discrepâncias e distorções no raciocínio analítico e assegurando que a análise esteja alinhada aos objetivos e ao referencial teórico da pesquisa. O processo de categorização segue a estrutura proposta por Bardin (1977), que organiza a pesquisa a partir do inventário dos elementos coletados e da sua subsequente classificação.

Conforme o inventário, o estudo abordará três categorias principais de análise: forma, prática e recursos textuais. No que tange à forma, examinaremos a quantidade de materiais por veículo e o número de vezes em que Palestina ou Israel foram mencionados. A categorização da prática envolverá a identificação dos gêneros jornalísticos e das fontes de informação nas matérias. Na análise dos recursos textuais, consideraremos o uso e a recorrência de polifonia e polissemia ao longo da cobertura.

Quanto ao embasamento teórico necessário para a investigação sobre o conceito de fontes jornalísticas, serão consideradas as contribuições teóricas de Chaparro (2007), Lage (2001) e Pena (2005). A pesquisa sobre gêneros jornalísticos recorrerá à tríade classificatória que delimita a produção da imprensa em informativo, interpretativo e opinativo, conforme proposto por Marques de Melo (2003), que se baseia nos pressupostos e contribuições de Lasswell (1987), Wright (1968) e Raymond Nixon (1963). O modelo original de Marques de Melo contempla cinco categorias das quais optamos pela tríade mais empregada no jornalismo, especialmente o político. Assim, a discussão sobre os sistemas de classificação de gêneros jornalísticos, ainda objeto de divergências, será abordada considerando os modelos mais elementares e comumente utilizados pelos jornalistas brasileiros. A inclusão dos gêneros jornalísticos como critério da análise de conteúdo visa investigar a contribuição jornalística dos veículos escolhidos na cobertura dos eventos na Palestina e como esse tema é abordado na mídia brasileira.

Na avaliação dos recursos textuais, retomamos os conceitos linguísticos de polissemia e polifonia. De acordo com Bakhtin (1988; 1997), a polifonia textual se caracteriza pela pluralidade de vozes em um texto, contribuindo para a complexidade do contexto apresentado. O conceito de polissemia, por sua vez, refere-se à multiplicidade de significados que uma palavra ou expressão pode adquirir dependendo do contexto em que é empregada, como quando o nome de um grupo ou religião é utilizado de forma pejorativa, em situações que remetem a práticas violentas ou opressoras.

A análise dos critérios de polifonia e polissemia será aplicada à cobertura do “conflito israelo-palestino”, com atenção especial ao uso de informações de agências internacionais pelos veículos estudados. As agências de notícias são uma fonte globalizada de informações e frequentemente compensam a falta de correspondentes e enviados especiais para o jornalismo internacional nos meios de comunicação locais ou regionais (Natali, 2007), ou mesmo a ausência total desses profissionais em muitos casos. Além disso, será avaliada a ocorrência de polissemia nas categorias opinativas e interpretativas. A frequência das menções ao Islã e sua associação com os perpetradores de atos terroristas também serão estudadas, considerando as discussões e controvérsias que surgiram após os ataques de 11 de setembro de 2001. A pesquisa assume que promover o debate a partir de vozes divergentes é um pressuposto do papel social do jornalismo.

Antes de avançarmos na discussão sobre a cobertura da mídia amparada na fórmula do “conflito Israel-Palestina”, abrimos parênteses com alguns exemplos de linguagem e abordagem usadas em alguns acontecimentos específicos. Um deles refere-se às reportagens relacionados à morte da jornalista Shireen Abu Akleh, em 11 de maio de 2022, mostrando que essa pauta foi coberta também pelos jornais que compõem esta análise, com exceção de *La Prensa Gráfica*. Nas buscas nos arquivos, não foram encontradas matérias sobre o assassinato de Shireen Abu Akleh nesse jornal.

Imagem 7 – Reportagem “Periodista de Al Jazeera muere por disparos en operativo israelí”



MILITANTES palestinos transportaron el cuerpo de la periodista muerta.

Cisjordania:

## Periodista de Al Jazeera muere por disparos en operativo israelí

La ONU y EE.UU. pidieron investigación transparente para aclarar el caso.

YASMIN ZAHER | FRANCE PRESSE

fugiados de Yenín, un bastión de grupos armados palestinos

Fonte: El Mercurio, 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://encr.pw/hBM1m>. Acesso em: 23. out. 2023.

Imagem 8 – Reportagem “Repórter da Al Jazeera é morta durante operação de Israel na Cisjordânia”

## Repórter da Al Jazeera é morta durante operação de Israel na Cisjordânia

Shireen Abu Akleh usava colete de imprensa; emissora acusa tropas israelenses, mas premiê nega



JENIN (CISJORDÂNIA) | REUTERS e AFP Uma repórter do canal de notícias Al

Fonte: Folha de S. Paulo, 11 de maio de 2022. Disponível em: <https://cutt.us/ilsCc>. Acesso em: 23. out. 2023.

Imagem 9 – Reportagem “Periodista palestina de Al Jazeera murió por un disparo de las fuerzas israelíes, según la ONU”

## Periodista palestina de Al Jazeera murió por un disparo de las fuerzas israelíes, según la ONU

La periodista se encontraba en las inmediaciones del campamento de refugiados de Yenín, bastión de las facciones armadas palestinas donde las fuerzas israelíes realizaban una incursión.



La periodista palestino-estadounidense llevaba un chaleco antibalas con la palabra "prensa" estampada y un casco, pero la bala le alcanzó justo debajo de este.

Foto: AFP

Suscríbete a nuestro boletín de noticias

Recibirás las noticias más destacadas del día

Correo Electrónico\*

ENVIAR



Ad removed. [Details](#)

Fonte: *El Heraldo*, 24 de junho de 2022. Disponível em: <https://rb.gy/9hxqcy>. Acesso em: 23. out. 2023.

Imagem 10 – Reportagem “Una periodista de Al Jazeera murió de un tiro durante un operativo israelí en Cisjordania”

## Una periodista de Al Jazeera murió de un tiro durante un operativo israelí en Cisjordania

La cadena afirmó que Shireen Abu Akleh fue asesinada "deliberadamente" por las fuerzas israelíes, mientras que Israel atribuyó la muerte a disparos palestinos.

Fonte: *Clarín*, 11 de maio de 2022. Disponível em: <https://cutt.us/3eOKZ>. Acesso: em 23. out. 2023.

Em relação ao chamado Acordo do Século, apresentado em janeiro de 2020 pelos Estados Unidos, visando uma solução para o “conflito Israel-Palestina”, sem, no entanto, ouvir ou considerar o que pensam os palestinos, a maioria das notícias sobre o assunto no Brasil veio de agências internacionais.

A opinião do embaixador de Israel no Brasil, à época Yossi Shelley, teve espaço na *Folha de S. Paulo* para expressar seu grande apoio a esse acordo e para elogiar a posição do então presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, sobre o assunto. Ele disse ainda

que Israel normalizar as relações com os países árabes seria algo natural e necessário para uma paz justa e abrangente.

A posição noticiada sobre o Itamaraty ao acolher o Acordo do Século incluiu a concepção do governo de Jair Bolsonaro de que a proposta traria uma visão promissora depois de mais de sete décadas infrutíferas, e que o Brasil apoiava a paz e a coexistência entre palestinos e israelenses.

A proposta de acordo, contudo, não levou em consideração a tradicional postura do Brasil a favor da criação de um Estado palestino conforme as fronteiras de 4 de junho de 1967, tendo Jerusalém Oriental como sua capital. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro, notório aliado de Israel, manifestou seu respaldo ao reconhecimento de Jerusalém como capital israelense, bem como ao plano apresentado por Donald Trump, considerando-o uma solução ideal para resolver o “conflito palestino-israelense”.

Por sua vez, El Salvador e Honduras não proferiram declarações a respeito do chamado Acordo do Século. Optaram, em vez disso, por abordar o assunto através de programas televisivos, jornais e outras publicações. Honduras expressou apoio ao ex-presidente dos EUA, Donald Trump, especialmente na decisão de transferir a Embaixada americana de Tel Aviv para Jerusalém. Apesar de adotar uma postura de neutralidade frente ao conflito, a influência dos Estados Unidos induz Honduras a alinhar-se às suas diretrizes. A percepção favorável do plano é disseminada na região por agências de notícias internacionais como Reuters, AP e AFP.

Imagem 11 – Artigo “73 años en la senda de la paz”

## 73 años en la senda de la paz

Aunque el camino no ha estado libre de obstáculos, en este país vislumbran un panorama prometedor hacia la paz y el progreso en Medio Oriente y señalan: “es el futuro que Israel está comprometido a impulsar”.



En 1994, se firmó el Tratado de Paz entre el Estado de Israel y el Reino Hashemita de Jordania.



En 2020, Israel, Emiratos Árabes Unidos y Bahrein anunciaron su voluntad de establecer relaciones diplomáticas plenas.

Fonte: *El Mercurio*, 11 de junho de 2021. Disponível em: <https://11nk.dev/YjiF9>. Acesso em: 23. out. 2023.

O artigo publicado em *El Mercurio* (Imagem 5), escrito pela assessoria de imprensa da Embaixada de Israel, busca enfatizar o direito israelense de conduzir a normalização com os países da região fronteira com Israel, lembrando a história de acordos, começando com os de Camp David de 1978 entre o Egito e Israel e depois com a Jordânia, em 1994, afirmando que houve ganhos nas relações para esses países. O artigo diz ainda que, depois de quase duas décadas e meia, Israel retomou acordos de normalização, a começar com os Emirados Árabes Unidos e dias depois com o Bahrein, destacando-os como grandes conquistas, e que continuava a buscar um acordo de normalização com a Arábia Saudita e todos os países da região.

Imagem 12 – Artigo “El nuevo Oriente Medio de Donald Trump y sus sueños de perpetuación”

## El nuevo Oriente Medio de Donald Trump y sus sueños de perpetuación

Dos países árabes acaban de normalizar relaciones con Israel, con la bendición del mandatario norteamericano. Trump traduce ese éxito como una ganancia electoral. Y, entretanto, sugiere, a lo Chávez o Evo Morales, su derecho a no solo ganar en noviembre sino a buscar un tercer mandato consecutivo, aunque la Constitución se lo prohíba.



Fonte: *Clarín*, 18 de setembro de 2020. Disponível em: <https://encr.pw/6QZgP>. Acesso em 23. oct. 2023.

O artigo publicado no *Clarín*, de autoria do escritor Marcelo Cantelmi, trata da história das relações árabe-israelenses e do primeiro acordo de normalização com o Egito, apresentado como sucesso. No entanto, o ex-presidente egípcio Anwar Sadat veio a ser assassinado em 1981 por cidadão de seu país por causa do acordo de normalização, que os egípcios viam como uma transgressão dos valores árabes e um abandono dos direitos do povo palestino, sobretudo o direito de retorno.

Imagem 13 – Reportagem “Exteriores respalda el plan de paz de Trump favorable a Israel”

# Exteriores respalda el plan de paz de Trump favorable a Israel

El gobierno brasileño califica el documento de realista y ambicioso; Palestina lo critica

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://cutt.us/oDYY8>. Acesso em: 23. out. 2023.

Contrariando uma histórica posição de apoio à causa palestina, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil congratulou-se com os avanços diplomáticos protagonizados por Emirados Árabes Unidos e Bahrein. A administração brasileira, representada pelo chanceler Ernesto Araújo, não somente acolheu positivamente tais movimentos diplomáticos, como também apelou aos Estados Unidos para que prosseguissem com a implementação do plano conhecido como “Acordo do Século”, formulado durante a presidência de Donald Trump. Segundo interpretado pelos documentos oficiais, o Brasil considerava que os acordos de normalização poderiam atuar como catalisadores da paz, estabilidade e prosperidade no Oriente Médio, inclusive para o Estado de Israel, em alinhamento com os princípios do plano de paz de Trump, que, na visão do governo brasileiro da época, atendia aos interesses de todas as partes envolvidas e se coadunava com os ideais de lógica e justiça.

Além do suporte retórico, a gestão de Jair Bolsonaro (2018-2022) adotou medidas concretas de apoio a essas iniciativas de normalização, como evidenciado pelo encontro entre o chanceler brasileiro e os embaixadores dos países envolvidos, realizado em Brasília. Essa reunião, além de reforçar os laços bilaterais, incluiu um encontro com o então presidente Bolsonaro, reiterando a posição brasileira de encorajamento à continuidade dos acordos de normalização com o Estado de Israel.

Gráfico 1 – Predominância das agências de notícias - fórmula conflito Israel-Palestina e islamofobia



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise de conteúdo de base quantitativa traz pistas importantes para elucidar a correlação entre a hegemonia das agências de notícias na cobertura de eventos e a maneira como o “conflito Israel-Palestina” tem sido reportado. O estudo analisou uma amostra de reportagens no período de janeiro de 2020 a junho de 2023, revelando uma tendência à sub-representação da crise humanitária na Palestina e a dar ênfase desproporcionalmente a acontecimentos específicos, como conflitos e ofensivas militares. Um dos achados significativos da análise foi a detecção de elementos que podem ser interpretados como islamofóbicos, particularmente na caracterização do Hamas exclusivamente como “grupo extremista” ou “milícia”, vinculando-o diretamente ao Islã de forma generalizada.

Na fase subsequente, a pesquisa se expandiu para incluir a cobertura jornalística em cinco países diferentes, conforme mencionado. Cumpre assinalar que variações nos formatos editoriais e limitações de acesso às plataformas de mídia apresentaram desafios ao replicar a abordagem de análise empregada com as agências de notícias. O objetivo era discernir a influência predominante dessas agências em moldar a narrativa em torno do “conflito israelo-palestino”.

#### 4.2 A fórmula “conflito Israel-Palestina” e o Relatório MacBride

O Bureau Central de Estatísticas Palestino realizou um levantamento demográfico meticuloso, apurando que aproximadamente 15,3 milhões de palestinos residiam em diversas nações ao redor do globo durante o ano de 2019. Essa diáspora palestina encontra-se predominantemente no mundo árabe, com estimativas indicando que cerca de 7 milhões de indivíduos compõem a população palestina naquela região.

A distribuição geográfica dos palestinos revela uma concentração significativa nas nações adjacentes à Palestina – especificamente na Jordânia, Síria e Líbano –, onde se registra a presença de aproximadamente 5.555.451 palestinos. Além disso, uma parcela expressiva da população, em torno de 1.337.400 indivíduos, reside em outros países árabes.

No âmbito sul-americano, a comunidade palestina abrange 821.800 pessoas, enquanto na Europa o contingente é de 293.800. A América do Norte hospeda cerca de 299 mil palestinos. No contexto asiático, especificamente na Malásia, Paquistão e Indonésia, a população palestina soma aproximadamente 5.100 indivíduos, e na Austrália, o número é de 1.500.

A seleção da amostra para o estudo em tela foi orientada pela magnitude numérica das comunidades palestinas nas nações examinadas, conforme elucidado pela tabela subsequente. Adicionalmente, o impacto político de certos países foi ponderado para a análise, alheio ao volume da população palestina em seus territórios. Nesse contexto, o Brasil e a Argentina foram destacados como casos de estudo notáveis devido ao seu significativo peso político e influência na arena internacional, o que os torna relevantes para a investigação, apesar de seus números divergentes de residentes palestinos.

Tabela 1 - A diáspora palestina nos países do continente latino-americano

<b>Diáspora na América Latina</b>	
<b>País</b>	<b>Palestinos</b>
Chile	500.000
El Salvador	100.000
Venezuela	80.000
Brasil	60.000
Honduras	54.000
México	13.000
Colômbia	12.000
Guatemala	1.700
Argentina	1.100
<b>Total</b>	<b>821.800</b>

Fonte: Bureau Central de Estatísticas Palestino.

Em 1980, a “Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação de Massa”, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), empreendeu um exame crítico da infraestrutura global de informação e comunicação. A comissão foi incumbida de examinar a necessidade de um novo paradigma dentro do ecossistema do jornalismo, reconhecendo e desafiando os desequilíbrios profundos que ameaçavam o desenvolvimento dos países em questões de significativa dimensão geopolítica, e na formação e manutenção de alianças estratégicas globais.

Esse trabalho resultou no documento “*Many Voices, One World: Communications and society today and tomorrow*” (Muitas Vozes, um só mundo: Comunicação e sociedade agora e no futuro, na tradução livre), conhecido como Relatório MacBride, em alusão ao relator da Comissão, Seán MacBride, político irlandês, presidente da Anistia Internacional e ganhador do Nobel da Paz de 1974 por sua dedicação ao tema dos direitos humanos. O Relatório MacBride (1980) catalisou o debate internacional sobre a concentração dos meios de comunicação, a influência das agências de notícias e a relação intrínseca entre o acesso desigual aos recursos comunicacionais e o desenvolvimento socioeconômico dos países. O documento delineou o domínio exercido pelas agências de notícias ocidentais e destacou as distorções resultantes, particularmente na América Latina, onde tal hegemonia midiática reforçava a perpetuação de um pensamento político sob a sombra de um neocolonialismo intelectual e cultural.

O documento articulou que a liberdade de imprensa é um pilar fundamental da democracia e essencial para o direito ao acesso e à transmissão de informações. A Comissão defendeu, assim, a implementação de um sistema de comunicações mundial alternativo ao dominado pelos países industrializados. Embora aclamado em muitas nações, o relatório enfrentou críticas e pressões políticas que resultaram no retrocesso da posição da Unesco, particularmente após a notória saída dos Estados Unidos da organização e o subsequente corte de financiamento durante a administração Reagan, entre 1981 e 1988.

O Relatório MacBride afirmava genericamente que os países mais poderosos gozavam sempre de uma posição superior na mídia, o que poderia ter efeitos econômicos, políticos e sociais prejudiciais para a maioria. Os Estados Unidos rejeitaram o documento e acusaram-no de ser distorcido e irreal e, com isso, retiraram-se da Comissão e da Unesco. À época, os Estados Unidos lançaram uma campanha sistemática para influenciar a opinião pública, usando os principais jornais internacionais contra a Unesco e o relatório. Seguindo o exemplo dos Estados Unidos, a Grã-Bretanha igualmente se retirou da Unesco. Não seria a primeira vez que os Estados Unidos interromperam o financiamento à ONU.

Em geral, as agências internacionais cresceram durante o século XX de forma estratégica e assumiram o controle das notícias em todo o mundo. Começaram a estabelecer jornais nos países latino-americanos que se alimentavam das informações da CIA (Agência Central de Inteligência, na sigla em inglês) sobre as alianças contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e buscavam a substituição da imagem do nazismo pela do comunismo como ameaça ao Ocidente e às democracias na Guerra Fria. Os Estados Unidos usaram a América Latina e os seus jornais para disseminar essa ideologia (Sousa, 2008).

Entre 1974 e 1976, o país se tornou deliberadamente inadimplente, em represália às resoluções da Assembleia Geral que condenavam Israel pela situação nos territórios árabes ocupados (Preston; Herman; Schiller, 1989). Sem dúvida, a retirada norte-americana da Unesco (ratificada em 1984), sob a alegação de que uma “intromissão de objetivos políticos” relacionada sobretudo ao debate sobre a Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), foi mais drástica, pois inviabilizava o cumprimento pela Unesco dos objetivos e propósitos ao que fora criada em 1945 (Souza-Gomes, 1990, p. 97).

Um acontecimento semelhante também comprometeu os recursos da Unesco. Como ilustrado por Nilo (2014) em sua obra sobre a crise e reforma desse órgão, a suspensão do financiamento americano reduziu em 22% o orçamento da Unesco para o biênio de 2012-2013, equivalendo a uma perda financeira de 143,6 milhões de dólares. Essa retração financeira foi exacerbada pela decisão dos Estados Unidos de não pagar uma contribuição adicional de 79,1 milhões de dólares, referente ao ano de 2011 e a dívidas anteriores. A Unesco, portanto, confrontou-se com uma grave crise orçamentária apenas oito anos após o retorno dos EUA à organização, depois de quase duas décadas de ausência. O contexto foi a interpretação do Departamento de Estado que qualificou o voto sobre a questão da Palestina como “lamentável, prematuro e prejudicial ao objetivo comum de uma paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio” (Nuland, 2011).

#### 4.2.1 O Relatório MacBride e a causa palestina

As preocupações com a concentração do controle midiático no mundo, apontadas no Relatório MacBride, estão evidenciadas na cobertura dos acontecimentos na Palestina ocupada. Este relatório ilumina como a visão das grandes agências internacionais, que dominam e influenciam a circulação de informações globalmente, pode determinar o que é e o que não é divulgado ao público. Essa influência é notória

quando os fatos sobre a Palestina ocupada por Israel são apresentados de forma a naturalizar a perspectiva do ocupante, favorecendo o discurso israelense em detrimento do ponto de vista palestino.

Outro problema destacado no relatório é a escassez de informações oriundas de certas regiões, evidenciada pela representação frequentemente incompleta e distorcida da Palestina, o que pode conduzir a uma compreensão equivocada e enganosa da realidade.

A Comissão MacBride sublinhou a necessidade de assegurar a liberdade do fluxo de informações, independentemente das convicções e ideologias que possam obstruí-lo. Além da capacidade de disseminar notícias, eventos e fatos globalmente através dos espaços jornalísticos e da mídia digital, há um desafio relacionado ao acesso a áreas de cobertura restrita, como campos de refugiados e regiões de conflito, onde a presença da mídia e a capacidade de reportar são muitas vezes limitadas ou inexistentes.

A insegurança profissional, exacerbada por ameaças e violência, é um fator que restringe o fluxo de informações. Isso é evidenciado nos vários casos de jornalistas e correspondentes internacionais que foram alvo enquanto cobriam eventos na Palestina, como o cineasta britânico James Miller (1968-2003), morto por um tiro disparado por um soldado israelense enquanto filmava na Faixa de Gaza em 2003, e o jornalista italiano Simone Camilli (1979-2014), que trabalhava para a Associated Press e faleceu ao ser atingido por um míssil israelense em Beit Lahia, também na Faixa de Gaza.

A distorção de notícias, informações e fatos relacionados com a Palestina está diretamente ligada aos desafios, temores, assassinatos e restrições à liberdade de movimento, tópicos abordados no relatório que continuam a ser pertinentes na cobertura da questão palestina.

Na América Latina, a distorção das notícias relacionadas com a Palestina constitui um fenômeno particularmente complexo, visto que a cobertura midiática varia consideravelmente de país para país. Alguns dos fatores mais relevantes incluem:

1. A postura dos Estados Unidos, que trata os países latino-americanos como seu “quintal”, influencia os meios de comunicação da região a adotarem uma perspectiva norte-americana, refletindo frequentemente o ponto de vista dos EUA, especialmente no que tange ao “conflito palestino-israelense”.
2. Os acordos comerciais e de segurança estabelecidos por vários países latino-americanos com Israel, que o posicionam como um parceiro estratégico, sobretudo no setor militar.

3. A presença de investimentos israelenses e sua influência significativa na mídia facilitam a adoção da narrativa israelense no continente, particularmente no jornalismo, nas relações internacionais e na percepção popular, enquanto a narrativa palestina é limitada, em grande parte devido às restrições impostas nas áreas palestinas sob controle israelense. Administrativamente, Israel exerce controle sobre 78% do território, o que representa um obstáculo substancial para uma cobertura midiática independente.
4. Os meios de comunicação analisados na pesquisa (*Clarín*, *Folha de S. Paulo*, *El Mercurio*, *La Prensa Gráfica*, *El Heraldo*), em sua cobertura do “conflito palestino-israelense”, baseiam-se primordialmente nas agências internacionais, especialmente as norte-americanas, que servem como referência para a coleta de artigos de opinião e entrevistas, perpetuando a visão de uma potência que é a principal aliada de Israel no conflito com a Palestina ocupada.

A distorção nas notícias desde 1947, ano da partilha da Palestina que viabilizou a criação do Estado de Israel e precipitou a Nakba palestina, tem sido mediada pelas agências internacionais com viés favorável a Israel, moldando as opiniões do público e dos intelectuais na América Latina.

#### 4.3 Análise de conteúdo – a Palestina nos jornais latino-americanos

Com base nas discussões teóricas e nos documentos estudados nos capítulos anteriores, a tese propõe uma compreensão mais aprofundada do tema principal por meio do estudo de caso e da análise de conteúdo, referente às notícias e à cobertura da imprensa sobre os acontecimentos na Palestina, objeto central dos capítulos 1 e 2.

O objeto de estudo proposto permite adotar a estratégia do estudo de caso proposta por Yin (2005), adequada para investigar o tipo de cobertura adotada na América Latina para os assuntos envolvendo Palestina e Israel, como um conjunto de eventos. O estudo de caso, segundo Yin, enquadra-se como investigação empírica, que permite a observação analítica de fenômenos contemporâneos no contexto da vida real, particularmente na ocasião em que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, como ocorre com o estudo proposto.

Análises comparativas de diferentes objetos propiciam distintas conjecturas, o que, conforme Stake (2005), pode levar a pesquisas de melhor qualidade. O presente

estudo inclui subunidades de análise – compostas por artigos, reportagens e notícias sobre a imersão do “conflito árabe-israelense” cobertas pelos veículos latino-americanos – e pode ser classificado, segundo os argumentos propostos por Yin (2001), como um estudo integrado de caso múltiplo. Durante o período do estudo, a Faixa de Gaza foi atacada inúmeras vezes, então verificou-se como a mídia dos países estudados cobriu esses ataques.

A análise de conteúdo neste trabalho observa as premissas teóricas postuladas por Bardin (2009) para obter, por meio da descrição sistemática das mensagens, “indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2009, p.38).

Como mencionado no início deste capítulo, a análise de conteúdo de base quantitativa contemplou um jornal em cada um dos cinco países: *Clarín*, na Argentina; *Folha de S. Paulo*, no Brasil; *El Mercurio*, no Chile; *La Prensa Gráfica*, em El Salvador; e *El Heraldo* em Honduras. O período da análise se concentrou entre o mês de janeiro de 2020 e junho de 2023.

O recorte temporal visou recolher notícias e reportagens sobre a Palestina sem necessariamente coincidir com períodos de agravamento dos conflitos, mas também permitiu aprofundar-se no ataque israelense à Faixa de Gaza ocorrido no período religioso islâmico do Ramadã de 2021, episódio conhecido como “Guerra Saif al-Quds”, objetivando compreender como esses jornais cobriram os ataques que duraram 21 dias, e depois comparar a abordagem dos jornais: durante o período do conflito, antes e depois dele.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018 e com clara ligação com Israel, foram muitos os produtos de mídia, especialmente em programas de TV de natureza religiosa, a enfatizar a ligação entre pastores brasileiros e as visitas a Jerusalém. Manifestações do governo e de seu partido pró-Israel romperam com uma tradição brasileira de respeito ao povo palestino. Em contrapartida, o candidato vitorioso na eleição seguinte, em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, eleito presidente pela terceira vez, retomou o apoio às decisões internacionais em relação ao direito palestino de estabelecer um estado nas fronteiras de 1967. Serve de referência para defensores da criação de dois estados. Ao final da guerra de 1967, esses limites foram ultrapassados por Israel, ao ocupar a Península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e a maior parte das Colinas do Golã. Lula continua demonstrando essa preocupação em várias ocasiões e também se manifestou contra a invasão da Mesquita de Al-Aqsa por Ben Gvir em maio de 2023, portanto trazendo de volta a visão

tradicional do governo brasileiro sobre a questão palestina junto à mídia (Memo, 2023).<sup>8</sup>

Para a análise, a pesquisa buscou matérias um ano após o cessar-fogo dos ataques de 2021 e de agosto de 2022 (até junho de 2023), com o propósito de verificar possíveis desdobramentos da cobertura, como a intensificação da crise humanitária nos territórios ocupados. Foi constatado, porém, que não houve atenção da mídia quanto às consequências desses acontecimentos para o povo palestino.

Importante registrar que a pesquisa fez uso de recursos de inteligência artificial, especificamente o *R Studio*, uma linguagem de programação que possibilita raspagem (*scraping*) e mineração (*mining*) de dados. Diante dos dilemas éticos do uso de inteligência artificial para raspagem de dados de *sites* de notícias, uma vez que se trata de conteúdo pago, a opção aqui foi pelo levantamento nos acervos *online* dos cinco jornais, por meio do serviço disponível a assinantes, e aplicar o *R Studio* apenas para fazer a mineração.

Na primeira fase da pesquisa, o foco foi a cobertura por tema nos cinco jornais da América Latina. No período de janeiro de 2020 a junho de 2023, o levantamento realizado nos arquivos dos cinco veículos, utilizando as palavras-chave “Palestina”, “Sheikh Jarrah”, “Mesquita de Al-Aqsa” e “Conflito palestino-israelense”, resultou em 604 conteúdos, sendo 267 notícias e artigos da *Folha de S. Paulo*, 173 notícias e artigos do *Clarín*, 97 notícias e artigos do *El Mercurio*, 45 de *La Prensa Gráfica* e 22 de *El Herald*.

Os gráficos a seguir mostram a procedência das informações, dividida em categorias como: redação, ou seja, se o conteúdo foi produzido pela equipe do veículo; agências de notícias; enviados internacionais; correspondentes internacionais; traduções ou republicações de conteúdo de veículos estrangeiros. Em cada um dos cinco veículos é possível constatar a predominância das agências de notícias do chamado norte global, como será discutido adiante.

#### 4.3.1 Análise do *Clarín* – Argentina

O *Clarín* é o maior jornal da Argentina e o segundo jornal de língua espanhola com maior distribuição no mundo. Fundado em 1945, ele se difundiu como tabloide e foi o primeiro veículo de mídia argentino a imprimir e vender exemplares aos domingos, sendo o mais vendido na década de 1960 na Argentina. O *site* foi criado em

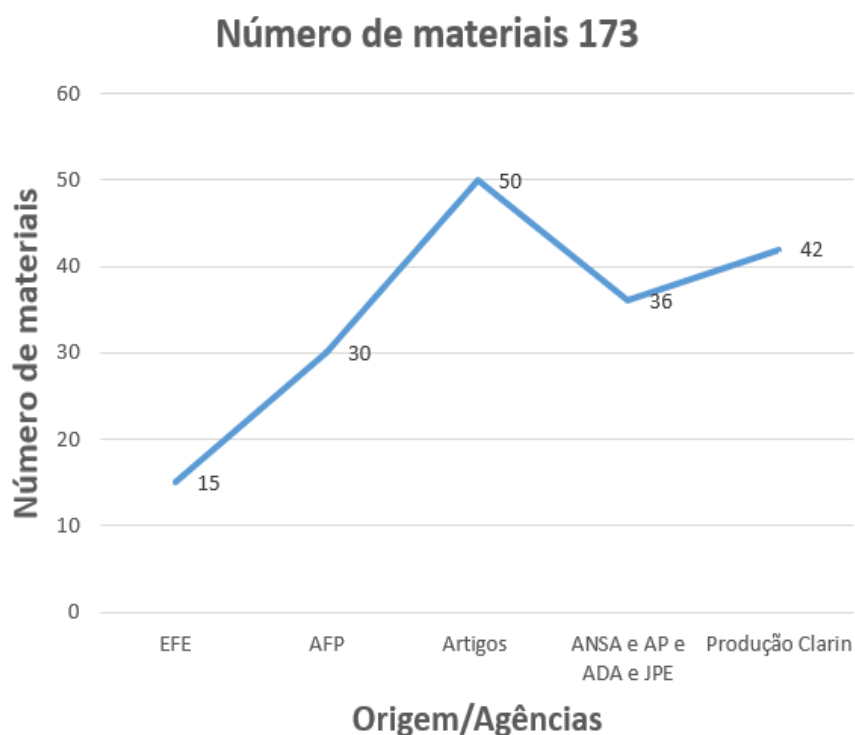
---

<sup>8</sup> Fonte: São Paulo, Memo, 2023. Disponível em: <https://encl.pw/i0UOf> Acesso em: 18. mar. 2024.

1996 e suas visitas variaram em torno de 6 milhões diariamente. O *Clarín* detém 44% da participação do jornal em Buenos Aires, e o *site* atrai aproximadamente 32 milhões de visitas.

Por esse motivo, o jornal *Clarín* foi escolhido para compor a análise da forma como o “conflito palestino-israelense” é coberto pela imprensa na Argentina. O resultado dos materiais que incluíram as palavras-chave para a busca foi de 173 reportagens, entre artigos, notícias e entrevistas, sendo 123 notícias e 50 artigos e entrevistas. As entrevistas foram mais favoráveis para o lado israelense do que para o lado palestino. As agências estrangeiras (ANSA e AP e ADA e JPE e AFP e EFE, UPI) ocuparam 81% do conteúdo. O percentual das duas agências (AFP e EFE) variou entre 45% do número de notícias, o que indica o domínio das agências espanholas e francesas na mídia argentina. Com base no gráfico a seguir, fica claro que a Argentina se destaca pela publicação de artigos de diversas fontes sobre o conflito.

Gráfico 2 – Matérias publicadas no jornal *Clarín* sobre o conflito palestino-israelense



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.3.2 Análise da *Folha de S. Paulo* – Brasil

Com base na análise do jornal *Folha de S. Paulo*, que abrangeu o período de estudo que vai de janeiro de 2020 a junho de 2023, constata-se que esse veículo foi o que realizou a cobertura midiática mais representativa entre os jornais latino-

americanos pesquisados. A *Folha de S. Paulo*, que chamaremos aqui de “Folha”, é um dos jornais mais antigos da América Latina e, com base no estudo, o que mais se interessa pelo Oriente Médio, especificamente pela Palestina, contando, em algumas situações, com correspondente em Jerusalém. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), é o jornal mais lido do Brasil.

A *Folha*, segundo jornal mais antigo do Brasil depois de *O Estado de S. Paulo*, foi fundada em 1921. O veículo tem mais seguidores nas redes sociais, com quase 6 milhões de pessoas, enquanto seu alcance digital atingiu 212 milhões de visualizações e sua circulação média em 2017 foi de 314 milhões. Em 1986, tornou-se o jornal de maior circulação aos domingos no país, com um índice superior a um milhão de exemplares nesse dia. O jornal tem uma gráfica considerada a mais avançada tecnologicamente na América Latina. Segundo dados do IVC disponibilizados à Associação dos Jornais Nacionais (ANJ), foi o primeiro jornal eletrônico em língua portuguesa, apresentando, além de notícias, esportes, cultura e temas contemporâneos. Em 2010, começou a produzir notícias em formato celular, ganhou dezenas de títulos, como o Prêmio ExxonMobil de Jornalismo, entre muitos outros, e adota uma modalidade de sistema de assinatura paga.<sup>9</sup>

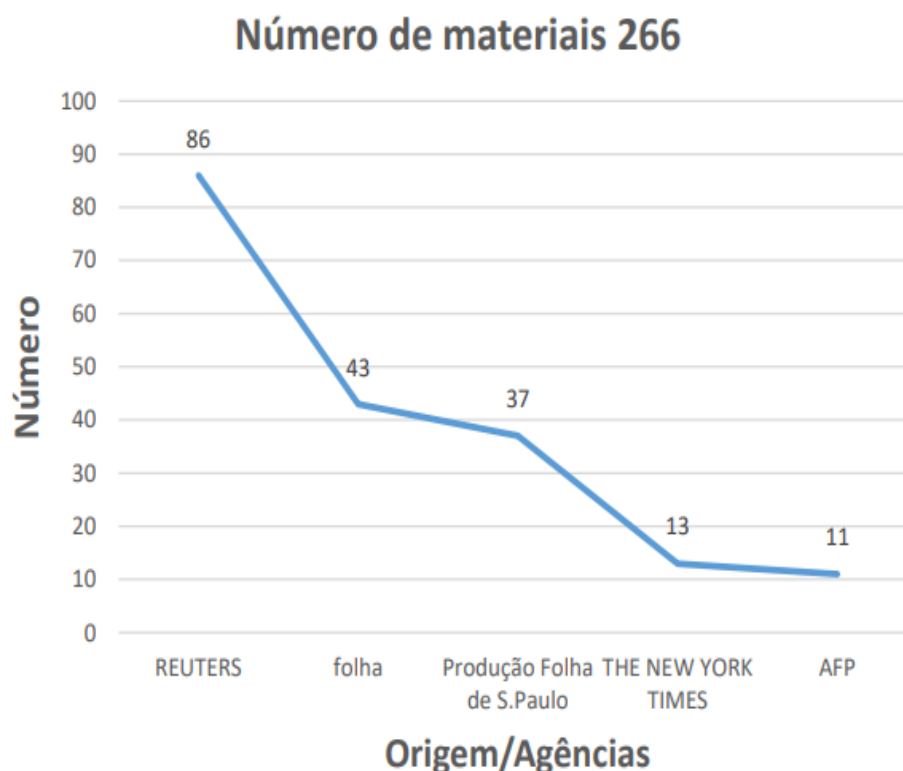
Por sua relevância entre os meios de comunicação brasileiros, a *Folha de S. Paulo* foi escolhida para fazer parte da amostra do estudo. Seu portal publicou 267 conteúdos referentes ao termo “conflito palestino-israelense”, sendo 77 artigos, grande parte deles de autoria de escritores do Brasil e alguns traduzidos de fontes internacionais.

O gráfico a seguir, que indica como as notícias são originadas no jornal *Folha de S. Paulo*, deixa claro que a Reuters está no topo das fontes utilizadas. Isso indica o domínio do jornalismo do norte global sobre os meios de comunicação de massa do Brasil, já que a *Folha de S. Paulo* é um dos jornais mais lidos. A France Press vem em último lugar, com 4% das matérias publicadas. Considerando também as reproduções do *The New York Times*, está claro que o Brasil tem mais de 50% de suas fontes de notícias e informações do conflito palestino-israelense dependentes de agências estrangeiras. Ao olhar para os maiores jornais, eles privilegiam fontes externas que influenciam a opinião pública, e não o envio de repórteres para coleta de informações em campo.

---

9 Fonte: Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 11. mar. 2023.

Gráfico 3 – Fontes de matérias sobre o conflito palestino-israelense no jornal *Folha de S. Paulo*



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.3.3 Análise do *El Mercurio* – Chile

*El Mercurio* é dono dos jornais *Diario Austral*, *El Llanquihue*, *El Líder*, *El Mercurio*, *El Sur*, *La Crónica de Chillán*, *La Estrella*, *La Segunda*, *Las Ultimas Noticias*, entre outros. O grupo é de propriedade de Agustín Edwards Eastman, pertencente a uma das famílias mais influentes do Chile no âmbito econômico e político, e que participou ativamente do golpe militar no Chile de 1973 e da ditadura de Augusto Pinochet, entre 1973 e 1990 (Herrero, 2014). Na época, o jornal *El Mercurio* totalizava uma tiragem diária de aproximadamente 250 mil exemplares. Com linha política de direita, notabilizou-se pelo apoio ao golpe que derrubou o presidente Salvador Allende (Santos, 2016).

É um dos maiores e mais antigos veículos de notícias da região, tendo sido publicado pela primeira vez em 1900. A empresa se expandiu por meio dos sites populares EMOL e SoyChile, um segundo jornal nacional chamado *Las Ultimas Noticias*, três estações de rádio nacionais e mais de 20 jornais locais (Vega, 2022).

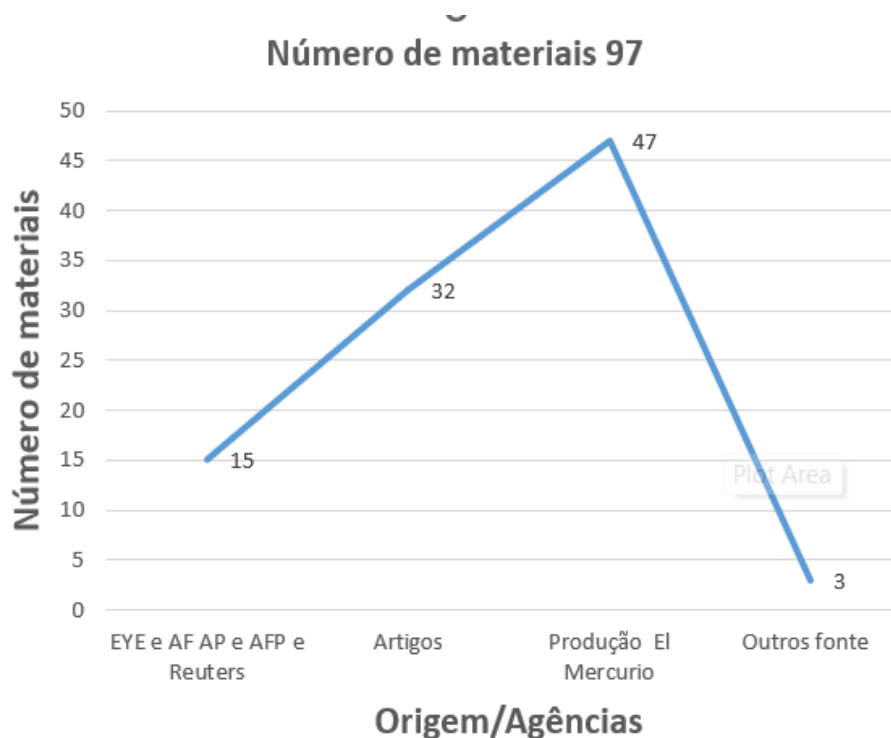
Quando Salvador Allende chegou ao Palácio La Moneda, em outubro de 1970, a correlação de forças entre os diários de oposição e os que apoiavam o governo mostrava certo equilíbrio quanto ao número de exemplares, embora, nesse contexto, a

influência de *El Mercurio* fosse determinante. Nos anos de governo da Unidade Popular (UP), a propriedade dos principais veículos da grande imprensa estava dividida em dois grupos. De um lado havia jornais e revistas semanais pertencentes a grupos empresariais e de outro, os veículos de comunicação vinculados a partidos políticos (Santos, 2016).

O gráfico a seguir mostra a quantidade de artigos publicados no jornal *El Mercurio* sobre o tema pesquisado: 35 matérias, das quais agências estrangeiras foram fontes de aproximadamente 15% e outras agências, 3 %, com 48% de produção própria do jornal. É o maior percentual de produção própria sobre o tema em todos os países do estudo, o que sugere que o Chile foi muito influenciado pela grande comunidade palestina presente no país desde o início do século XX, tendo inclusive um antigo e famoso clube de futebol que homenageia a origem e a causa palestina: o Desportivo Palestino. A maioria das notícias sobre o conflito palestino-israelense não teve a mesma orientação observada no jornal *Folha de S. Paulo*, que, por exemplo, recebeu repetidamente o embaixador israelense para falar e fazer declarações, e realizou diversas entrevistas com ele, sem garantir o mesmo tratamento ao embaixador palestino.

Importante salientar que o jornal chileno durante o período de estudo também havia recebido o embaixador israelense, indicando um esforço de neutralidade, sem se aliar completamente a uma das partes, mas o peso palestino também se deveu às decisões do governo chileno em relação ao conflito e durante os repetidos ataques à Faixa de Gaza, em que teve uma posição de denúncia.

A ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet (2006-2010 e 2014-2018), eleita Alta Comissária das Nações Unidas pelos Direitos Humanos em 2018, manteve posição clara sobre o conflito israelo-palestino: apelou pelo fim da ocupação e descreveu a situação humanitária dos residentes da Palestina, especificamente da Faixa de Gaza, como catastrófica e trágica. Sua voz foi consistente com a influência da comunidade palestina no Chile sobre os tomadores de decisões políticas. Vale a pena notar que os palestinos no Chile ocuparam posições importantes e sensíveis, como Francisco Shahwan, vice-presidente do país entre 2006 e 2010, durante o primeiro mandato de Bachelet. Essa grande integração da comunidade na sociedade chilena contribuiu para uma cobertura da mídia mais equilibrada, quando comparada aos demais países estudados nesta pesquisa.

Gráfico 4 – Análise de matérias do jornal chileno *El Mercurio*

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.3.4 Análise do *La Prensa Gráfica* – El Salvador

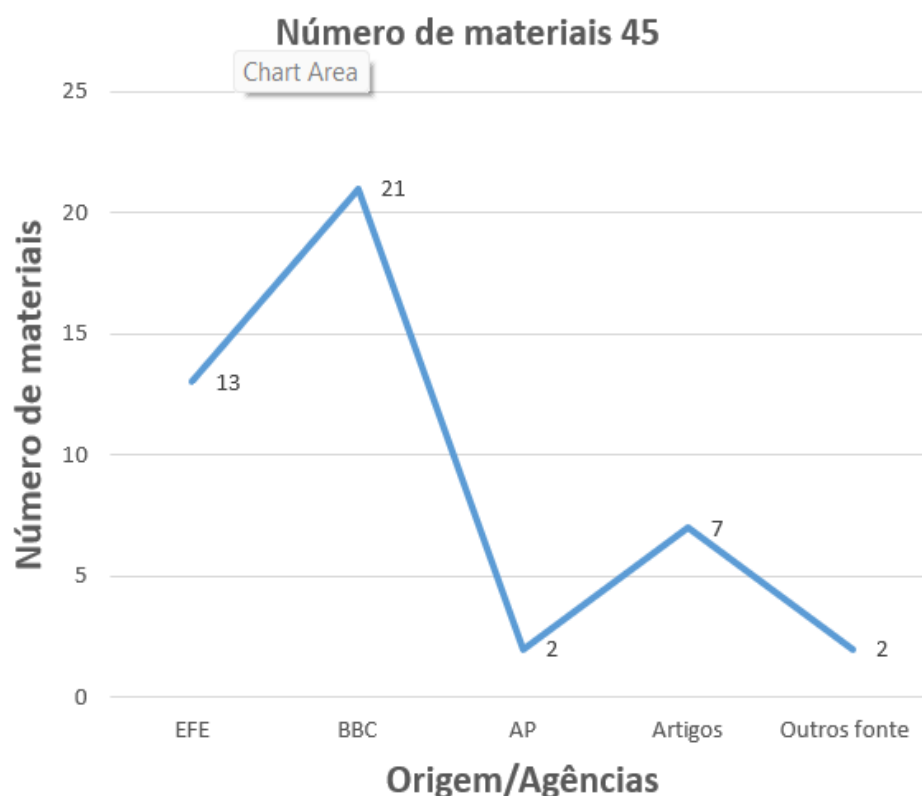
Esse jornal foi fundado em 1915 e é considerado um dos mais antigos da América Central. É seguido nas redes sociais por mais de 2,5 milhões de pessoas e lido eletronicamente por mais de 5,6 milhões. Apesar disso, a cobertura midiática era modesta, não dando atenção à escalada do conflito. A pesquisa coletou 45 artigos, cuja origem é distribuída da seguinte forma: 80% de agências estrangeiras, sendo 29% provenientes da EFE, 47% da BBC e 4% da AP. Isso demonstra como as agências estrangeiras dominam a mídia em El Salvador no que diz respeito à narrativa do conflito palestino-israelense. Do total, 16% eram artigos de opinião, a maioria dos quais transmitindo a opinião de israelenses em detrimento dos palestinos, conforme análise dos títulos, referências e autores.

Esses dados podem parecer surpreendentes, pois El Salvador possui uma grande e influente comunidade palestina, atuante no campo econômico e político. Um fato marcante é que o atual presidente do país, Nayib Bukele, é de origem palestina, assim como o ex-presidente Antonio Saca (2004-2009). Mas há uma forte influência exercida pelos Estados Unidos na América Central. Essa influência tornou-se particularmente evidente após a “Operação Liberdade Duradoura” (*Enduring Freedom*), lançada em resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. A operação se expandiu

para a região em 2008, sob a égide do Comando Sul dos Estados Unidos, dando origem à “Operação Liberdade Duradoura – Caribe e América Central (OEF-CCA)”. Essa campanha militar regional refletiu o esforço contínuo e estratégico dos EUA para projetar sua força militar e doutrina de segurança nas Américas, consolidando sua presença e fortalecendo sua influência geopolítica em territórios além de suas fronteiras imediatas (Global Security, 2013).

A posição oficial de El Salvador é de neutralidade em relação ao conflito palestino, mas sob essa forte influência militar, mais inclinada às decisões e opiniões dos Estados Unidos, apoiando Israel em fóruns internacionais (Daud, 2022).

Gráfico 5 – Análise de matérias do jornal salvadorenho *La Prensa Gráfica*



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.3.5 Análise do *El Heraldo* – Honduras

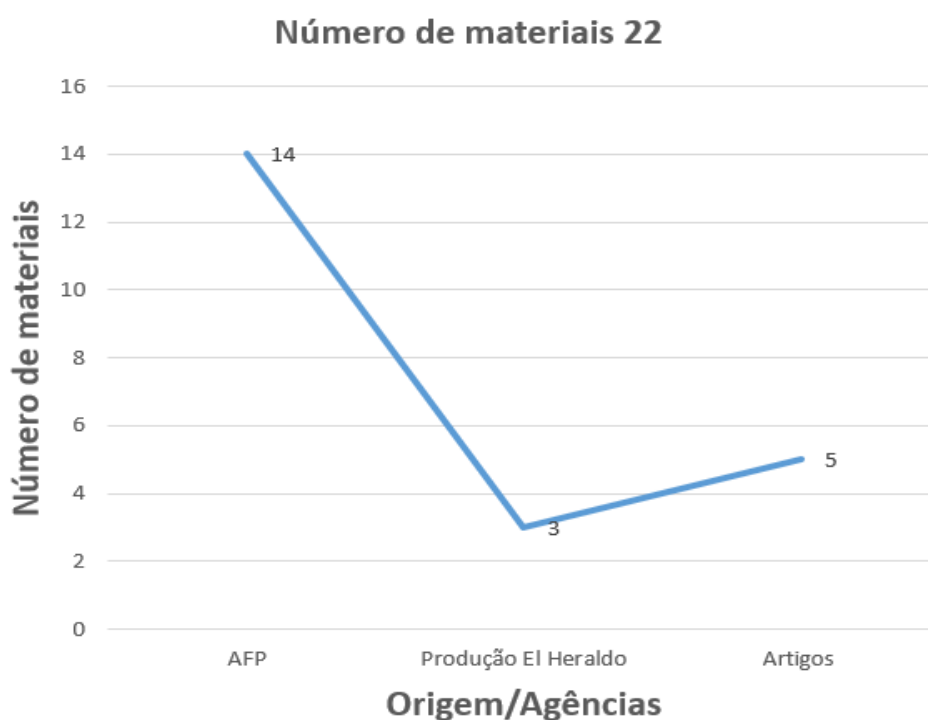
*El Heraldo* nasceu em 1933 como iniciativa de um grupo de personalidades de Barranquilla, Colômbia, para apoiar a candidatura à Presidência de Honduras do liberal Alfonso López Pumarejo, sendo que naquela época as principais vozes das notícias eram as dos conservadores jornais *La Prensa* e *La Nación* (Santos, 2016).

Fazem parte da casa editorial os jornais *Al Día*, *Qhubo* e atualmente cinco revistas: *El Dominical* (antes *Latitud*), *Sí* (antes *VSD*), *Miércoles*, *Gente Caribe* e +

*Negocios*. Outros que fizeram parte foram *Ei!* e *Gente Norte*. *El Heraldo* tem tiragem diária de 46.067 exemplares; *Al Día*, 140.455; e *Qhubo*, 17.345.

O gráfico a seguir representa as matérias publicadas pelo jornal *El Heraldo* sobre o tema desta tese, o que mostra que a AFP no período forneceu a maioria das notícias, quase 64%, contra 23% de outras fontes e uma taxa de produção de quase 14%. Isso indica que o jornalismo francês tem grande influência sobre a imprensa no país, o que se reflete em narrativas e posicionamentos.

Gráfico 6 – Análise de matérias do jornal hondurenho *El Heraldo*



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.3.6 Análise dos resultados

A análise da cobertura relativa ao conflito israelo-palestino foi realizada durante um período de três anos e meio, janeiro de 2020 a junho de 2023. No Brasil, a imprensa estava ocupada com a cobertura midiática das declarações do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que afirmava a intenção de transferir a Embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, como uma extensão do Acordo do Século proposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (2017-2021).

Alguns assuntos mereceram a atenção da diáspora palestina. Em 2021 Israel promoveu novos ataques à Faixa de Gaza, durante o Ramadã, mês sagrado para os muçulmanos, e em 2022, a jornalista Shireen Abu Akleh, da *Al Jazeera*, foi alvejada e

morta mesmo usando colete de imprensa. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, nos primeiros dias de seu mandato em 2023, demitiu o embaixador brasileiro em Tel Aviv, colocado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Em maio de 2023, diante dos ataques à Mesquita de Al-Aqsa, promovidos pelo então ministro de Segurança Nacional de extrema direita de Israel, Itamar Ben-Gvir, o governo Lula da Silva também se posicionou por meio do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), condenando ações que, “por sua própria natureza”, incitam à alteração do status de lugares sagrados em Jerusalém. O Brasil declarou em nota “considerar fundamental o respeito aos arranjos estabelecidos pela Custódia Hachemita da Terra Santa, responsável pela administração dos lugares sagrados muçulmanos em Jerusalém, tal como previsto nos acordos de paz entre Israel e a Jordânia, em 1994”, o que significa que essas incursões da parte de Israel não são permitidas.

Dentre as 77 matérias coletadas do Brasil, a maior parcela refere-se ao ano de 2022, o que representa 28,12% do total, indicando que o assassinato da jornalista palestino-americana Shireen Abu Akleh teve o maior destaque nessa cobertura, e os seus efeitos continuam a estender-se até hoje, sem uma decisão final sobre a responsabilidade e as consequências do ocorrido.

A análise de conteúdo leva em conta não apenas aspectos quantitativos, mas também revela características textuais e a forma como a cobertura foi gerada nos cinco veículos e seus países. Esse exercício pretende fornecer uma visão geral da representação midiática do “conflito israelo-palestino”, procurando investigar a abordagem jornalística sistemática da mais longa ocupação do nosso tempo.

Vale ressaltar que, entre o total coletado e monitorado, são poucos os artigos de opinião e entrevistas que fornecem informações gerais sobre as condições do conflito, seu contexto histórico e como é conviver com ele. O baixo número de artigos veiculados pela mídia latino-americana objeto de estudo – incluída a *Folha de S. Paulo*, com 15 publicações –, pode ser interpretado como um sinal de alerta sobre a limitação da abordagem jornalística e os elementos utilizados para cobrir o ataque, que serão divididos com base nos critérios identificados pela análise de conteúdo nos capítulos seguintes.

Mesmo atendendo aos critérios de noticiabilidade teórica, nenhum veículo cobriu os fatos em tempo real por meio de suas edições *online*. Apenas a *Folha de S. Paulo* publicou matérias sobre cada evento, sendo que o *Clarín* só noticiou os ataques dois dias depois. Os outros veículos de comunicação – *La Prensa Gráfica*, *El Mercurio* e *El Heraldo* – deram notícias sobre o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo

Palestino, celebrado anualmente em 29 de novembro. A *Folha de S. Paulo* foi o veículo que dedicou menos tempo e espaço para falar da data.

Durante a pesquisa realizada sobre os acontecimentos do ataque israelense à Faixa de Gaza no Ramadã de 2021, verificou-se que o jornal *Folha de S. Paulo* foi o primeiro a publicar algo relacionado, com um conteúdo que pode ser considerado opinativo, na forma de artigo. Considerando apenas os fatos reais, a cobertura da *Folha de S. Paulo* equivale à dos demais países do estudo, mesmo tendo produzido quantitativamente mais conteúdo. A cobertura sobre a Palestina se estendeu de forma mais ou menos contínua, com distribuição esparsa de gêneros jornalísticos. *El Mercurio*, nesse período, focou no conteúdo esportivo, mais simpático à Palestina, em função da existência do Desportivo Palestino, que tem mais de 120 anos. A Reuters teve maior presença no conjunto dos cinco jornais, o que indica sua influência na linha editorial.

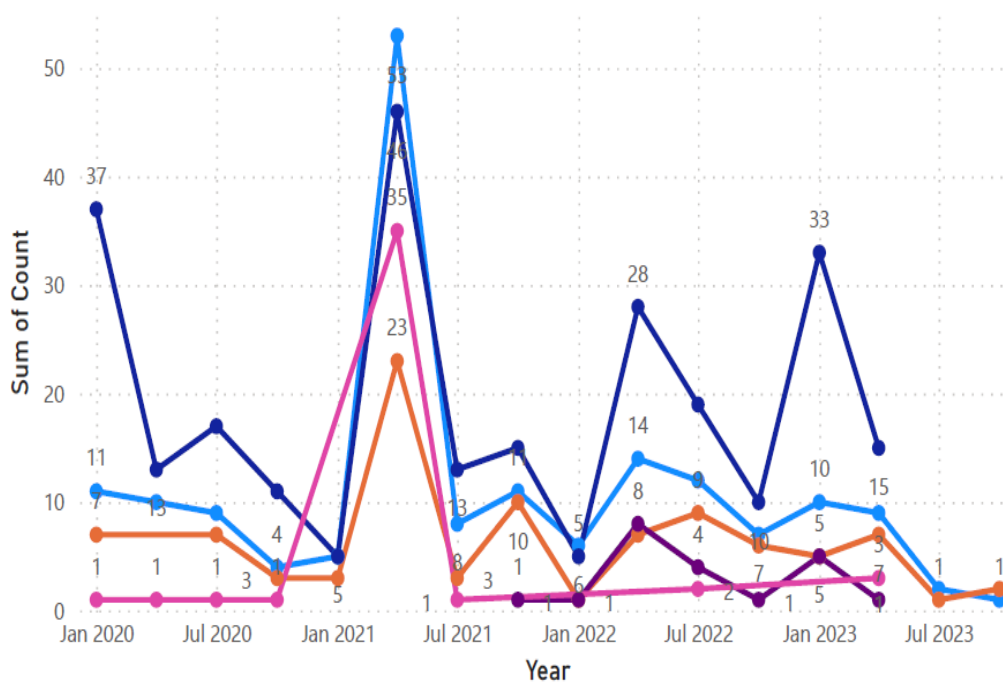
A seguir, exibimos em gráficos todos os dados, que somam 655 notícias, artigos e entrevistas no período analisado. A Argentina foi o país que mais cobriu a região durante o período da “Guerra Saif al-Quds”, no mês do Ramadã do ano de 2021, com média de 53 publicações, entre notícias, artigos e entrevistas, seguida pelo Brasil, com média de 46; e El Salvador, com apenas 35, o que gera estranhamento, devido à grande presença palestina no país. Mesmo assim, a cobertura da guerra do Ramadã de 2021 excedeu em mais de 77% o conteúdo coletado no jornal de El Salvador durante o período de estudo, mas quase sempre reproduzindo notícias das agências internacionais.

Já a cobertura dos episódios que marcaram o Ramadã de 2021 por Honduras foi mínima, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Número total de matérias (América Latina)

## Sum of Count by Year, Quarter and Pais

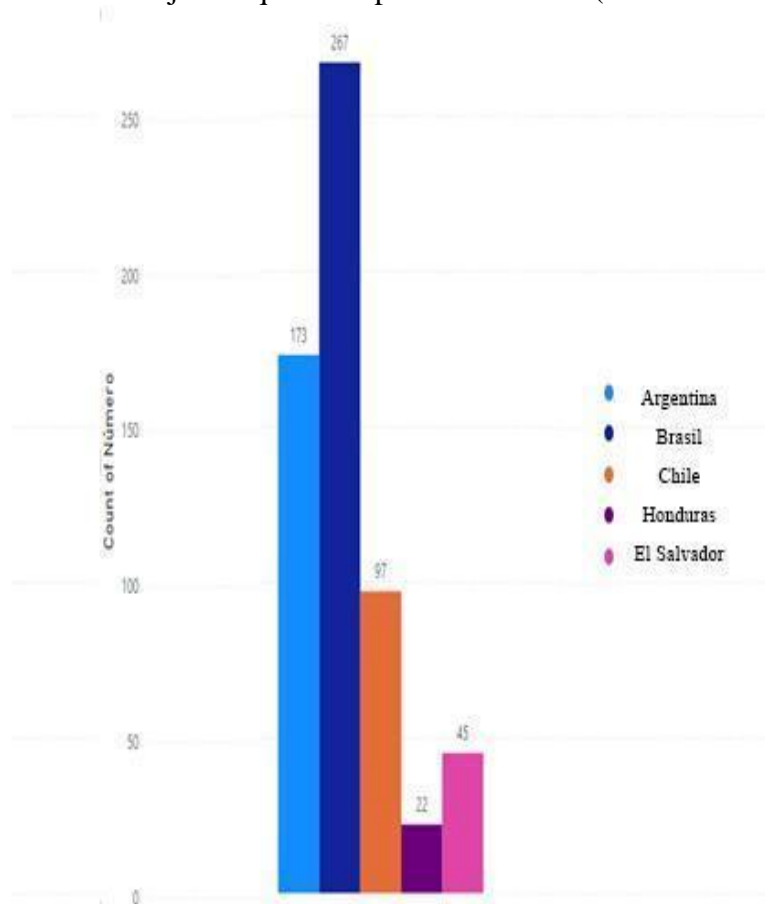
Pais ● Argentina ● Brasil ● Chile ● Honduras ● Salvador



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico a seguir demonstra que o Brasil, considerado o maior país da América Latina, ficou em primeiro lugar em número de notícias, seguido pela Argentina, cuja mídia é a que mais aparenta tendência pró-Israel, sempre interessada em qualquer informação ou dado novo relacionado a Israel.

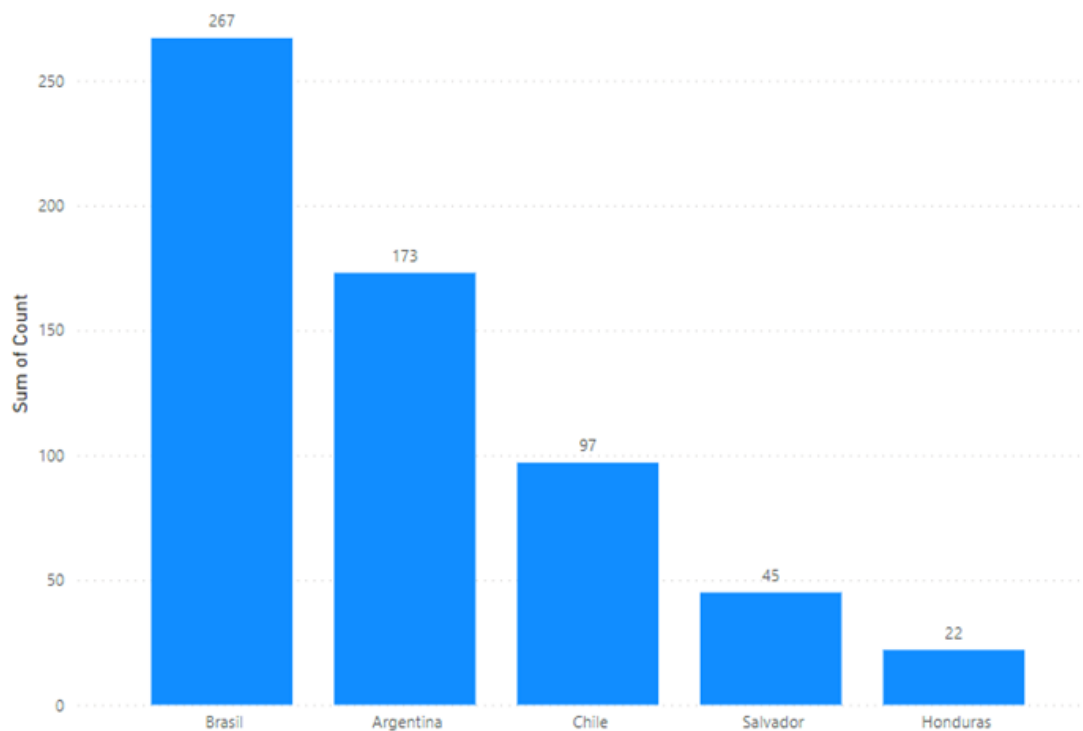
Gráfico 8 – O jornal que mais publica matérias (América Latina)



Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico seguinte evidencia que Honduras e El Salvador (*à direita*), somados, não chegaram ao peso do Chile (*no centro do gráfico*), do Brasil e da Argentina na cobertura dedicada ao conflito palestino-israelense.

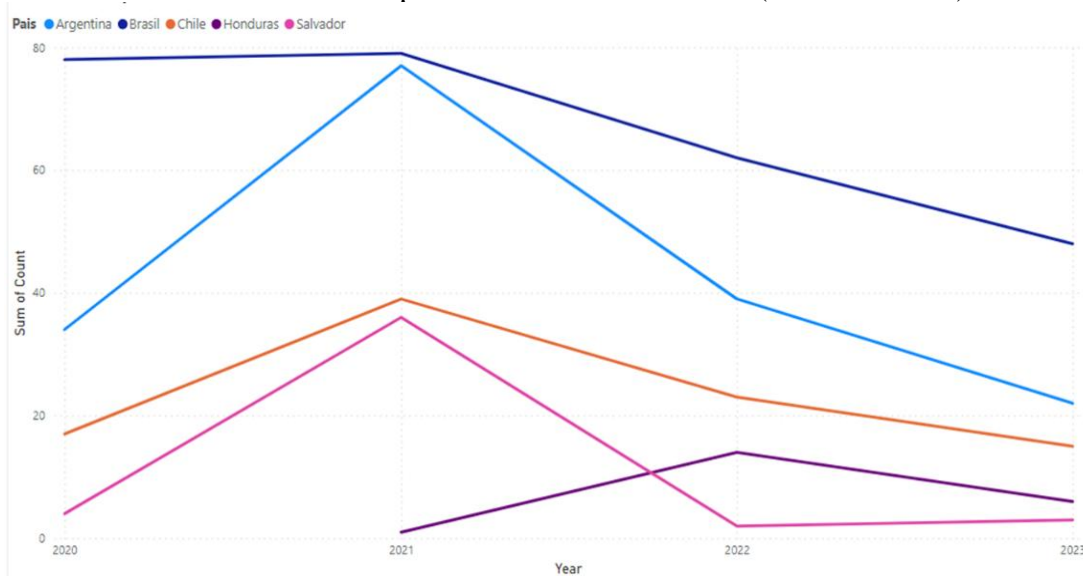
Gráfico 9 – Número de matérias publicadas (América Latina)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Olhando para o gráfico a seguir, é possível observar que houve um desenvolvimento na cobertura noticiosa hondurenha desde o início de 2022, e isso ocorreu depois que o país alcançou alguma estabilidade política, após as eleições presidenciais. É um indicador a ser considerado que, quando há questões internas e eleições nacionais, esse fator se sobrepõe à cobertura internacional do Oriente Médio.

Gráfico 10 – Os países com menos matérias (América latina)

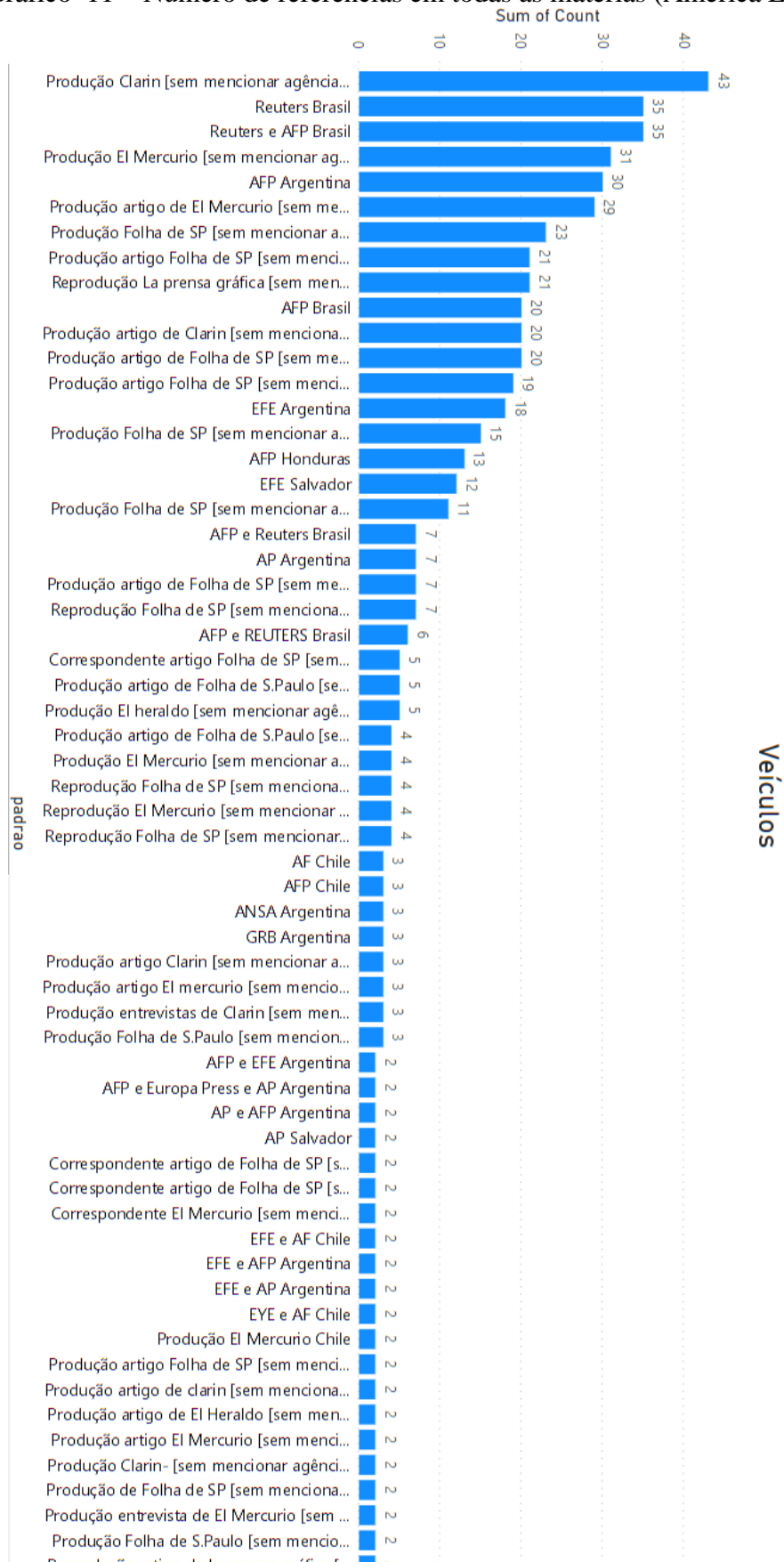


Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico seguinte indica as fontes utilizadas pelos jornais que compõem o estudo. Uma rápida observação permite identificar que a produção própria do *Clarín* ficou em primeiro lugar – seguida pela agência estrangeira Reuters na imprensa brasileira. Notícias oriundas da AFP no Brasil ficaram em terceiro lugar, e a produção do *El Mercurio*, em quarto.

Das fontes usadas pelos jornais pesquisados nos cinco países em matérias sobre o “conflito palestino-israelense”, observamos que 60% são provenientes de agências internacionais de notícias, sobretudo dos Estados Unidos, Reino Unido e França, países que têm apoiado Israel e consideram a sua presença no Oriente Médio estratégica para esses países, destacadamente os EUA, com apoio militar e político.

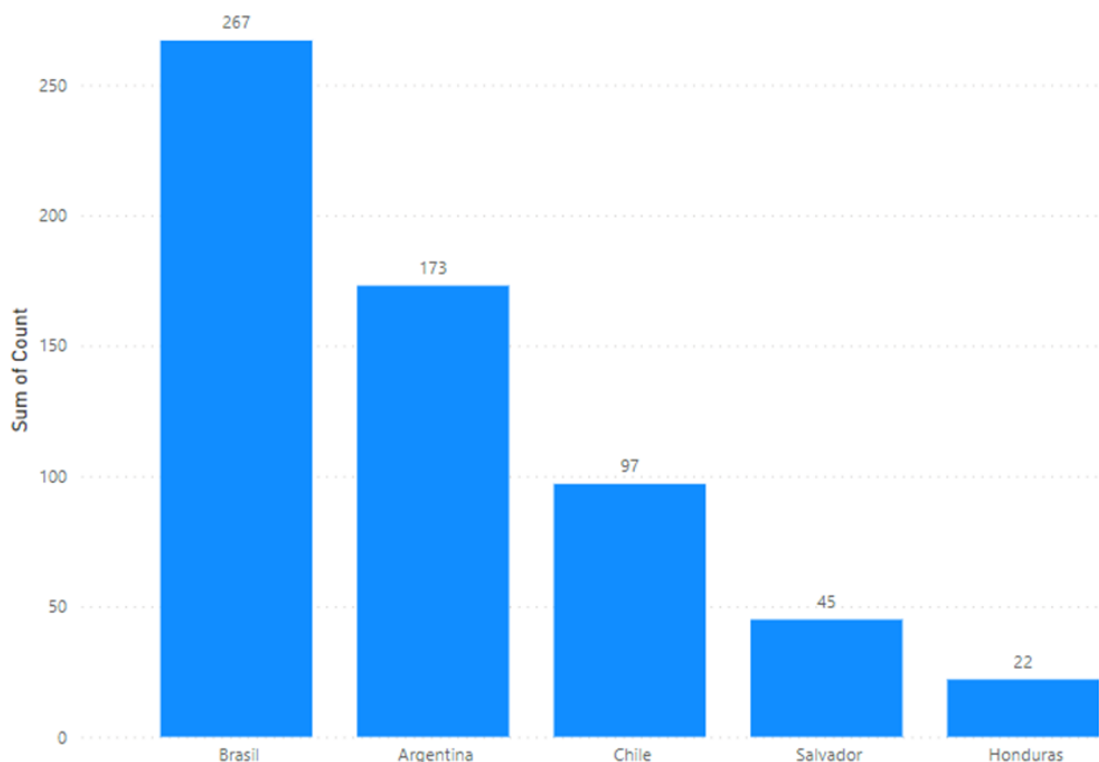
Gráfico 11 – Número de referências em todas as matérias (América Latina)



Fonte: Elaborado pelo autor.

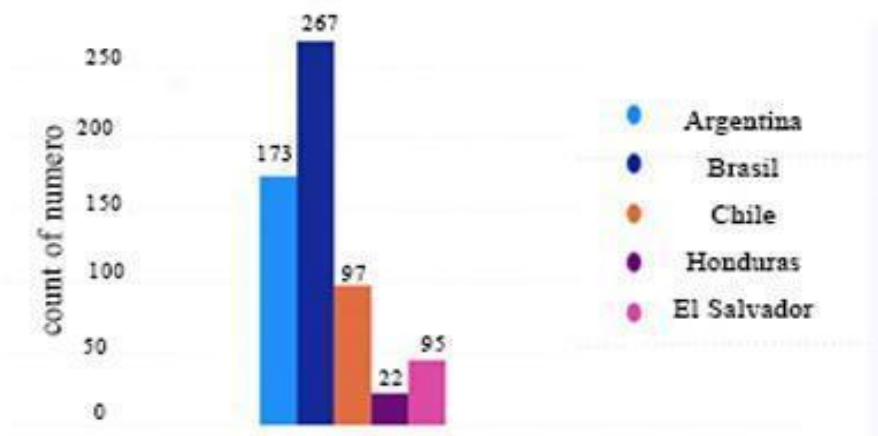
O gráfico 11 mostra que os países com comunidade palestina mais reduzida, com base nos dados do Bureau Central de Estatísticas Palestino, são os que têm menos cobertura jornalística sobre o assunto, o que também corrobora a escolha por países com peso político e influência na opinião pública. O Brasil e a Argentina, que representam o peso político mais proeminente do continente, têm a maior cobertura midiática. Nessa linha, El Salvador e Honduras seguem as políticas do Brasil, como vimos no reconhecimento do Estado palestino nas fronteiras de 1967. Quando o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro anunciou que transferiria a Embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, Honduras e El Salvador anunciaram que o seguiriam. Independentemente de a posição do Brasil no “conflito palestino-israelense” ser neutra ou em favor de uma parte, outros países da América do Sul tendem a seguir essas decisões, seja em função do alinhamento político com o governo do período ou em razão do peso político e diplomático brasileiro nas suas políticas de integração regional.

Gráfico 12 – Número total de matérias por países



Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 13 – Contagem de artigos por país



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.4 Perspectivas do jornalismo humanitário e de paz e a sub-representação midiática

O papel da mídia na interpretação e na narrativa dos eventos no Oriente Médio, especialmente na complexa dinâmica entre Israel e Palestina, permanece um foco constante de interesse mundial. Os enfrentamentos, como os que aconteceram em maio de 2021, são muitas vezes relatados como episódios inesperados, eclipsando a extensa e persistente crise humanitária que afeta os palestinos. Essa representação espontânea ignora o contexto histórico e as raízes profundas do conflito, resultando em uma cobertura que raramente sobrevive além do ciclo de notícias imediatas. Esse padrão resulta em uma deficiência crítica na cobertura midiática, que falha em fornecer análises aprofundadas que poderiam nutrir a opinião pública com perspectivas multifacetadas e conhecimento substancial sobre o conflito (Shinar, 2003).

A necessidade de repensar a abordagem jornalística convencional sobre conflitos levou Johan Galtung a conceituar o jornalismo de paz. Sua visão crítica da mídia tradicional, que frequentemente propaga a perspectiva das facções beligerantes e da propaganda o levou a buscar uma reportagem que enfatiza a compreensão e resolução de conflitos, em vez de apenas noticiar a luta e as divisões. Galtung argumentou que um jornalismo responsável e ético deve explorar não apenas os sintomas dos conflitos, mas também suas causas, propondo caminhos para a cura e a prevenção (Galtung, 1998).

Para que o jornalismo de paz se materialize na prática, Galtung identificou quatro componentes essenciais que devem nortear a cobertura de conflitos: uma concentração em paz e entendimento, uma dedicação à verdade objetiva, um compromisso com as histórias humanas envolvidas e um esforço para encontrar e destacar soluções viáveis (Galtung, 1998). Ao aplicar esses princípios ao “conflito Israel-Palestina”, os jornalistas são desafiados a ir além do relato superficial dos eventos e a mergulhar nas complexidades e nas nuances dos problemas enfrentados por ambas as comunidades.

Shinar, em 2009, observou que a concepção original de Galtung sobre jornalismo de paz evoluiu, adaptando-se a uma realidade mais complexa e interconectada. Ele promoveu a necessidade de um jornalismo que desmonta estereótipos e oferece uma visão mais equilibrada e humanizada dos eventos, uma abordagem que é particularmente pertinente ao tratar do sofrimento palestino. Shinar argumenta que a adoção de tal jornalismo não é apenas uma alternativa, mas uma imperativa transformação profissional necessária para que os jornalistas realizem seu papel de informar e educar a sociedade de maneira construtiva e pacífica (Shinar, 2009).

Ao observar a persistência e gravidade das crises humanitárias, especialmente aquelas que tocam a região do Oriente Médio, a necessidade de uma abordagem jornalística mais deliberada e consciente se torna evidente. A cobertura de eventos como os confrontos entre Israel e Palestina demanda um relato que vá além da escalada de violência e das manobras militares, para explorar a realidade humana por trás dos fatos. Os jornalistas têm o dever de trazer à luz as narrativas pessoais e coletivas que existem em meio ao conflito, reconhecendo que cada relato é apenas um fio entrelaçado no tecido mais amplo da experiência humana compartilhada.

Essa responsabilidade jornalística é amplificada pelo advento do jornalismo humanitário, que surge como um complemento essencial ao jornalismo de paz. Esta nova abordagem enfatiza a ética humanitária, centrando-se nas pessoas afetadas pelas crises e agindo como um exercício humanitário em si. Como destaca Martin Scott, o jornalismo deve ser uma força benéfica, equipando os jornalistas para adotar um papel ativo na promoção da compreensão e empatia, em contraponto à propagação de desinformação e perpetuação de conflitos (Scott, 2017). O jornalismo humanitário, portanto, não somente narra os acontecimentos, mas também busca influenciar positivamente a esfera social, ao tratar questões complexas e multifacetadas com o devido respeito pela dignidade e pelos valores humanos.

A necessidade de aprofundar a cobertura do “conflito Israel-Palestina” representa o desafio contínuo do jornalismo em desenvolver uma prática que transcenda a simples informação. Esse desafio se estende à educação, inspiração e promoção da paz e justiça em escala global. Através do engajamento coletivo dos jornalistas comprometidos com as práticas de paz e humanitarismo, surge a perspectiva não apenas de documentar a história, mas também de moldar e transformar a realidade.

Segundo Victor (2021), a prática do jornalismo de paz encontra seu valor no “como” fazer, mais do que no “o que” reportar. Esta abordagem é o elo de ligação com o jornalismo humanitário, uma disciplina emergente que surgiu da necessidade de refazer a cobertura jornalística em face de situações de risco, conflitos e crises humanitárias que se desdobram desde o final do século XX até os dias atuais. Martin Scott e outros pioneiros, como Mel Bunce e Kate Wright, redefinem o jornalismo humanitário alinhando-o não só com a cobertura de crises e seus protagonistas, mas também com uma ética humanitária que se reflete na prática jornalística (Scott, 2017). Eles fundamentam o jornalismo humanitário nos princípios de uma boa prática jornalística combinada com os valores do humanitarismo, salientando o papel social do jornalista, que vai além da mera documentação de eventos, e sim reconhecendo o impacto social significativo e potencialmente transformador de seu trabalho.

Quanto à sub-representação, importante salientar que a diáspora palestina e suas ramificações históricas permanecem, em grande parte, negligenciadas nas narrativas contemporâneas dos eventos que afetam suas comunidades no continente latino-americano.

A cobertura midiática falha em proporcionar visibilidade adequada à dimensão humanitária da luta palestina, ultrapassando a narrativa para abranger o direito inalienável de um povo à autodeterminação e soberania (Schicchet, 2015).

O segundo contingente da diáspora palestina, presente em países como Brasil, Honduras, El Salvador e Argentina, representa outra faceta significativa do movimento migratório palestino. Embora tenham ocorrido migrações isoladas para essas nações no final do século XIX, foi após o estabelecimento do Estado de Israel em 1948 e o subsequente evento conhecido como Nakba – uma catástrofe que desencadeou deslocamento em massa e adversidades para os palestinos – que um número maior se viu forçado a migrar. Inicialmente relegados à venda ambulante, os palestinos enfrentaram as vicissitudes e os desafios impostos pelo deslocamento forçado, incluindo barreiras linguísticas, angústia e pobreza, levando a mais de meio milhão de deslocados e a incontáveis vítimas.

A primeira geração dos que sofreram a Nakba trabalhou para sustentar suas famílias imediatas, mas também para ajudar uma extensa rede de parentes dispersos pela migração forçada, deixando para trás lares, sonhos e terras. Eles se realocalizaram em várias regiões distintas, como Jordânia, Líbano, Kuwait, Síria e Iraque. Com o passar do tempo e a subsequente integração, muitos representantes dessa comunidade ascenderam a posições de destaque como industriais, banqueiros e comerciantes no cenário internacional.

É notório que esse segmento da diáspora palestina tende a preservar práticas e tradições distintas da sociedade anfitriã, particularmente em relação a regras e preceitos religiosos, uma vez que a maioria é muçulmana em países predominantemente cristãos ou laicos. Isso constitui um aspecto saliente de sua identidade coletiva. A primeira geração tinha a expectativa de uma permanência temporária, antecipando um iminente retorno à Palestina e a restauração dos direitos usurpados por Israel. Este ponto de vista levou a uma relutância inicial em investir a longo prazo nos países anfitriões, sob a premissa de que o exílio seria breve.

Adicionalmente, a aquisição de informações acerca da Palestina por meio de canais midiáticos é frequentemente obstaculizada pelas condições impostas pela ocupação israelense. Correspondentes internacionais enfrentam perigos significativos ao tentar acessar territórios palestinos, um temor fundado na realidade de profissionais como o jornalista italiano Simone Camilli, da Associated Press, e o fotógrafo italiano Raffaele Ciriello, do *Corriere della Sera*, ambos vítimas fatais ao cobrir eventos na região. Tais ocorrências estabelecem um precedente sombrio que persiste, impondo barreiras à cobertura jornalística *in loco* e ao fluxo de informações dos territórios palestinos para agências de notícias internacionais.

Em ocasiões específicas, periódicos de grande circulação adotam a prática de despachar jornalistas para regiões de conflito a fim de assegurar uma cobertura autêntica e fundamentada na observação direta dos acontecimentos. Este foi o caso do jornal *Folha de S. Paulo*, que, exemplificando um compromisso com o jornalismo de campo, enviou um correspondente à Cisjordânia. O repórter, inserido no contexto da notícia, pôde então transmitir um relato baseado em sua experiência pessoal e observações *in loco*, proporcionando assim uma narrativa imersiva e detalhada para o público.

Em reação, a comunidade israelense se manifestou em frente à minha casa e começou a me xingar e caluniar e à minha família por simpatizarem com os palestinos e não falsificarmos os fatos (Jornalista brasileiro após ida à Palestina).

A migração palestina para a América Latina no século XX foi predominantemente composta por membros da classe trabalhadora, reflexo da demanda econômica dos países de destino, que à época se caracterizavam por suas economias agrícolas e industriais. Esses países não eram foco de atração para indivíduos altamente instruídos, intelectuais ou para aqueles que buscavam oportunidades educacionais avançadas – um contraste marcante com os migrantes que visavam os Estados Unidos, atraídos pelo prestígio de suas universidades e pela prevalência do inglês. Essa distinção é fundamental para compreender a diferenciação nas experiências de diáspora e na representação midiática dos palestinos nas Américas.

Constatou-se que os palestinos nos Estados Unidos apresentam uma presença significativa nos meios de comunicação, com uma narrativa midiática mais perceptível e influente do que aquela observada entre os palestinos na América Latina. Essa diferença pode ser atribuída a uma série de fatores sociopolíticos e culturais, incluindo os diferentes fluxos migratórios e os contextos históricos em que se inseriram.

Os acontecimentos trágicos, como os massacres de Sabra e Shatila em 1982, catalisaram a solidariedade e a organização política entre os palestinos na América Latina, culminando na realização de uma conferência pioneira em São Paulo, Brasil, em 1984. Este encontro histórico resultou na eleição de representantes para o Conselho Nacional Palestino, fortalecendo a voz política da diáspora na região.

A influência palestina, sedimentada ao longo de várias gerações, manifestou-se em múltiplos endossos à causa palestina por parte de governos latino-americanos. Exemplos notáveis incluem a ruptura das relações diplomáticas com Israel por parte da Venezuela e da Bolívia após o massacre em Gaza em 2008-2009, bem como por parte da Nicarágua após o ataque israelense ao navio Mavi Marmara (Flotilha da Liberdade) em 2010. O movimento latino-americano prosseguiu com protestos de Chile, Equador, Peru e Brasil contra as ações israelenses em Gaza em 2014, denunciando-as como “crimes de genocídio e contra a humanidade”.

Destaca-se ainda o compromisso de Cuba com a questão palestina, evidenciado por seu apoio consistente às resoluções das Nações Unidas e por oferecer assistência financeira a estudantes palestinos interessados em cursar Medicina gratuitamente em suas universidades. Cuba foi pioneira na América Latina ao romper relações diplomáticas com Israel em 1973, demonstrando um alinhamento histórico com a solidariedade palestina.

Esses fatores conjunturais fortaleceram o senso de pertença da comunidade palestina à sua terra natal, solidificado pela empatia dos povos latino-americanos que, por vezes, traçam paralelos entre a brutalidade experimentada pelos palestinos e as

violências históricas cometidas contra populações indígenas e negras na América Latina.

A despeito disso, uma das causas objetivas para a representação limitada da Palestina na mídia latino-americana pode ser atribuída à distância geográfica dos países latino-americanos em relação ao “conflito palestino-israelense”. Essa distância é acentuada pelas diferenças linguísticas, dado que os idiomas predominantes no continente, o português e o espanhol, não encontram paralelo habitual de uso no mundo árabe, criando uma barreira adicional para a difusão de notícias.

A capacidade de Israel em estabelecer e manter relações robustas e estratégicas na América Latina, fundamentadas em acordos de naturezas diversas, incluindo as esferas militar e religiosa, é um fator inegável na construção da narrativa midiática. Essas relações se estendem ao apoio do movimento sionista na mídia e à influência crescente junto a igrejas evangélicas pentecostais.

Ademais, não se pode desconsiderar a fragmentação e a falta de um posicionamento unificado e coeso dos governos árabes em relação à Palestina, o que reverbera na ausência de uma narrativa midiática consolidada e coerente. Esse cenário de desunião árabe reflete diretamente na forma como o conflito é retratado nos meios de comunicação.

Embora a diáspora palestina na América Latina viva distante das dissensões do Oriente Médio, a eficácia de sua representação midiática e política dependeria de uma postura árabe oficial unificada. Isso requer um esforço conjunto, um processo integrador que demanda acordos e colaborações. Tal movimento deve ser coletivo e não pode prosperar sem o apoio de uma presença midiática que endosse plenamente os direitos palestinos.

O contraste entre as posições oficiais dos países árabes, que em geral endossam a solução de dois estados como resolução para o conflito, e as aspirações populares por uma Palestina livre e soberana, do rio ao mar, é notável. A normalização das relações de alguns países árabes com Israel é reconhecida por alguns como uma adaptação pragmática ao sistema internacional contemporâneo, enquanto é vista pela diáspora palestina e pelos povos árabes como um ato de traição às suas aspirações nacionais.

#### 4.5 Jornalistas em campo – Riscos e desafios da cobertura

Esta seção do capítulo três, embora finalizada no início do segundo semestre de 2023, foi atualizada com dados recentes, considerando o limite de fechamento desta tese de doutorado em fevereiro de 2024. A importância de atualizar os dados e histórias

aqui narradas dá-se pelo fato de os acontecimentos em Gaza pós-7 de outubro, como será explicado adiante, resultarem em um número histórico de jornalistas mortos e feridos durante o exercício da profissão.

Antes de abordar os números em questão, é essencial mencionar que dados estatísticos sobre morte de jornalistas são sempre subdimensionados. Para isso, recorreremos a duas fontes de informação: o Comitê para a Proteção dos Jornalistas e a ONU, por meio de seus informes e seus canais de notícias oficiais.

É claro que todos os jornalistas mortos eram palestinos e influentes no seu ambiente midiático e jornalístico e na transmissão de notícias e informações, e de acordo com as declarações das Nações Unidas:

Estamos preocupados com o número invulgarmente elevado de jornalistas e profissionais da comunicação social mortos, atacados, feridos e detidos no território palestino ocupado, especialmente em Gaza (ONU, 2024).

Conforme um relatório da organização Repórteres Sem Fronteiras, 144 jornalistas palestinos e estrangeiros, no período de 2000 a 2022, foram alvo de ataques perpetrados pelas forças de ocupação enquanto reportavam sobre a situação nos territórios palestinos ocupados. Esses ataques incluíram disparos de armas de fogo, uso de gás lacrimogêneo, agressões físicas, detenções, destruição de equipamentos jornalísticos e até mesmo ataques direcionados que resultaram em fatalidades.

Figura 8 – Cento e um jornalistas e demais profissionais de imprensa mortos em Israel e nos territórios palestinos ocupados entre 2000 e 2024, causas confirmadas ou não

### 101 Journalists and Media Workers Killed in Israel and the Occupied Palestinian Territory

between 2000 and 2024 / Motive Confirmed or Unconfirmed



CPJ

Fonte: Disponível em: <https://encr.pw/pbynh>. Acesso: em 20. mar. 2024.

O desenho abaixo expressa que Israel matou direta e deliberadamente 99 jornalistas, mesmo estando nítido que eram profissionais no exercício de sua função, de uma forma muito clara e pública, para silenciar a voz dos meios de comunicação social e intimidar jornalistas que têm a garantia do Direito Internacional Humanitário para trabalhar dentro da zona segura (OCHA, 2024).

Imagem 14 – Noventa e nove jornalistas mortos em Israel e nos territórios palestinos ocupados entre 2000 e 2024. Causas confirmadas

## 99 Journalists Killed in Israel and the Occupied Palestinian Territory

between 2000 and 2024 / Motive Confirmed



CPJ

Fonte: Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). Disponível em: <https://encr.pw/lmLQB>. Acesso em: 20. mar. 2024.

Apenas entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, Israel matou mais de 84 jornalistas, número que continua a se elevar, com nada menos de um quarto deles sendo atingido durante transmissão e cobertura midiática relacionada com a guerra, o que faz do trabalho um inferno para os jornalistas, sob condições completamente desumanas, sem segurança para o exercício de sua função, além da escassez de acesso a equipamentos, cortes contínuos de energia e apagões regulares da mídia (OCHA, 2024).

Imagem 15 – Dezoito jornalistas mortos em Israel e nos territórios palestinos ocupados em 2024. Causas confirmadas ou não

## 18 Journalists Killed in Israel and the Occupied Palestinian Territory

in 2024 / Motive Confirmed or Unconfirmed



CPJ

Fonte: Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). Disponível em: <https://encr.pw/SLBcF>.  
Acesso em: 20. mar. 2024.

Imagem 16 – Noventa e dois jornalistas e demais profissionais de imprensa mortos em Israel e nos territórios palestinos ocupados entre 2023 e 2024. Causas confirmadas ou não

## 92 Journalists and Media Workers Killed in Israel and the Occupied Palestinian Territory

between 2023 and 2024 / Motive Confirmed or Unconfirmed



CPJ

Fonte: Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). Disponível em: <https://encr.pw/SLBcF>.  
Acesso em: 20. mar. 2024.

Os repetidos ataques israelenses aos palestinos evidenciam uma campanha sistemática para calar a voz da imprensa. O genocídio em Gaza, a partir de 7 de outubro de 2023, continuava em fevereiro de 2024, e Israel já havia matado em média um jornalista a cada dia (CPJ, 2024).

Raramente os jornalistas pagaram um preço tão elevado simplesmente por fazerem o seu trabalho como os que estão em Gaza agora.

Destacaram-se o caso do jornalista da *Al Jazeera*, Wael Al-Dahdouh, que perdeu a esposa, dois filhos e neto em consequência do bombardeio da guerra israelense em 25 de outubro de 2023, e ele próprio foi submetido a um ataque de drone que resultou na morte de seu fotógrafo no final de dezembro. E ele perdeu outro filho, que também era jornalista da *Al Jazeera*, junto com outro jornalista, que foi morto em um ataque de drone israelense que teve como alvo seu carro em 7 de janeiro de 2024 (ONU, 2024).

Imagem 17 – Cento e vinte e quatro jornalistas mortos no conflito israelo-palestino desde 7 de outubro



Fonte: Disponível em: <https://2u.pw/eHLaot2W>. Acesso em: 20. mar. 2024.

#### 4.6: Alguns exemplos de assassinato de jornalistas e de alvejados diretamente

As investigações referentes ao assassinato de Shireen Abu Akleh e de outros jornalistas foram geralmente inconclusivas e muitas vezes alinhadas com a narrativa israelense que enfatiza a sensação de perigo percebido pelos soldados como justificativa para o uso letal da força. Mesmo em casos onde jornalistas estavam

claramente identificados com coletes e capacetes marcados com a palavra “imprensa”, e mesmo quando residências de jornalistas foram bombardeadas, as autoridades israelenses argumentaram que tais coletes poderiam ser usados por terroristas como forma de camuflagem.

No caso específico do fotojornalista Fadel Shanaa, da Reuters, a alegação foi de que ele estava manuseando um “objeto preto” – sua câmera montada em um tripé – que teria sido interpretado como uma ameaça, embora estivesse apenas exercendo sua função jornalística. Após o bombardeio do veículo de Shanaa, identificado com a inscrição “*Press*”, o editor-chefe da Reuters na época, David Schlesinger, enfatizou que os distintivos no veículo evidenciavam inequivocamente a função jornalística de Shanaa, destacando o seu comprometimento com a ética profissional.

Outros casos de grande repercussão, como o do fotojornalista italiano Raffaele Ciriello, do *Corriere della Sera*, morto em 2002, trouxeram à tona a percepção de que correspondentes internacionais correm sérios riscos ao cobrir os territórios palestinos.

Ele foi alvejado fatalmente por tiros ao tentar fotografar um tanque israelense a aproximadamente 200 metros de distância. Relatos de testemunhas, como o jornalista Giampaolo Cerri, e declarações na imprensa italiana, revelam que os disparos originaram-se da direção do tanque. Apesar disso, um representante da assessoria de imprensa do governo israelense declarou ao jornal *The Boston Globe* que a vítima parecia estar em posição de atirar. Posteriormente, Israel negou sua responsabilidade pela morte de Ciriello, alegando falta de evidência ou desconhecimento sobre o incidente por parte das forças militares.

Esses eventos ilustram os desafios e perigos enfrentados pelos jornalistas em zonas de conflito, e a complexidade em estabelecer uma representação precisa da situação, particularmente quando as narrativas dos eventos são disputadas por entidades estatais e os jornalistas encontram-se em condições de risco elevado.

Desde o ano de 2001, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) tem documentado casos de violência contra profissionais da mídia, registrando o trágico assassinato de ao menos 22 jornalistas naquele ano pelas forças de ocupação israelenses, a maioria dessas vítimas sendo de origem palestina. O ano de 2014 sobressaiu-se devido à investigação do homicídio de cinco jornalistas, com atenção particular a um processo judicial relacionado ao bombardeio massivo que resultou no falecimento de três jornalistas durante a operação militar israelense conhecida como “Margem Protetora”. Investigações posteriores focaram no assassinato de Shireen Abu Akleh e de outros profissionais de mídia, contudo, os resultados foram amplamente vistos como insatisfatórios, em face da justificativa comumente oferecida por Israel de

que a percepção de perigo ou medo por parte de um soldado seria suficiente para fundamentar o uso de força letal.

Essas alegações foram feitas mesmo em casos onde jornalistas estavam claramente identificados por vestuário de imprensa, incluindo jaquetas e capacetes, e mesmo quando a residência de um jornalista foi alvo de bombardeio, apesar de o profissional sequer estar em cobertura jornalística. Uma explicação oferecida pelas autoridades israelenses em certas ocasiões foi que terroristas poderiam utilizar coletes à prova de balas de imprensa como camuflagem, justificando, assim, as ações fatais dos soldados. Esse raciocínio foi aplicado, por exemplo, na investigação do assassinato de Fadel Shanaa, fotógrafo da Reuters, como já mencionado.

Esses acontecimentos evidenciam a vulnerabilidade dos jornalistas em zonas de conflito e as complexidades inerentes ao relato factual de acontecimentos sob disputas narrativas de entidades estatais, realçando a necessidade de proteção e reconhecimento adequado para os profissionais de imprensa em situações de risco.

Imagem 18 – Fotógrafos exibem cartazes com foto de seu colega de profissão, o italiano Raffaele Cirillo, morto por tiros israelenses em 2002, enquanto fazia cobertura jornalística na Cisjordânia



Fonte: Disponível em: <https://11nq.com/V7eUT>. Acesso em: 20. mar. 2024.

Uma investigação conduzida pelas Nações Unidas em 2019 sobre o caso do fotojornalista Ahmed Abu Hussein, que vestia um casaco com o distintivo de “imprensa”, e no qual dezenas de jornalistas ficaram feridos, levou à conclusão de que “há uma razoável base para acreditar que atiradores israelenses abriram fogo deliberadamente contra os jornalistas”. No entanto, a resposta dos israelenses foi

sempre a de que não abriram fogo, mas sim os palestinos, e que os jornalistas foram atingidos durante troca de tiros.

Os ataques à mídia e assassinatos não se limitam apenas aos jornalistas, mas estendem-se aos seus meios de comunicação e instituições. Entre os edifícios destruídos pelo bombardeio israelense em 2021 estão dezenas que abrigam empresas jornalísticas e, de acordo com o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ, 2021). Aviões israelenses bombardearam e destruíram os edifícios Al-Jawhara, Al-Shorouk, Agência Shehab, escritório do jornal *Al-Ayyam*, Companhia de Serviços de Mídia para Eventos, Escritório de Notícias Al-Youm, Agência Ma'an Wasawa, rádios Terra Santa e Baladna, totalizando mais de 33 empresas de mídia que foram alvo. O prédio que abrigava os correspondentes da Associated Press e a *Al Jazeera* foi demolido, com grande repercussão na imprensa internacional e em organismos profissionais.

No caso da jornalista Shireen Abu Akleh, todas as reportagens do *The New York Times*, *Washington Post*, Associated Press, da *CNN*, além do grupo de jornalismo investigativo internacional “Bellingcat” e do grupo de pesquisa “Arquitetura Forense”, concordaram que a bala foi disparada por um soldado israelense, apesar de ela usar um capacete de jornalista com inscrições em inglês e em grandes letras brancas no peito, costas e pescoço (CPJ, 2023).

A Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) condenou o ataque sistemático e o assassinato de jornalistas palestinos, e o seu secretário-geral, Anthony Bellanger, afirmou:

Os ataques sistemáticos às instituições de mídia são uma tentativa vergonhosa do exército israelense de silenciar a voz dos meios de comunicação social, que divulgam notícias sobre a violência que praticam em Gaza, e violam o Direito Internacional. Ataques contra jornalistas devem acabar (Bellanger).

Imagem 19 – Jornalista Shatha Hanaysha no momento em que sua colega de profissão Shireen Abu Akleh é morta pelas forças de ocupação de Israel



Fonte: Disponível em: <https://11nq.com/V7eUT>. Acesso em: 20. mar. 2024.

O terror dos ataques a jornalistas é evidenciado na foto acima, em que a jornalista Shatha Hanaysha se desespera ao lado do corpo da colega de profissão Shireen Abu Akleh, morta a tiros por um soldado israelense em 11 de maio de 2022, no portão do campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia.

Muitos jornalistas e fotógrafos afirmaram que o assassinato de Yasser Murtaja em 2018 “semeou medo em todos os nossos corações”.

Esses receios aumentaram após o assassinato e ataque a Shireen Abu Akleh. O repórter Hafez Abu Sabra, de um jornal palestino, disse: “Pessoalmente não tenho medo, mas tenho uma menina de cinco anos que sempre me diz que não quer que eu vá trabalhar para não morrer como Shireen em Jenin.”

Nidal Shtayyeh um fotógrafo palestino que trabalha para a agência de notícias chinesa Xinhua, escreveu nas redes sociais que ele e seus colegas jornalistas conseguiram cobrir uma operação militar em Jenin em 2022. Disse ao Comitê para a Proteção dos Jornalistas que ele e seus colegas foram expostos ao fogo das forças israelenses enquanto filmavam de dentro de um prédio em construção, e afirmou: “Ficamos presos atrás da parede por uma hora, com medo de sermos expostos a balas.”

Ele ligou para Amira Hass, reconhecida jornalista israelense que trabalha para o jornal *Haaretz*. Ela disse ao Comitê para a Proteção dos Jornalistas que ligou para o porta-voz do exército e disse ao soldado de plantão: “Aja rapidamente. Não queremos

outra Shireen Abu Akleh, queremos?” Depois disso, os jornalistas foram autorizados a sair e ficaram expostos a uma tremenda pressão psicológica.

Israel segue impune, nunca enfrenta punição nas investigações sobre ataques a jornalistas. Pelo contrário, continua a perpetrá-los e elevá-los, o que se evidencia quando se consideram todos os anos anteriores e os crimes relacionados com a perseguição e assassinato de profissionais de imprensa, denunciados regularmente pela associação palestina de direitos dos presos, o Clube dos Prisioneiros Palestinos.

Imagem 20 – Corpo do jornalista palestino Yasser Murtaja, morto por balas disparadas pelas forças israelenses, sendo levado para o hospital em meio a protestos no posto de de fronteira no sul da Faixa de Gaza, em 6 de abril de 2018



Fonte: Disponível em: <https://11nq.com/V7eUT>. Acesso em 20. mar. 2024.

Imagem 21 – Mapa mostra onde jornalistas palestinos foram alvo e mortos de 2001 a 2020



Fonte: Disponível em: <https://11nq.com/V7eUT>. Acesso em: 20. mar. 2024.

Como disse o presidente da Associação de Imprensa Estrangeira em Israel, Guillaume Lavallée: “Eles não consideram os jornalistas palestinos como jornalistas; eles nos consideram iguais aos manifestantes palestinos e nos atacam como fazem com os manifestantes.”

O mapa acima mostra a enorme quantidade de ataques contra jornalistas. O exército de Israel é responsável por 80% dos assassinatos de jornalistas e profissionais da mídia nos territórios palestinos. Há ataques a jornalistas e fotógrafos de agências internacionais como a Reuters e outras. Infelizmente, até este momento, apesar da documentação, “Israel nunca levou um soldado a julgamento por um assassinato intencional ou não intencional de um jornalista” (CPJ, 2023).

A ocupação criminaliza com frequência suas vítimas, fotógrafos e jornalistas, acusando-as de serem terroristas e servirem a uma agenda externa. Alega em alguns casos, sem qualquer prova, que a inscrição em uniforme da imprensa nada mais é do que uma fachada.

O então ministro da Defesa israelense, Avigdor Lieberman, ao falar sobre o ataque a Yasser Murtaja, disse que a vítima trabalhava para a organização Hamas, com salário mensal do braço militar desde 2011, e que ocupava o posto de cabo ou

equivalente e usava sua posição no exército para coletar informações de inteligência. Porém, o Departamento de Estado dos Estados Unidos revelou que Yasser Murtaja era financiado pela sua agência para desenvolvimento internacional (Usaid, na sigla em inglês), e o caso foi investigado. Ele era apenas um fotógrafo.

**Imagem 22 – O Departamento de Estado dos EUA informa que o jornalista Yasser Murtaja recebeu financiamento de sua Agência para o Desenvolvimento Internacional e que foi submetido a um procedimento de segurança antes**

A U.S. official, speaking on condition of anonymity, said the U.S. Agency for International Development (USAID) had approved \$11,700 in grant funding for Ain Media last month under a program that supports private sector development.

The official said the grant was for technical assistance and equipment, such as computers.

State Department spokeswoman Heather Nauert said Murtaja had been vetted under U.S. government guidelines.

“We are aware of reports that a journalist operating in Gaza was killed in the clashes in Gaza. I don’t have specifics about his particular case, but we are looking into it,” Nauert told a regular press briefing.

The Israeli military has said that the Israeli Defense Force did not intentionally target journalists.

Fonte: Disponível em: <https://11nq.com/V7eUT>. Acesso em: 20. mar. 2024.

Muitas famílias, como a do jornalista palestino Imad Abu Zahra, recorreram ao tribunal israelense por causa da morte de seu filho, mas o processo não resultou em qualquer responsabilização. Imad trabalhava como auxiliar da imprensa estrangeira e tirava fotos de um transportador de tropas israelense que colidiu com um poste de eletricidade durante o ataque ao campo de Jenin em 2002. Disparos israelenses o mataram e feriram um colega.

Sua mãe disse ao Comitê para a Proteção dos Jornalistas: “Meu filho costumava me dizer que era protegido como jornalista e que ninguém iria machucá-lo, mas ele morreu com uma câmera e não usava arma porque queria mostrar às pessoas o que estava realmente acontecendo.”

A família Abu Zahra entrou com uma ação nos tribunais israelenses para exigir indenização pelos danos resultantes da morte de Imad. O juiz rejeitou a ação, alegando

que seu filho não era jornalista, mas sim um sabotador, e obrigou-os, em 2011, a pagar custas judiciais no valor de cerca de 5.800 shekels.

A família do cinegrafista Nazih Darwazeh, morto pelas forças de ocupação israelenses em 19 de abril de 2003 enquanto filmava as incursões israelenses em Nablus, na Cisjordânia, considerava abrir um processo de homicídio premeditado nos tribunais israelenses. A ideia foi abandonada, em primeiro lugar devido à ausência de justiça e de lei, e em segundo lugar devido ao alto custo que os tribunais impõem a esse tipo de procedimento.

Imagem 23 – Da esquerda para a direita, Sami, Razan e Sameh, filhos de Nazih Darwaza, cinegrafista que trabalhava para a Associated Press, segurando fotos do pai e a câmera que ele usava, durante uma manifestação silenciosa, no local onde foi assassinado, em 19 de abril de 2003, na cidade de Nablus, na Cisjordânia.



Fonte: Disponível em: <https://11nq.com/V7eUT>. Acesso em: 20. mar. 2024.

Em função do assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh, a rede *Al Jazeera* recorreu ao Tribunal Penal Internacional – o qual declarou que não tem jurisdição sobre os territórios palestinos. A *Al Jazeera* também apelou ao Bureau Federal de Investigações dos EUA, o FBI, na busca por responsabilizar o assassino, mas Israel não cooperou com a investigação.

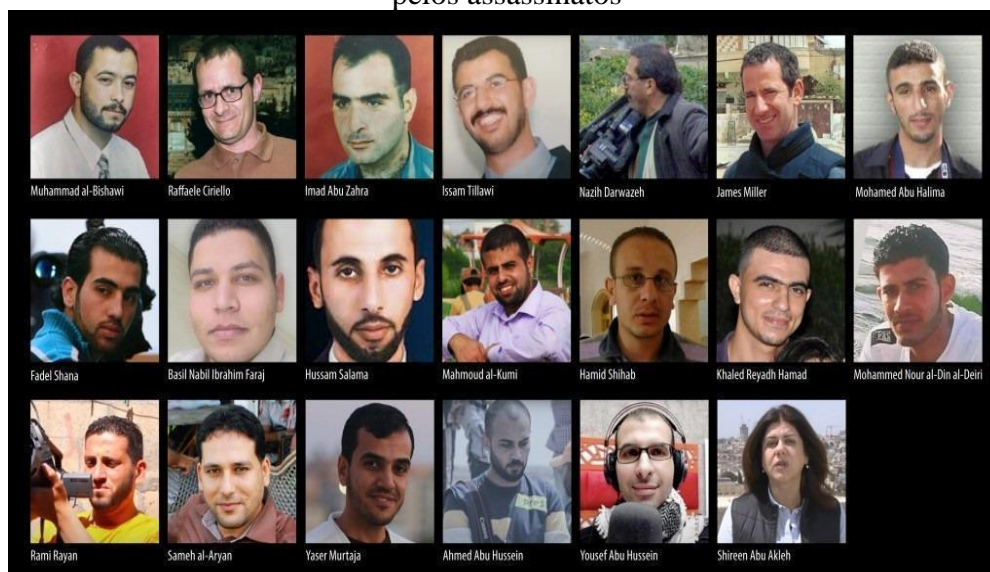
Imagem 24 – Foto de carro da equipe da *BBC* parada pela polícia israelense em Tel Aviv



Fonte: Disponível em: <https://11nq.com/V7eUT>. Acesso em: 20. mar. 2024.

Em relação a agências internacionais e jornais estrangeiros, os casos indicam que Israel tem como alvo jornalistas que possam levar informações colhidas em campo para o mundo exterior. Em uma das ações, a reportagem da *BBC* foi barrada. O carro – que tinha a inscrição “TV” em vermelho – foi revistado e a equipe, empurrada contra o muro. Eles insultaram os jornalistas, que usavam o uniforme oficial de imprensa... “Eles ficaram horas parados e receberam ordens para mostrar seus pertences, e as câmeras foram retiradas do carro de forma humilhante. Eles são jornalistas internacionais com nacionalidades estrangeiras, imagine quando são palestinos?” (Agência Anadolu, 2023).

Imagem 25 – Montagem de fotos de jornalistas mortos nas mãos do exército israelense nas últimas duas décadas que constam de um relatório divulgado pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas, o qual constata a falta de responsabilização pelos assassinatos



Fonte: Disponível em: <https://2u.pw/JKdfnsb>. Acesso em: 20. mar. 2024.

#### 4.7 Análises dos resultados – Cobertura e acontecimentos

Os estudos sobre a cobertura da imprensa quanto aos acontecimentos no Oriente Médio não são novidade, embora ainda sejam escassos. Entre as pesquisas sobre o comportamento da imprensa na cobertura dessa pauta está a de Ghareeb (1983), ainda do final da década de 1970, que observou uma posição favorável a Israel nos veículos de imprensa e nas agências de notícias. Em sua metodologia, o autor entrevistou 17 profissionais de mídia dos Estados Unidos, como correspondentes no Oriente Médio, editores de TV e repórteres de agências de notícias. Desse total, 11 corroboraram a ideia de uma abordagem antiárabe em seus veículos.

Essa abordagem pode mostrar uma tendência islamofóbica, sobretudo quando esses conteúdos jornalísticos são potencializados pela sua circulação nas mídias sociais em países onde elas estão entre as principais fontes de informação da população. Nesse sentido, o encontro do jornalismo humanitário e de paz pode ser um dos caminhos para reduzir os impactos do padrão usado pelas agências de notícias e inibir a formação e propagação da islamofobia.

Verificou-se também que os países do estudo raramente enviam um correspondente para a zona de conflito na Palestina, mas que em Israel, por vezes, têm um correspondente. Todos esses países, inclusive o Brasil, que tem uma posição política considerada avançada em relação aos palestinos, faz uso das agências internacionais como Reuters, AFP, AP e UPI, que formam a opinião favorável a Israel

às custas dos palestinos, e por algumas estações de televisão como a *CNN* e a *BBC*, que representam posições dos seus governos que apoiam Israel com todas as suas capacidades midiáticas.

A prática de segregação, perseguição ou violência contra jornalistas que apoiam a Palestina, ou que permanecem neutros nos procedimentos de investigação ou na divulgação de notícias ou imagens, não tem a devida repercussão.

A análise dos jornais pesquisados e dos autores das matérias evidencia que a visão pró-Israel tem grande presença na mídia, a exemplo do embaixador que é ouvido regularmente ou convidado para a mesa do jornal, expressando suas opiniões sem o contraditório da parte palestina. Isso foi perceptível na repercussão do assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh ou no ataque violento à Faixa de Gaza, durante o Ramadã em 2021.

Através dos dados coletados ao longo de três anos e meio, constatou-se que o Brasil possui o maior número de materiais relacionados ao conflito palestino-israelense, incluindo fotos, notícias, artigos, vídeos e entrevistas. Isso pode ser explicado pelo peso político do Brasil no continente latino-americano e suas posições políticas internacionais claras, que vários outros países do continente costumam seguir nas votações em fóruns das Nações Unidas.

Por outro lado, a cobertura da mídia no Chile mostra tendência à neutralidade e, nisso, a abordagem do lado palestino parece melhor do que quando comparada ao que acontece no Brasil ou na Argentina, por exemplo.

É necessário olhar para a área de “conflito palestino-israelense” como uma região única, não favorecendo um lado em detrimento do outro, e que se assegure a presença de repórteres para cobrir a situação a partir do cerne da realidade, não confiando em agências internacionais que transmitem uma mesma visão e por isso são naturalmente tendenciosas. Também é preciso recomendar muito cuidado para que o jornalismo não transmita ou alimente islamofobia em notícias e opiniões sobre os palestinos, especificamente quando se fala dos movimentos de libertação nacional que resistem à ocupação, o que é garantido pelo Direito Internacional, inclusive através da luta armada contra o ocupante, conforme a Resolução n.º 3236 da ONU, emitida em 1974, que deu ao povo palestino o direito de utilizar todos os meios disponíveis para alcançar a sua liberdade.

## 5. COMUNICAÇÃO E LUTA POR RECONHECIMENTO NA PERSPECTIVA DA DIÁSPORA PALESTINA NA AMÉRICA LATINA

### 5.1 Luta por reconhecimento

Estar em um novo país, após uma migração marcada por acontecimentos violentos na terra de origem, implica para os migrantes uma carga emocional que acaba sendo compartilhada de certa forma com seu novo entorno.

Ao trazer o interesse ou preocupação com os acontecimentos na Palestina para o novo cotidiano das famílias migradas, seja pelo vínculo anterior com a terra de origem, seja pelos vínculos atuais com parentes, negócios ou instituições palestinas, os refugiados também compartilham sua luta por reconhecimento da situação palestina e de seus direitos internacionais com novos círculos sociais, tornando-se também parte deles.

Os palestinos latino-americanos são o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. (Hall, 2003, p.89).

Esse compartilhamento, porém, começa pela memória do trauma do deslocamento forçado, que faz uma conexão histórica dolorosa entre os mundos de partida e de chegada, que está na origem da luta por reconhecimento de uma causa histórica da diáspora.

Essa memória naturalmente aparece nos depoimentos de descendentes de famílias que migraram no século passado, com histórias que oferecem a dimensão do trauma.

Descendentes dos que vieram do porto de Jaffa ou de Beirute e se dirigiam para a Cordilheira dos Andes relatam que seus antepassados acabaram em navios infectados com cólera, um grande pavor no meio do oceano. Geralmente, esses viajantes rumo ao desconhecido e à esperança de uma vida nova ficavam nos conveses inferiores dos navios, lado a lado com camundongos, ratos e insetos, e qualquer migrante que morria ou adoecia era jogado ao mar sem hesitação, pelo medo coletivo de contaminação. Essa memória está presente em entrevistas como a do líder religioso chileno A:

Naquela época, qualquer pessoa que tivesse cólera a bordo do navio era morta pela infecção e jogada ao mar. O corpo do meu avô foi protegido pela minha avó sob a saia e o vestido. Durante quatro dias ela não

comeu nada. Ela devolveu a comida. para eles, e ela sempre agradecia a Deus por ter sobrevivido (Líder religioso chileno A).

Conforme o escritor Shafiq Al-Ghabra (2019), muitos dos que saíram a pé da Palestina para o Kuwait nem chegaram aos navios, como um palestino que se perdeu e morreu no deserto da Arábia, mas este não foi um caso único. São muitas histórias e não casos individuais. Famílias inteiras desapareceram.

Mas o que eu aprendi é que o exílio de dentro é tão brutal quanto o exílio exterior. Suponho que seria útil pensar novamente nessa antinomia. Para não ser vítima do cinismo, você ama para sempre, mesmo quando você sabe que o ‘para sempre’ é um conceito inalcançável. Você tem que amar com todos os pedaços quebrados de seu coração, coexistir com as contradições, não sucumbir a elas. Você vive para a permanência, mesmo quando você sabe que nada é permanente. A psicologia tradicional diz que seis meses é o limite de tempo para o luto sobre o trauma, mais do que isso é excessivo e requer medicação. Eu me pergunto o que mais de seis décadas exigiria? (Johnson, Shehadeh, 2013, p. 143).

A história da saga de algumas famílias traz ao mesmo tempo a memória das muitas tragédias seguidas que forçaram o processo de migração. De certa forma, tais acontecimentos reforçam laços afetivos com cidades e vilas desaparecidas, cujas memórias se perpetuam pelo impacto da perda. Também reforçam os laços com o país que as acolheu por diferentes interesses nacionais.

A Argentina já foi o porto de chegada de uma mesma família palestina em dois momentos históricos diferentes, conforme se verifica em uma das entrevistas. Embora este seja um caso específico, é possível perceber nele uma saga coletiva do povo palestino expulso de sua terra e que passou por diversos deslocamentos forçados que trouxeram levas à América Latina em diferentes momentos, até fixarem raízes. O jornalista argentino B testemunha essa sucessão de acontecimentos em sua família.

Sabe de uma coisa, eu nasci na Argentina, certo? Meu pai também nasceu na Argentina e meu avô era da Palestina, e meu avô emigrou no início do século XIX e emigrou da Palestina para a Argentina. Na Argentina, ele se casou, teve filhos e voltou para a Palestina com toda a família. Em 1948, o vilarejo onde minha família morava foi atacado. Toda a aldeia foi expulsa para o Líbano, e o governo argentino, três anos depois, em 1950, repatriou toda a família porque minha avó, meu pai e meu tio nasceram na Argentina, eram cidadãos argentinos e o casamento de meus avós foi realizado na Argentina. Então, o Estado argentino os repatriou. Meu avô não veio porque morreu no Líbano, mas eles voltaram para a Argentina. Minha avó, meu pai e meu tio ficaram aqui. Eles nunca puderam voltar, nem em nosso vilarejo, que fica no norte da Palestina, a poucos quilômetros de Heras, na fronteira com o Líbano. Esse é um dos primeiros vilarejos que foram ocupados

em março de 1948, de acordo com o Plano Dalet das gangues sionistas, ou seja, antes da criação do Estado de Israel) (Jornalista argentino B).

A jornalista hondurenha A também indica que as primeiras migrações para a América Latina durante o domínio do Império Otomano foram criando bases para que palestinos das levas seguintes escolhessem o mesmo destino.

Eu tinha 12 anos e morávamos em Belém, na Palestina, com meus pais e minha família e os tios do meu pai. Ou seja, desde quando os palestinos vieram para Honduras? Estamos falando aproximadamente do ano de 1900, na época em que os otomanos estavam nos territórios palestinos. Vieram para Honduras porque grande parte da família do meu avô já estava aqui. Eles vieram para cá porque a primeira grande onda de migração da Palestina para Honduras aconteceu no final do século passado e aqui eles se encontraram, em Honduras descobriram que eram muito respeitados, que havia espaço para fazer comércio, e muitos deles vieram porque se sentiram sufocados pelo Império Otomano e, com ele, pelo domínio turco (Jornalista hondurenha A).

Diversos testemunhos indicam como as primeiras migrações foram abrindo caminho para novas levas de imigrantes, reforçando o país de acolhida como um local com certa segurança para o recomeço juntamente com outros membros da família, como demonstra a formação da comunidade palestina hondurenha.

No caso dos meus avós especificamente em Honduras, eles já tinham família esperando por eles, amigos esperando por eles, e era um país amigo deles e dos negócios que queriam abrir. Naquela época em Honduras, especificamente em La Ceiba, cidade localizada no Oceano Atlântico de Honduras (Jornalista hondurenha B).

Deslocar-se entre países até a fixação em um destino permanente faz parte da experiência da formação da diáspora palestina, e suas comunidades dispersas pelo mundo.

Deixei minha família da cidade de Zarnuqa em 1948, e minha família estava dispersa entre o Egito e a Palestina, dentro do Egito, que é muito grande. Cada um mora em algum lugar como Al-Arish, Cairo ou Mansoura, e minha família especificamente imigrou para Gaza, e eu migrei para a Bolívia, e depois de uma década para o Chile (Líder religiosa chilena B).

Parte da comunidade palestina no Chile veio após a Guerra do Iraque em 2003. Quando levas da população foram deslocadas da Palestina para os países vizinhos em 1948, parte foi para o Iraque, e após a invasão americana desse país, muitos foram forçados a deixar o Iraque em direção ao campo de refugiados na Jordânia, que era famoso na época, sendo que países vizinhos recusaram-se a recebê-los. Isso forçou muitos países do mundo, como Brasil, Chile e Nova Zelândia, a recebê-los.

Imigrei para a Bolívia em 2003 e obtive a cidadania boliviana. Por causa do meu comércio, me mudei entre países da América Latina. O Chile era um lugar seguro para minha família, então decidi me mudar para lá em 2003 (Político chileno A).

Tendo em conta esses casos, que constituem uma realidade instável para emigrantes da Palestina histórica, com exemplos vivos de palestinos deslocados da para a Arábia Saudita, para o Kuwait, para o Egito, depois para a Bolívia e para o Chile ao longo de quatro décadas, é preciso considerar que essas histórias e memórias não estão encerradas em um tempo passado, já que há repetição de deslocamentos palestinos acontecendo hoje, no ano de 2024.

Vemos em Gaza, em 2024, como as pessoas são deslocadas à força e são submetidas à fome para matá-las ou forçá-las a emigrar e a deixar os territórios palestinos ocupados em busca de sobrevivência. Esse é um exemplo do sofrimento contínuo do deslocamento forçado de palestinos desde o Mandato Britânico até os dias atuais. A luta por reconhecimento depende, para muitos dos entrevistados, de manter a memória viva, porque remete a direitos coletivos de um povo inteiro.

Todos os meus irmãos são casados, têm filhos, então já estamos na segunda geração de palestino-brasileiros, digamos assim, ou brasileiro-palestinos. E a gente mantém essa identidade palestina muito viva. Isso por conta do meu pai, né? Ele foi uma pessoa sempre muito envolvida com a comunidade em geral, dando suporte, ensinando. E o que eu tento fazer como mãe e como filha de palestino. Eu sou brasileira, mãe, sou filha de palestinos, tenho muito orgulho disso. E de levar a nossa cultura adiante e ensinar isso para os meus filhos e para que eles conheçam realmente a causa palestina. E hoje em dia, discutir o que está acontecendo em especial no momento desta entrevista, que a gente vive a guerra em Gaza, onde o Estado de Israel vem fazendo incursões militares e bombardeando toda aquela região e desumanizando, usando aquelas pessoas e atacando hospitais, escolas, coisas que nunca foram vistas. (Jornalista brasileira A).

O hibridismo na cultura da diáspora mencionado por Hall (2003), que se incorpora à cultura local sem deixar a cultura original, pode ter contribuído no caso da comunidade palestina na América Latina para a formação híbrida de movimentos de apoio à luta palestina por reconhecimento. Como observam muitos entrevistados, esses movimentos não contam apenas com palestinos de origem, mas também com setores sindicais e partidários com agendas internacionalistas, organizações não governamentais que atuam nas áreas de direitos humanos, direitos indígenas, direitos de imigrantes, entre outras, além de movimentos estudantis que se conectam com mobilizações da juventude no mundo.

As informações que circulam no interior dessas organizações, provenientes de organizações ligadas à Palestina ou da comunidade internacional, aproximam-nas da luta por reconhecimento da questão palestina, que se manifesta de maneiras distintas, como no caso dos sem-teto de São Paulo, que deram o nome da histórica liderança palestina Leila Khaled a uma ocupação habitacional de um prédio no centro da capital.

Imagem 26 – Tipo de colagem contemporânea na parede, composta com a imagem de Leila Khaled e de uma figura palestina entre recortes de frases de jornais, mostra que as formas de expressão de resistência da juventude brasileira reverenciam figuras da resistência palestina. (Arquivo de família)



**Fonte:**

Outro exemplo foi a Missão Humanitária realizada como parte do processo do Fórum Social Mundial em 2015, quando ativistas brasileiros partiram para a Palestina em solidariedade a Gaza, que havia sido fortemente atacada por Israel em 2014. O grupo foi impedido por Israel de entrar em Gaza, mas realizou visitas e entrevistas na Cisjordânia, para levar informações de volta à América Latina e ao processo do Fórum Social Mundial (Coletivo Brasileiro FSM, 2015). Dois integrantes, porém, foram impedidos de entrar na Palestina já na fronteira controlada por Israel, os dois de sobrenomes árabes, sendo uma delas palestina. A missão era constituída, em sua maioria, por ativistas não palestinos, solidários e integrantes da Frente em Defesa do Povo Palestino.

## 5.2 Direito internacional e pertencimento

Ao serem expulsos da Palestina durante o estabelecimento do Estado de Israel, muitos árabes cristãos e muçulmanos esperavam voltar em breve para casa. Por isso tiveram o cuidado de trancar as portas antes de partir. Foi em vão, já que nenhum dos refugiados da primeira guerra árabe-israelense retornou. Suas terras foram desapropriadas e muitas aldeias sumiram do mapa. Em 1950, o total de refugiados registrados pela ONU passava de 900 mil. Dentro de Israel, sobraram 150 mil árabes, dos quais 20% tiveram de deixar suas terras, tornando-se refugiados internos (Botelho, 2006, p. 41).

Em 11 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 194, estabelecendo o direito dos refugiados palestinos voltarem para suas casas, das quais foram forçados a sair durante a Nakba. A resolução determina que se deve permitir aos refugiados que desejam retornar a suas casas e viver em paz com seus vizinhos que o façam o quanto antes, e que indenização a título compensatório deverá ser paga àqueles que decidirem por não retornar, bem como por todos os bens perdidos ou danificados que, sob os princípios da lei internacional ou por razões de igualdade, devem ser reparados pelo governo ou autoridade responsável. Instrui à Comissão de Conciliação a facilitar a reparação, o reassentamento e a recuperação econômica e social dos refugiados e o pagamento de compensação, e manter relação estreita com o diretor da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos (UNRWA) e, por meio dele, com os órgãos e as agências adequados da ONU.

Essa resolução delimitou o direito de retorno ou compensação aos “palestinos e seus descendentes, cujo território de residência entre junho de 1946 e maio de 1948 era a Palestina, e que, por consequência da guerra de 1948, perderam sua casa e sua fonte de sobrevivência”, conforme definição da UNRWA.

Com isso, ficaram de fora todos os palestinos forçados a migrar antes ou depois, embora o deslocamento continuasse nos anos seguintes, grande parte destinada ao Kuwait e às Américas nas décadas de 1950 e 1960. Com a ocupação da Cisjordânia por Israel, em 1967, a maioria desses palestinos não pôde mais retornar.

No final da década de 1960, a OLP e a Liga Árabe definiram o problema dos refugiados como coletivo, e não de busca de soluções individuais. Essa defesa de uma solução coletiva constituía uma demanda por uma solução política e não técnica do problema dos refugiados (Feldman, 2008).

Com essa coletivização do direito de retorno, a premissa da preservação do direito palestino à sua terra original reforçou um pertencimento natural que a migração

forçada não pode desfazer, independentemente de quando foram obrigados a migrar e deixar seus bens, terra e identidade.

Especificamente no Brasil, a imigração palestina foi intensa após os eventos da Nakba. A maioria das famílias palestinas migrou internamente ou para os arredores regionais, como Jordânia, Síria e Líbano. Mas uma parcela migrou para fora do mundo árabe e parte chegou à América Latina e ao Brasil em particular. E muitos pensavam que voltariam à sua terra invadida.

Uma noite me disseram: vamos retornar à Palestina. Caminhamos no escuro por muitos quilômetros em caminhos árduos e sinuosos nas montanhas – eu, meu tio e um guia que tirava seu sustento do conhecimento que tinha da região. De manhã, deparei-me com um muro de aço de esperança esvaída. Finalmente eu estava na Palestina prometida. Mas onde ela estava? Não. Não, esta não é a Palestina, aquela terra mágica, o fim de minhas trevas e do tormento! E ela não me abraça como eu havia imaginado (Farah, 2012, p. 29).

Apesar da diferença cultural e a nova língua, os novos imigrantes palestinos tentaram preservar sua identidade no Brasil. Uma prática mais presente na primeira geração de jovens, mas ainda hoje, muitos procuram na Palestina ou na diáspora a futura cônjuge, de forma a preservar como denominador comum a língua, os costumes, a religião, a própria origem.

O direito de retorno não significa necessariamente a determinação de se estabelecer novamente na Palestina, mas do direito de fazê-lo, como se observa na fala da jornalista palestina A:

Eu não descartaria a possibilidade. Eu realmente adoraria. Sim. Quero dizer, eu adoraria ter essa opção. Eu realmente adoraria. E acho que é isso que deixa muitos de nós, palestinos, que vivemos na diáspora, irritados agora, porque qualquer outra pessoa de outro país que vive na diáspora tem pelo menos o direito e talvez não possa voltar por causa da situação econômica, da situação social em seu país, mas tem o direito (Jornalista salvadorenha A).

Pertencer à Palestina, para muitos, vai além da luta política pela garantia do cumprimento do Direito Internacional, e se mostra como um componente emocional inalienável na relação com a vida na diáspora.

Estamos agora no limiar dos 70 anos de idade e pensamos que a minha mulher e eu passaremos seis meses na Palestina e seis meses em Honduras, porque o fim da minha vida será na Palestina (Político hondurenho B).

### 5.3 A diáspora palestina na América Latina – Principais instituições

Dos países abrangidos pela presente pesquisa, algumas entidades da comunidade palestina são mencionadas nas entrevistas ou são listadas entre as presenças de encontros de alcance latino-americano sobre a temática palestina.

São os casos, no Chile, das entidades: Federación Palestina; Club Palestino; Comité Democrático Palestino; Grupo Palestina Libre; Unión General de Estudiantes Palestinos (Ugep); Organización Solidaria con Palestina (OSP – UC); Centro Árabe de Concepción; Juventud Chileno-Árabe por Palestina de Valdivia (Coplac, 2017).

No Brasil, são citadas por entrevistados ou participam de encontros e manifestações Federação Árabe-Palestina do Brasil (Fepal), Fórum Latino-Palestino, Frente em Defesa do Povo Palestino, Monitor do Oriente Médio, Sanaúd – Juventude Palestina, Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. No encontro de refundação da Confederação Palestina da América Latina e do Caribe (Coplac) são citadas também a União Democrática das Entidades Palestinas do Brasil, a Sociedade Árabe Palestino-Brasileira de Santa Maria, Sociedade Palestina de Brasília, Sociedade Árabe Palestino-Brasileira de Porto Alegre, Sociedade Árabe-Palestina Beneficente do Brasil, Centro Cultural Árabe-Palestino de Mato Grosso Do Sul, Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino, Centro Cultural Árabe Palestino-Brasileiro de São Paulo, Sociedade Árabe-Palestina de Corumbá, Comitê da Palestina Democrática, Centro Cultural Palestino-Brasileiro do Rio Grande do Sul e Instituto Brasil Palestina.

Na América Central, com menor número de entidades, as principais organizações dos países pesquisados mencionados nas entrevistas são o Club Árabe Salvadoreño, a Asociación Palestina de El Salvador e a Fundação Palestina Hondurenha.

A Argentina tem duas entidades abrangentes, a Federación de Entidades Argentino-Palestinas e o Comité Argentino de Solidaridad con el Pueblo Palestino, composto por diversas entidades internas e externas à comunidade palestina. A federação é uma das 14 entidades de caráter regional ou provincial que integram a Confederação de Federações Argentino-Árabes (Fearab Argentina), que por sua vez integra a Fearab América.

De modo geral, a solidariedade com causas internacionais abrange entidades sociais, partidárias, sindicais e acadêmicas externas à comunidade que participam de iniciativas ou manifestações conjuntas, a exemplo do abraço à Embaixada palestina em Buenos Aires convocado pelas organizações Coordinadora por el Cambio Social, a

Frente de Izquierda y de Trabajadores-Unidad ( FIT-U), o Encuentro Memoria Verdad y Justicia, Encuentro Patriótico, Miles, Liberación Popular, MST, Asambleas del Pueblo e a Liga Argentina por los Derechos Humanos. Na Argentina, podemos citar ainda Artistas por Palestina.

Atividades acadêmicas também atraem o interesse e têm o envolvimento da comunidade palestina nos países pesquisados, como o Foro Internacional por Palestina promovido em julho de 2023 pelo Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e a Universidad Nacional de Luján, o Grupo Especial Revista *Al Zeytun*, o Observatorio Geohistórico, Departamento de Ciencias Sociales, a Cátedra de Estudios Palestinos Edward Said, Universidad de Buenos Aires, a Nueva Editorial Canaán, Universidad Internacional Al- Mustafa, além de manifestações da Frente Cultural Che Adelita e da Federación Internacional de Escritores por la Libertad (Fiel).

No Brasil participam da Frente em Defesa do Povo Palestino entidades sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Sindical Conlutas, ao lado de entidades palestinas, de direitos humanos, movimentos estudantis, feministas, de comunicação e militantes partidários do campo de esquerda como PSTU, PT, PCdoB, PSOL, PCB, PCB-RR etc..

#### 5.4 Vozes da diáspora palestina na América Latina

Na preservação de costumes, imigrantes estabeleceram instituições preocupadas com os assuntos da comunidade e cuidados com ela, construindo locais para casamentos, lutos e reuniões anuais, feriados religiosos ou convivência social com parentes e famílias amigas. Mas também buscam ser vozes da diáspora, ter vida ativa e tornar o trabalho institucional mais profissional, bem como dialogar com o mundo político para jogar luz sobre a causa palestina em luta contra a ocupação israelense. Isso nem sempre tem a incidência esperada.

E essa vida ativa não pode ser apenas uma vida de ativismo. Ela tem que ser uma vida que cria documentos, ela tem que ser uma vida que se comunique. Ela tem que ser uma vida que tenha burocracia, que tenha ofícios, que tenha atas. A instituição precisa existir de verdade, precisa ter encontros, precisa ter congressos, precisa ter democracia. Quando isso não acontece, a comunidade não existe. Quando isso não acontece, a luta política não existe. Quando isso não acontece, não existe luta nacional, não existe luta de libertação (Político brasileiro B).

Numericamente, há um bom número de núcleos e organizações. A América Latina conta com algumas entidades de natureza regional que reúnem organizações locais ou nacionais com propósitos comuns, especialmente o da manifestação da solidariedade e pressão junto aos governos para que se posicionem em favor dos direitos palestinos. Entre essas organizações estão a União Palestina da América Latina (Upal), que reúne as comunidades palestinas do continente e que teve seu mais recente congresso em março de 2023, na Colômbia; a Confederação Palestina da América Latina e Caribe (Coplac) que, após décadas inativa, realizou um congresso de refundação em Santiago do Chile em outubro de 2017, reunindo entidades de 11 países latino-americanos; e mais recentemente o Fórum Latino-Palestino, lançado em 2022 a partir da participação de lideranças latino-americanas nos encontros internacionais da Liga Mundial de Parlamentares por Al-Quds (Jerusalém) e que teve a primeira reunião de seu Conselho de Curadores em junho de 2023, com participantes de dez países da América Latina e a missão de articular ações de movimentos sociais com iniciativas parlamentares no continente. Existe ainda um Comitê latino-americano do movimento por Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) a Israel pelo fim da ocupação da Palestina, reunindo ativistas individuais e organizações comprometidas com a campanha de boicote. A partir dos ataques de outubro de 2023, ganharam destaque as vozes de lideranças nacionais, a exemplo, no Brasil, da jornalista Soraya Misleh (Frente em Defesa do Povo Palestino), de Mohamad Al Kadri (Fórum Latino-Palestino) e de Ualid Rabah (Fepal).

No entanto, as instituições não estão suficientemente organizadas, na visão do Político brasileiro A:

Estão desorganizadas. Não existem propriamente escolas. Algumas comunidades palestinas estão começando a organizar o ensino da língua árabe dentro das mesquitas. Algumas comunidades palestinas estão se organizando para construir mesquitas para ter um lugar de oração etc.. Esses são movimentos novos que estão acontecendo, mas a comunidade palestina de hoje no Brasil e na América Latina, de um modo geral, não está organizada (Político brasileiro A).

Para a diáspora ter a voz esperada, uma carência apontada é de conhecimento sobre a política global que sustenta a ocupação da Palestina.

A esmagadora maioria da liderança, ou melhor dizendo, da comunidade palestina no Brasil e no mundo, entende muito pouco de geopolítica, muito pouco. Isso dificulta a nossa produção de novas lideranças. Nós achamos que a coisa mais importante neste

momento, e eu posso estar enganado, é a educação política e histórica da nova geração. Nós vamos apostar tudo nisso, a educação política, histórica da nova geração (Político brasileiro A).

É possível perceber o problema do isolamento das vozes políticas palestinas na fala do Jornalista argentino A, que se ressentido do pouco envolvimento da comunidade palestina nas atividades, especialmente para contrapor a presença sionista na sociedade argentina, que é muito forte. Por outro lado, o tema acaba atraindo ativistas de causas sociais que se preocupam com os direitos palestinos.

Nos encarregamos de maneira, às vezes, até pessoal e individual, de não deixar cair a transmissão da história da Nakba e do povo palestino. E há muitos ativistas que não são palestinos, que fazem uma tarefa comunicacional mais importante do que por aqui faz um próprio palestino ou que um próprio árabe na Argentina, onde toda atividade é muito mais importante do que em outros lugares devido à ingerência e ao poder do sionismo (Jornalista argentino A).

Esse poder do sionismo mencionado pelo Jornalista argentino A é corroborado pelo Professor argentino A, ao dizer que a solidariedade com a palestina enfrenta também “a dificuldade de a Argentina adotar em sua legislação a definição de antissemitismo que elaborou a Associação Internacional para a Memória do Holocausto”. Isso significa também a possibilidade de judicializar a crítica a Israel.

Então é um caminho muito perigoso, é um caminho por onde eles estão buscando como dar uma ideia legal que sirva como antecedente para julgar outros casos que surjam mais adiante. daqueles que se atreveram a criticar as políticas do Estado de Israel porque foram acusados de antissemitas, que é o que acaba de estabelecer os Estados Unidos no seu Congresso (Professor argentino A).

Esse envolvimento externo é corroborado pelo Político argentino B, pontuando a questão ideológica que aproxima movimentos da resistência à ocupação palestina.

Não somos muitos, não somos muitos em Buenos Aires e em Córdoba, mas temos o apoio de muitas agrupações de direitos humanos, de esquerda, da esquerda socialista, que nos ajudam a financiar. Não somos esses agrupamentos, não somos apoiados por esses agrupamentos, organizações sociais, entenda. Mas temos feito muitas mobilizações, marchas na rua com muitas pessoas, muita quantidade de gente, com músicos (Político argentino B).

O fator ideológico explica por que também há judeus apoiando a resistência palestina, como se constata na fala do Professor argentino A:

Temos muitos companheiros judeus que militam conosco pela Palestina, que são antissionistas. Há os que se dizem sionistas de esquerda, que acreditam na teoria dos estados. Mas temos companheiros que diretamente não têm nada que ver com o sionismo, nem queremos saber de nada com o sionismo, que o combatam igual a nós (Professor argentino A).

A Argentina é parte da história da fundação do Estado de Israel, na medida em que foi um dos países cogitados para abrigar o lar nacional judeu, assim como Uganda, antes da opção pela Palestina. Mas no caso argentino, o país foi consultado, o que não ocorreu com o povo palestino. Essa passagem está presente nos relatos feitos pelo Professor argentino B:

Aqui eles são chamados de gaúchos judeus que se estabeleceram em uma comunidade muito grande e muito importante, a província de Entre Ríos, e acho que isso serviu como uma ideia básica para a proposta de Theodor Herz de que a Argentina poderia ser um território onde o Estado de Israel seria instalado, porque diziam que era um país extremamente rico, com muita extensão e que tinha um território que ia até a Patagônia, que era absolutamente desabitado. Houve até algumas abordagens feitas ao governo argentino para levar adiante esse projeto, mas elas foram rejeitadas pelas autoridades argentinas porque não queriam uma entidade autônoma independente ou semi-independente que tivesse representação no país, como o sionismo pretendia para a Argentina. Então, no caso específico da Argentina, acho que é a terceira maior comunidade judaica do mundo. Eles têm um poder no nível da mídia e no nível da capacidade de exercer pressão sobre o governo. Eles têm instituições muito poderosas que são a Daia e a Amia (Professor argentino B).

Outra marca profunda nas relações da Argentina com o sionismo está no histórico dos atentados contra a Daia e a Amia, e contra a Embaixada de Israel nos anos 1990. As suspeitas dos governos recaíram sobre o Irã, mas sem indícios ou provas. Como pontua o Professor argentino A, “nunca encontraram os culpados”.

## 5.5 Entrevista em profundidade – Metodologia e amostra

Para um entendimento aprofundado da realidade da comunidade palestina na América Latina, esta tese de doutorado adotou também como metodologia a entrevista em profundidade, ou semi-estruturada. Segundo Duarte (2010), esse procedimento

metodológico permite conhecer mais a fundo as impressões e percepções do público de interesse acerca do objeto em questão.

Quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las. Fornecendo matéria-prima para nossas pesquisas, nossos informantes estão também refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas. Avaliando seu meio social, estarão se avaliando, se afirmando perante sua comunidade e perante a sociedade, legitimando-se como interlocutores e refletindo sobre questões em torno das quais talvez não se detivessem em outras circunstâncias (Duarte, 2010).

Boyle e Neale também apontam para a riqueza da inclusão dessa metodologia, que pode fornecer às pessoas “um ambiente mais descontraído para a coleta de informações... em vez de preencher uma pesquisa”.

A principal vantagem das entrevistas em profundidade é que elas fornecem informações muito mais detalhadas do que as disponíveis em outros métodos de coleta de dados, como pesquisas (Boyce, C. e Neale, 2006).

Em relação ao foco da pesquisa nas entrevistas em profundidade, este trabalho explorou dois pontos abrangentes e possíveis de serem analisados a partir do conjunto de respostas. O primeiro ponto é referente às recorrências e hábitos da comunidade e familiares que funcionam como processos de informação, transmissão, reforço ou afrouxamento da identidade palestina como um valor comum. Isso inclui o contexto ambiental em que os indivíduos se inserem na família, ou a comunidade se insere no país atual e nas instituições e ambientes criados por ela, sejam de formação, celebração ou lazer. O segundo ponto, capaz de refletir as interações externas com essa identidade ou seu distanciamento hoje, é o modo de relacionamento, informação e percepção da realidade presente na Palestina e no mundo árabe de modo geral – considerando que a cultura palestina é parte indissociável da cultura árabe como um todo, incluindo a percepção de realidades históricas que deram causa aos processos de migração.

Com um conjunto de temas previamente acordados e igualmente apresentados para todas as pessoas entrevistadas, a diversidade foi buscada no fato de viverem em países diferentes dentro do escopo escolhido para este trabalho e também pelos perfis individuais.

É nessa perspectiva que Kaufmann (apud, 2000 e Santos, 2014) defende a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica, privilegiando a relação aprofundada com os atores sociais, como a biografia, a narrativa, a história de vida e a entrevista em profundidade.

Para esta tese foram entrevistadas 40 pessoas, sendo oito de cada um dos cinco países de interesse da pesquisa, Brasil, Argentina, Chile, Honduras e El Salvador. Importante salientar que o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Metodista de São Paulo, garantindo, via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o direito dos entrevistados ao anonimato.

Para abordar esses tópicos com visões diversas, o grupo de 40 entrevistados foi dividido em quatro categorias: comunicação, religião, academia e política. Assim, para identificar cada um dos entrevistados, adotamos um código, como pode ser observado nas tabelas abaixo.

A eles foram apresentados os grupos de informações sobre as quais decorreriam as entrevistas, sendo:

1. Perfil dos participantes: se nasceram em algum dos países do Oriente Médio ou em um dos cinco países da América Latina que compõem a pesquisa; gênero, idade, escolaridade, profissão e ocupação, localização.
2. Identificação das principais práticas culturais e comunicacionais para a preservação da memória, história e cultura da Palestina; identificação dos mais importantes representantes da Palestina no país onde o/a participante da pesquisa reside (um dos cinco da América Latina); identificação das principais instituições no país de residência que mantêm viva a história, a memória e a cultura palestina.
3. Identificação do papel social e da importância do jornalismo local (dos cinco países-alvo) na cobertura da Palestina; análise da forma como os/as participantes se veem representados(as) pelos principais veículos de comunicação do país onde residem (os cinco países-alvo); e como esses veículos locais poderiam melhorar a cobertura sobre a Palestina e sua cultura.

Como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi garantido a eles o anonimato, assim, os entrevistados foram identificados da seguinte forma na Argentina: Jornalista argentino A (Homem, 66 anos, 44 de profissão), Jornalista argentino B (Mulher, 68 anos, 46 de profissão), Líder religioso argentino A (Homem, 49 anos, 27 como líder religioso), Líder religioso argentino B (Homem, 78 anos, 56 como líder religioso), Professora argentina A (Mulher, 72 anos, 50 de profissão), Professor argentino B (Homem, 68 anos, 46 de profissão), Político argentino A (Homem, 69 anos, 51 anos na política), Político argentino B (Homem, 69 anos, 51 anos na política).

Tabela 2 – Categorias e perfis dos entrevistados da Argentina

<b>ARGENTINA</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Identificação do entrevistado</b>	<b>Perfil do entrevistado</b>
Comunicação	Jornalista argentino A	Homem, 66 anos, 44 de profissão
	Jornalista argentino B	Mulher, 68 anos, 46 de profissão
Religião	Líder religioso argentino A	Homem, 49 anos, 27 como líder religioso
	Líder religioso argentino B	Homem, 78 anos, 56 como líder religioso
Academia	Professora argentina A	Mulher, 72 anos, 50 de profissão
	Professor argentino B	Homem, 68 anos, 46 de profissão
Política	Político argentino A	Homem, 69 anos, 51 anos na política
	Político argentino B	Homem, 69 anos, 51 anos na política

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi garantido a eles o anonimato, assim, os entrevistados foram identificados da seguinte forma no Brasil: Jornalista brasileira A (Mulher, 33 anos, 11 de profissão), Jornalista brasileiro B (Homem, 37 anos, 15 de profissão), Líder religiosa brasileira A (Mulher, 43 anos, 21 como líder religiosa), Líder religioso brasileiro B (Homem, 38 anos, 16 como líder religioso), Professora brasileira A (Mulher, 63 anos, 41 de profissão), Professora brasileira B (Mulher, 55 anos, 33 de profissão), Político brasileiro A (Homem, 40 anos, dez anos na política), Política brasileiro B (Mulher 44 anos, 22 anos na política).

Tabela 3 – Categorias e perfis dos entrevistados do Brasil

<b>BRASIL</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Identificação do entrevistado</b>	<b>Perfil do entrevistado</b>
<b>Comunicação</b>	Jornalista brasileira A	Mulher, 33 anos, 11 de profissão
	Jornalista brasileiro B	Homem, 37 anos, 15 de profissão
<b>Religião</b>	Líder religiosa brasileira A	Mulher, 43 anos, 21 como líder religiosa
	Líder religioso brasileiro B	Homem, 38 anos, 16 como líder religioso
<b>Academia</b>	Professora brasileira A	Mulher, 63 anos, 41 de profissão
	Professora brasileira B	Mulher, 55 anos, 33 de profissão
<b>Política</b>	Político brasileiro A	Homem, 40 anos, dez anos na política
	Política brasileira B	Mulher, 44 anos, 22 anos na política

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi garantido a eles o anonimato, assim, os entrevistados foram identificados da seguinte forma no Chile: Jornalista chileno A (Homem, 48 anos, 26 de profissão); Jornalista chileno B (Homem, 28 anos, quatro de profissão), Líder religioso chileno A (Homem, 59 anos, 37 como líder religioso); Líder religiosa chilena B (Mulher, 50 anos, 28 como líder religiosa); Professor chileno A (Homem, 45 anos, 45 de profissão); Professora chilena B (Mulher, 34 anos, 12 de profissão); Política chilena A (Mulher, 48 anos, 26 anos na política); Político chileno B (Homem, 35 anos, 13 anos na política).

Tabela 4 – Categorias e perfis dos entrevistados do Chile

<b>CHILE</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Identificação do entrevistado</b>	<b>Perfil do entrevistado</b>
<b>Comunicação</b>	Jornalista chileno A	Homem, 48 anos, 26 de profissão
	Jornalista chileno B	Homem, 28 anos, quatro de profissão
<b>Religião</b>	Líder religioso chileno A	Homem, 59 anos, 37 como líder religioso
	Líder religiosa chilena B	Mulher, 50 anos, 28 como líder religiosa
<b>Academia</b>	Professor chileno A	Homem, 45 anos, 45 de profissão
	Professora chilena B	Mulher, 34 anos, 12 de profissão
<b>Política</b>	Política chilena A	Mulher, 48 anos, 26 anos na política
	Político chileno B	Homem, 35 anos, 13 anos na política

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi garantido a eles o anonimato, assim, os entrevistados foram identificados da seguinte forma em El Salvador: Jornalista salvadorenha A (Mulher, 39 anos, 16 de profissão), Jornalista salvadorenha B (Mulher, 67 anos, 45 de profissão), Líder religioso salvadorenho A (Homem, 69 anos, 51 como líder religioso), Líder religioso salvadorenho B (Homem, 66 anos, 48 como líder religioso), Professora salvadorenha A (Mulher, 39 anos, 21 de profissão), Professora salvadorenha B (Mulher, 56 anos, 38 de profissão), Política salvadorenha A (Mulher, 69 anos, 51 anos na política), Político salvadorenho B (Homem, 69 anos, 51 anos na política).

Tabela 5 – Categorias e perfis dos entrevistados de El Salvador

<b>EL SALVADOR</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Identificação do entrevistado</b>	<b>Perfil do entrevistado</b>
Comunicação	Jornalista salvadorenha A	Mulher, 39 anos, 16 de profissão
	Jornalista salvadorenha B	Mulher, 67 anos, 45 de profissão
Religião	Líder religioso salvadorenho A	Homem, 69 anos, 51 como líder religioso
	Líder religioso salvadorenho B	Homem, 66 anos, 48 como líder religioso
Academia	Professora salvadorenha A	Mulher, 39 anos, 21 de profissão
	Professora salvadorenha B	Mulher, 56 anos, 38 de profissão
Política	Política salvadorenha A	Mulher, 69 anos, 51 anos na política
	Político salvadorenho B	Homem, 69 anos, 51 anos na política

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi garantido a eles o anonimato, assim, os entrevistados foram identificados da seguinte forma em Honduras: Jornalista hondurenha A (Mulher, 70 anos, 53 de profissão), Jornalista hondurenho B (Homem, 59 anos, dez de profissão), líder religioso hondurenho A (Homem, 70 anos, 40 como líder religioso), Líder religioso hondurenho B (Homem, 60 anos, 20 como líder religioso), Professor hondurenho A (Homem, 45 anos, 23 de profissão), Professora hondurenha B (Mulher, 66 anos, 42 de profissão), Política hondurenha A (Mulher, 69 anos, 47 anos na política), Político hondurenho B (Homem, 66 anos, 44 anos na política).

Tabela 6 – Categorias e perfis dos entrevistados de Honduras

<b>HONDURAS</b>		
<b>Categorias</b>	<b>Identificação do entrevistado</b>	<b>Perfil do entrevistado</b>
Comunicação	Jornalista hondurenha A	Mulher, 70 anos, 53 de profissão
	Jornalista hondurenho B	Homem, 59 anos, dez de profissão
Religião	Líder religioso hondurenho A	Homem, 70 anos, 40 como líder religioso
	Líder religioso hondurenho B	Homem, 60 anos, 20 como líder religioso
Academia	Professor hondurenho A	Homem, 45 anos, 23 de profissão
	Professora hondurenha B	Mulher, 66 anos, 42 de profissão
Política	Política hondurenha A	Mulher, 69 anos, 47 anos na política
	Político hondurenho B	Homem, 66 anos, 44 anos na política

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2021, p. 35).

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (Duarte, 2010, p. 62).

É importante observar que essa metodologia também foi combinada com as informações obtidas em estudo de caso, como adotado no caso do Clube Palestino do Chile, país de maior concentração de imigrantes e descendentes de palestinos na América Latina.

Em 2020, o número de palestinos chilenos foi estimado em cerca de 500 mil (Al-Hayy, 2009), residindo no país há mais de 150 anos, mantendo raízes profundas e com influência e participação na política, vida econômica, cultural e esportiva, sendo o Clube Palestino a instituição apontada por todos os entrevistados chilenos palestinos como de maior reconhecimento pela afirmação da identidade coletiva da comunidade de origem palestina e de seus laços também com a chamada causa palestina – de luta contra a ocupação israelense da terra palestina e pelos direitos internacionais do povo palestino.

## 5.6 Meios de comunicação e trocas culturais

Relatos dos entrevistados sobre a pressão vivida pelo palestino entre a importância de hábitos e valores considerados parte de sua identidade, conectar-se com os problemas da terra de origem e, ao mesmo tempo, assumir uma nova vida e cidadania corrobora o que observa Stuart Hall, em “Identidade cultural e diáspora”, ao conduzir a algumas afirmações:

- A cultura não é apenas uma viagem de redescoberta: é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu trabalho produtivo.
- Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.

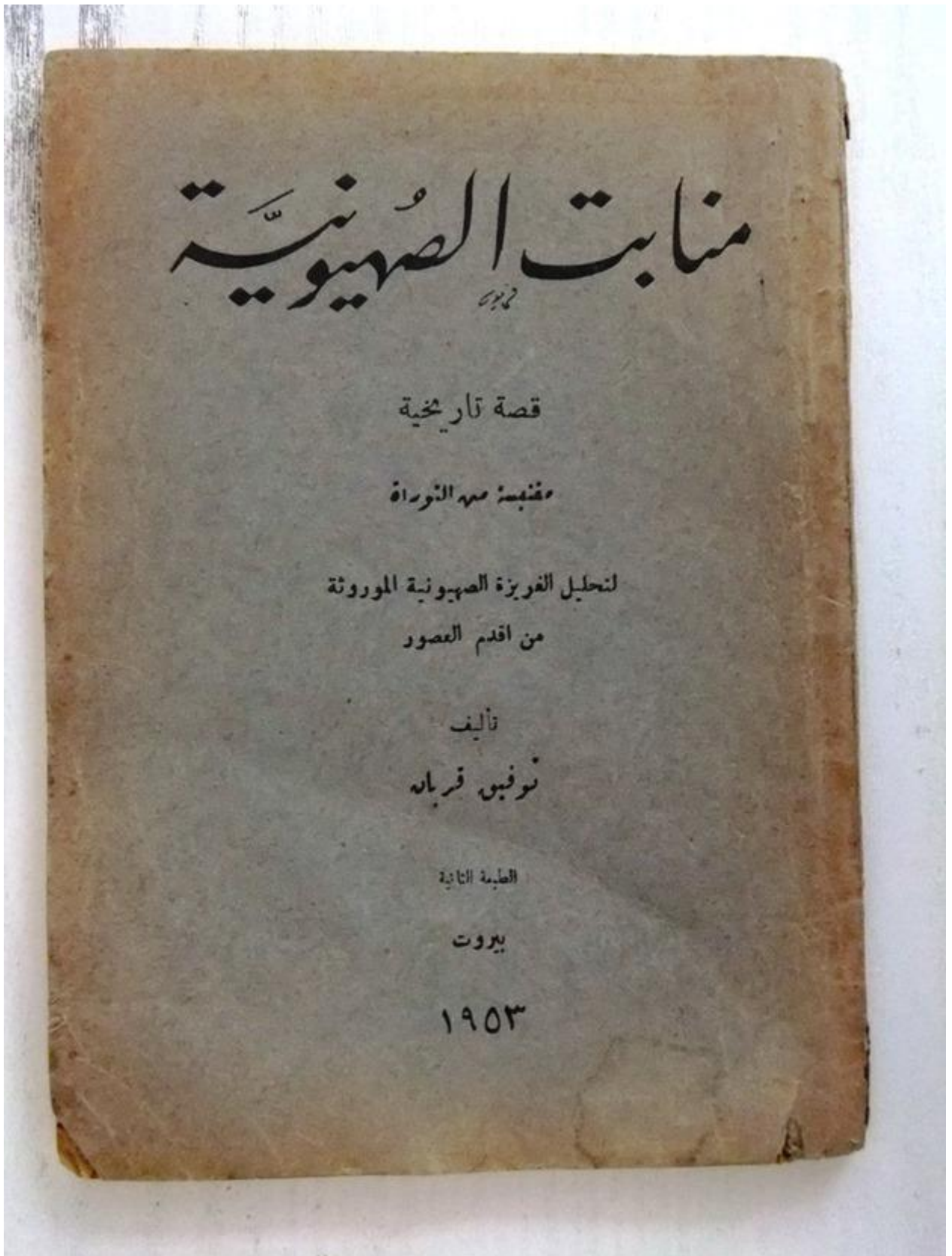
- A globalização vem elucidando as trevas do próprio iluminismo ocidental. As identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera.
- Há dois processos opostos sem funcionamento nas formas contemporâneas de globalização: existem as forças dominantes que ameaçam subjugar todas as culturas que aparecem, impondo uma mesmice cultural homogeneizante (seus efeitos podem ser vistos em todo o mundo); e os processos que sutilmente estão descentrando os modelos ocidentais, levando a uma disseminação da diferença cultural em todo o globo.

Para Hall, a alternativa não é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de pertencimento cultural, mas abarcar os processos mais amplos do jogo da semelhança e da diferença que estão transformando a cultura no mundo inteiro. Esse é o caminho da diáspora, que é a trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna (2003, p. 47).

Partindo dessa percepção, no caso palestino, esse “tornar-se”, essa construção permanente da identidade a partir da experiência da migração, começa no fato de que a maioria precisou lidar com a falta de alternativas na terra de origem e vivenciar o trauma do deslocamento forçado. Esses aspectos, na adaptação à nova terra, podem ser considerados conteúdos transmissíveis e ressignificáveis pelas gerações seguintes até hoje – especialmente se considerarmos que a limpeza étnica denunciada por Ilan Pappé tornou-se um processo permanente (Pappé, 2006), que se aprofunda e acompanha o sentido de palestinidade até hoje.

A comunidade palestina mantém mecanismos de conexão com sua história e comunicação com a Palestina desde o início da formação da diáspora.

Imagem 27 – Capa da revista da Liga Andaluza, com o título “Contra o sionismo”, de 1930.



O escritor Tawfiq, que imigrou a São Paulo, Brasil, e foi membro da Liga Andaluza, escreveu um livro (“As fontes do sionismo: Uma abordagem histórica da Torá para analisar o instinto sionista herdado dos antigos dos séculos, 1931), que indica o constante atrito intelectual do sionismo com a Palestina desde seu surgimento. Informações recebidas do Oriente Médio pela Liga naquela época, especificamente da Palestina, indicam a ligação vital entre a diáspora e a pátria. Nos temas da poesia da diáspora, que se dividiam entre a diáspora do norte (Estados Unidos) e a diáspora do sul (América Latina, principalmente no Brasil e na Argentina), a questão palestina era uma das preocupações transportadas pelos poetas, como uma ferida que não cicatriza, sentida por todos que têm coração batendo no peito árabe. Por que o poeta imigrante não lamenta e chora por sua tragédia, embora seja árabe e tenha um coração árabe pulsante. Em vez disso, ele espalhou o espírito de esperança, vitória e resistência na poesia e na escrita e espalhou a ideia da firmeza e persistência (*sumud* em árabe).

*A casa do arabismo, a casa do amor e do flerte, migrei de você e meu coração ainda está em você.*

*Você poderia, por favor, trazer de volta o amanhecer da juventude e o sol da vida na criança?*

Muitos entrevistados informam que esses laços são materiais e culturais, seja pelo envio de recursos financeiros a parentes que lá permanecem, seja pela organização de visitas e estadias quando não são barradas por Israel. Todos os entrevistados concordaram que recebem informações de seus familiares e amigos na Palestina e que estão em pleno contato com a Palestina diária e permanentemente, e que dependem do recebimento de notícias e informações através do contato com suas famílias na Palestina ocupada para uma atualização confiável. Mais recentemente, após o surgimento das mídias sociais, essa comunicação ganhou novas formas de acesso a informações e registros de acontecimentos.

Seja pelos critérios das corporações de mídia social aplicados a algoritmos de mediação, que filtram conteúdos e não são transparentes, seja pelas relações das mídias nacionais com setores de pressão financeira, as comunidades palestinas da América Latina vivem uma realidade complexa. Os palestinos hondurenhos, por exemplo, dizem que a população local respeita a comunidade palestina porque esta se tornou muito influente em vários aspectos econômicos, e a comunidade em geral goza de grande respeito. Mas assuntos em relação à Palestina têm outra abordagem, pela pressão dos *lobbies* sionistas e religiosos.

A Política hondurenha A inclui entre as pressões favoráveis à narrativa de Israel as que vêm das igrejas evangélicas. Ela acredita que Israel explore a vulnerabilidade das pessoas pobres em Honduras, apoiando suas igrejas, por onde corre sua propaganda.

É um elemento das trocas culturais mais comuns da comunidade palestina com os países da diáspora o interesse da população de acolhida nas tradições preservadas de certa forma através da presença da comida, da dança ou da música nos encontros das famílias ou como atrativo, outro aspecto das trocas que ocorrem na luta pelo reconhecimento da Palestina em diversos fóruns e eventos.

Em Honduras, instituições associativas e religiosas apostam nessa vitrine das tradições como reforço à integração.

Dê uma olhada no clube árabe hondurenho de lá, eles tentam manter a arte culinária árabe. Há vários restaurantes e há uma igreja ortodoxa e árabe aqui em San Pedro Sula e uma mesquita para os irmãos da Liga Muçulmana, que não são muitos, mas há uma mesquita, há uma igreja ortodoxa árabe e temos o Clube Árabe Hondurenho, e tentamos sempre celebrar a comida árabe (Jornalista hondurenha A).

O apoio a atividades e projetos em áreas educativas também promove essa aproximação. Conforme o Líder religioso hondurenho A, há muitas tentativas sérias de apresentar a Palestina à comunidade hondurenha, como a realização de uma liga de futebol nas escolas, o patrocínio de eventos de formatura universitária e o apoio a organizações de caridade através de projetos de desenvolvimento.

Também é possível depreender das entrevistas que a comunidade se defronta com a resistência sionista e uma certa competição nas ações de apoio que possam visibilizar positivamente a presença palestina.

Fomos apoiar uma escola estabelecendo seu próprio laboratório de informática, e sugerimos que se chamasse Laboratório Palestina, e eles concordaram, e colocamos a bandeira palestina. O embaixador israelense veio e quis visitar e apoiar a escola com outro projeto. Ele perguntou a eles: O que é isso no laboratório? O que significa o nome Palestina e a bandeira? Eles lhe disseram que isso foi uma doação da comunidade. Os palestinos estão aqui em San Salvador e estão nos ajudando muito, e ele lhes disse: Acho que é melhor vocês decidirem se apoiam através de nós ou deles, e o nome do laboratório deve ser mudado de Palestina para Israel.

A verdade é que a comunidade palestina é bem conhecida em Honduras e quando se trata de publicidade fazemos isso, mas temos dificuldade nisso, a maioria do povo hondurenho é de fé evangélica. E essas pessoas, e sempre tem gente do país que publica a favor de Israel e a

gente tenta explicar, a gente consegue convencer a maioria, mas você sabe, os evangélicos sofrem bastante lavagem cerebral (Líder religioso hondurenho A).

Em El Salvador, um suposto distanciamento da comunidade em relação à causa palestina parece preocupar os entrevistados. O Político salvadorenho B fala mesmo em alienação e ausência de uma identidade palestina abrangente e unificada.

Já é comum entre os entrevistados mencionar que as práticas culturais e, sobretudo, gastronômicas, são apreciadas pelos salvadorenhos, embora sempre se trate de impressões. Como diz o entrevistado Líder religioso salvadorenho A, faltam estudos para saber mais sobre os palestinos no interior do país. Também há pouca pesquisa histórica, de acordo com a Polítca salvadorenha A:

Os historiadores em El Salvador são muito poucos, principalmente se nos referirmos à Palestina. Supondo que não temos especialistas na história da Palestina, penso que isso representa um obstáculo à disponibilidade de mais informações sobre a Palestina nos nossos meios de comunicação (Política salvadorenha A).

No entanto, as comunidades se ressentem da incidência da propaganda sionista na vida cultural da América Latina, que acaba naturalizando a violência contra palestinos no noticiário.

Civis palestinos estão sendo mortos de uma forma inexplicável, e muitas crianças estão sendo mortas; e as crianças são sagradas para nós. Eles têm matado elas não só desde 7 de outubro, mas desde a ocupação britânica há mais de um século, e o mundo está assistindo (Professor chileno A).

A ação de *lobbies* sionistas também se reflete em manifestações de intolerância dentro de países da diáspora onde estes são mais incidentes.

Um caso inusitado ocorreu na Argentina quando o músico, cantor e compositor Roger Waters fez um roteiro de *shows* pela América Latina e enfrentou, em cada país, uma recepção que foi da acolhida calorosa em alguns casos à hostilidade em outros.

Ex-integrante do grupo Pink Floyd e conhecido pela solidariedade declarada ao povo palestino, Waters foi alvo de campanhas sionistas que procuraram associá-lo às ideologias que ele mesmo combate, como o nazismo e o fascismo, alimentando a mídia internacional com críticas e questionamentos sobre a natureza de suas performances, de forma evidentemente distorcida, mas útil para campanhas de *marketing* negativo.

Sua passagem pelo Brasil, Argentina e Chile funcionou como um termômetro do quanto os *lobbies* sionistas conseguem influenciar a opinião pública, a despeito do

entusiasmo de fãs solidários com a causa palestina ou simplesmente amantes de sua música.

No Brasil, a Federação Israelita pediu que sua entrada fosse barrada pelo governo brasileiro e seus *shows* cancelados, mas isso não foi aceito, e os *shows* ocorreram normalmente.

O mesmo não aconteceu na Argentina, onde o *lobby* sionista conseguiu um acordo entre toda a rede hoteleira para que até hospedagem fosse negada ao artista.

O país seguinte foi o Chile, onde a recepção foi grande e calorosa. Maurice Khamis, ex-presidente do Clube Palestino, disse ao músico para considerar a agremiação como sua segunda casa.

A invisibilidade é denunciada com mais ênfase no caso argentino, onde se concentra uma grande comunidade sionista.

A mídia na Argentina é bem controlada por organizações comunitárias judaicas e estas têm representação política na Argentina. A maioria dos judeus na Argentina é sionista que trabalha de forma muito organizada, e são tão grandes empresários, grandes capitalistas que controlam a publicidade, enchem a mídia e com isso têm as ferramentas para condicionar a linha editorial (Político argentino A).

O efeito desse controle é a percepção da ausência de informação sobre Palestina também na produção literária e cultural pelos entrevistados.

A Palestina não existe aqui, nem na imprensa, nem nas livrarias, nem mesmo nos livros escolares. Ela não existe, não é mencionada, exceto agora, quando há um grande bombardeio ou um ataque maciço (Jornalista argentino B).

O Jornalista palestino A atribui a pouca mobilização para uma presença maior na cultura e na política a um certo oficialismo das atividades, geralmente promovidas pela Embaixada palestina, sem muita adesão da comunidade.

Parte das práticas culturais e de comunicação da questão palestina em geral é realizada apenas por pessoas e instituições ligadas às embaixadas. Algo semelhante ao que acontece em muitos países da América Latina. Essa é uma questão que discutimos em duas ou três ocasiões sobre a falta de participação de instituições palestinas e árabes que não dependem da Embaixada em toda a atividade que é realizada por meio da dança, de um festival folclórico, de um museu itinerante, de um clube de cultura e poesia em árabe e espanhol, de poesia palestina (Jornalista argentino A).

## 5.7 Presença da Palestina na mídia

A percepção dos entrevistados sobre a presença da Palestina na mídia latino-palestina é de desequilíbrio em relação ao interesse da mídia nas notícias de Israel, na proporção estimada de dez notícias simpáticas a Israel para cada notícia positiva para a Palestina. O tipo de destaque dado a cada tipo de notícia também é percebido como tendencioso. Enquanto notícias sobre Israel nos jornais dos países de estudo podem ser anunciadas em manchetes no alto da página, as notícias sobre a Palestina têm títulos pequenos.

E confirmando o que diz Azmi Bishara em seu livro “*A Social Security in Israel*”, a mídia global não se aprofunda no sofrimento cotidiano palestino e trata o assunto apenas com a narrativa que lhe convém.

Na amostra selecionada de países do continente sul-americano, os jornais locais são considerados jornais com linha ‘israelense’, mas em língua portuguesa ou espanhola, que adotam cegamente a narrativa de Israel e a situação da Palestina como uma crise humanitária causada pela ocupação quase nunca é abordada com essa dimensão. A cobertura de eventos sempre ocorre somente após ter repercutido fora, geralmente reproduzindo materiais de agências internacionais. Por exemplo, pelo que se observa da análise dos jornais, a cobertura jornalística do assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh foi inicialmente fraca, muito breve e tímida.

Entrevistados como a Jornalista salvadorenha B sentem que coberturas do interesse da comunidade precisam ser buscadas ou não acontecem.

Acho que o que se vê na televisão, o que se vê nos jornais sobre a Palestina, geralmente é porque alguém da comunidade palestina salvadorenha entrou em contato com a mídia e pediu o espaço... Geralmente isso não vem do lado dos comunicadores ou do lado da mídia, pelo contrário. Nós, como salvadorenhos-palestinos, pedimos esses espaços, pedimos cobertura, e então eles fazem uma coluna sobre algo que tem a ver com a Palestina ou entrevistam alguém da comunidade palestina, mas geralmente é porque a comunidade palestina salvadorenha pediu esses espaços, e pediu que fossem abertos (Jornalista salvadorenha B).

Após as denúncias de genocídio perpetrado por Israel contra os palestinos na Faixa de Gaza, as reações nos países pesquisados foram em alguns casos bastante opostas. Na Argentina, a narrativa israelense foi predominante na mídia, conforme a visão de entrevistados.

Não conheço toda a mídia. Mas a mídia hegemônica na televisão, nos jornais, no rádio, não trata isso como um conflito. Terrorismo é a palavra que eles usam e invariavelmente apresentam Israel como a vítima da violência de um grupo terrorista. Eles retratam o povo palestino como civis que estão no meio de um conflito entre Israel e um grupo terrorista. E então, mesmo a mídia que considera injusta a morte de civis, apresenta esses civis como separados do que para nós é a resistência, e que para a mídia argentina é um grupo terrorista. Em outras palavras, eles apresentam essa situação nos termos impostos por Israel. Exatamente. Então, eles conseguem que a maioria da população argentina considere a situação nos mesmos termos, porque eles estão dizendo isso ano após ano, dia após dia (Professora argentina A).

Ao analisar parte do conteúdo das entrevistas de alguns indivíduos e personalidades da comunidade que aparecem nos meios de comunicação social, seja através das redes sociais ou de participações especiais nos seus programas de televisão, descobrimos a percepção de que o espaço dado às vozes palestinas é claramente limitado quando se trata de comentar a situação da Palestina. E suas opiniões são rejeitadas quando contrariam o senso comum da mídia ocidental pró-Israel.

Depois de 7 de outubro, eu estava em uma estação de rádio local e a emissora me perguntou o que eu achava do ataque do Hamas e da guerra contra Israel. Eu disse a ele: 'É uma resposta natural aos massacres da Nakba palestina.' Ele me disse: 'Você apoia.' Eu disse que sim, e a entrevista acabou (Político chileno A).

Através de entrevistas aprofundadas e da análise de jornais chilenos, fica claro que os palestino-chilenos têm uma imagem nítida do que está acontecendo na Palestina, mesmo que a informação que recebem dos meios de comunicação não seja completa.

A narrativa palestina está presente no Chile em todos os níveis, e os políticos sabem que os palestinos não são animais humanos, como são classificados e promovidos através da mídia israelense (Professor chileno B).

A mídia, porém, é pouco permeável a contextualizar a situação palestina de maneira crítica à visão corrente na mídia ocidental. Os palestinos sentem que até as perguntas que recebem de jornalistas são direcionadas para associar não apenas a resistência palestina a terrorismo, mas quem apoia a resistência a apoiador do terrorismo.

Ninguém fala sobre o contexto histórico da ocupação israelense de um palestino. Todos perguntam apenas sobre o 7 de outubro... Estamos sofrendo há 76 anos e não apenas desde o 7 de outubro. Isso é a verdade. Pode ser irritante para alguns, mas é bom dizê-lo (Professor chileno B).

O Jornalista chileno A observa que as pessoas gostam muito da cultura árabe, especialmente da cultura palestina, mas isso não se reflete na atenção da mídia às questões políticas relativas à Palestina:

Temos o apoio de toda a população. Agora, na mídia local, como eu lhe disse, a cobertura é muito ocidental, eles não investigam muito e, quando propomos um tópico, eles se interessam, mas sempre vai depender de o editor aceitar (Jornalista chileno A).

Essa visão é consistente com a da Política hondurenha A, ao afirmar que o povo de Honduras respeita a comunidade palestina porque esta tornou-se muito influente em vários aspectos econômicos, e a comunidade em geral goza de grande respeito. Mas isso não significa uma cobertura isenta do que ocorre na Palestina ocupada. A mídia que publica sobre a Palestina tem muito medo da reação do *lobby* evangélico ou sionista, acredita a Política hondurenha A. Ela diz também que Israel explora a pobreza de pessoas em Honduras, apoiando-as e às suas igrejas, ganhando sua simpatia, e fazendo sua propaganda adicional ao espaço que tem na mídia.

Em minha vida, em 50 anos, nunca acompanhei as notícias através da mídia hondurenha. A mídia oscila e geralmente está com Israel. Não é objetiva nem realista (Política hondurenha A).

Há muitas décadas que não ouço notícias na televisão. As notícias são a inversão de fatos e mentiras, até que informações incorretas se tornem verdade nas mentes das pessoas, especialmente quando se trata da Palestina (Professora hondurenha A).

O menor espaço dado aos palestino-brasileiros pela mídia é cobrado mais enfaticamente dos grandes meios, como se constata no depoimento do Político brasileiro A ao mencionar as repercussões imediatas ao ataque do Hamas a Israel pela maior emissora de TV brasileira.

No dia oito, nós soltamos um *tweet* perguntando se a Globo não sabia que existiam palestinos e que existia uma federação aqui. Eles não entraram em contato. Todos os demais veículos, *Folha de S. Paulo*, Rede Bandeirantes, todos os outros grandes veículos, todos procuraram ouvir a voz palestina no Brasil. Todos, menos a Globo. Você deve estar pensando: mas porque está falando tanto da Globo? Porque a Globo, se ela modificasse a sua maneira de cobrir a Palestina e tivesse uma cobertura um pouco mais equilibrada, ela puxaria os outros. Quando a Globo tem a pior conduta, todos os outros podem ter conduta ruim. Então a Globo é a principal responsável pelo genocídio midiático do povo palestino hoje no Brasil. No Ocidente, os veículos de comunicação, especialmente a Globo no Brasil, organizaram a opinião pública brasileira para aceitar o genocídio na Palestina (Político brasileiro A).

Uma entrevistada relata as vezes em que assistiu seu avô desesperado na frente da TV e compara essa situação com o que acontece hoje que, em sua visão, não mudou:

Porque a gente assiste o que meu avô assistia, que era da Globo. Isso eu estou falando de 1987, quando a gente não tinha tantas opções, não existia internet, existiam só mais um ou dois canais na televisão. Então, era a Rede Globo que a gente assistia. É a Rede Globo. Ela continua com esse papel e até hoje é a mesma coisa, porque que, como eles mostravam os palestinos em 1987, na primeira Intifada, e é a forma que eles estão mostrando agora, em 2024. Eles tentam, na verdade, desumanizar os palestinos para tentar justificar todo esse massacre que é feito pelo Estado colonial de Israel (Professora brasileira B).

Por outro lado, a presença de indivíduos da comunidade palestina na América Latina nos meios de comunicação e jornais locais para tratar de assuntos gerais é mais forte do que a abordagem da situação palestina, o que reflete, para os entrevistados, o desenvolvimento forte da comunidade e a presença de suas personalidades em vários campos, como a política, a economia, e como empresários e pessoas influentes na sociedade. Eles são mostrados como personalidades de sucesso, sem a conexão com uma história coletiva de palestinos latino-americanos que contribuíram para o renascimento dos países e a superação das discriminações que sofreram no século passado, e que só diminuíram na medida em que suas condições econômicas melhoraram com o tempo.

Algumas personalidades têm presença na mídia relacionada ao seu desempenho na área de economia e finanças. Entre eles, é possível citar:

Alvaro Benedak Sayegh, citado pela *Revista Forbes* em 2014, com uma fortuna estimada hoje em 2 bilhões de dólares.

Carlos Abumohor, empresário executivo financeiro de bancos, empresas e instituições de mídia no Chile, das quais é administrador com seus filhos.

Juan José Dabob, diretor-Geral do Banco Mundial na região do Oriente Médio e Norte da África, incluindo diversos cargos, entre os quais o Ministério das Finanças em El Salvador.

Fora do mundo econômico, a mídia se interessa pelo esporte, como se vê no caso do Desportivo Palestino, ou do tenista Nicolas Alejandro Massu Farid, ex-campeão olímpico pelo Chile. Outras figuras são mencionadas nas entrevistas por se destacarem na área acadêmica, como Ahmad Yuvali Kattan, pesquisador prestigiado pelo alto desempenho na Universidade de El Salvador.

Também são mencionadas lideranças políticas e sua atuação em relação aos assuntos internos do país em que vivem, como nos processos eleitorais.

As comunidades palestinas são muito diversas, mas a presença palestina no Chile é destacada em diversos setores e, além disso, a situação econômica da comunidade tem contribuído para a sua presença em vários domínios de forma forte e

influyente. No entanto, mesmo entre entrevistados chilenos, existe uma percepção de que a voz mais forte da mídia no Chile é a voz de Israel. E que a narrativa atual para a Palestina é sustentada pela mídia menos influente e pela esquerda em geral.

### 5.8 Presença de palestinos na política

A presença de palestinos na política dos países latino-americanos é percebida como positiva pelos entrevistados, e vários nomes aparecem, seja nas entrevistas, na mídia ou na história recente e atual nas instituições políticas, como parlamentos e poder executivo. Entre esses casos, são destaque:

- Nayib Armando Bukele Ortez, presidente de El Salvador reeleito em 2024.
- Carlos Roberto Flores, presidente de Honduras de 1998 a 2002.
- Antonio Saca, ex-Presidente da República de El Salvador de 2004 a 2009.
- Daniel Jadue, prefeito de Recoleta e ex-candidato presidencial no Chile.
- Omar Aziz, governador do Estado da Amazônia Brasileira (2010-2014) e senador da República desde 2015.
- Rafael Tarud Siwady, ex-ministro e ex-senador chileno que foi um dos candidatos à Presidência do Chile em 1970.
- William Handal, político de El Salvador, natural da cidade de Belém. Ocupou vários cargos políticos e econômicos, incluindo o de vice-presidente do Conselho de Ministros das Finanças da América Central, do Panamá e da República Dominicana.
- Lisa Shoman, integrou o Ministério de Relações Exteriores de Honduras.
- Jorge Lama. ex-funcionário do Chile nos Estados Unidos e vice-presidente do Banco Central do Chile em 1978. Ingressou em vários ministérios, incluindo o do Desenvolvimento e Economia, o das Finanças e o de Relações Públicas.
- Francisco Shahwan, ocupou vários cargos políticos, incluindo o de vice-presidente da República do Chile, deputado do Parlamento e Senado chileno.

A presença na política, no entanto, não parece diretamente relacionada com a situação palestina, embora situações críticas, como ataques a Gaza ou datas importantes gerem alguns posicionamentos.

O Político brasileiro A cita o caso do senador Omar Aziz, que é solidário com a palestina, mas “sua formação na juventude vem do movimento estudantil e não do movimento palestino”.

Um caso significativo é o do presidente de El Salvador, Nayib Bukele, de ascendência palestina e filho de Armando Bukele, falecido em 2015 e que foi uma

figura reconhecida pela comunidade palestina por suas posições e os debates que fazia em um canal do Youtube. Ao contrário do pai, o atual presidente não levou a questão palestina para sua agenda pública.

Acho que ele é muito passivo com relação à causa. Acho que ele não tem uma posição muito clara sobre a Palestina. Quero dizer que não a promove, mas também não faz o oposto. Agora, quando aconteceu o que aconteceu no dia 7 de outubro, ele foi um grande orador e acho que até publicou um *post* em sua conta, no Twitter, no X, e obviamente condenando o Hamas. Mas bem, além disso, eu volto e repito, eu acho que ele não tem, desculpe, uma posição muito forte sobre a questão (Jornalista salvadorenha B).

Bukele, na ocasião, repudiou com veemência o Hamas como inimigo dos palestinos: "O melhor que poderia acontecer ao povo palestino é o Hamas desaparecer por completo. Estes animais selvagens não representam os palestinos." (Naybi Bukele no X).

A pressão de *lobbies* sobre políticos de origem palestina e dispostos a defender essa causa é por vezes implacável. O caso do palestino Daniel Jadue, do Chile, é exemplar. Ele chegou a ser pré-candidato à Presidência da República, ocasião em que foi denunciado por ter feito um *post* quando ainda estava em idade escolar, condenando Israel. O *post* e ele próprio foram taxados de antissemitas, e Jadue acabou ficando fora da disputa.

Uma percepção bastante presente nas falas dos entrevistados é de que, enquanto a causa palestina é secundarizada ou invisibilizada, a propagação da narrativa de Israel não se dá apenas pela mídia ocidental, mas também pelo crescimento da religião cristã evangélica pentecostal, influenciando a política como instrumento de pressão sionista. O Político salvadorenho B estima que quase metade da população de El Salvador pertença à Igreja Evangélica ligada ao sionismo internacional.

A propaganda associada ao proselitismo religioso vem corroborar uma narrativa mais antiga da mídia que, na visão de todos os entrevistados, discrimina o povo palestino.

... o problema aqui é que as pessoas colocaram isso (a orientação sionista) nas suas cabeças, nas igrejas, como se o palestino fosse um terrorista. Mas isso não é de agora, mas de 30 ou 40 anos atrás. Não, isso não é de agora, e esse é o problema, e parte dessas pessoas agora se acostumou a ouvir os discursos das igrejas contra os palestinos de forma incorreta e ofensiva (Político salvadorenho B).

Por outro lado, as igrejas evangélicas utilizam muitas referências a Israel como fator de identificação religiosa.

Os evangélicos aqui têm uma narrativa de que se Deus quer abençoar casais e ter filhos, eles devem ir a Jerusalém e chorar no Muro de al-Buraq (Líder religioso hondurenho B).

A associação entre as igrejas evangélicas de orientação sionista e a política é uma constante não só em El Salvador e Honduras, mas também no maior país da América Latina, onde o ápice dessa fusão foi o apoio vitorioso à eleição do político de extrema-direita Jair Bolsonaro em 2018, derrotando o candidato de esquerda e descendente de libaneses Fernando Haddad – que substituiu o candidato Lula da Silva, preso político na ocasião e afastado das eleições.

Um dos antagonismos entre os dois oponentes era justamente a posição acalorada do político de extrema-direita em favor de Israel e da transferência da Embaixada brasileira para Jerusalém – à revelia dos direitos internacionais do povo palestino – e a posição do candidato de esquerda de apoio a um Estado palestino – reconhecido por Lula da Silva em seu mandato anterior.

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro conseguia circular com o mesmo grau de identificação com Israel entre os evangélicos e as organizações judaicas brasileiras. Com essa base de apoio, o apoio dos evangélicos à candidatura de Jair Bolsonaro incluiu uma grande quantidade de candidaturas legislativas comprometidas com essas igrejas que acabaram eleitas para o Congresso Nacional.

A gente tem alguns políticos que defendem a causa (palestina), só que acontece que a gente tem muito, muito mais políticos que defendem Israel. A bancada evangélica. O que eu não entendo é por que eles defendem Israel. Eles defendem com unhas e dentes (Líder religioso brasileiro A).

A propaganda sionista ocupa espaços às vezes inusitados na política, na visão de entrevistados. No caso brasileiro, uma imagem surpreendente foi a da então primeira-dama Michele Bolsonaro, ao votar nas eleições presidenciais em que o marido concorria a um segundo mandato, utilizando uma camiseta com a bandeira de Israel.

Como brasileiro, a hora que eu vi aquilo, a primeira dama me aparece portando uma camisa de outro país, qualquer que seja de outro país ...como é que pode isso? Inaceitável. Ninguém que se diga patriota pode aceitar algo assim. Simplesmente não. Este é o seu país. Agora, se ainda levarmos em conta que ela estava portando uma bandeira de um país que faz o que faz há 76 anos, qual a imagem que o marido dela que estava no poder passaria para a frente? Então a gente pode imaginar que ele vai seguir os mesmos passos do Estado de Israel, e é isso o que se entende (Líder religioso brasileiro B).

A situação difere um pouco da Argentina, onde o sionismo se organiza claramente através da própria comunidade judaica e sua adesão à narrativa de Israel.

A comunidade judaica na Argentina é grande, é poderosa e exerce pressão sobre os governos e instituições argentinas para que a Argentina fique do lado de Israel, como está acontecendo no momento com o novo presidente Javier Milei, que está em processo de conversão ao judaísmo, de se tornar judeu, Ele está passando por todo o processo e em breve se tornará judeu, o que já significou, como você mencionou, que há três ou dois dias a Argentina se absteve de votar na Assembleia Geral das Nações Unidas que pediu um cessar-fogo, um cessar-fogo na Faixa de Gaza. Portanto, esse é o caminho para uma Argentina que está mais alinhada com o Estado de Israel, uma Argentina que despreza tudo, tudo o que é palestino em nível institucional e que não nos deixa espaço para ter imprensa, rádio, televisão, exceto na mídia alternativa que procura a internet ou algumas estações de rádio progressistas. De repente, olhamos para a grande mídia, não temos, não, não, não temos acesso justamente por causa da pressão dessas instituições judaicas na Argentina (Político argentino A).

Já em Honduras, entrevistados apontam a pouca relação política e diplomática com o Oriente Médio, como o fato de Honduras não ter qualquer representação árabe oficial para além do Kuwait e de Marrocos, e até o Consulado palestino ser uma missão oficial e não permanente. E o fato de não existir qualquer *lobby* árabe para servir a causa palestina, falta percebida pela comunidade, como se constata na entrevista com o Político hondurenho B.

A diplomacia árabe é muito fraca e quase não existem embaixadas de países árabes na América Central em geral, exceto algumas de Marrocos, do Egito e de alguns cônsules não residentes. Israel, por outro lado, está fortemente infiltrado e tem acordos com o exército nacional aqui, bem como acordos hídricos e agrícolas, e isso contribui para que a narrativa deles esteja sempre à frente da nossa (Político hondurenho B).

A influência da narrativa pró-Israel, por outro lado, é vista como histórica. “Por exemplo, você descobre que a Guatemala foi quem deu o último voto a Israel até se tornar um estado em 1948, e é vizinha de Honduras.” (Político hondurenho B).

## 5.9 Crítica ao olhar da mídia

A desconstrução de discursos dominantes na mídia e instituições que buscam naturalizá-los junto à opinião pública é uma atividade complexa da Análise Crítica de Discursos. Seu “interesse particular centra-se na relação entre linguagem, ideologia e poder, e seus estudos visam analisar criticamente de que forma a desigualdade social é

expressa, sinalizada, constituída, legitimada e naturalizada através dos discursos” (Ramires, Fraga, 2020).

Segundo Dijk (2008), é preciso identificar o controle do discurso público no seu contexto (cenário, ações, participantes, representações mentais), estruturas do texto (gêneros textuais, atos de fala) e pelos temas (macroestruturas semânticas).

Expostos ao controle do discurso midiático, os indivíduos podem passar a aceitar crenças, desde que produzidas por aqueles considerados fontes autorizadas, confiáveis ou críveis, ou pelo desconhecimento desses indivíduos sobre o discurso ou informação a que são expostos.

O acesso e a cobertura privilegiados (sejam negativos ou positivos) a respeito de protagonistas das notícias são um fator importante da reprodução do poder social, a qual é mediada pelos meios de comunicação de massa (Dijk, 2015, p. 50).

No entanto, quando a informação produzida se choca com a realidade brutalmente vivenciada, o olhar crítico para as estratégias de controle presentes em seu conteúdo, produção e veiculação passa a fazer parte da relação com a mídia. No caso dos palestinos latino-americanos, essa falta de confiança na mídia vem da cobertura de acontecimentos marcantes na Palestina ocupada por Israel.

Os chilenos têm grande respeito pela comunidade palestina e isso é apreciado e respeitado, mas isso não significa que a mídia seja objetiva. E transparente, a mídia aqui é americano-sionista por excelência, e quando algo aconteceu em Gaza em 7 de outubro de 2023, havia chilenos no exército israelense, e a mídia estava contando a história de Israel. Eles não sabiam que íamos à Palestina todos os anos e sabíamos exatamente o que estava acontecendo lá. Na primeira Intifada, estavam dizendo que eles foram para Beit Jala e prenderam os terroristas. Claro que prenderam minha avó e meus tios. Eles estão mentindo. Você espera que minha família seja terrorista? Eu os conheço. Eles os prenderam e foi terrorismo psicológico para eles. As notícias aqui no Chile costumavam dizer isso, eles são terroristas. Eles são minha família. Como encaramos isso? (Político chileno B).

Entrevistados que se recordam da primeira Intifada, de 1987 a 1993, revelam uma percepção sobre a cobertura do Oriente Médio transmitida na América Latina como um jornalismo indiferente ao sentimento palestino, e essa visão crítica da mídia foi se tornando uma característica da comunidade, ao não se ver representada ou ouvida.

Eu tinha sete anos de idade. A recordação que eu tenho dessa época é do meu avô muito, muito, muito bravo, desesperado na frente da TV, xingando, perguntando: ‘Como podem fazer isso com meu povo, com fome, a terra? Não, não podem.’ Outra coisa que me marcou muito na minha infância foi ele falando que a televisão estava mentindo e eu não entendia por quê. Mas o jornal falava que éramos terroristas. Já naquela época já tinha essa coisa de manipulação de informação. E aí meu avô falava como que era o povo dele, né? (Professora brasileira B).

No caso da Professora brasileira B, esse fato foi tão determinante que marcou sua vida e escolhas profissionais, até ela própria tornar-se jornalista e fotógrafa.

Meu avô falava como era o povo dele, que era bonito, né? Como eles trabalhavam na terra, como eles valorizavam a família. E eu pensei, nossa, quando eu crescer eu vou querer, eu vou querer ser jornalista para poder mostrar esse povo, para poder falar desse povo que não é mostrado na TV, como meu avô fala, né? E eu cresci, fiz fotografia, fiz curso superior de fotografia, fiz jornalismo também, fui para a Palestina e eu pude ver que o meu avô falava desse povo tão bonito, tão amoroso, que realmente é (Professora brasileira B).

A opção de tornar-se a mídia, como foi o caso dessa entrevistada, indica apenas a necessidade de informar-se e transmitir uma realidade palestina escondida ou manipulada pelos grandes meios. E isso tornou-se uma questão de identidade para a comunidade no Brasil.

Não procuro (informação) nessa grande mídia, porque essa grande mídia, na verdade para mim, falando pessoalmente, para mim, ela me fere, ela me machuca, porque eu leio aquilo, eu consigo, eu consigo ver onde estão as mentiras, eu consigo ver onde está a manipulação para que as outras pessoas pensem que os palestinos são os errados, para que pensem que os palestinos são os agressivos, que é um povo violento, quando na verdade não é (Professora brasileira B).

Ao tentar acompanhar os acontecimentos na Palestina, nos momentos mais noticiados – que são relativos a ataques, confrontos e violência –, palestinos acabam criando uma visão mais aguda para o papel da linguagem e como ela é empregada.

Essas estratégias se realizam nos discursos por meio de diferentes recursos da linguagem (verbais ou não verbais), tais como a presença de sons e mudanças de entonação; escolhas sintáticas de construção do enunciado (Ramires, Fraga, 2020).

As notícias dizem que ela (vítima palestina) morreu, e não que foi morta. A comunidade palestina é muito forte, mas a mídia é completamente tendenciosa em relação à narrativa de Israel (Político chileno A).

As estratégias se mostram nas

escolhas lexicais (seleções de palavras mais ou menos negativas, incluindo tempos e modos verbais); dispositivos retóricos (uso de metáforas e figuras de linguagem), entre tantos outros, que respondem, direta ou indiretamente, pela construção dos discursos (discriminatórios ou não) que circulam nas sociedades (Ramires, Fraga, 2020).

Uma visão comum aos entrevistados sobre a abordagem da Palestina pela grande mídia é a que expressa o Líder religioso salvadorenho B: “Quando os meios mencionam (a Palestina), dizem que Israel é a vítima e a Palestina é geralmente o agressor.” (Líder religioso salvadorenho B).

Perceber que a linguagem midiática é direcionada a agradar um determinado público é outro aprendizado que entrevistados apontam.

Então elas (as grandes mídias) são tendenciosas, e mudam até as palavras. Por exemplo, uma coisa é chamar uma pessoa de refém, outra coisa é chamar de prisioneiro. As palavras são muito bem escolhidas quando se passa esse tipo de informação e a gente percebe, principalmente nos canais de televisão, que a televisão entende o que as pessoas querem ouvir, onde que ela vai ter mais benefício, onde o público maior dela caminha, o que ele quer, o que ele quer ouvir (Líder religioso brasileiro B).

Os valores transmitidos pelo noticiário são outro aspecto que os entrevistados detectam e questionam, enxergando que há dois pesos e duas medidas para notícias de acontecimentos que afetem um público ou outro.

Talvez a vida, talvez de um imigrante que atravessa o Mediterrâneo e se afoga, seja muito menos valiosa do que a de um submarino, e o que dizer das pessoas ricas que exploravam o Titanic, O ponto principal é que é triste, mas é verdade. Todas as vidas importam, mas a verdade é que não, elas ainda não importam. Há vidas que valem mais do que outras aos olhos do mundo, aos olhos do governo, especialmente se for vida de americano ou masculina (Professor chileno B).

Muitas vezes, o que choca os entrevistados é a apropriação de símbolos culturais palestinos, apresentados como israelenses.

Acompanhando a principal rede de comunicação no Brasil, a Rede Globo, o Jornalista brasileiro B sente que o trabalho midiático negativo vai além de distorcer fatos nas situações de conflito, guerra, ataques contra os palestinos, mas também na descaracterização da cultura palestina e na promoção de uma apropriação por Israel.

Esses dias eu estava vendo na Globo uma receita de culinária. Eles apresentaram homus como uma comida israelense. Juro, como uma culinária israelense. Ninguém entendeu (Jornalista brasileiro B).

As atitudes profissionais, a expressão corporal, as reações diante do imprevisto, tudo acaba merecendo um olhar mais acurado de comunidades que sentem sua representação distorcida pela mídia. A invisibilização pode ser uma orientação de emissora ou um alinhamento total dos profissionais a uma visão pró-Israel que nega a Palestina como protagonista. Foi com esse olhar que um influencer palestino-brasileiro apontou o modo como um dos principais apresentadores da maior rede de TV do Brasil tentou contornar o fato de que a câmera estava diante de um torcedor palestino totalmente identificado pelo uso do lenço palestino característico (a *kuffiah*) e bandeira palestina na Copa do Catar, em 2022, em gesto nobre ao carregar nos ombros uma criança, o neto do treinador da seleção brasileira, para ajudá-lo ao sair do campo.

Ele chegou a gaguejar. Ele se recusou a dizer que o torcedor estava com a bandeira palestina que a gente sabe que ele conhece (Jornalista brasileiro B).

A Palestina aparece na mídia quando há uma situação muito violenta, uma situação muito catastrófica, mas sempre do ponto de vista de Israel. Então a resistência palestina é considerada terrorista? Sim, sempre é. Quando Israel ataca, eles sempre tentam mostrar Israel como vítima do terrorismo dos palestinos, ou seja, exatamente o oposto do que realmente é (Jornalista argentino B).

### 5.10 Presença de palestinos na cultura e no esporte

O encontro da comunidade em locais de lazer que remetem à cultura árabe parece ser habitual entre palestinos. Palestinos latino-americanos relatam idas semanais a uma famosa rua árabe, onde é possível encontrar bandeiras palestinas, fotos, Handalas e a *kuffiah*. Podem encontrar e conversar com pessoas da Palestina e do Oriente em geral, comer os típicos shawarma ou falafel e tomar café árabe, que lhes remete a um sabor especial e a uma sensação que dizem que não pode ser descrita, mas certamente ajuda a diminuir a saudade da terra distante. Da mesma forma, preservar o árabe é um fator importante para a comunidade, como se percebe na inclusão desse aspecto pelo Político chileno A ao falar da educação.

Temos três escolas árabes no Chile, e a língua árabe é uma disciplina básica como as demais disciplinas, e isso ajuda que a língua árabe esteja presente no Chile, e para os líderes da comunidade, do povo e do clube, é uma coisa essencial (Político chileno A).

O idioma árabe, valorizado pelas comunidades, já foi algo visado por proibições legais no Brasil, em uma época em que havia jornais e revistas nas comunidades com

uso das línguas maternas dos imigrantes. Isso pode ter contribuído para que as famílias imigrantes e seus descendentes, com o tempo, deixassem de usar o árabe dentro de casa ou na comunidade. Mas, para as primeiras gerações, o árabe foi determinante para a ligação entre os acontecimentos no Oriente Médio e no Brasil, algo que fica evidente na entrevista da Professora brasileira A:

Houve um período muito grande de produção, tanto música, mas também os jornais, as revistas na língua árabe. Imagina, saíram do Mandato e do Império Otomano e a plataforma do pan-arabismo era muito forte, né? (Professora brasileira A)

Essa produção não apenas circulava na comunidade, mas ajudava a levar informação sobre o Brasil para o Oriente Médio, como a entrevistada recorda.

Tinha outros imigrantes aqui, como os libaneses, muitos que estavam aqui na América Latina e produziam esses jornais em árabe. E esses jornais voltavam para o mundo árabe. É interessante porque eram plataformas de luta contra o Império Otomano naquele período. Existiam jornais para a comunidade circular internamente, mas também para devolver para o mundo árabe o Brasil nos anos 1950. A proibição, no entanto, não visava especificamente os árabes (Professora brasileira A).

Nos anos 1950 saiu uma lei proibindo outras línguas, porque tinha outros imigrantes. E a ideia era de falar tão somente em português. Tinha italianos, árabes, alemães (Professora brasileira A).

A preservação do idioma é motivo de orgulho nas relações internas da comunidade, mas algumas entrevistas indicam que isso se deu à custa de resistência, e não foi algo fácil.

Também nós vimos várias famílias, amigos nossos conterrâneos que perderam a característica de família palestina, de família árabe, se afastaram das práticas religiosas e até das culturais, ou às vezes mantêm a prática cultural e se afastam da religião. E isso acontece bastante (Professora salvadorenha B).

O trabalho das organizações palestinas no continente deixa marcas nos países pesquisados, onde conseguem nomear logradouros e instituições com termos que remetem à história e resistência palestina, como locais batizados como Rua Palestina ou Rua Yasser Arafat, Praça Palestina ou Praça Jerusalém, ou ainda a Ocupação Leila Khaled, no Brasil. Sua presença na cultura e no esporte é viva, através de instituições voltadas a promover essa participação.

Alguns indicativos da presença e integração dos palestinos aos países da América Latina são a perpetuação de sobrenomes originários das cidades de origem. Nos países analisados, é comum sua presença na sociedade, economia, política ou na mídia.

No Chile, podemos citar Zerán, Meruane, Garib, Al-Saqqa, Marzouka, Murad, Aaliyah, Safia, Shakhtoor, Abu Rumman, Nima, Sahouri, Haddou, Allawi, Juan, Shaheen, Al-Kaldi, Nakhlam, Cumsille, Hernández. A maioria da comunidade árabe palestina no Chile vem das cidades de Belém, Beit Jala, Gaza, Jerusalém.

No Brasil, podemos citar Baker, Alzoubi, Omar, Rabah, Hussain, Alzabin, Mashni, Odeh. A maioria da comunidade árabe palestina no Brasil vem da cidade de Ramallah e suas aldeias Galjilia, Al Mazraa Al Sharqiah, Silwad, Beit Ur al Tahta, Beit Ur al Fawqa, Deir Jarir, Safa, Kafr Malik, Kafr Nima e Cooper, instalando-se e tendo forte presença até hoje no sul do Brasil.

Na Argentina, podemos citar palestinos que migraram durante a invasão iraquiana do Kuwait no início da década de 1990, além de migrantes de campos palestinos na Síria após a revolução síria de 2011. Em Honduras, podemos citar Al-Araj, Kanawati, Handal, Jaar, Kharoufeh, Qatan, Bandi, Zummar, Facussé, a maioria oriunda de Belém. Em El Salvador, podemos citar famílias originárias de Jerusalém, Beit Jala, Beit Sahour e Belém.

Além dos sobrenomes transmitidos nos registros oficiais dos descendentes palestinos, os nomes próprios de origem árabe também trazem aos países da América Latina o testemunho de uma imigração que se identifica com as origens, conforme se depreende da entrevista com a Jornalista brasileira A.

Chamei minha filha de Bisan, que é uma cidade da Palestina, e se Deus me abençoar com outra filha, me levantarei e a chamarei de Jaffa. Desejamos a Palestina em tudo, até nos nomes, e isso indicará aos meus filhos que não podemos esquecer a Palestina e aqueles que roubaram as terras dos seus pais e avós (Jornalista brasileiro A).

Quando falamos de esportes, olhamos para o Clube Palestino no Chile e seu papel na promoção da imagem palestina, com a distribuição de suas camisas para a maioria dos países do mundo. É considerado um excelente clube, construído pelos primeiros palestinos no Chile, que muito contribuiu para a presença dessa comunidade no país até hoje, por mais de 100 anos.

Tanto no caso do Chile como de El Salvador ou o de Honduras, por exemplo, há clubes criados pela comunidade que reforçam os laços internos da comunidade, mas

também se abrem para a sociedade. No Chile, o Clube Palestino ocupa papel central na afirmação da identidade, como testemunha o Político chileno A.

Sobre o Clube Palestino, temos muito claro que ele representa mais do que um clube de futebol. Representa todos os palestinos de uma perspectiva social, cultural, esportiva e outras (Político chileno A).

Um dos fatores que se depreende das falas do entrevistado é o trabalho contínuo pela agremiação para associar a vida cultural e desportiva da comunidade com o conhecimento da história e da atualidade palestina.

Não esquecemos a Palestina porque sempre acompanhamos e nos comunicamos com nossos familiares e entes queridos. O clube nos ajudou muito a destacar o nome da Palestina e aprendemos com o pensamento político da questão palestina quando éramos crianças, quando (o clube) organizava apresentações introdutórias, reuniões e acampamentos de verão para nós (Político chileno A).

É uma atividade que o clube desenvolve até hoje, conforme diz também o entrevistado Jornalista chileno A:

O Clube Palestino é uma das fontes mais importantes da questão palestina no Chile e tem um alto nível de comunicação entre os membros da comunidade e a comunidade palestina e árabe (no Oriente Médio) (Jornalista chileno A).

O início da formação da comunidade palestina no Chile, incluindo o Clube Palestino, antecede a Nakba, mantendo a relação com o ideal de uma Palestina histórica, não violada pela partilha. Essa conexão reforça um pertencimento que abarca todos os palestinos, na terra ocupada e na diáspora, criando um sentido de “nacionalidade” que o time de futebol acaba simbolizando dentro e fora do Chile, tornando-se uma “segunda seleção” nacional para muitos torcedores.

Por meio do futebol, do esporte e por causa do histórico, temos esse time, que é muito antigo. Ele nasceu em 1920 em Osorno, mais antigo que Israel, mais antigo que o Estado de Israel. Portanto, é uma grande parte de nossa história como palestinos no Chile e como palestinos no mundo e na Palestina, na diáspora. Os palestinos de lá dizem que é sua segunda opção (Professora chilena B).

A integração das primeiras gerações imigrantes no Chile acabou sendo base e atrativo para a chegada de novos palestinos.

Vim de Gaza quando ouvi falar da solidariedade e simpatia dos palestinos e chilenos entre si, e estou no Chile há seis anos. Vim depois de descobrir que não há absolutamente nenhum futuro em Gaza, à luz do deslocamento sistemático que está ocorrendo contra nós em Gaza

como resultado de três guerras mortais que vivi (Líder religioso chileno A).

A visão positiva da comunidade chilena é propagada pelo desempenho do clube e sua capacidade de comunicar-se:

O Palestino é o terceiro clube mais seguido nas redes sociais e o mais difundido no mundo pela distribuição de sua camisa para diversos países. É um dos maiores clubes da América do Sul (Jornalista chileno B).

El Salvador também reúne um importante contingente de descendentes palestinos, inclusive o atual presidente reeleito. E tem um clube da comunidade que, na visão de alguns entrevistados, buscou cumprir um papel de ligação com a cultura palestina.

Temos um clube árabe e acho que, para muitos de nós que nascemos em El Salvador, os mais jovens, bem, a nossa primeira abordagem, fora da nossa família, é a nossa primeira abordagem, talvez em relação à Palestina (Professor salvadorenho A).

Porém, uma característica do clube parece ser a de atrair a comunidade salvadorenha indistintamente.

Pagamos uma assinatura mensal de 90 dólares, certo? Temos direito a aproveitar a piscina e as quadras de tênis. É o lugar por excelência da comida árabe. Mas o estranho é que dos 600 associados, apenas 100 são de origem palestina. Os outros são salvadorenhos. Portanto, a grande questão é: por que o Clube Al-Arabi não tem maioria de membros quando é palestino, mas salvadorenhos? (Jornalista salvadorenho B)

Isso levanta a questão de que a aproximação local com a comunidade palestina não se dá apenas pelo interesse em debater a realidade palestina ou envolver-se em sua causa. Pelo contrário, é o interesse no universo desportivo, na tradição e na gastronomia que muitas vezes funciona como via de intercâmbio com as comunidades atentas aos acontecimentos na terra e que transmitem o sentimento de pertencimento à Palestina a gerações seguintes.

### 5.11 A presença de palestinos na economia

O trabalho no comércio de ambulantes ou mascates, como eram chamados no Brasil, e o sucesso de seus empreendimentos contribuiu para uma integração de natureza econômica que se refletiu na vida social. Esse crescimento a partir do

comércio é frequentemente lembrado, e aparece mais detalhado na fala do Líder religioso salvadorenho A:

O exílio não é uma tarefa fácil. Por exemplo, o negócio do meu avô começou com uma caixa contendo tecido, depois se desenvolveu em uma barraca, depois em uma pequena loja e depois em uma fábrica que o produzia. Os métodos primitivos de venda eram o método de venda a crédito, que é um método novo que o povo originário de El Salvador não conhecia. Era uma das ideias dos palestinos, e apesar de não serem fluentes na língua, eles escreveriam em números, em frente da casa do comprador (Líder religioso salvadorenho A),

...com o tempo, estes métodos na promoção de mercadores foram apreciados e houve admiração pela forma como os comerciantes palestinos cresceram (Política salvadorenha A).

Em alguns países, a comunidade conseguiu integrar-se à vida social sem perder as conexões com a Palestina através dos anos e com a resistência à ocupação. O caso do Chile, que reafirma a Palestina pré-1948 – inclusive em mapas estampados em camisetas do principal time de futebol ligado à comunidade, permite perceber essa renovação dos vínculos. Em outros prevaleceu o foco na integração econômica, que foi também uma forma de valorização da presença palestina nos diversos segmentos da sociedade, e de ajudar financeiramente parentes na terra de origem.

Imagem 28 – Família Bichara em San Miguel, El Salvador, 1954 (Arquivo de família)



Honorables familias palestinas asentadas en San Miguel en el siglo XX. De izquierda a derecha, sentados: Karime Odeh, Abraham Bichara Cader y Cecilia Odeh de Bichara. De pie: Antonio Bichara Odeh y Yolanda Handal de Bichara. Don Abraham Bichara Cader y doña Cecilia Odeh de Bichara eran originarios de Nablus y de Jerusalén, respectivamente, ambas ciudades ubicadas en Palestina, ellos llegaron a San Miguel, en 1920, dedicándose al comercio, logrando desarrollar una de las empresas más prósperas de la Perla Oriental. (Foto tomada en 1954)

**Fonte:**

Uma fotografia de 1954 da família palestina Bichara, em San Miguel, El Salvador, tirada mais de três décadas após a sua chegada, permitia indicar uma boa situação econômica alcançada pelo núcleo familiar, depois de trabalhar durante 30 anos. Fotografias eram enviadas ocasionalmente aos parentes na Palestina para mostrar que haviam sido bem-sucedidos, juntamente com algum dinheiro para ajudar as famílias alargadas na terra de origem.

Os Bichara emigraram de Belém e Jerusalém em 1920. A comunidade de El Salvador também procurou ajudar o povo de Beit Jala, assim como da Palestina em geral, abrindo projetos econômicos que ajudariam os palestinos a resistir em suas terras.

Entrevistados relatam que houve obstáculos muito grandes da ocupação e a imposição de impostos exorbitantes, mas a comunidade não se desesperou e procurou apoiar os jovens que resistiam.

A comunidade palestina hondurenha se orgulha de dizer que Honduras é o segundo país nas Américas com mais palestinos, a maioria originária de Beit Sahour e Beit Jala. Há também pequenas famílias que vivem em La Ceiba, originárias de Ramallah. As estimativas entre entrevistados vão de 150 mil a 300 mil palestinos hondurenhos.

A comunidade hondurenha não influenciou apenas o desenvolvimento socioeconômico de Honduras, deve-se ter em conta que os primeiros palestinos chegaram a Honduras no final do século XIX e contribuíram imediatamente para a atividade econômica e comercial e, mais tarde, para a indústria, e a presença da comunidade hondurenha teve forte influência no campo econômico financeiro. Contribuíram para o renascimento do país (Líder religioso hondurenho A).

As menções à boa imagem da comunidade sempre vêm associadas ao seu êxito empreendedor, algo que aparece na fala do Jornalista hondurenho B, ao afirmar que a comunidade se integrou muito bem ao país e participou no comércio, nos bancos, na indústria, no esporte e na cultura. Mas nem sempre foi assim:

A imagem que se tem do palestino aqui em Honduras mudou depois do início dos anos 1980, porque a comunidade tornou-se mais rica e mais poderosa economicamente, e entrou no campo político e obteve bons ganhos (Jornalista hondurenho B).

Como disse a entrevistada Política salvadorenha A, 5% do comércio exterior salvadorenho está ligado a pessoas e empresas de origem palestina.

Como exemplo, a Política salvadorenha A cita o fato de que um dos laboratórios mais importantes de medicamentos em El Salvador é propriedade de uma pessoa de origem palestina que 'é muito rica e poderosa e tem relações com o Palácio governante, independentemente do partido no poder'. Outro exemplo lembrado é a empresa de eletricidade que administra e distribui toda a eletricidade. Há também o fato de que El Salvador é governado por um palestino (Política salvadorenha A).

A comunidade palestina está distribuída em todas as regiões do Chile, e a maioria está localizada na capital de Santiago e seus arredores, bem como no sul do país, em particular na área de Concepción, Chían, Fadevia, Linares, Corico, Talk. Seus membros tiveram notável sucesso na integração à sociedade chilena, e alcançaram grande influência econômica e política, ocupando altos cargos no Estado.

Mas é comum que a comunidade palestina no Chile mantenha certos costumes e tradições, descritas pelo Político chileno B

As lojas estão na parte inferior e a casa está no topo, e toda a família contribui trabalhando para melhorar a situação econômica para si e para a sua família alargada na Palestina (Político chileno B).

A condição econômica da comunidade palestina, a participação na vida política, a influência positiva na comunidade local e a contribuição para o desenvolvimento do próprio país mudaram a visão dos chilenos em relação aos palestinos. Estes se fortaleceram em virtude do poder econômico e impuseram respeito, conforme afirmou o Líder religioso chileno A, que fala na superação das agressões xenofóbicas.

### 5.12 Resistência e resposta pacífica à islamofobia

Quando comparamos o passado e o presente, vemos que alguns tipos de preconceitos, como os que poderiam ser chamados de turcofobia e palestino-fobia, diminuíram significativamente, como apontam vários entrevistados. Mas é importante diferenciar o tipo de preconceitos do passado e a islamofobia de hoje, de naturezas diferentes, como se depreende da fala do Político brasileiro A.

Antes não era islamofobia. Era outro sentimento, um sentimento do turco, do estrangeiro. Não era uma islamofobia. A islamofobia de hoje é um fenômeno moderno. A islamofobia de hoje é promovida não pelos cristãos antigos, mas pelos cristãos novos, os pentecostais e neopentecostais, que têm Israel como seu único objetivo. Então, a islamofobia de hoje está ligada a Israel e ao sionismo (Político brasileiro A).

Nas entrevistas para esta tese, também apareceu um novo termo, Hamasfobia, que consiste na associação entre apoiadores da causa palestina a alguma forma de adesão ao Hamas. A resposta da comunidade ao buscar desenvolver-se em áreas integradas à sociedade é consistente com a opinião do Líder religioso chileno A.

A turcofobia continua até hoje, e quando falamos sobre o Chile, é principalmente dirigida aos palestinos; mas hoje é menor devido à situação política e econômica da comunidade palestina, pois eles têm influência positiva em vários campos no Chile (Líder religioso chileno A).

Portanto, é mais adequado abordar a islamofobia de modo geral. Notamos que a frequência de casos de islamofobia aumentou de forma significativa e perceptível nos últimos tempos, a partir, sobretudo, da repercussão dos atentados que derrubaram

as Torres Gêmeas nos Estados Unidos em que o debate sobre o terrorismo, associado ao episódio, ganhou destaque.

Os eventos de 11 de setembro de 2001 colocaram o terrorismo em pauta na mídia ocidental, bem como no meio acadêmico. A queda das Torres Gêmeas representa um marco na atenção voltada ao tema e no número de matérias publicadas. Chaia (2011) observa que a data desencadeou discussões em todo o mundo sobre a problemática da violência terrorista, que, apesar de negligenciada pela mídia, já vinha acometendo regiões com muito mais intensidade na virada do milênio (Sanches, 2019).

Mais recentemente, maior frequência de comportamentos islamofóbicos foi observada especificamente após os repetidos ataques na Faixa de Gaza em 2008, 2012, 2014, 2021, 2022, 2023, que incluem uma grande exposição a muçulmanos, seja pelo assédio a mulheres muçulmanas que usam o hijab, ações violentas ou ameaças, como aponta a pesquisadora Francirosy Campos Barbosa em pesquisa sobre islamofobia no Brasil no contexto do conflito Israel-Palestina em 2023:

As bases islamofóbicas estão: 1. na xenofobia, ou seja, o medo do outro, do diferente, que é um medo atribuído ao fato imaginado de que os muçulmanos poderiam mudar a cultura do país onde escolhem viver, de que seriam capazes de fazer prevalecer, nesses países, hábitos da cultura do Islã levados por eles e que seriam, por fim, assimilados e, desta feita, passariam a dominar os espaços públicos de maneira temerária, promovendo um colonialismo reverso de povos que, por séculos, foram colonizadores agora a um passo de serem “colonizados”, em um processo indicado como islamização; 2. na intolerância religiosa, devido ao fato de o Islã não ser uma fé predominante nos países onde há incidência de islamofobia – neste caso, essa intolerância vem de agentes sociais ligados ao espectro político da extrema direita; e 3. no racismo, uma vez que se empreende um processo de racialização direcionado aos praticantes do Islã, sendo os sinais diacríticos islâmicos mobilizados em estratégias de preconceito contra a população muçulmana (Barbosa; Souza, 2023, p. 206).

A discriminação muda de forma, mas não é novidade. Foi sentida desde as primeiras migrações do final do Império Otomano.

A chegada a um novo país, com todas as adversidades possíveis, significava para muitas famílias sobrevivência e determinação em pagar o preço das dificuldades. Com frequência, suportar discriminação fazia parte da reconstrução da vida. Por vezes, a origem palestina era invisibilizada no esforço de adaptação a uma nova realidade. Uma situação relatada por muitos relembra o uso obrigatório de passaportes turcos ao

final do Império Otomano, um documento oficial para circulação de pessoas. Mas ele se tornou um fator de diluição das múltiplas identidades árabes, fossem de palestinos, sírios ou libaneses – em uma visão homogeneizada e estigmatizada das levadas de imigrantes pela população do país de acolhida.

O termo “turco” foi prevalente nas décadas de 1930 e 1940. A primeira e a segunda gerações foram as mais expostas negativamente a ele, mas isso alcançou gerações atuais, conforme testemunha o Professor chileno A:

Meus pais e avós foram submetidos a muitos insultos por causa disso. Na verdade, na escola, costumavam me chamar de turco, e era uma expressão de desprezo e insulto, e inferioridade, e isso continua até hoje. Eu costumava sentir muita opressão e essa maldade dentro de mim, e que devíamos diferenciar entre o fato de sermos imigrantes que vieram com passaportes do Império Otomano naquela altura, que eram documentos de viagem para circulação e nada mais, e de sermos palestinos. Os nossos pais e avós lutaram por isso, e agora estamos mais presentes como palestinos em vários domínios, e alguns ainda nos chamam de turcos (Professor chileno A).

Alguns países foram ainda menos tolerantes à cultura original dos imigrantes, por meio de diferentes imposições e restrições legais aos grupos que chegavam.

Discutindo algumas visões sobre migração, integração e naturalização, Sayad levanta algumas questões sobre como entender esses processos:

Temos que subordinar a imigração atual à futura (ou potencial) naturalização que a completará, e temos de fato os meios para implementar essa política? Temos que selecionar antecipadamente os imigrantes de que precisamos, e quais critérios de seleção devem ser usados para evitar qualquer dano à homogeneidade cultural da nação [...]? (Sayad, 2004, p. 226).

Será que essa paixão [pela igualdade] vai até a inclusão total, até a integração no nacional (ou seja, a naturalização) de tudo o que não é naturalmente nacional? (Sayad, 2014a, p. 52).

Quem pertence à nação e quem não pertence? Quem pode pertencer a ela e quem não pode? Por quais meios e sob quais condições alguém pode pertencer a ela e sob quais condições a nação aceita essa filiação “adquirida”? (Ibid., p. 63).

Se em El Salvador, por exemplo, os descendentes de palestinos se consideram hoje completamente integrados à sociedade, isso não foi tranquilo. As primeiras gerações, na verdade, foram forçadas a essa integração por medidas que, na visão da Política salvadorenha A, expressavam o racismo severo nesse e na maioria dos países latino-americanos:

... os palestinos no início, bem, não, eles não eram muito apreciados. E você sabe, isso também aconteceu em outros países, assim como em El Salvador. No caso de El Salvador, havia uma lei de imigração que proibia a entrada de chineses e palestinos (Política salvadorenha A).

A adaptação forçada também ocorreu em relação à religião em alguns países, conforme o entrevistado Político chileno A:

Os cristãos das Igrejas Orientais eram originalmente ortodoxos ou católicos romanos. A religião das pessoas que vieram para o Chile mudou por causa da lei que impedia a liberdade religiosa. Antes de 1925 não havia liberdade religiosa, apenas a religião secular do Estado, a religião oficial latina, que é a religião do Estado (Político chileno A).

O Chile, depois que a Constituição do país foi alterada em 1925, se tornou um estado laico. Uma igreja ortodoxa foi a primeira igreja construída por imigrantes. Era feita de barro e construção primitiva, mas não ficava visível para a rua ou para o público. Foi murada por uma cerca muito grande e alta porque era proibida. Essa igreja foi construída em 1917, o que significa que eles preservaram sua religião tanto quanto possível a partir da nova lei. Isso também afetou as políticas, conforme se depreende das respostas do Político chileno A:

Conheço a história de muitas crianças muçulmanas, por exemplo, de famílias que disseram a seus filhos que não ter religião era melhor do que a religião do Estado. Pode-se dizer que a primeira geração de imigrantes antes de 1925 dizia que era melhor criar os filhos sem religião (Político chileno A).

Lembrar situações difíceis do passado, por outro lado, não parece caracterizar os palestinos latino-americanos como pessoas vitimizadas ou rancorosas em relação aos primeiros tratamentos recebidos. Pelo contrário, há muita ênfase no fato de que a tolerância em relação à cultura e religiões palestinas foi algo conquistado aos poucos, com o tempo, como se observa na fala do Líder religioso chileno A:

No começo eles tinham medo do hijab, meus vizinhos, mas com o passar dos dias eles foram nos conhecendo e até agora são eles que me perguntam diariamente sobre minha família e se Gaza foi submetida a genocídio. Posso dizer que não fui exposto à islamofobia, e eles respeitam muito a nossa vestimenta, a ponto de uma mulher uma vez me perguntar se ‘me permite visitar o seu país e não usar o hijab enquanto estiver vestida assim’. Eu disse a eles que certamente temos diversidade cultural e uma multiplicidade de religiões na Palestina (Líder religioso chileno A).

Lidar com a discriminação influenciou comportamentos e pode ter reforçado a necessidade de obter sucesso financeiro.

A antiga comunidade tinha vergonha de falar árabe e dizia aos filhos para não falarem árabe até se integrarem, e hoje estão entre os mais ricos. Quando falamos deles, estes são os mais integrados. Seu sucesso, a vida, colegas, e os estudos são fáceis. Quando questionados, eles dizem ‘meu avô era originário da Palestina’, e eles têm uma forma de comunicação através da integração completa na sociedade. Com essa integração, o racismo contra eles diminuiu, porque tornaram-se como o povo do país, sem nada que os distinguisse, a sua língua é igual à língua do país anfitrião, sem sotaque que indique que são estrangeiros (Jornalista hondurenho B).

### 5.13 Resistência, reconhecimento e pertencimento

Para muitos palestinos latino-americanos que mantêm um vínculo político e emocional com a realidade palestina hoje, o fator de ligação se deve ao modo como o ambiente familiar intergeracional favoreceu ou não o pertencimento à terra dos pais ou avós.

Posso dizer que a questão palestina vive comigo. Os nomes dos meus filhos são extensões do meu pai e da minha mãe. Não falo apenas árabe, mas também falo o dialeto camponês. Palestina é a nossa causa e devemos trabalhar para aumentar a consciência pública. Quem está na Palestina deve resistir, e nós resistimos... Devemos resistir à narrativa de Israel e esclarecer o que realmente aconteceu na Palestina (Jornalista hondurenha B).

É possível que manter não apenas o árabe, mas suas variações dialéticas e modos de falar de acordo com cada aldeia, tenha sido também uma preocupação das famílias palestinas em relação aos parentes que se deslocaram do Oriente Médio.

Estávamos brincando no jardim com meus parentes que vieram me visitar da Jordânia ao Brasil. Eles são palestinos, claro, mas não moravam nas aldeias da Palestina e, como eu estava em uma diáspora distante, tentaram me ensinar a língua árabe, então eu disse a eles: ‘Como você está?’ Então meu pai me ouviu e me disse: ‘O que é isso? Esse é o dialeto das cidades. Você tem que dizer: Como vai você, agricultor palestino, mesmo tendo nascido no Brasil e vivido 100 anos’ (Líder religioso brasileiro A).

A mesma conexão está presente na entrevista do Político brasileiro A:

Talvez o que me fez entrar no movimento palestino é que todos os dias, todos os dias, todos os dias, meu pai falava da Palestina em casa, todos os dias. Primeiro (porque) ele dizia todos os dias de manhã que tinha sonhado com a Palestina. Segundo, todos os dias em casa se falava da ocupação da Palestina ou da guerra na Palestina (Político brasileiro A).

O depoimento da Jornalista hondurenha A, que se tornou uma defensora da causa palestina atual, deixa essa constatação mais clara.

Meu caso se deu porque minha avó conversava comigo e falava muito sobre a Palestina, ela me contava histórias sobre sua infância vivendo na Palestina... E quando fiquei mais velha, ela começou a me contar um pouco mais sobre a ocupação, quero dizer, sobre a ocupação israelense e a criação de Israel. E o engraçado é que eu era a única neta com quem ela falava sobre a Palestina. O resto dos meus primos não tem essa conexão, esse sentimento que eu tenho com a causa. Isso nasceu, é claro, do que minha avó me contou, mas depois nasceu em mim a curiosidade de poder pesquisar um pouco. Quando eu era estudante universitária, quis saber um pouco mais sobre a Palestina, sobre meu povo, sobre minha origem, comecei a ler, pesquisar e perguntar na universidade sobre a Palestina, e fui tendo minha própria ideia, e estava criando essa identidade minha, minha, e bem, tentando criar consciência (Jornalista hondurenha A).

Como os irmãos e primos da Jornalista hondurenha A, uma geração de Honduras cresceu sem a mesma conexão.

Mas em Honduras, embora seja o segundo país, acho que com mais imigração palestina na América Latina ... não há isso, essa organização, esse desejo de lutar pela causa, de dizer ‘eu sou palestino, eu me oponho à ocupação’ (Jornalista hondurenha A).

Em El Salvador, a resistência é ainda um esforço de sensibilizar as novas gerações, o que, na visão do Político salvadorenho A, esbarra no que ele chama de falta de “campo de ação” para lideranças políticas regionais.

Aqui, o governante não tem um campo de ação cada vez maior, não, ele não tem, não tem participação nas relações internacionais nem nada parecido. O máximo que sempre conseguimos fazer foi falar sobre a questão palestina e educar o povo salvadorenho sobre o que é a questão palestina... Participar de debates em nome da Palestina sempre esclarecerá a situação na Palestina, tal como está neste momento, certo? (Político salvadorenho A)

A Professora salvadorenha B corrobora esse esforço de enfatizar o papel das instituições na resistência cultural.

Estamos no processo de criação de um museu que será localizado dentro do Clube Árabe Salvadorenho e estou escrevendo meu livro de histórias palestinas, que tem como tema justamente a migração, a guerra, a ocupação e toda a vida e história daqueles que vieram para cá e daqueles que ficaram lá. ... O fato de eu estar na Associação Palestina de El Salvador me permite manter e ajudar os jovens a entender. Quais são suas

raízes? Qual é a sua história, a história de sua família, a história de seus descendentes que vieram de seus antepassados?  
(Professora salvadorenha B)

O Político brasileiro A, que decidiu atuar em defesa da Palestina desde jovem, resume a militância na diáspora:

Eu participei de um encontro de juventude. E de lá para cá, eu não saí mais do movimento palestino. Bom, o que é estar no movimento palestino? Estar no movimento palestino é assumir responsabilidades na diáspora. E o que são as responsabilidades na diáspora? São várias. A primeira delas é travar a luta nacional palestina no Brasil, por exemplo. Mas o que é travar a luta palestina no Brasil? Ela é uma luta com armas? Ela é uma luta bélica? Não. Ela é uma luta essencialmente política, social e de comunicação. Essa é a nossa tarefa aqui. Quem não compreende isso não compreende a sua tarefa na diáspora, não compreende a sua tarefa como alguém que mora fora da Palestina. E a tarefa é organizar a comunidade, educar a comunidade nos assuntos políticos e históricos da Palestina, educar nesses assuntos aqueles que apoiam a Palestina, promover um enfrentamento com a mídia hegemônica, organizar a juventude, organizar as mulheres, organizar instituições para que elas tenham uma vida ativa (Político brasileiro B).

As estratégias das comunidades palestinas para acesso à informação revelaram nas entrevistas uma combinação de uso de meios de informação direta com pessoas e fontes de confiança, familiares ou não, e a busca de meios alternativos ou internacionais de informação. Manter esses canais, para a maioria, é essencial para o sentido de pertencimento e, portanto, de resistência.

Sempre procuramos falar com nossos parentes e contatos na Palestina ... E então não é mais só a minha família, que é a minha fonte de informação sobre a Palestina, né? Então hoje eu tenho acesso através de outros canais, como eu relatei aqui para você. O *Monitor do Oriente Médio* é um canal que traz bastante informação. Também me informo pela *Al Jazeera* (Jornalista brasileira A).

As estratégias usadas pelas comunidades revelam que as mídias na região estão falhando com as comunidades palestinas, algo que é suprido com a busca de outros canais que incluem ainda *Monitor do Oriente Médio*, *Middle East Eye*, entre outros.

Assim como a Jornalista brasileira A, praticamente todos, independentemente dos países em que estão, revelam ter procurado notícias sobre os acontecimentos da guerra contra Gaza em *sites* internacionais como da *Al Jazeera*, muita citada pelos entrevistados, instituição de mídia árabe baseada no Catar, mas com alcance internacional e interface impressa e audiovisual em inglês, além de outras mídias estrangeiras, citadas mais esporadicamente. Não se incluem os nomes de agências

ocidentais, como a Reuters e a Agência France Press, que alimentam vários jornais na América Latina.

A fala da Professora argentina A pode servir como síntese do que é encontrado nas respostas dos entrevistados.

Leio, digamos, notícias da *Al Jazeera*, do *La Ville* e outras também. Ou seja, eu me alimento mais do que vem de fora. Na Argentina, com algumas exceções, não há muita cobertura da mídia (sobre a Palestina) porque, insisto novamente, a mídia tem uma visão muito tendenciosa e, portanto, muito poucas notícias vêm de lá. Portanto, o que tento fazer, seja por meio dessas instâncias ou de algumas notícias de diferentes mídias, especialmente do mundo árabe e europeu, é me alimentar assim (Professora argentina A).

A mesma sensação de que é preciso contar com mídias estrangeiras e alternativas para a busca de informação confiável se constata nas entrevistas com palestinos hondurenhos, como é o caso do Líder religioso hondurenho A.

Leio a *Al Jazeera* todos os dias. E nas redes sociais, há muitas informações provenientes de países árabes. *Al Jazeera* é a fonte mais importante, especialmente em relação ao atual conflito no país (Líder religioso hondurenho A).

O fato de mais de uma centena de jornalistas terem morrido em Gaza e a mídia internacional não ter se escandalizado mostrou-se para a Professora brasileira A um termômetro do quanto essa mídia não está interessada na informação obtida pelo trabalho em campo, sem filtros.

Muitos morreram, mas os que ficaram estão lá cobrindo. E o que eles cobrem, em campo, alguns deles trabalhando mesmo depois de perder 20 membros de sua família, esse levantamento local que eles estão fazendo não interessa. Por isso, precisamos buscar outras fontes. Continuar apontando a falha da mídia ocidental (Professora brasileira A).

## 5. 14 A construção da paz na perspectiva da diáspora

Desde a década de 1920, o povo palestino aspirou ao longo da vida ter o seu próprio Estado. Tenho cartas do meu avô de 1934 pedindo ajuda na luta pela causa palestina. Aqui na América, quero dizer-lhes que estou convencido de que um dia recuperaremos a Palestina original, se não a Palestina original, então a Palestina de 1948 (Político salvadorenho A).

A visão sobre o futuro da Palestina e qual a solução frente à existência de Israel como um Estado de *apartheid* e de genocídio não é necessariamente a mesma entre os que lutam por reconhecimento da causa palestina, mas elas se unificam quando se trata de defender os palestinos e locais sagrados de Jerusalém quando são atacados ou ameaçados, de denunciar o *apartheid* e de buscar apoio da comunidade internacional pelo fim da ocupação, do *apartheid* e do genocídio.

As entrevistas deixam claro que a noção de paz para os palestinos não antecede a noção de justiça, o que significa a defesa da responsabilização de Israel por seus crimes pela Justiça internacional. Já a solução para a causa palestina tem olhares diferentes, conforme os movimentos mais ou menos alinhados à Autoridade Palestina, criada em 1994 a partir dos Acordos de Oslo entre a OLP e o governo de Israel, como órgão provisório que divide funções de segurança com Israel. Ou mais ou menos alinhados aos movimentos de resistência que não aceitam o uso da AP para os interesses de Israel.

O incômodo mencionado pelo Jornalista argentino A corrobora o fato de que o movimento se divide sobre qual é a melhor representação da luta palestina:

Escolhi o caminho oposto (ao da Autoridade Palestina) por uma questão política. E critico a falta de democracia na OLP. A falta de democracia na Autoridade Nacional Palestina e o fato de que dentro da Autoridade de Oslo há uma certa colaboração com a ocupação. E não posso fazer absolutamente nada com alguém que tenha a ver com a Embaixada (da Palestina na Argentina), porque os embaixadores, com três ou quatro exceções em todo o mundo, os embaixadores palestinos são do oficialismo que muitos de nós criticamos (Jornalista argentino A).

A Autoridade Palestina é questionada por vários movimentos de solidariedade por ter se perpetuado no poder após as eleições de 2006, quando o Hamas saiu vitorioso, mas foi impedido por Israel e Estados Unidos de formar o governo da Palestina, ficando restrito ao controle da Faixa de Gaza – constantemente alvo de ataques de Israel que alega “direito de defesa”, ao arrepio do Direito Internacional.

Para alguns segmentos do movimento de solidariedade, a referência para a defesa dos direitos palestinos está na chamada solução de dois estados baseada na divisão entre Israel e Palestina conforme as fronteiras que vigoraram até 1967. Essa divisão foi a referência para os governos da América Latina que, liderados pelo Brasil, reconheceram o Estado palestino “dentro das fronteiras de 1967”. Mas essa alternativa tem sido crescentemente questionada por sua inviabilidade concreta.

Outra visão que mobiliza organizações e movimentos solidários é a defesa de um Estado único, que remete a todo o território palestino, “do rio (Jordão) ao mar”, incluindo os territórios ocupados por Israel em 1948, e à defesa de um só estado com direitos iguais para todos os habitantes. Defensores do Estado único argumentam que Israel apropriou-se de territórios e recursos palestinos ao longo dos últimos 76 anos, inviabilizando qualquer solução “dois estados”.

Há, no entanto, temas que unificam um pouco mais a resistência, a exemplo da necessidade de mobilizar-se para pôr fim à ocupação, ao *apartheid* e ao genocídio contínuo, especialmente diante dos ataques contra os palestinos em Gaza e as ameaças de judaização de Jerusalém e destruição de locais sagrados para cristãos e muçulmanos.

A lei de Israel que o define como Estado judeu, criando diferenças em relação aos não judeus e graves discriminações contra os palestinos, configura um estado de *apartheid* – denunciado por organizações como Anistia Internacional, Human Rights Watch e a israelense B’Tselem. Essa configuração segregacionista de Israel, bem como as acusações de limpeza étnica, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e práticas de genocídio são comungadas pelos diferentes movimentos que advogam pelo fim da ocupação israelense e sua responsabilização.

A condenação aos massacres de palestinos promovidos por Israel após o ataque surpresa do Hamas ao território israelense em outubro de 2023 é comum a todos os movimentos envolvidos na solidariedade com a Palestina, juntamente com a denúncia de que os massacres não começaram agora, e que a Nakba continua, com expulsão de palestinos de suas terras nas últimas sete décadas.

Medir a opressão israelense pelo número de vítimas palestinas, pelo número de casas demolidas, pelos bombardeios sobre civis e pelo número de detidos sem julgamento, por si só, não é suficiente. É uma ocupação colonial, e como tal perpetua-se através da opressão e da força. O uso da força aumenta à medida que aumenta o ritmo de resistência à ocupação. Diante do genocídio em Gaza e a limpeza étnica avançada na Cisjordânia, a sensibilidade da opinião pública internacional aos crimes da ocupação deverá aumentar. Mas isso não acontece no caso dos palestinos de uma forma que gere a pressão internacional suficiente (Bishara, 2002, p. 285). Foi o que se verificou nas primeiras duas décadas do século XXI, quando as pressões ocorreram acompanhando uma espiral de violência, mas ainda não o bastante para impedi-la.

## 5.15 Análise dos resultados

Fica claro na amostra estudada no Brasil, Honduras, Chile, El Salvador e Argentina que a diáspora palestina no continente latino-americano, especificamente nos países do estudo, contribuiu economicamente para os países anfitriões, à medida que os palestinos latino-americanos demonstraram grande aptidão e dedicação ao trabalho no comércio, com muitos tornando-se proprietários de grandes fábricas e empresas.

Sua ligação com a Palestina se deu principalmente pela possibilidade de ajudar suas famílias e entes queridos na Palestina sob ocupação, enviando dinheiro periódica e continuamente até os dias atuais. Também ficou evidente o esforço para preservar o árabe em países de línguas portuguesa e espanhola. Toda a amostra entrevistada demonstrou falar o árabe com sotaque palestino, sendo que algumas famílias migraram há mais de 150 anos e não deixaram de transmitir o idioma.

Os entrevistados também concordaram ao afirmar que a comida palestina, como falafel, maqluba, musakhan e homus, está presente na mesa e tradições da comunidade.

Por outro lado, chama a atenção o fato de que os palestinos latino-americanos não seguem a imprensa local e identificam preconceito editorial que dá visibilidade à narrativa israelense dos acontecimentos históricos e atuais em detrimento da narrativa palestina, falhando nos princípios da objetividade e transparência do bom jornalismo.

A informação é, para todos os entrevistados, vital para uma comunidade que se mantém ligada aos acontecimentos na terra de origem. No entanto, isso é suprido por estratégias que contornam o que seria o papel da imprensa dos países em que estão. Todos os entrevistados concordam que o modo de obtenção de notícias sobre a Palestina ocupada se dá, primeiro, através de seus familiares, amigos e entes queridos que nela vivem, algo que acontece diuturnamente como parte do cotidiano, sempre que essa comunicação não é obstruída pelas ações, ataques e bloqueios de Israel – como no caso do bombardeio e destruição da infraestrutura da Faixa de Gaza. Em segundo lugar, a comunidade recorre a conteúdos jornalísticos produzidos por mídias árabes ou que cobrem a Palestina por meio de coberturas ou fontes locais. Verificamos que mídias como *Al Jazeera*, o site *New Arab News*, o *Monitor do Oriente Médio* e o *Middle East Eye* foram as mais citadas como aquelas pelas quais os palestinos da América Latina acompanham as notícias palestinas, evitando a mídia local.

Porém, antecedendo o esforço de transmissão cultural por meio da organização familiar e comunitária, estão algumas marcas profundas da identidade palestina na América Latina que residem na memória dos deslocamentos forçados que caracterizaram a história da migração da maioria dos que chegaram à nova terra. Ainda que muitos jovens tenham vindo em busca de novas oportunidades, foi a total falta

delas nos locais de moradia ou passagem anteriores que os levou ao deslocamento até as Américas. A maioria, porém, foi empurrada por situações de violência e dominação decorrentes de mudanças no controle e apropriação territorial, e que não raro se agravaram pelas condições das viagens.

De certa forma, essa memória se torna latente a cada nova agressão à Palestina por Israel, provocando novos deslocamentos e novos traumas carregados pela diáspora palestina.

A voz política da diáspora em defesa da causa política, por outro lado, também não encontra expressão na mídia latino-americana, senão em mídias alternativas e vivências comunitárias. Como diz um entrevistado de El Salvador, a comunidade local é muito rica e forte, tem jornais, televisões e rádios. Mas não pode confrontar a narrativa israelense com a narrativa palestina, e isso tem muitas razões. Entre estas, está uma história em que a relação de imigrantes palestinos com a comunidade hondurenha se dá pela via do desenvolvimento econômico e do foco na política local. Posso dizer que a comunidade como indivíduos é forte, mas individualmente e como grupo é fraca (Político hondurenho A).

As organizações de solidariedade com a Palestina se tornaram vozes da diáspora na medida em que o trabalho institucional palestino evoluiu muito, tornando-se mais profissional e dialogando com o mundo político para jogar luz sobre a causa palestina em luta contra a ocupação israelense.

A pressão de *lobbies* pró-Israel é percebida pelos entrevistados, pelo desequilíbrio da cobertura dos assuntos palestinos nas mídias locais, o que indica que o jornalismo latino-americano está falhando com os palestinos, com a diáspora palestina, com a própria Palestina e, quiçá, com outros assuntos cuja cobertura é pautada pelos interesses das mídias globalizadas e alinhadas aos interesses dos Estados Unidos e Europa.

Foi preciso, nesta tese, voltar à análise da Comissão MacBride que já reclamava um direito à comunicação equilibrado no mundo e não orientado para a reprodução de um pensamento único.

O jornalismo humanitário e de paz pode ajudar a equilibrar a cobertura ao centrar sua abordagem no ser humano, no seu habitat e nos seus direitos para contextualizar as causas das agressões sofridas. Para isso, a academia tem um desafio ainda maior – o de formar gerações de jornalistas para compreender sua responsabilidade em relação ao futuro do mundo. E para dotá-los de instrumental técnico profissional para aplicar os princípios do bom jornalismo na apuração dos fatos que determinam o futuro das pessoas e da própria humanidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo discutir até que ponto a diáspora palestina na América Latina adere à identidade, ao idioma e à preservação da cultura original, ao mesmo tempo buscando o reconhecimento de seus esforços de integração pela comunidade anfitriã e suas questões enquanto palestinos latino-americanos que se relacionam com a situação da Palestina hoje. O trabalho verificou se as comunidades têm uma presença influente, clara e positiva, através da forma como a mídia cobre a questão palestina e sua diáspora na América Latina, especialmente na amostra do estudo composta por Brasil, Chile, Honduras, El Salvador e Argentina, e quais estratégias e recursos de comunicação, incluídos os aspectos informais e espontâneos, os palestinos latino-americanos utilizam. Também buscou perceber quais as contribuições do jornalismo humanitário e de paz na construção de novas abordagens para a cobertura midiática da questão palestina em relação a Israel, através de uma análise dos principais jornais dos países de estudo: *Clarín*-(Argentina), *Folha de S. Paulo* (Brasil), *El Mercurio* (Chile), *La Prensa Gráfica* (El Salvador) e *El Heraldo* (Honduras).

Com amostra dos jornais no período de janeiro de 2020 a junho de 2023, a pesquisa usou a palavra-chave “Palestina”. Para ampliar o escopo do estudo, foram realizadas entrevistas em profundidade com 40 pessoas nos cinco países abrangidos, divididas em quatro categorias (Comunicação, Religião, Academia, Política). Foram oito entrevistados por país. Antes disso, apresentamos uma introdução histórica e um rápido olhar sobre o desenvolvimento e as razões para a criação do Estado de Israel, que contribuiu para a ocorrência de uma crise humanitária e sofrimento contínuo entre os palestinos, forçando a um deslocamento associado à permanente defesa do direito de retorno previsto no Direito Internacional. A tese traz uma introdução sobre a formação da diáspora nos cinco países de estudo, o número aproximado da comunidade palestina em cada um deles e a posição política sobre a questão palestina dos países de acolhimento.

O primeiro capítulo engloba uma introdução geral um panorama histórico dos desenvolvimentos sobre a questão palestina, partindo da idealização do projeto sionista e de seu intento de articular e incentivar a imigração judaica, apontando as primeiras colônias construídas nas terras palestinas. O capítulo aborda o resultado do Primeiro Congresso Sionista – o Programa da Basileia em 1897, a contribuição do Mandato Britânico para o deslocamento do povo palestino e o estabelecimento do Estado de Israel, a resistência e luta dos palestinos a partir de 1917, incluindo a Revolta de al-

Buraq em 1929 e a Grande Revolução Palestina entre 1936 e 1939. Aborda brevemente a ocupação da Faixa de Gaza entre 1956 e 1957, que, como fica claro ao se debruçar sobre a História, é uma parte do território palestino vista como ameaça estratégica para o Estado de Israel, porque ainda luta até ao momento de conclusão desta tese para restaurar a o direito legítimo da população palestina a sua terra. Para os palestinos vivendo sob ocupação em suas terras ou na diáspora, sua terra, a Palestina, continua a ser roubada por Israel com apoio internacional há quase oito décadas.

É claro que o declínio do Império Otomano e a falta de segurança social ainda sob seu domínio contribuíram grandemente para a migração de uma parte dos palestinos, especificamente da cidade de Belém e das cidades de Beit Jala e Beit Sahour, para os países da América Latina, de 1870 a 1914. Os resultados da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com o subsequente estabelecimento do Mandato Britânico sobre as terras da Palestina e da Transjordânia, após a queda do Império Otomano, contribuíram para a migração de mais pessoas até os anos 1920.

O sofrimento e o deslocamento dos palestinos aumentaram devido às práticas das forças do Mandato Britânico e ao fortalecimento de gangues sionistas como a Haganah e outras, o que levou à migração forçada de habitantes originários da Palestina entre 1920 e 1948, em busca de uma vida segura e de sobrevivência para si e para melhorar a situação econômica das suas famílias.

O movimento colonial sionista, como define o historiador israelense Gershon Shafir (1989), apresenta um formato de assentamento híbrido, baseado no controle europeu da terra, na exploração de trabalhadores locais e numa identidade nacional europeia, oposta à mistura étnica.

A Nakba em 1948 levou ao deslocamento de centenas de milhares de palestinos, e os massacres cometidos como o de Deir Yassin e outros contribuíram para o deslocamento involuntário e sistemático de modo a esvaziar a terra da sua população palestina e o cerco econômico, político e social. A ocupação da Faixa de Gaza entre 1956 e 1957 levou ao deslocamento forçado de mais palestinos, assim como a Naksa (Revés) em 1967. Esse momento marcou um novo começo para os movimentos e partidos organizados na resistência armada, como o Fatah, o Movimento de Resistência Islâmica Hamas, a Jihad Islâmica e a Frente Popular pela Libertação da Palestina. Consumava-se o deslocamento de mais de um milhão de pessoas, precedido por muitas lutas populares palestinas, como greves de trabalhadores, a Revolta de al-Buraq em 1929 e a Grande Revolução Palestina em 1936-1939.

A Nakba e a Naksa, o sofrimento econômico que se seguiu, e a perspectiva política estreita, contribuíram para a migração de mais palestinos, especificamente

nessa fase, das aldeias de Ramallah e Jerusalém, em busca de um futuro seguro e de abrir novos horizontes. Para os jovens imigrantes palestinos daquela época, havia o chamado sonho americano, e uma vez que os Estados Unidos tinham uma reputação de liberdade, oportunidades de emprego e melhoria da situação econômica em tempo recorde; porém, fica claro que os navios levaram a maior parte dos imigrantes palestinos para o Porto do Rio de Janeiro, e eles se estabeleceram no Brasil, ou ao Porto de Buenos Aires, e cruzaram os Andes até a Argentina ou o Chile, onde começaram a trabalhar e descobriram que não estavam na América do Norte, mas sim na América do Sul.

No segundo capítulo, discutimos o sofrimento dos palestinos latino-americanos nos seus primeiros dias, incluindo discriminação e assédio moral, turcofobia, palestinfobia ou islamofobia. Palestinos latino-americanos foram descritos como atrasados, reacionários e bárbaros por alguns governos ou senhores feudais da época, e países como o Chile e a Argentina emitiram uma decisão para impedir que mais palestinos entrassem nas suas terras em meados do século passado.

Essas campanhas que ainda existem até hoje, mas em menor extensão, confrontam-se com os esforços da diáspora palestina nos países do continente latino-americano para aderir ao trabalho e destacar-se como empresários de sucesso e construir uma sociedade e famílias fortes e ampliadas. O mais importante para eles, ainda hoje, era apoiar as suas famílias e parentes na Palestina ocupada, para que permanecessem comprometidos com a pátria e firmes em campo.

As conquistas dos palestinos latino-americanos contribuíram mais tarde para o renascimento de todos os países do continente, e parte deles se tornou líderes políticos e empresários e uma classe importante na diáspora. Esse sucesso acumulado em vários campos levou ao seu reconhecimento, mediante seus grandes esforços no progresso e prosperidade dos países em que trabalharam e aos quais foram leais.

Falamos sobre o conceito de migração e resistência, pelo qual Hall entendia migração e diáspora como resistência. Os palestinos são o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles tiveram que aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia. Há muitos outros exemplos a serem descobertos (Hall, 2003, p. 89).

Falando também sobre a diáspora nos países do estudo, ficou claro que a diáspora palestina no Chile, por exemplo, conseguiu a preservação da identidade

palestina e a luta pelo reconhecimento da causa palestina de uma forma notável e sem precedentes.

Quando a Constituição do Chile impôs apenas a religião católica aos chilenos (o que durou até 1925), os primeiros palestinos chilenos construíram uma igreja própria e praticaram seus rituais religiosos. Desde 1920, os primeiros imigrantes fundaram o Clube Palestino para servir de incubadora para a comunidade, via educação política e popular sobre a questão palestina, ensinando artes culinárias palestinas e praticando o popular *dabke* palestino (dança folclórica), arte que tem um papel importante na difusão da cultura palestina, com presença e seguidores em vários países do mundo. É também claro que parte considerável da comunidade palestina, nos países estudados, goza de uma boa situação econômica e tem uma presença política muito forte, quer através dos seus membros, quer através das suas relações com a classe dominante, presente em vários campos políticos.

A tese constata que muitos palestinos latino-americanos são influentes como indivíduos, e não como grupos de pressão e lobistas para servirem as suas causas. A orientação política de parte dos palestinos latino-americanos é contraditoriamente alinhada às direitas partidárias, enquanto a defesa da causa palestina faz parte da agenda dos partidos políticos de esquerda. Esses mesmos palestinos colocam-se contra a direita quando esta apoia Israel à custa dos direitos de seu povo.

Os palestinos se integraram plenamente na sociedade anfitriã por diversas razões, a mais importante das quais é que os países latino-americanos em geral têm uma taxa menor de racismo antiárabe, embora exista, uma abertura para a chegada de imigrantes e também por compartilharem um histórico de flagelos coloniais com os palestinos. Além disso, a América do Sul está distante das zonas de conflito europeias, envolvendo o Ocidente de modo geral. No entanto, deve-se notar que parte da diáspora palestina nos países de estudo não se considera principalmente palestina. Assume-se como brasileira de origem palestina, bem como chilena de origem palestina, por exemplo. Certamente, esta é uma diáspora palestina, mas deve ser enfatizado que a diáspora nos países de estudo integrou-se total e significativamente aos países de acolhimento.

O terceiro capítulo tratou da Palestina na mídia latino-americana e como as contribuições do jornalismo de paz e humanitário contribuíram para a cobertura nos jornais latino-americanos, com base nas teorias de Galtung, Victor, Youngblood, Kempf, Shinar, Scott, Bunce e Wright e nos padrões de noticiabilidade. Abordamos o relatório MacBride sobre os meios de comunicação porque verificamos que as conclusões críticas a ele (1980) se refletem no fato de que a cobertura midiática da

questão palestina, em todos os jornais nos países de estudo, seguem a tendência da abordagem das agências do norte global, sendo suas fontes principais as agências Reuters, AFP, AP, UPI, que substituem coberturas próprias das mídias do sul global na Cisjordânia ou na Faixa de Gaza, onde praticamente não existem escritórios de mídia ou correspondentes fixos da América Latina. Com isso, a narrativa segue uma espécie de imperialismo midiático global na cobertura da Palestina, com clara visibilidade para a narrativa da ocupação israelense, naturalizando a crise humanitária do povo palestino, o que carece da prática do jornalismo humanitário, da objetividade e da transparência nas reportagens. Os dados mostraram que os israelenses, representados pelo seu embaixador nas capitais políticas, o seu cônsul nas capitais econômicas, ou as suas personalidades, têm uma presença maior na imprensa escrita do que os palestinos latino-americanos. A islamofobia também é alimentada quando os residentes da Faixa de Gaza são descritos como militantes do Movimento de Resistência Islâmica Hamas, tratados como terroristas e extremistas.

Os tempos de publicação também demonstram que, em alguns casos, acontecimentos que impactam a imagem de Israel têm cobertura tardia em alguns jornais da região que seguem as mídias ocidentais, a exemplo do assassinato da jornalista Shireen Abu Akleh.

Estudos conduzidos no campo da psicologia social apontam que a mídia é capaz de desconstruir a atmosfera de pânico moral que ela mesma promove em torno da associação entre terrorismo e Islã.

A mensagem disseminada pelos meios de comunicação influi diretamente na percepção individual e social dos fatos, que, posteriormente, formará a opinião pública. Se a cobertura jornalística sistematicamente associa o Islã ao terrorismo, então contribui para que os muçulmanos em sua totalidade sejam percebidos como terroristas, aumentando a sensação de ameaça apreendida por indivíduos não muçulmanos. Assim, teóricos da área psicossocial (Von Sikorski et al., 2017) corroboram que uma mudança de abordagem na cobertura da pauta do terrorismo poderia enfraquecer as reações de medo e, conseqüentemente, combater a islamofobia.

Nesse sentido, a partir dos preceitos trabalhados pelo jornalismo humanitário e de paz, vislumbram-se alternativas para desconstruir a representação midiática cristalizada acerca da causa palestina e seus perpetradores. Um dos principais pontos de confluência entre o jornalismo humanitário e de paz é a importância conferida e o incentivo à pluralidade de vozes na cobertura jornalística, questão urgente no que tange às matérias que propagam e reproduzem não apenas o discurso oficial, mas também as narrativas enquadradas pelas agências internacionais de notícias. O jornalismo

humanitário teorizado por Scott defende os princípios de independência da mídia, ao mesmo tempo que reforça uma atuação mais ativa para equalizar conflitos, dando espaço para discussões sobre possíveis soluções e voz para os que até então não eram ouvidos. Princípios estes que vão ao encontro do postulado do jornalismo de paz de Shinar e Kempf, que gira em torno do fomento à pluralidade de opiniões a fim de expandir a visão crítica da opinião pública, criando um modo normativo de cobertura midiática responsável e consciente.

As premissas apresentadas por ambas as práticas vão além da inserção de vozes díspares nos textos jornalísticos, o que já configuraria um avanço frente à atual formatação da cobertura sobre a pauta da causa palestina.

O quarto capítulo concluiu com as entrevistas em profundidade, que corroboram as dificuldades de espelhar-se na mídia regional. Um consenso que pode ser destacado através das entrevistas é a solidariedade e o apoio indiscutível à causa palestina de várias maneiras possíveis: desde investir o seu dinheiro nos territórios palestinos até apoiar a firmeza da juventude local, enviar os seus filhos para viver em cidades e aldeias palestinas, construir casas especiais para eles, ensinar-lhes a língua árabe e mover a roda da economia local palestina

A integração local nos países de estudo é amplamente reconhecida em vários campos, especialmente econômicos, mas também na política, tornando os palestinos latino-americanos presentes, influentes e prósperos. Os hábitos familiares, comunitários e de promoção de tradições palestinas fazem parte da integração e da identidade palestina latino-americana. A presença da gastronomia palestina, representada por falafel, maqluba, musakhan, qidra, homus, mostrou-se evidente em suas mesas, apesar de algumas famílias terem imigrado há mais de 100 anos.

Entrevistas aprofundadas mostraram que a imagem dos lutadores pela liberdade como Ghassan Kanafani e Mahmoud Darwish, o lenço símbolo da luta palestina (*kuffyah*), a imagem da Mesquita Al-Aqsa, da Mesquita Ibrahimi e da Igreja do Santo Sepúlcro decoram grandemente as suas casas, lojas, fábricas e empresas. Os nomes de meninos e meninas ainda são semelhantes ao costume camponês palestino, em que o homem nomeia seu filho mais velho (o primogênito) com o nome de seu pai e sua primeira filha com o nome de sua mãe ou da mãe de sua esposa (sua sogra). Cito aqui um dos entrevistados em que parte de seus familiares chegou a El Salvador desde 1870: ele deu à filha o nome de sua mãe, em adesão significativa e notável à identidade e cultura palestinas. Sobre questão colocada na pesquisa com foco na importância do jornalismo local (dos cinco países alvo) na cobertura da Palestina e a forma como os/as participantes se veem representados (as) pelos principais veículos de comunicação do

país onde residem, verificou-se que os palestinos latino-americanos nos países de estudo estavam em total acordo entre si sobre não confiar nas chamada grande mídia da região latino-americana, fortemente influenciada pelas agências internacionais como fonte de informação.

A maioria diz não acompanhar as notícias pelos jornais ou meios de rede social dos seus países em relação à Palestina e o “conflito palestino-israelense”, considerando que as notícias locais sobre a Palestina são de canais, jornais e rádios que reproduzem completamente a narrativa israelense e a promovem.

Ficou claro que os palestinos latino-americanos acompanham as notícias e ficam sabendo dos acontecimentos atuais na Palestina de duas maneiras: a primeira é a comunicação com a família, relacionamentos e amigos na Palestina ocupada. O segundo meio, citado em todas as respostas, é a mídia estrangeira não ocidental, começando por *Al Jazeera*, *Middle East Monitor* (com edição em português), *Middle East Eye*, *Al Mayadeen*, jornal *Al-Arabi Al-Jadeed*, acessados pela internet.

Em resposta à sua presença como palestinos latino-americanos nos países de acolhimento e à sua excelência no trabalho, na construção de países e na contribuição para o crescimento econômico dos países de estudo, as respostas foram consistentes com uma visão positiva: a diáspora palestina é agora respeitada e apreciada pelos líderes comunitários, pelos meios de comunicação e, por vezes, pelos governos, independentemente da sua orientação ideológica. Todos os entrevistados, no entanto, incluíram a reflexão sobre as dificuldades na chegada aos países como um fator presente na memória das comunidades e, portanto, transmitido às novas gerações. Eles reconhecem que o início foi doloroso e difícil para os pais e avós nos anos 1920 e 1930. Diante disso, a tese procurou revelar não só as principais características e consequências da representação midiática baseada na cobertura humanitária da crise palestina, mas também sugerir alternativas teóricas e empíricas que contribuam de forma funcional para o desmantelamento da imagem desproporcional e para que a cobertura seja baseada na objetividade, na transparência e na integridade da notícia.

As entrevistas mostraram que a diáspora palestina está fortemente presente em vários campos e setores comerciais, econômicos e políticos, chegando mesmo ao poder em países do continente latino-americano objeto deste estudo. Contudo, sua influência é associada a indivíduos e, por vezes, não representa a comunidade ou sociedade palestina; talvez a razão seja que não existe um projeto político palestino ou árabe claramente definido para beneficiar-se dessas energias únicas em lugares distantes do mundo, formando um *lobby* de pressão sobre Israel que apoie os interesses da Palestina e dos árabes. O resultado final pode ser que os palestinos latino-americanos sejam bem-

sucedidos como indivíduos e não como sociedades. O caso do Chile – e do Clube Palestino aí representado – pode constituir uma importante exceção.

Através desta tese, notamos que os meios de comunicação social continuam permeados por paradoxos, como abordado no Relatório MacBride sobre a comunicação no sul global. Ao desfrutar de uma posição central na estrutura atual da sociedade, esses meios alavancam a influência de setores de interesse junto ao público para alcançar objetivos ocultos. Caso da questão palestina, em que os meios de comunicação social acabam sendo vistos pela comunidade como uma ferramenta para espalhar o medo individual e o pânico moral, distorcer a imagem dos palestinos e utilizar padrões duplos na cobertura midiática a favor de Israel. O papel e a compreensão dos efeitos da cobertura produzida dentro da estrutura organizada pela comunidade são claros. De certa forma, o fato de terem sofrido as violências do deslocamento no passado e de se conectarem com o sofrimento palestino no presente criou na comunidade palestina uma visão crítica da mídia capaz de identificar práticas comuns na distorção da cobertura, que ainda desafiam pesquisadores e defensores de um jornalismo humanitário e de paz.

Com base nos resultados e análises alcançados, esta tese abre caminho para novas pesquisas e investigações, de forma mais aprofundada, no que diz respeito à diáspora palestina na América Latina, em primeiro lugar, e em segundo lugar, à narrativa midiática que leva a abordagem do norte global a orientar as notícias. Há uma necessidade urgente de cobertura da questão palestina a partir da perspectiva do jornalismo humanitário, com a inserção de repórteres, comentaristas e fotógrafos orientados pela independência da cobertura em todos os territórios palestinos, em Jerusalém, Gaza e Ramallah, para que transmitam as notícias diretamente, sem a necessidade de um intermediário midiático imperial e tendencioso que tem orientado a interpretação distorcida da realidade palestina pela sociedade consumidora do jornalismo praticado na América do Sul. A tese procura ser um alerta de que esforços devem ser feitos nesse contexto, no âmbito do jornalismo humanitário e de paz, para combater a construção de visão equivocada que a opinião pública partilha sobre a questão palestina e seu povo.

Além disso, ao expandir o eixo temático, é possível sugerir que os estudantes dos departamentos de jornalismo internacional e humanitário das universidades sejam treinados em programas que incluam o estudo *in loco*, na Palestina ocupada, emblemático para se compreender o contraste entre a narrativa massificada e uma experiência real e caracterizada por princípios de objetividade, transparência e imparcialidade, sem simpatia ou preconceito, mas com profissionalismo.

A despeito das agências internacionais, na sociedade e na política a América Latina está dividida. Em parte, a cristalização da memória coletiva em torno da memória da colonização na região se expressa na identificação e na solidariedade com o povo palestino sob ocupação. Uma perspectiva humanitária é mais evidente no campo político de esquerda liderado pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Gustavo Petro (Colômbia), Nicolás Maduro (Nicarágua), Miguel Díaz-Canel (Cuba). Já a narrativa de Israel é incorporada a partir de uma perspectiva religiosa evangélica de que o estabelecimento do Estado sionista aceleraria a vinda do segundo Messias. Governos de extrema direita reforçam essa perspectiva bíblica, como nos casos do ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, e do atual presidente argentino, Javier Milei.

Os pontos abordados nesta tese carecem de uma atenção muito maior da imprensa latino-americana ao “conflito israelo-palestino”, assim como os ângulos explorados com base nos resultados encontrados na pesquisa destacam a importância da interdisciplinaridade no jornalismo para dar conta da complexidade de um tema tão atual quanto urgente.

## REFERÊNCIAS

ABDEL HAI, W. Relações de Israel com a América Latina, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3jEeXHI>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ABDEL HAI, W. Relações de Israel com a América Latina, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3jEeXHI>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ABDULLAH, D. **Envolvendo o mundo: A construção da política externa do Hamas**. Centro Afro-Médio Oriente (Amec), África do Sul, 2021.

AKMIR, A. **Comunidades Árabes na América Latina, Estudo de Caso: México, Chile, Brasil, Peru, Paraguai, Argentina**. Centro de Estudos da Unidade, Beirute, Líbano, 2006.

AL- MESSIRI, A. 1999, **Enciclopédia de Judeus, Judaísmo e Sionismo**. Dar El-Shorouk, Cairo, Egito.

AL-AREF, A. **História de Gaza, Imprensa do Orfanato Islâmico em Jerusalém**. Jerusalém, Palestina, 1943.

ALJAMAL, Y. AMOUR P. **Palestinian Diaspora Communities. In: Latin America and Palestinian Statehood**. *Journal de Estudos da Terra Santa e Palestina*. 2020, v. 19, emitir 1, p. 101-120. Disponível em: <https://www.eupublishing.com/doi/abs/10.3366/hlps.2020.0230>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ALJAMAL, Y. Pillars of solidarity with the Palestinian people: A Palestinian perspective. **ASA Conference**. Hawaii: [Sakarya University](http://www.sakaryauniversity.edu.tr), 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339089912>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ALJAMAL, Y; AMOUR, P. Palestinian Diaspora Communities in Latin America and Palestinian Statehood. **Journal of Holy Land and Palestine Studies**, 2020. Disponível em: [www.eupublishing.com/hlp](http://www.eupublishing.com/hlp). Acesso em: 10 nov. 2021.

ALZOUBI, A. **Ameaça de transferir a Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém: anúncio, retiro e repercussão no Brasil**. Revista FOCO, Curitiba, Brasil, 2023.

Atiyah, E. 1948, *The Palestine Question*, Diplomatic Press & Publishing Co.

BALIBAR, E. **A Forma Nação: História e Ideologia**. Fundação de Pesquisa da Universidade Estadual de Nova York, Estados Unidos da América, 1991.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. Edições 70, 1979.

Bar-Zohar, *Ben-Gurion*, vol. 2, p. 703.

Bar-Zohar, *Ben-Gurion*, vol. 2, p. 703.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2003

Bauman, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BEAKLINI, B. **Onde está a esquerda árabe-brasileira?**, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Bi3X91>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BEN-AMI, A. **Sefer Eretz-Yisrael Hashlemah (O Livro de Toda a Terra de Israel)**. Friedman Imprensa, Tel Aviv, 1977.

BEN-GURION, D. **Diários de guerra 1947-1949**. Instituto de Estudos Palestinos, Beirute, Líbano, 1993.

BERCITO, D. **Comunidade árabe é 6% da população brasileira, diz pesquisa**. ANAB, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BsFsWs>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Bishara, A. 2019, Is Anti-Zionism a Form of Anti-Semitism? Anti-Zionism as a Jewish Phenomenon, Case analysis, Arab Center for Research and Policy Studies, Doha, Qatar.

BISHARA, A. e outros. **A guerra de junho de 1967: caminhos e implicações**, Centro Árabe de Pesquisa e Estudos Políticos, Doha, Catar, 2017.

BISHARAT, S. **O papel das correntes religiosas sionistas na vida política em Israel (2000-2019)** Dawr al-Tayyārāt al-Şuhyūniyyah al-Dīniyyah fī al-Ḥayāh al-Siyāsiyyah fī Isrā’īl 2000-2019, Al-Zaytouna Centre for Studies & Consultations, Beirut, Lebanon, 2021.

BOTELHO, José Francisco. Dossiê Oriente Médio. In: *Aventuras na História*. São Paulo: Abril, vol. 14, 2006.

Boubeker, A. 2010, Abdelmalek, S. pionnier d’une sociologie de l’immigration postcoloniale. In: Bancel N, Bernault F, Blanchard P, Boubeker A, Mbembe A and Verges F et al. pp. 37–48. (eds) *Ruptures postcoloniales*. Paris: La Decouverte.

Bourdieu, P. 1977, *Outline of a Theory of Practice*, translated by R Nice, Cambridge: Cambridge University Press.

BOYCE, C. e NEALE, P. *Conducting In-Depth Interview: A Guide for Designing and Conducting In-Depth Interviews for Evaluation Input*. Pathfinder International Tool Series, Monitoring and Evaluation-2, 2006. Disponível em: [https://nyhealthfoundation.org/wp-content/uploads/2019/02/m\\_e\\_tool\\_series\\_indepth\\_interviews-1.pdf](https://nyhealthfoundation.org/wp-content/uploads/2019/02/m_e_tool_series_indepth_interviews-1.pdf).

Canclini, N. 2006, *culturas híbridas*, Edusp, Sao Paulo, Brasil.

CHAPARRO, M.C. Iniciação a uma teoria das fontes: tipificação das fontes. O xis da questão (*blog*). Disponível em: [oxisdaquestao.com.br/integra\\_integra.asp?codigo=377](http://oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=377). Acesso em: 16 mai. 2019.

CHARIF, M. **2019: Noventa anos após a revolta de Buraq**. Instituto de Estudos Palestinos, Beirute, Líbano.

COLLINS, P. H; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORBINOS, A. **O comportamento urbano de migrantes árabes no Chile**. Revista EURE, Santiago, Chile, 1983.

Corbinos, L. 2001, *Demographic transition and ageing in Latin America and the Caribbean: social and bioethical facts and comments*, vol.7, n.1, pp.27-41, *Acta Bioethica*, University of Chile.

DAHER, M. **Exploração psicossocial da imigração libanesa no Chile**. Santiago, Chile, 1986.

DUARTE, J. *Entrevista em Profundidade*. In: DUARTE, J; BARROS, A. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 62, 66.

Dytz, N. *Crise e reforma da UNESCO: reflexões sobre a promoção do poder brando do Brasil no plano multilateral*. FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, Brasileira, Brasil. Disponível em: <https://2u.pw/SSc42Kx>, 2014. Acesso em: 10 out. 2019.

Ehrlich, M. 2016, *brasileiros-judeus, judeus-brasileiros: a formação de uma identidade hifenizada em curitiba (1954-1970)*, Associação Nacional de História (ANPUH), Universidade Federal do Paraná.

ENCICLOPÉDIA PALESTINA. **Autoridade da Enciclopédia Palestina**, Beirute, Líbano, 1984.

Eshbal, Aminadav 90, 94-95, *Exército*, ver Haganah.

Eshel, T. 1973, *Hatiuat Carmeli Bemilhemet Hakomemlyut* [The Carmeli Brigade in the War of independence]. Tel Aviv: IDF- Ma arachot Press.

FANON, F. "On National Culture". In: **The Wretched of the Earth. Londres-Nova York:** Grove Press. Os miseráveis da terra. México: Fundo de Cultura Econômica, 1963.

FARAG, E. **Organização para a Libertação da Palestina.** Essam El Din, El-Mahrousa Center for Research and Training, Cairo, Egito, 1998.

FARAH, Paulo Daniel. **Mahmud Darwich: a terra nos é estreita e outros poemas.** Bibliaspa, São Paulo, 2012.

FLORES, M. **A integração social dos imigrantes,** os chamados turcos na cidade de Córdoba, 1890-1930. Centro de Estudos Históricos, Córdoba, Espanha, 1996.

Foreign Relations of the United States (Frus): 1943, IV, p. 776, citado em Michael Palumbo, *The Palestinian Catastrophe* (Londres: Faber and Faber, 1987), p. 23.

GHABRA, S, **Palestinians in Kuwait: The Family and the Politics of Survival,** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3GuPrhU>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GHABRA, S. **Life is safe generation of dreams and failures,** 2018. Disponível em: <https://bit.ly/313IO5S>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GHABRA, S. **Palestinos no Kuwait: a família e a política de sobrevivência.** Centro Árabe de Pesquisa e Estudos Políticos, Doha, Catar, 2019.

GLOBAL SECURITY. **Operation Enduring Freedom - Caribbean, Central America (OEF-CCA), 2013.** Disponível em: <https://encr.pw/CPX4r>, Acesso em: março, 2024.

González, T. 1990, *La inmigración árabe en Chile* (Santiago, Chile: Instituto Chileno-Árabe de Cultura, Instituto Chileno Árabe de Cultura, Santiago, Chile.

GÜNTHER, H. 2006, **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Psicologia: teoria e pesquisa,** v. 22, pp. 201-209.

HALL, S. 2003, **Pensando a Diáspora** (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais.* Liv Sovik (Org.). Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília, Representação da Unesco no Brasil.

HALPERN E ZEVELOFF e outros. **Deadly Pattern: 20 journalists died by Israeli military fire in 22 years. No one has been held accountable**, 2023. Disponível em: <https://cpj.org/reports/2023/05/deadly-pattern-20-journalists-died-by-israeli-military-fire-in-22-years-no-one-has-been-held-accountable/>.

HALPERN E ZEVELOFF, O e N. Disponível em: <https://cpj.org/reports/2023/05/deadly-pattern-20-journalists-died-by-israeli-military-fire-in-22-years-no-one-has-been-held-accountable/>. CPJ, 2023.

HAMIDULLAH, M. 1985, **Arab discovery of America before Columbus, Alilm**, (Dur ban): vol. 5, p.79-87.

HART, A. 1989, **A political Biography**. Bloomington & Indianapolis, Editora da Universidade de Indiana, Estados Unidos da América.

HASSAN, A. 1941, **Guia Social da Colônia Árabe no Chile: (Síria, Palestina, Libanesa)**. Biblioteca Nacional de Chile, Ahues Hermanos, Santiago, Chile.

HERNÁNDEZ, A. **A integração dos imigrantes árabes na vida nacional: Sírios em Santiago**. Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile, 1991.

HERNÁNDEZ, A. 1994, **La “turcofobia”. Discriminación antiárabe en Chile**, 1900-1950. Revista Historia, Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica de Chile, <https://revistahistoria.uc.cl/index.php/rhis/article/view/15763>, 28(1), 249–272, Santiago, Chile.

Herrero, V. 2014, **Agustín Edwards Eastman: Una biografía desclasificada del dueño de El Mercurio**, Madrid, Espanha.

Herzl, T. 1896, **The Jewish State**, Library of Alexandria.

HERZL, T. 2007, **O Estado judeu**, Tradução Dar El-Shorouk, Cairo, Egito.

HERZL, T. 1960, **Os diários completos**, vol. I. Nova York, Estados Unidos.

HORKHEIMER, M; ADORNO, T. W. 1985, **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zaharm Brasil.

HROUB, K. 2000, **Hamas: Pensamento e Prática Política**, Instituto de Estudos Palestinos, Beirute, Líbano.

JARDIM, D. F. 2006, **Os imigrantes palestinos na América Latina**, Estudos Avançados, v. 20, pp. 171-181.

JARDIM, D. 2003, **Palestinos: As redefinições de fronteiras e cidadania**, Horizontes Antropológicos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

JIRYIS, S. **História do Sionismo**, 1862-1917, Jerusalém, Palestina.

JOHNSON, P. SHEHADEH, R. **Buscando a Palestina: nova escrita palestina sobre o exílio e o lar. Revisão Matthew Abraham**. Northampton, MA: Olive Branch Press, v. 42, n. 4, 2012-2013.

JOHN, C. 1994, **Palestina para Londres**, nº 1.018, Secret, PRO, CO 733/477/3/107.

JOZAMI, G. **Imigração sírio-libanesa na América Latina. Identidade religiosa e integração cultural em cristãos sírios e libaneses na Argentina, 1890-1990**. Estudios Migratorios Latinoamericanos, Logroño, Espanha, 1994.

JUBRAN, S. ALVES, J. 1968, **Revista Criação & Crítica**, USP, Brasil, 2019.

KATZ, S. **Dias de Fogo**, W.H. Allen, Londres.

Khalidi, R. 1998, **Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness**, Columbia University Press, United States.

KHALIDI, W. 1987, **Antes de sua diáspora: uma história fotográfica dos palestinos 1876-1948**. Instituto de Estudos Palestinos, Beirute, Líbano.

KHALIDI, W. 2020, **Sionismo em cem anos, do choro pelas ruínas à dominação do Oriente Árabe (1897-1997)**, Dar An-Nahar, Beirute, Líbano.

KHOURY, Y. 1986, **The Arab Press in Palestine 1876-1948**. Instituto de Estudos Palestinos em colaboração com a União Geral de Escritores e Jornalistas Palestinos, Beirute, Líbano.

KLICH, I. e LEFFER, J. 1996, **Imigrantes “turcos” na América Latina**. Universidade de Cambridge Imprensa, Cambridge, Inglaterra.

KLICH, I. e LEFFER, J. 1955, **Árabes, judeus e árabes judeus na Argentina na primeira metade do mil novecentos**. Estudos Interdisciplinares na América Latina e no Caribe (E.I.A.L). Lester e Sally Entin Faculdade de Humanidades, Escola de História, Instituto de História e Cultura Latino-Americana, Londres, Inglaterra.

KLICH, I. e LESSER, J. 1996, **Turco Immigrants in Latin America**. Academia de História Franciscana Americana, Universidade de Cambridge Imprensa, Cambridge, Reino Unido.

KLICH, I. 1995, **Rumo a um bloco árabe-latino-americano? The Genesis of Argentina-Middle East Relations: Jordânia, 1945-54**. Artigo de jornal, v. 31, n. 3, pp.

550-572. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4283742>. Acesso em: 10 out. 2022.

Laclau, E. 1991, **A política e os limites da modernidade"**, em **Heloisa Buarque de Holanda (coord.)**, Pós-modernismo e política, Roxo, Rio de Janeiro Brasil.

LAGE, N. 2005, **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**, 5ª Ed., Record, Rio de Janeiro, Brasil.

Lakatos, E, Marconi, M. 2003, **Fundamentos de Metodologia Científica**, Editora Atlas, 5 Edição, São Paulo, Brasil.

LAMB, H. 1931, **A Chama do Islã**. Publicação Cidade Jardim, Nova York, EUA.

LERMAN, Jackson. 2011, **U.S. Halts Unesco Funding Following Palestinian Membership Vote**, Disponível em: <https://2u.pw/tBoRQIP>. Acesso em: 10 out. 2023.

Lesser, J. 1995, **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil; tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres**, São Paulo: Editora UNESP.

Lesser, J. 1995, **O Brasil e a Questão Judaica**, Tradução Marisa Sanematsu, Rio de Janeiro: Imago Ed, Brasil.

LESSER, J. 1999, **Negociando a Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil**. Universidade Duke Imprensa, Estados Unidos da América.

LITVINOFF B. 1938, **As Cartas e Documentos de Chaim Weizmann**. Imprensa da Universidade de Israel, Israel.

LORENZO, A. e REBOLLEDO, A. 1997, **Imigração Árabe no Chile**. Editorial UNESCO, Madrid, Espanha.

LORENZO, A. 1983, **O comportamento urbano dos migrantes árabes no Chile**. Revista EURE, Santiago, Chile.

LUNA, P. 2017, Chile: **Palestinians gather to forge unified diaspora**, Aljazeera, <https://2u.pw/UIYRb8mW>.

MACBRIDE, R. 1980, **Many Voices, One World**. UNESCO, Disponível em: <https://2u.pw/woMHwmI>. Acesso em: 10 out. 2019,

MAIA, R. C. M. **Mídia e lutas por reconhecimento**. São Paulo: Ed. Paulus, 2018.

MALGESINI, G. e GIMÉNEZ, C. **Guia conceitual sobre migração, racismo e interculturalidade**. Comunidad de Madrid, Madrid, Espanha, 2000.

MANNA, A. **A História da Palestina no final do período otomano (1700-1918)**, 2003.

MARQUES DE MELO, J. 2003, **O desafio do estudo dos gêneros**, Pauta Geral, Salvador, n. 5, pp.11-20. Entrevista concedida a Tatiana Teixeira.

Martínez, F. *A History of UNESCO*. UNESCO, 1996.

MASALHA, N. 2021, **Expulsão dos palestinos – O conceito de “transferência” no pensamento político sionista (1882-1948)**. Editora MEMO, São Paulo, Brasil.

MASALHA, N. 2002, **Mais terras, menos árabes: a política de transferência de Israel na prática 1949-1996**. Instituto de Estudos da Palestina, Beirute, Líbano.

MERUANE, L. 2019, **Tornar-se Palestina**. Relicário Edições, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

MISLEH, S. 2017, **Al Nakba - Um Estudo Sobre a Catástrofe Palestina**, Sundermann, São Paulo, Brasil.

MONTENEGRO, S. **Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil**. MANA, UFRJ, Brasil, 2000.

MORRIS, B. 1986, “**A Causa e o Caráter do Êxodo Árabe da Palestina: Análise do Ramo de Inteligência das Forças de Defesa de Israel de junho de 1948**”. *Middle Eastern Studies*.

MORRIS, B. 1968, “The Cause and Character of the Arab Exodus from Palestine: The Israel Defence Forces Intelligence Branch Analysis of June 1948”, *Middle Eastern Studies* 22, n° 1. Janeiro de 1986, pp. 5-19. Em *1948 and After*, Morris acusa o relatório de “minimizar o papel das ordens de expulsão diretas como causa do êxodo palestino”, p. 84, Taylor & Francis, Ltd., England.

MORRIS, B. **Guerras de fronteira de Israel**. Clarendon Imprensa, 1997.

MUHAREB, M. 2020, **Política de Israel em Gaza**. Siyasat Arabiya, Centro Árabe de Pesquisa e Estudos Políticos, Doha, Catar.

NATALI, J. 2007, **Jornalismo Internacional**, São Paulo: Contextom Brasil.

NORRIS, J. 2012, **Exporting the Holy Land: Artisans and Merchant Migrants in Ottoman-era Bethlehem. Paper presented at the Conference the Mashriq and the Mahjar: Levantine Migrations, 1800-2000.** North Carolina State University, United States.

OLIVEIRA, L. 2017, **A Diáspora Palestina no Brasil – a FEPAL: trajetórias, reivindicações e desdobramentos (2000-2012).** Dissertação. (Mestrado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo.

OMAR, A. 2011, **Jerusalém e a Crise de Identidade,** *Jornal Internacional de Estudos da Ásia Ocidental*, vol. 3, nº. 1, Malaysia.

PAIVA, R. 1998, **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes.

PAPPÉ, I. 2006, **The Ethnic Cleansing of Palestine,** Oneworld Publications, London, England.

PARFITT, T. 1987, **Os Judeus na Palestina, 1880-1882.** Londres.

PENA, F. 2005, **Teorias do Jornalismo.** Ed. Contexto. São Paulo. SP.

PRESTON, HERMAN, SCHILLER, 1989 **“Hope and Folly” the United States and UNESCO (1945-1985).** University of Minnesota Press, United States.

RAMDAN, S. **A Lei do Estado-nação Judeu e o Direito de Retorno dos Refugiados Palestinos.** Centro Al-Zaytouna para Estudos e Consultas, Beirute, Líbano, 2022.

RAMIRES, V. I. 2014, **Discurso na mídia: construção simbólica de ideologia e poder,** *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, pp. 69-83. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9071>. Acesso em: out. 2020.

REBOLLEDO, A. 1991, **A integração dos imigrantes árabes na vida nacional: os sírios em Santiago,** Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile.

REBOLLEDO, H. A. 1994, **“turcofobia”. Discriminação anti-árabe no Chile, 1900-1950,** Instituto de História Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago, Chile.

RIVERA, L. 2014, **Assimilation or Cultural Difference? Palestinian Immigrants in Honduras,** *Revista de Estudios Sociales*, OpenEdition Journals, <https://journals.openedition.org/revestudsoc/8183>.

ROKACH, L. 1980, **Israel's Sacred Terrorism**, Unabridged, Chicago, United States.

ROKACH, L. 1980, **Israel's Sacred Terrorism: A Study Based on Moshe Sharett's Personal Diary and Other Documents**, Assn of Arab-American University Graduates.

SADIHA, J. 1964, **Nossa Literatura no Imigrante Americano**, Dar Al-Ilm para Milhões, Beirute, Líbano.

SAFADY, J. 1971, **A imigração Árabe no Brasil: 1880-1971**, Centro de apoio à pesquisa em história "Sérgio Buarque De Holanda", USP, Brasil.

SAGER, A. 2016a, **The Ethics and Politics of Immigration: Core Issues and Emerging Trends**, London and New York: Rowman & Littlefield.

SAHD, F. 2012, **Sionismo, modernidade e barbárie: vida e morte na Faixa de Gaza**, editora Graciosa, Curitiba, Brasil.

SALAH, M. 2019, **Os Palestinos da América do Sul: O Gênio Desaparecido**, Disponível em: <https://bit.ly/2ZnFYru>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, E. 2016, **A imprensa chilena, o jornal El Mercurio e o golpe civil-militar de Pinochet (1973)**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

SAYAD, A. 2004, **The Suffering of the Immigrant**. Translated by D Macey. Cambridge: Polity.

SAYAD, A. 2006<sup>a</sup>, **L'immigration ou les paradoxes de l'alterit e**, vol. 1: L'illusion du provisoire . Paris: Raisons d'agir.

SAYAD, A. 2014<sup>a</sup>, **L'immigration ou les paradoxes de l'alterit e**, vol. 3: La fabrication des identites culturelles. Paris: Raisons d'agir.

SAYAD, A. 2014b, **L'ecole et les enfants de l'immigration**. Paris: Seuil.

SAYDAH, J. 1956, **Imigração e Literatura imigrante na América imigrante**, Instituto de Estudos Árabes Internacionais, Cairo, Egito.

SAYIGH, S. 1968, **Município da Palestina ocupada 1948-1967**, Centro de Pesquisa Organização para a Libertação da Palestina, Beirute, Líbano.

SCHAFFIR, L. 1989, **Labor and the Origins of the Israeli-Palestinian Conflict, 1882-1914**, Updated Edition, USA.

SCHIOCCHET, L. **Entre o Velho e o Novo Mundo A Diáspora Palestina Desde o Oriente Médio à América Latina**, Chiado editora, Lisboa, Portugal, 2015.

SCOTT, M. 2017, **What makes news humanitarian? The dilemmas of reporting on suffering**. In: **Public Media Alliance**, Disponível em: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian>. Acesso em: 16 mai. 2019.

SCOTT, M; BUNCE, M; WRIGHT, K. 2018, **The state of Humanitarian Journalism**. Norwich, England: **University of East Anglia**, Disponível em: [http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7\\_Humanitarian-News-Report.pdf](http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7_Humanitarian-News-Report.pdf). Acesso em: 16 mai. 2019.

Série de Documentos Básicos, **O Direito Árabe ao Muro das Lamentações em Jerusalém: Relatório da Comissão Internacional à Liga das Nações em 1930**, Institute for Palestine Studies, Beirute, Líbano, 1973.

SHAHAK, I. 1989, “**Uma História do Conceito de Transferência no Sionismo**”, Journal of Palestine Studies.

SHUKEIRY, A. **A Grande Derrota com Reis e Presidentes da Casa de Abdel Nasser à Sala Científica**, Dar al Awda, Beirute, Líbano, 1973.

SNYDER, L. 1984, **Macro-Nationalisms: a history of the pan-movements**, Westport: Greenwood Press.

SOARES, M. C. 2016, **Representações e comunicação: uma relação em crise**, LÍBERO, n. 20, pp. 47-56.

SOUSA, J. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**, Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo, Minerva-Coimbra, University of Coimbra, Coimbra, Portugal, 2016.

TELES, B. 2003, **La tierra palestina es más cara que el oro: narrativas palestinas em disputa**, Dialética, São Paulo, Brasil.

TENORIO, T. 1990, e GONZÁLEZ, P. **La inmigración árabe en Chile**, Memória Chilena, Biblioteca Nacional do Chile, Santiago, Chile.

TEVETH, S. 1985, **Ben-Gurion and the Palestinian Arabs** [Ben-Gurion e os árabes palestinos]. Oxford: Oxford University Press.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Ed. Insular, vol. 1, 2005.

TRUZZI, O. **O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos - um enfoque comparativo**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 2001.

TRUZZI, O. **Presença árabe na América do Sul**, Revista História Unisinos, São Leopoldo - RS, Brasil, 2007.

TUCHMAN, G. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, J. P. **Comunicação e sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009, pp. 93-106.

VALLIN, J. **A demografia**, Aliança Editorial, Madrid, Espanha, 1994.

VEGA, A. 2022, **The 6 largest news outlets in Latin America (2022)**, sherlockcomms, Disponível em: <https://encr.pw/L1ytL>, Acesso em: março, 2024.

VICTOR, C. 2020, **Migração venezuelana na perspectiva do jornalismo humanitário**, In: FARIAS, L. A.; LEMOS, E.; REBECHI, C. N. (Orgs.). **Opinião pública, comunicação e organizações: convergência e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Abrapcorp, pp. 89-115.

YIN, R. 1953, **O método de estudo de caso: uma bibliografia comentada (1983-1984)**, DC: COSMOS Corporação, Washington EUA.

ZAITER, A. 1950, **A Viagem da Delegação Árabe à América Latina por causa da Palestina, missão no continente: Brasil, Argentina, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Cuba, México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua**, Dar Al Hayat, Beirute, Líbano.

ZANGWILL, I. 1986, **A Voz de Jerusalém**, William Heinemann, Londres.

ZELIZER, B. 2000, Os jornalistas como comunidade interpretativa. Traquina, N. (org.) **Jornalismo**. Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, n.27, pp.50-65.

ZELIZER, B. Why memory`s work on journalism does not reflect journalism`s work on memory. *Memory Studies*, 1 (1), 2008, pp. 79-87.



## JORNAIS

1. *Israel Imperial News*, Londres, março 1968
2. *Haaretz*, 4 jul. 1989
3. *The Guardian* (Londres), 6 set. 1988
4. *Arab News Bulletin*, emitido em Londres, nº 54, 16 jan. 1948
5. *New York Times*, 19 dez. 1947.

## SITES

1. Centro de Pesquisa PEW. Relatório da Sociedade Religiosamente Dividida de Israel, 2016. Disponível em: [pewresearch.org/religion/2016/03/08/israels-religiously-divided-society](http://pewresearch.org/religion/2016/03/08/israels-religiously-divided-society).
2. O Movimento de Resistência Islâmica Hamas, Princípios do documento e políticas gerais do Hamas, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3E5X7ra>.
3. Ramallah, Agências. 2019, Disponível em: <https://2u.pw/Q2NsuiW>, Árabe 21.

## ANEXOS

### 1. O convite para a entrevista – Português

Meu nome é Ahmad Sad Alzoubi, sou doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), sob a orientação da Profa. Dra. Cilene Victor. Faço este contato para verificar o seu interesse e disponibilidade de conceder entrevista para a minha pesquisa “Palestinos na América Latina: Da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento”.

O objetivo desta pesquisa é investigar como a comunidade palestina na América Latina, com foco em cinco países, tem se sobreposto à sua representação na mídia regional e criado seus próprios meios, processos e trocas comunicacionais e culturais para a preservação de sua cultura, sua identidade e sua luta por reconhecimento.

Devo registrar que o meu projeto de doutorado foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista, e todos os entrevistados e entrevistadas terão suas identidades mantidas no anonimato, garantido por meio do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), a ser enviado e assinado pelo senhor antes da entrevista.

A entrevista se dará por meio de plataforma *online* acessível, como Skype ou Zoom, com duração de 40 a 60 minutos, a ser realizada por mim. Embora a entrevista seja gravada, esse recurso é apenas para permitir a fiel transcrição das suas respostas, mas a sua imagem e identidade, como já mencionado, serão preservadas. O texto será transcrito e usadas algumas passagens no quarto capítulo da tese.

O roteiro da entrevista está dividido em três momentos: perfil do participante, identificação de práticas culturais e comunicacionais e sua opinião e avaliação acerca da cobertura da Palestina na imprensa do país onde o senhor atualmente reside, no caso, o Brasil.

Certo de contar com o seu apoio, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,

Ahmad Sad Alzoubi

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Universidade Metodista de São Paulo

## 2. O convite para a entrevista – Espanhol

Mi nombre es Ahmad Sad Alzoubi, soy estudiante de doctorado en el Programa de Postgrado en Comunicación Social de la Universidad Metodista de São Paulo (UMESP), bajo la supervisión de la profesora Dra. Cilene Victor. Me pongo en contacto con usted para comprobar que está interesado y dispuesto a conceder una entrevista para mi proyecto de investigación "Palestinos en América Latina: de la cobertura mediática a los procesos de comunicación para la preservación de la cultura, la historia y la lucha por el reconocimiento".

El objetivo de este trabajo es investigar cómo la comunidad palestina en América Latina, centrándonos en cinco países, ha superado su representación en los medios de comunicación regionales y ha creado sus propios medios, procesos e intercambios comunicacionales y culturales para la preservación de su cultura, su identidad y su lucha por el reconocimiento.

Me gustaría señalar que mi proyecto de doctorado ha sido sometido al Comité de Ética de la Investigación de la Universidad Metodista, y que todas las personas entrevistadas mantendrán su identidad en el anonimato, garantizado mediante un Formulario de Consentimiento Libre e Informado (FICF), que será enviado y firmado por usted antes de la entrevista.

La entrevista se realizará mediante una plataforma en línea accesible, como Skype o Zoom, y durará entre 40 y 60 minutos. Aunque la entrevista será grabada, esto es sólo para permitir la transcripción fiel de sus respuestas, pero su imagen e identidad, como ya se ha mencionado, serán preservadas. El texto se transcribió y algunos pasajes se utilizarán en el cuarto capítulo de la tesis.

El guión de la entrevista se divide en tres partes: el perfil del participante, la identificación de las prácticas culturales y de comunicación y su opinión y evaluación de la cobertura de Palestina en la prensa del país donde vive actualmente, en este caso Honduras.

Espero contar con su apoyo y estoy encantado de responder a cualquier pregunta que pueda tener.

Atentamente,

Ahmad Sad Alzoubi

Estudiante de doctorado en el Programa de Postgrado en Comunicación Social  
Universidade Metodista de São Paulo

### 3. O convite para a entrevista – Árabe

اسمي أحمد سعد الزعبي، طالب دكتوراه في برنامج الدراسات العليا في التواصل الاجتماعي في الجامعة الميثودية في ساو باولو (UMESP)، تحت إشراف الأستاذة الدكتور سيلين فيكتور. أقوم بهذا الاتصال للتأكد من اهتمامك ومدى استعدادك لإجراء مقابلة لأطروحة الدكتوراه الخاصة بي "الفلستينيون في أمريكا اللاتينية: من التغطية الإعلامية إلى عمليات الاتصال للحفاظ على الثقافة والتاريخ والنضال من أجل الاعتراف".

الهدف من هذا البحث هو استكشاف كيف أن الجالية الفلسطينية في أمريكا اللاتينية، مع التركيز على خمس دول، تداخلت مع تمثيلها في وسائل الإعلام الإقليمية وخلقت وسائل وعمليات وتبادلات تواصلية وثقافية خاصة بها للحفاظ على ثقافتها وهويتها ونضالها من أجل الاعتراف بها.

يجب أن أشير إلى أن مشروع الدكتوراه الخاص بي قد تم تقديمه إلى لجنة أخلاقيات البحث في الجامعة الميثودية، وسيتم الاحتفاظ بهويات جميع الأشخاص الذين أجريت معهم المقابلات مجهولة، ومضمونة من خلال TCLE (نموذج الموافقة الحرة والمستنيرة)، ليتم إرسالها وتوقيعها بواسطة قبل مقابلة.

سيتم إجراء المقابلة عبر منصة يمكن الوصول إليها عبر الإنترنت، مثل Skype أو Zoom، لمدة تتراوح من 40 إلى 60 دقيقة، وسأقوم بإجرائها، على الرغم من أن المقابلة مسجلة، إلا أن هذه الميزة تسمح فقط بالنسخ الدقيق لإجاباتك، ولكن سيتم الحفاظ على صورتك وهويتك، كما ذكرنا سابقاً. سيتم نسخ النص واستخدام بعض الفقرات في الفصل الرابع من الرسالة.

ينقسم نص المقابلة إلى ثلاث لحظات: ملف تعريف المشارك، وتحديد الممارسات الثقافية والتواصلية، رأيك وتقييمك فيما يتعلق بتغطية فلسطين في صحافة البلد الذي تقيم فيه حالياً، في هذه الحالة، هندوراس.

ومن المؤكد أنني سأحظى بدعمكم، وسأظل تحت تصرفكم للحصول على أي توضيحات.

مع التحية  
أحمد سعد الزعبي  
طالب دكتوراه في برنامج الدراسات العليا في الاتصال الاجتماعي  
الجامعة الميثودية في ساو باولو

#### 4. Carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



##### **Declaração de Responsabilidade do Pesquisador**

Eu, Ahmad Sad Mohammad Alzoubi, pesquisador responsável pela pesquisa denominada

"PALESTINOS NA AMÉRICA LATINA: da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento", declaro que:

- assumo o compromisso de zelar pela privacidade e pelo sigilo das informações que serão obtidas e utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa;

- os materiais e as informações obtidas no desenvolvimento deste trabalho serão utilizados para se atingir o(s) objetivo(s) previsto(s) na pesquisa;

- os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade do(a) Universidade Metodista de São Paulo;

- os resultados da pesquisa serão tornados públicos em periódicos científicos e/ou em encontros, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos sujeitos da pesquisa, não havendo qualquer acordo restritivo à divulgação;

- o CEP-UMESP será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa, por meio de relatório apresentado anualmente ou na ocasião da interrupção da pesquisa; assumo o compromisso de suspender a pesquisa imediatamente ao perceber algum risco ou dano, conseqüente à mesma, a qualquer um dos sujeitos participantes, que não tenha sido previsto no termo de consentimento.

São Bernardo do Campo, 5 de maio de 2023.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "A. Alzoubi", written in a cursive style.

Ahmad Sad Mohammad Alzoubi  
23936417857

## 5. TCLE – Português



Universidade Metodista de São Paulo - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Palestinos na América Latina: da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo e de responsabilidade deste pesquisador de doutorado, Ahmad Sad Mohammad Alzoubi. O objetivo desta pesquisa é investigar como a comunidade palestina na América Latina, residente nos cinco países foco, Chile, El Salvador, Honduras, Brasil e Argentina, tem se sobreposto à sua representação na mídia regional e criado seus próprios meios, processos e trocas comunicacionais e culturais para a preservação de sua cultura, sua identidade e sua luta por reconhecimento. O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) para fazer parte da amostra de no mínimo 25 e no máximo 30 palestinos(as) adultos(as), com mais de 18 anos de idade, que vivem em um desses cinco países, que tenham nascido em algum país do Oriente Médio ou em um desses cinco da América Latina. O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para ambos os lados. Caso aceite participar, sua participação consiste em conceder entrevista em profundidade, que é uma técnica baseada em um roteiro que, no caso desta pesquisa, está dividido em três categorias/partes: 1. perfil dos participantes: se nasceram em algum dos países do Oriente Médio ou em um dos cinco países da América Latina que compõem a pesquisa; gênero, idade, escolaridade, profissão e ocupação, localização; 2. identificação das principais práticas culturais e comunicacionais para a preservação da memória, história e cultura da Palestina; identificação dos mais importantes representantes da Palestina no país onde o/a participante da pesquisa reside (um dos cinco da América Latina); identificação das principais instituições no país de residência que mantêm viva a história, a memória e a cultura palestina; 3. identificação do papel social e da importância do jornalismo local (dos cinco países-alvo) na cobertura da Palestina; análise da forma como os/as participantes se veem representados(as) pelos principais veículos de comunicação do país onde residem (os cinco países-alvo); e como esses veículos locais poderiam melhorar a cobertura sobre a Palestina e sua cultura. A entrevista tem duração média

de 40 a 60 minutos e sua realização, somente com o aceite deste TCLE, será realizada *online*, por meio de plataforma a ser escolhida pelo(a) Sr.(a)., como o Zoom, Skype, Teams, Google Meet ou mesmo chamada de vídeo do WhatsApp. Essa entrevista será feita no dia e horário indicados pelo Sr. (a), dentro do cronograma de pesquisa (junho a outubro deste ano), e no momento em que estiver em sua residência e não no ambiente de trabalho ou estudo, visando maior liberdade. Embora a entrevista seja gravada, com seu consentimento, este TCLE garante o seu anonimato e o uso das informações única e exclusivamente para fins acadêmicos desta pesquisa. Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa, os possíveis riscos ao Sr.(a) estão associados ao cansaço ou desconforto físico devido à duração da entrevista, entre 40 a 60 minutos, e ao possível desconforto ou mal-estar emocional em decorrência do teor da entrevista, uma vez que será abordada a sua memória, história e cultura dos palestinos, que têm migrado ou se exilado, em especial, após a criação do Estado de Israel, em 1948, e a ocupação da Palestina. Nesses casos ou em qualquer situação que julgar necessário, o/a Sr.(a) tem total autonomia para interromper e/ou encerrar a entrevista, sem nenhum prejuízo para ambos os lados. Também são esperados benefícios ao Sr.(a), como a possibilidade de poder falar sobre a sua história, memória e cultura que, direta ou indiretamente, contribuem para manter viva a história e a cultura da Palestina, assim como poder avaliar o papel do jornalismo na abordagem da Palestina. A partir dos resultados da pesquisa, outro benefício a esse grupo está associado à possibilidade de sensibilizar o jornalismo para uma cobertura que valorize a história e a cultura da Palestina, indo muito além da abordagem dos conflitos e ataques, e, conseqüentemente, reduzindo o preconceito sobre os palestinos. Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c) Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa. (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7) Está garantida ao (à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Ahmad Sad Mohammad Alzoubi a qualquer tempo para informação adicional no endereço Rua do Sacramento, 230 – Ed. Capa, sala 419 – Campus Rudge Ramos, 09640-000 - Telefone: 4366-5814 – E-mail: [cometica@metodista.br](mailto:cometica@metodista.br), telefone: 11 93450-3655; [dr.ahmadalzoubi89@gmail.com](mailto:dr.ahmadalzoubi89@gmail.com)

Este documento (TCLE) está elaborado em português, espanhol e árabe, e o Sr.(a) pode escolher qual é o melhor idioma para a sua total compreensão e entendimento deste termo.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Acredito ter sido suficientemente esclarecido a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “Palestinos na América Latina: da cobertura da mídia aos processos comunicacionais para a preservação da cultura, da história e da luta por reconhecimento”. Eu me informei com o pesquisador Ahmad Sad Mohammad Alzoubi sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades.

Li e concordo em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_ , \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

## 6. TCLE – Espanhol



### Universidade Metodista de São Paulo Programa de Posgrado em Comunicação Social

#### CONSENTIMIENTO INFORMADO LIBRE Y ESCLARECIDO

Se invita al Sr./Sra. a participar en la investigación "Palestinos en América Latina: desde la cobertura mediática hasta los procesos de comunicación para la preservación de la cultura, la historia y la lucha por el reconocimiento", desarrollada en el Programa de Posgrado en Comunicación de la Universidad Metodista de São Paulo y bajo la responsabilidad del investigador de doctorado Ahmad Sad Mohammad Alzoubi. El objetivo de esta investigación es examinar cómo la comunidad palestina en América Latina, residente en cinco países enfocados (Chile, El Salvador, Honduras, Brasil y Argentina), ha superado su representación en los medios regionales y ha creado sus propios medios, procesos e intercambios comunicativos y culturales para la preservación de su cultura, identidad y lucha por el reconocimiento. Se invita al Sr./Sra. a formar parte de una muestra de al menos 25 y como máximo 30 palestinos adultos, mayores de 18 años, que vivan en uno de estos cinco países, que hayan nacido en algún país de Oriente Medio o en uno de los cinco países de América Latina. El Sr./Sra. tiene plena libertad para negarse a participar o retirar su consentimiento en cualquier etapa de la investigación, sin penalización alguna para ambas partes. En caso de aceptar participar, su participación consiste en conceder una entrevista en profundidad, que es una técnica basada en un guión que, en el caso de esta investigación, se divide en tres categorías/partes: 1. perfil de los participantes: si nacieron en alguno de los países de Oriente Medio o en uno de los cinco países de América Latina que componen la investigación; género, edad, escolaridad, profesión y ocupación, ubicación; 2. identificación de las principales prácticas culturales y comunicativas para la preservación de la memoria, historia y cultura de Palestina; identificación de los representantes más importantes de Palestina en el país donde reside el/la participante de la investigación (uno de los cinco de América Latina); identificación de las principales instituciones en el país de residencia que mantienen viva la historia, la memoria y la cultura palestina; 3. identificación del papel social y la importancia del periodismo local (de los cinco países objetivos) en la cobertura de Palestina; análisis de cómo los participantes se ven representados por los principales medios de comunicación del país donde residen (los cinco países objetivos); y cómo estos medios locales podrían mejorar la cobertura sobre Palestina y su cultura. La entrevista tiene

una duración media de 40 a 60 minutos y, solo con la aceptación de este documento, se realizará en línea, a través de la plataforma elegida por el Sr./Sra., como Zoom, Skype, Teams, Google Meet o incluso llamada de video de WhatsApp. Esta entrevista se llevará a cabo en la fecha y hora indicadas por el Sr./Sra., dentro del cronograma de investigación (junio a octubre de este año), y en el momento en que se encuentre en su residencia y no en el entorno laboral o educativo, buscando mayor libertad. Aunque la entrevista sea grabada, con su consentimiento, este documento garantiza su anonimato y el uso de la información única y exclusivamente para fines académicos de esta investigación. Toda investigación con seres humanos implica riesgos para los participantes. En esta investigación, los posibles riesgos para el Sr./Sra. están asociados al cansancio o malestar físico debido a la duración de la entrevista, entre 40 y 60 minutos, y al posible malestar o incomodidad emocional debido al contenido de la entrevista, ya que se abordará su memoria, historia y cultura de los palestinos, que han migrado o se han exiliado, especialmente después de la creación del Estado de Israel en 1948 y la ocupación de Palestina. En estos casos, o en cualquier situación que el Sr./Sra. considere necesario, tiene total autonomía para interrumpir y/o finalizar la entrevista, sin ningún perjuicio para ambas partes. También se esperan beneficios para el Sr./Sra., como la posibilidad de hablar sobre su historia, memoria y cultura que, directa o indirectamente, contribuyen a mantener viva la historia y la cultura de Palestina, así como evaluar el papel del periodismo en el abordaje de Palestina. A partir de los resultados de la investigación, otro beneficio para este grupo está asociado a la posibilidad de sensibilizar al periodismo para una cobertura que valore la historia y la cultura de Palestina, y vaya mucho más allá del abordaje de los conflictos y ataques, y, por lo tanto, reduzca el prejuicio sobre los palestinos. Si lo considera necesario, el Sr./Sra. dispone de tiempo para reflexionar sobre su participación, consultando, si es necesario, a sus familiares u otras personas que puedan ayudarlo en la toma de decisiones libre y esclarecida. (Res. 466/2012-CNS, IV.I.c) También se garantiza al Sr./Sra. el derecho a solicitar indemnizaciones y cobertura material para la reparación de daños causados por la investigación al participante de la investigación. (Resolución CNS n° 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c y V.7) Se garantiza al Sr./Sra. la confidencialidad y privacidad de su participación y datos durante todas las fases de la investigación y posteriormente en la divulgación científica. El Sr./Sra. puede ponerse en contacto con el investigador responsable, Ahmad Sad Mohammad Alzoubi, en cualquier momento para obtener información adicional en la dirección Rua do Sacramento, 230 - Ed. Capa, sala 419 - Campus Rudge Ramos, 09640-000 - Teléfono: 4366-5814 – Correo

electrónico: [cometica@metodista.br](mailto:cometica@metodista.br), teléfono: (11) 93450-3655  
[dr.ahmadalzoubi89@gmail.com](mailto:dr.ahmadalzoubi89@gmail.com).

Este documento (TCLE) está elaborado en portugués, español y árabe, y el Sr./Sra. puede elegir cuál es el mejor idioma para su total comprensión y entendimiento de este término.

#### CONSENTIMIENTO POST-INFORMACIÓN

Creo haber sido suficientemente informado sobre las informaciones que leí o que fueron leídas para mí, describiendo el estudio "Palestinos en América Latina: desde la cobertura de los medios hasta los procesos comunicacionales para la preservación de la cultura, la historia y la lucha por el reconocimiento". Me informé con el investigador Ahmad Sad Mohammad Alzoubi sobre mi decisión de participar en este estudio. Me quedó claro cuáles son los objetivos, los procedimientos a realizarse, sus molestias y riesgos, las garantías de confidencialidad y de explicaciones permanentes. También quedó claro que mi participación es libre de gastos. Acepto voluntariamente participar en este estudio y podré retirar mi consentimiento en cualquier momento, antes o durante el mismo, sin penalidades.

Leí y estoy de acuerdo en participar en la investigación.

\_\_\_\_\_

Firma del participante

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Firma del investigador responsable

## 7. TCLE – Árabe



جامعة ميثوديست في ساو باولو -برنامج الدراسات العليا في الاتصال الاجتماعي  
شروط الموافقة المجانية والواضحة

أنت مدعو للمشاركة في البحث "الفلسطينيون في أمريكا اللاتينية: من التغطية الإعلامية إلى عمليات الاتصال للحفاظ على الثقافة والتاريخ والنضال من أجل الاعتراف"، الذي تم تطويره في خريج الاتصال في جامعة ميثوديست في ساو باولو ومسؤولية باحث الدكتوراه هذا أحمد سعد محمد الزعبي. الهدف من هذا البحث هو التحقيق في كيفية تداخل المجتمع الفلسطيني في أمريكا اللاتينية، المقيم في البلدان الخمسة التي تركز عليها الدراسة، تشيلي والسلفادور وهندوراس والبرازيل والأرجنتين، في تمثله في وسائل الإعلام الإقليمية وخلق وسائله وعملياته والتبادلات والموارد الاتصالية والثقافية للحفاظ على ثقافتهم وهويتهم وكفاحهم من أجل الاعتراف. أنت مدعو لتكون جزءاً من عينة لا تقل عن 25 عاماً ولا تزيد عن 30 فلسطينياً بالغاً، فوق سن 18 عاماً، ويعيشون في إحدى هذه البلدان الخمسة، والذين ولدوا في أي بلد في الشرق الأوسط أو في واحد من هواء الخمسة في أمريكا اللاتينية أيها المشاركون لك مطلق الحرية في رفض المشاركة أو سحب موافقتك، في أي مرحلة من مراحل البحث، دون أي عقوبة على أي من الجانبين. إذا وافقت على المشاركة، فإن مشاركتك تتكون من منح مقابلة متعمقة، وهي تقنية تستند إلى نص مقسم، في حالة هذا البحث، إلى ثلاث فئات /أجزاء 1. الملف التعريفي للمشاركين: إذا ولدوا في أي من البلدان الشرقية متوسطة أو في واحدة من دول أمريكا اللاتينية الخمسة التي يتكون منها المسح؛ الجنس والعمر والتعليم والمهنة والوظيفة والمكان؛ 2. التعرف على أهم الممارسات الثقافية والتواصلية للحفاظ على الذاكرة والتاريخ والثقافة في فلسطين. تحديد أهم ممثلي فلسطين في الدولة التي يقيم فيها المشاركون في البحث (أحد الممثلين الخمسة في أمريكا اللاتينية)؛ تحديد المؤسسات الرئيسية في بلد الإقامة التي تحافظ على التاريخ والذاكرة والثقافة الفلسطينية. 3. التعرف على الدور الاجتماعي وأهمية الصحافة المحلية (للدول الخمس المستهدفة) في تغطية فلسطين. تحليل كيف يرى المشاركون أنفسهم ممثلين بوسائل الاتصال الرئيسية في البلد الذي يعيشون فيه (البلدان الخمسة المستهدفة)؛ وكيف يمكن لهذه المنافذ المحلية تحسين تغطية فلسطين وثقافتها. تبلغ مدة المقابلة في المتوسط 40 إلى 60 دقيقة ويتم تحقيقها، فقط مع قبول TCLE هذا، عبر الإنترنت، من خلال منصة تختارها أنت، مثل Zoom أو Skype أو Teams أو Google Meet أو حتى مكالمة فيديو WhatsApp.

ستجرى هذه المقابلة في اليوم والوقت المحددين من قبل المشاركون (أ، ضمن جدول البحث) من يونيو إلى أكتوبر من هذا العام (، وعندما تكون في المنزل وليس في العمل أو الدراسة، بهدف الحصول على قدر أكبر من الحرية. على الرغم من تسجيل المقابلة، بموافقتك، يضمن TCLE عدم الكشف عن هويتك واستخدام المعلومات فقط وبشكل حصري للأغراض الأكاديمية لهذا البحث. تتضمن جميع الأبحاث مع البشر مخاطر على المشاركين. في هذا البحث، ترتبط المخاطر المحتملة التي قد تتعرض لها بالإرهاق أو عدم الراحة الجسدية بسبب مدة المقابلة، ما بين 40 و 60 دقيقة، واحتمال عدم الراحة أو الانزعاج العاطفي بسبب محتوى المقابلة، حيث إنها ستعالجها. ذاكرة وتاريخ وثقافة الفلسطينيين الذين هاجروا أو نزحوا إلى المنفى، خاصة بعد إنشاء دولة إسرائيل عام 1948 واحتلال فلسطين. في هذه الحالات أو في أي موقف تراه ضرورياً، لديك استقلالية كاملة لمقاطعة و /أو إنهاء المقابلة، دون المساس بأي من الجانبين. ومن المتوقع أيضاً أن تكون هناك فوائد بالنسبة لك، مثل إمكانية أن تكون قادراً على التحدث عن تاريخك وذاكرتك وثقافتك التي تساهم بشكل مباشر أو غير مباشر في الحفاظ على تاريخ وثقافة فلسطين على قيد الحياة، فضلاً عن القدرة على تقييم دور الصحافة في نهج فلسطين. بناءً على نتائج الاستطلاع، هناك فائدة أخرى لهذه المجموعة مرتبطة بإمكانية زيادة الوعي في الصحافة للتغطية التي تقدر تاريخ وثقافة فلسطين، وتذهب إلى ما هو أبعد من معالجة النزاعات والهجمات، وبالتالي الحد من التحيز. عن الفلسطينيين. إذا كنت ترى ذلك ضرورياً، فلديك الوقت للتفكير في مشاركتك أو استشارة أفراد عائلتك أو غيرهم من الأشخاص الذين يمكنهم مساعدتك في اتخاذ قرار حر ومستنير، إذا لزم الأمر). القرار (IV.I.c ، CNS-2012/466 أنت مطمئن أيضاً إلى الحق في المطالبة بالتعويض والتغطية المادية لإصلاح الضرر الناجم عن البحث إلى المشاركون في البحث). قرار CNS رقم 466 لعام IV.4.c ، IV.3.h ، 2012 و (V.7) نضمن لك صيانة سرية وخصوصية مشاركتهم وبياناتهم خلال جميع مراحل البحث وبعد ذلك في النشر العلمي. السيد. يمكنك الاتصال بالباحث الرئيسي أحمد سعد محمد الزعبي في أي وقت للحصول على معلومات إضافية في Rua do Sacramento، 230 - Ed. Capa، room 419 - Campus - Rudge Ramos، 09640-000 - الهاتف 5814-4366 - البريد الإلكتروني: cometica@metodista.br، ؛ الهاتف 11 93450-3655 ؛ dr.ahmadalzoubi89@gmail.com تم إعداد هذا المستند (TCLE) باللغات البرتغالية والإسبانية والعربية، ويمكنك اختيار أفضل لغة لفهمك وفهمك الكاملين لهذا المصطلح.

الموافقة على المعلومات

أعتقد أنني كنت مستنيراً بشكل كافٍ فيما يتعلق بالمعلومات التي قرأتها أو قرأتها لي، واصفة الدراسة "الفلسطينيون في أمريكا اللاتينية: من التغطية الإعلامية إلى عمليات الاتصال للحفاظ على الثقافة والتاريخ والنضال من أجل الاعتراف". استشرت الباحث أحمد سعد محمد الزعبي حول قراره بالمشاركة في هذه الدراسة. واتضح لي ما هي الأغراض والإجراءات

التي يتعين القيام بها وما تنطوي عليه من مضايقات ومخاطر وضمائم السرية والإيضاحات الدائمة. كان من الواضح أيضاً أن مشاركتي مجانية. أوافق طواعية على المشاركة في هذه الدراسة وقد أسحب موافقتي في أي وقت، قبل أو أثناء الدراسة، دون عقوبة.

لقد قرأت وأوافق على المشاركة في البحث

\_\_\_\_\_ ، \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

توقيع الباحث المسؤول

توقيع المشارك